

Plano Territorial
Desenvolvimento Rural
Sustentável
Território
CENTRO SUL E
VALE DO SALGADO



PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Afonso Florence

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

Francisco Nelsieudes Sombra de Oliveira

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

José Nelson Martins de Sousa

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ

Francisco Celso Crisostomo Secundino

GRUPO TÉCNICO PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO CEARÁ - GTT

Amelia Carmelita Gurgel dos Anjos	Técnica Instituto Agropolos
Antonia Almeida Duarte	Coordenador CODET/MDA
Antonio Lacerda Souto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Antonio Marcos Vieira de Castro	Secretario - CEDR
Cleber Leite Pereira	Técnico – SDA/ Agropolos
Josafa Martins	Coordenador do Instituto Agropolos
Luis Carlos dos Santos	Agente Desenvolvimento Econômico - SDT/MDA
Maria de Fátima Costa Fernandes	Assessora EMATERCE
Olimpio Ferreira Queiroga Neto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho	Assessor - CEDR

B823p Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário
Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território
Centro Sul Vale do Salgado – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos
do Ceará, 2011.
390 p.: v 1. il

1. Territorialidade. 2. Desenvolvimento Sustentável I. Instituto
Agropolos do Ceará II. Título

CDD: 304.2

Catálogo na fonte: Ruth Helena Linhares Leite, CRB₃- 403.

**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
TERRITORIO DE IDENTIDADE RURAL**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
SUSTENTAVEL DO TERRITÓRIO CENTRO SUL VALE DO
SALGADO**

**CEARA
2011**

COORDENAÇÃO NACIONAL

Carlos Umberto Osório Castro - SDT/MDA

Carleuza Andrade da Silva - SDT/MDA

COORDENAÇÃO TERRITORIAL

Plenária Geral Territorial do Centro Sul Vale do Salgado

Núcleo Técnico do Território Centro Sul Vale do Salgado

EQUIPE PROPOSITIVA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS COMITÊS TEMÁTICOS E SETORIAIS

Comitê da Cultura e Turismo

Comitê da Educação

Comitê da Gestão Territorial

Comitê da Infraestrutura

Comitê da Organização Sustentável da Produção

Comitê da Saúde

Comitê do Meio Ambiente

Comitê dos Direitos e Desenvolvimento Social

ASSESSOR TÉCNICO TERRITORIAL

Adão Gomes de Lima

Médico Veterinário

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Antonio Lacerda Souto

Aurélio Magno Lopes de Oliveira

Catarina Maria Rabelo

Christian Dárlio de Brito Arruda

Elisângela Maria de Oliveira Sousa

Fabiola de Lima Gonçalves

Florência Furlotti

Francisca Sinhá Moreira Evangelista

Francisco Eugênio de Oliveira Costa

Geórgia Medeiros Paiva

Janaina Carla Farias

Jefferson Gonçalves Américo Nóbrega

Leilamara do Nascimento Andrade

Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva

Maria Inês Mapurunga de Miranda

Maria Lucia Vitoriano de Lima

Maurício Lima de Oliveira

Nahyara Estevam Marinho

Renato Araujo Bezerra

Rosangela Maria Lucas Teixeira

Ruth Helena Linhares Leite

Vânia Margareth Rodrigues Bonfim

Pedagoga

Pedagogo

Engº Agrônomo

Ms Sociologia

Administrador

Ms Políticas Públicas

Enfermeira

Pedagoga

Ms Geografia

Engº Agrônomo

Esp. Saúde da Família

Turismóloga

Ms Engenharia Agrônômica

Ms. Engenharia de Pesca

Esp Saúde da Família

Geógrafa

Pedagoga

Acadêmico de Agronomia

Ms Sociologia

Administrador

Esp. Meio Ambiente

Bibliotecária

Ms Políticas Públicas

AGRADECIMENTOS

A todos que participaram deste processo, que privilegia as práticas humanas, aprendizagens que contemplam os saberes sociais, com o ideal de criar as condições sócio ambientais para conhecer, avaliar e agir sobre a realidade e ao mesmo tempo possibilitar as mudanças de comportamentos e transformações na construção de um plano territorial participativo nascido de uma nova concepção de gestão social.

E neste processo registramos aqueles e aquelas que foram precursores desta estratégia territorial em especial

Luiz Inácio Lula da Silva

Guilherme Cassel

Jose Humberto Oliveira

Camilo Sobreira de Santanna

Antonio Rodrigues Amorim

Marcelo Souza Pinheiro

José Bartolomeu Cavalcante

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência de Vigilância Sanitária
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAE	Comitê de Articulação Estadual
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAGECE	Companhia de água e Esgotos do Ceará
CAPS	Centro de Apoio Psicossocial
CCM	Complexos Conectivos de Mesoescala
CEO	Centro de Especialidades Odontológicas
CMDS	Conselhos Municipais para o Desenvolvimento Sustentável
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
COGERH	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
D.O	Diário Oficial
DST	Doença Sexualmente transmissível
EaD	Educação à Distância
EFA	Escola Família Agrícola
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FECLI	Faculdade de Ciências e Letras
FETAC	Festival de Teatro Amador de Acopiara
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará
FPM	Fundo de Participação do Município
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação
HIV	Human immunodeficiency viru - Imunodeficiência Humana (em português)
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes
ICMS	Imposto sobre Circulação de Serviços
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDJ	Instituto Dom José
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
IFET	Instituto Federal de Educação e Tecnologia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPD	Índice de Propensão a Desertificação
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
JOEL	Jogos Olímpicos Estudantis Lavrense
LDB	Lei de Diretrizes Básicas
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

LISTA DE SIGLAS

PBF	Programa Bolsa Família
PET	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produção Interna Bruta
P1MC	Programa Por Um milhão de Cisternas de Placas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNSAN	Programa Nacional de Segurança Alimentar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSE	Proteção Social Especial
PSMV	Programa Selo Município Verde
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretária de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará
SEMOB	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana
SINDAG	Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas
SOHIDRA	Superintendência de Obras Hidráulicas
SUDEC	Superintendência de Desenvolvimento do Ceará
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UC	Unidades de Conservação
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
URCA	Universidade do Cariri
VCAN	Vórtices Ciclônicos de Altos Níveis
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Representação do Território Centro Sul Vale do Salgado e Mapa do Ceará	42
FIGURA 2	Gráfico da Mortalidade por Grupos de Causas no Território Centro Sul Vale do Salgado e do Ceará, em 2008	94
FIGURA 3	Gráfico da Situação de Nascimento no Território Centro Sul Vale do Salgado (percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes (10-19 anos) em 2008	97
FIGURA 4	Gráfico do Percentual do Número de Leitos por 1000 Habitantes no Estado de Ceará e Território Centro Sul Vale do Salgado, em 2009	103
FIGURA 5	Gráfico da Precipitação Média Anual dos Municípios do Micro Território I do Território Centro Sul e Vale do Salgado	175
FIGURA 6	Gráfico da Precipitação Média Anual dos Municípios dos Micros Territórios II e III do Território Centro Sul e Vale do Salgado	176
FIGURA 7	Gráfico da Temperatura Média dos municípios do Território Centro Sul e Vale do Salgado	178
FIGURA 8	Representação gráfica do mapa de tipos Climáticos do território Centro Sul e Vales do Salgado	179
FIGURA 9	Representação Gráfica do Mapa de Compartimentação Geoambiental do Território Centro Sul Vale do Salgado	182
FIGURA 10	Representação gráfica do mapa das bacias hidrográficas do território	187
FIGURA 11	Representação gráfica das classes de solo encontradas no território Centro Sul Vale do Salgado	190
FIGURA 12	Representação gráfica das unidades Fitoecológicas encontradas no território Centro Sul e Vale do Salgado	193
FIGURA 13	Representação gráfica do processo de Desertificação encontrado no território Centro Sul e Vale do Salgado	207
FIGURA 14	Gráfico da Taxa de crescimento da dimensão IDH - Global, período de 1991-2000	228
FIGURA 15	Gráfico da Taxa de Crescimento da Dimensão IDH - Educação, período de 1991-2000	229
FIGURA 16	Gráfico da Taxa de crescimento da dimensão IDH - Longevidade, período de 1991-2000	229
FIGURA 17	Gráfico da Taxa de crescimento da dimensão IDH - Renda, período de 1991-2000	230
FIGURA 18	Gráfico do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) - Global, período de 2006-2008	236
FIGURA 19	Gráfico da Distribuição percentual do Produto Interno Bruto do Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008	240
FIGURA 20	Distribuição percentual do valor da produção de lavouras temporárias e permanentes do Território Centro Sul Vale do Salgado, 2010.	255
FIGURA 21	Distribuição percentual do número de propriedades por classificação de áreas do território Centro Sul Vale do Salgado, 2005.	274
FIGURA 22	Distribuição percentual da área ocupada pelas propriedades por classificação de áreas do Território Centro Sul Vale do Salgado, 2005.	274
FIGURA 23	Distribuição percentual do PAA no Território Centro Sul Vale do Salgado em 2010.	277
FIGURA 24	Gráfico do comparativo entre partido e sexo dos gestores municipais – 1997 a 2010.	315
FIGURA 25	Transferências Governamentais do Fundo de Participação dos municípios	332
FIGURA 26	Transferências Governamentais FUNDEF e FUNDEB	333
FIGURA 27	Transferências governamentais ICMS COTA PARTE	335
FIGURA 28	Comparativo do Total das Transferências Governamentais entre os Micros	336

LISTA DE FIGURAS

	territórios Anos 2006 a 2009	
FIGURA 29	Arrecadação Orçamentária dos Municípios	338
FIGURA 30	Gráfico do Nível de Relação das Instituições com o Território	346
FIGURA 31	Composição do Colegiado Territorial	349

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição da população do Território Centro Sul Vale do Salgado por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento	27
TABELA 2	População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Centro Sul e Vale do Salgado - 2010	29
TABELA 2.1	População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Centro Sul e Vale do Salgado - 2010	30
TABELA 2.2	População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Centro Sul e Vale do Salgado - 2010	31
TABELA 2.3	População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Centro Sul e Vale do Salgado - 2010	33
TABELA 2.4	População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Centro Sul e Vale do Salgado - 2010	34
TABELA 2.5	População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado - 2010	36
TABELA 3	População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Centro Sul Vale do Salgado, 2010	37
TABELA 4	Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Centro Sul e Vale do Salgado, 2010	38
TABELA 5	Área, acessos rodoviários e distância da capital em Km por municípios e Micro Territórios	42
TABELA 6	Morbidades Proporcional por Doenças Crônicas no Território Centro Sul Vale do Salgado	85
TABELA 7	Morbidades Proporcional por Doenças Transmissíveis no Território Centro Sul Vale do Salgado, em 2009	87
TABELA 8	Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas no Território Centro Sul Vale do Salgado em 2008	92
TABELA 9	Condições de Nascimento no Território Centro Sul Vale do Salgado em 2008	95
TABELA 10	Tipos de Estabelecimentos da Atenção Básica e Especializada no Território Centro Sul Vale do Salgado Dados de 2008, 2009 e 2010	105
TABELA 11	Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade/ 1000 Habitantes no Território Centro Sul Vale do Salgado em 2008	109
TABELA 12	Oferta de Profissionais de Saúde por Categoria Profissional/ 1000 Habitantes no Território Centro Sul Vale do Salgado em 2008.	111
TABELA 13	Percentual de Domicílio com Abastecimento de Água e de Domicílio com Esgotamento Sanitário, em 2007	113
TABELA 14	População alfabetizada no Estado por faixa etária (total, e por zona de moradia: rural e urbano)	115
TABELA 15	Taxas de Alfabetização, Taxa de Escolarização Ensino Fundamental e Ensino Médio no Território	116
TABELA 16	Educação Infantil - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia	120
TABELA 17	Ensino Fundamental - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia	123
TABELA 18	IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal Território Centro Sul Vale do Salgado	126
TABELA 19	Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental I do Território Centro Sul e Vale do Salgado	128
TABELA 20	Ensino Médio - Número de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia	131
TABELA 21	Matrículas na Educação Especial	137
TABELA 22	Educação de Jovens e Adultos- presencial e semipresencial (Número de matrículas e número de escolas - por dependência administrativa e zona de	139

LISTA DE TABELAS

	moradia)	
TABELA 23	Ensino Fundamental (Número de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências) - por dependência administrativa e zona de moradia	144
TABELA 24	Ensino Médio (Número de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências) - por dependência administrativa e zona de moradia	147
TABELA 25	Taxa de Analfabetismo da População - por Gênero e Zona de Moradia	148
TABELA 26	Bibliotecas Públicas Municipais, Teatros e Museus, Bandas de Música incluindo as do Projeto Pró-Bandas, Segundo os Micros territórios - Ceará – 2008	150
TABELA 27	Tipos de Clima dos Municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado	174
TABELA 28	Precipitação Média Anual dos Municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado	174
TABELA 29	Temperatura média anual dos municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado	177
TABELA 30	Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	221
TABELA 31	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global e dimensão-educação do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 1991-2000	223
TABELA 32	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dimensão-longevidade e renda do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 1991-2000	224
TABELA 33	Classificação da tendência de recuo de posições no <i>ranking</i> Estadual referente ao Índice de Desenvolvimento Humano	225
TABELA 34	Taxas de crescimento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)-Global/Educação/Longevidade/Renda e tendências de recuo de posições no <i>ranking</i> estadual referente ao IDH do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, para o período de 1991-2000	227
TABELA 35	Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2006-2008	233
TABELA 36	Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2006-2008	234
TABELA 37	Produto Interno Bruto a preços de mercado, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2004-2008	237
TABELA 38	Produto Interno Bruto por setores produtivos, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2007-2008	239
TABELA 39	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2004-2008	241
TABELA 40	População Economicamente Ativa (PEA), segundo o Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 1991-2000	243
TABELA 41	Taxa de Participação da PEA em relação à população total, segundo o Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, em 2000	243
TABELA 42	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2009	245
TABELA 43	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2009	246
TABELA 44	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus	247

LISTA DE TABELAS

	municípios, 2009	
TABELA 45	Renda per capita e taxa de crescimento da renda per capita, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 1991-2000.	248
TABELA 46	Evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes, segundo o território Centro Sul Vale do Salgado, 2006-2009.	256
TABELA 47	Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	259
TABELA 48	Efetivo dos rebanhos caprinos e ovinos, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	260
TABELA 49	Efetivo de aves ordenhadas, produção de leite e valor da produção, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	262
TABELA 50	Número de vacas ordenhadas, produção de leite e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	263
TABELA 51	Produção de ovos e valor da produção, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	266
TABELA 52	Produção de mel e valor da produção, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	267
TABELA 53	Produção e valor da produção dos principais produtos extrativos, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	271
TABELA 54	Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2005.	273
TABELA 55	Cadastro Técnico e regularização fundiária de imóveis rurais, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	276
TABELA 56	Assentamento de trabalhadores rurais, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, implantados em 2008 e 2009.	276
TABELA 57	Resumo da comercialização via PAA pelo território Centro Sul Vale do Salgado, em 2010.	279
TABELA 58	Resumo do Programa de Aquisição de Alimentos por modalidade e por Espaço Territorial, ano de 2010.	280
TABELA 59	Relação de produtos e quantidade comercializada via PAA pelo Território Centro Sul Vale do Salgado, em 2010.	281
TABELA 60	Mapeamento atual da comercialização dos produtos da agricultura familiar através do PNAE	284
TABELA 61	Resumo da comercialização dos produtos da agricultura familiar através do PNAE (até 15/02/2011)	285
TABELA 62	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008.	259
TABELA 63	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2009.	290
TABELA 64	Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008.	293
TABELA 65	Empresas de Serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2009.	294
TABELA 66	Cooperativas ativas, por classes, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	295

LISTA DE TABELAS

TABELA 67	Oferta nos meios de hospedagem, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	296
TABELA 68	Atrativos Turísticos, segundo o Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios	296
TABELA 69	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	297
TABELA 70	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	297
TABELA 71	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	298
TABELA 72	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	298
TABELA 73	Empresas industriais ativas, por tipo, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.	300
TABELA 74	Consumo medido de energia elétrica, por classe de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008.	301
TABELA 75	Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2009.	302
TABELA 76	Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008.	303
TABELA 77	Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2009.	303
TABELA 78	Capacidade, Cota e volume dos principais açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de águas territoriais, segundo as bacias hidrográficas/ açude do Território Centro Sul Vale do Salgado, agosto de 2010.	304
TABELA 79	Barragens construídas e projetadas no Território Centro Sul Vale do Salgado, 1996-2009.	305
TABELA 80	Eixos da integração construídos, em construção e projetados no Território Centro Sul Vale do Salgado, 2001-2010.	306
TABELA 81	Adutoras construídas, em construção e projetadas no território Centro Sul Vale do Salgado, 1996-2008.	306
TABELA 82	Poços construídos pela SOHIDRA no território Centro Sul Vale do Salgado, 2009.	307

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Número de Cisternas Construídas e Repasses do Programa Cisternas de Placas - Ano 2010	55
QUADRO 2	Número de Famílias Beneficiárias e Repasse do PBF – Ano 2010	58
QUADRO 3	Estimativa de Famílias Pobres no CadÚNICO e Famílias Pobres no Perfil do Programa Bolsa Família (PBF)	59
QUADRO 4	Programas Complementares ao PBF em Nível Federal	61
QUADRO 5	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	63
QUADRO 6	Ações, Beneficiários e Repasses da Assistência Social – Ano base 2010	66
QUADRO 7	Comparativo entre Benefícios Sociais (BPC e PETI) e Bolsa Família com Repasse Direto aos Beneficiários - Ano 2010	69
QUADRO 8	Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	71
QUADRO 9	Valor dos Benefícios Emitidos pelo INSS – Anos 2000 a 2009	72
QUADRO 10	Quantidade e Valor dos Benefícios Emitidos pelo INSS –Urbano e Rural - Anos 2007 e 2008	74
QUADRO 11	Número de Promotores de Justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos – Ano 2010	77
QUADRO 12	Expressões culturais por município do Micro I	151
QUADRO 13	Patrimônio material por município do Micro I	152
QUADRO 14	Expressões culturais por município do Micro II	157
QUADRO 15	Patrimônios materiais por município do Micro II	157
QUADRO 16	Expressões culturais por município do Micro III	159
QUADRO 17	Patrimônio material por município do Micro III	159
QUADRO 18	Análise dos Ambientes Interno e Externo dos Aspectos Sociais e da Saúde	160
QUADRO 19	Análise do Ambiente Interno e Externo dos Aspectos Educacionais e Culturais	161
QUADRO 20	Empresas, Minério, Volume de Extração e Número de Empregos Gerados	172
QUADRO 21	Relevos dos Municípios do Território Centro Sul e Vale do Salgado	180
QUADRO 22	Principais Reservatórios encontrados no território Centro Sul Vale do Salgado	184
QUADRO 23	Tipos de Solos dos Municípios do Território Centro Sul e Vale do Salgado	188
QUADRO 24	Tipos de Vegetação dos Municípios do Território Centro Sul e Vale do Salgado	191
QUADRO 25	Situação do grau de antropismo por estado entre 2002 e 2008, tendo como referência a área original da Caatinga (Adap)	196
QUADRO 26	Percentual de remanescente por estado em 2008, tendo como referência a área original da Caatinga em cada estado (Adap.)	196
QUADRO 27	Municípios que mais sofreram desmatamento entre o período de 2002 a 2008, tendo como referência a área total da Caatinga em cada Município (Adap.)	197
QUADRO 28	Número de Focos do Calor por Municípios do Ceará (Adap.)	198
QUADRO 29	Lei de Criação do COMDEMA nos Municípios do Território Centro Sul e Vale do Salgado	203
QUADRO 30	Indicadores de Desertificação dos Municípios do Território do Centro Sul e Vale do Salgado	205
QUADRO 31	Principais problemas causados pela Agricultura no Território Centro Sul e Vale do Salgado	208
QUADRO 32	Principais problemas causados pela Pecuária no Território Centro Sul e Vale do Salgado	208
QUADRO 33	Principais problemas causados pela Mineração no Território Centro Sul e Vale do Salgado	209
QUADRO 34	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental	216
QUADRO 35	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Socioeconômica	308
QUADRO 36	Composição da Representação do Executivo Municipal – Mandato 1997 a 2000	313
QUADRO 37	Composição da Representação do Executivo Municipal – Mandato 2001 ^a 004	313

LISTA DE QUADROS

QUADRO 38	Composição da Representação do Executivo Municipal – Mandato 2005 a 2008	314
QUADRO 39	Composição do Poder do Executivo Municipal – Mandato 2009 a 2012	314
QUADRO 40	Predominância de Gestores por Partido e Sexo - 1997 a 2012	315
QUADRO 41	Composição da Representação do Legislativo Municipal – Mandato 2001/2004	318
QUADRO 42	Composição da Representação do Legislativo Municipal – Mandato 2005/2008	319
QUADRO 43	Composição da Representação do Legislativo Municipal – Mandato 2009/2012	320
QUADRO 44	Predominância dos Vereadores/as Municipais por Partido - 2001/2012	321
QUADRO 45	Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração	325
QUADRO 46	Serviços Prestados pelos Municípios ao Território	327
QUADRO 47	Ações e Serviços Prestados pelas Entidades com Potencial de Integração	328
QUADRO 48	Transferências Governamentais do Fundo de Participação dos Municípios	331
QUADRO 49	Transferências Governamentais FUNDEF e FUNDEB	333
QUADRO 50	Transferências Governamentais ICMS COTA- PARTE	334
QUADRO 51	Resumo Total das Transferências Governamentais - Anos 2006 a 2009	335
QUADRO 52	Arrecadação Orçamentária dos Municípios	337
QUADRO 53	Comparativo da Arrecadação Tributária entre os Micros territórios	337
QUADRO 54	Eixos e Programas prioritários do PPA 2008-2011 por Secretaria de Estado	339
QUADRO 55	Comparativo de Recursos entre as Secretarias/Programas	342
QUADRO 56	Instituições com Atuação Regionalizada	344
QUADRO 57	Nível de Relação das Instituições com o Território	345
QUADRO 58	Composição da Plenária Geral do Colegiado Territorial	350
QUADRO 59	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Político-Institucional	354
QUADRO 60	Objetivos Estratégicos, dimensões do Desenvolvimento	359
QUADRO 61	Eixo Universalização da Educação	362
QUADRO 62	Eixo Educação e Meio Ambiente	363
QUADRO 63	Eixo Cultura e Desenvolvimento	364
QUADRO 64	Eixo Saúde Direito de Todos	365
QUADRO 65	Eixo do Desenvolvimento Comunitário	367
QUADRO 66	Eixo Meio Ambiente e Sustentabilidade	368
QUADRO 67	Eixo Semiárido e Desenvolvimento Produtivo	369
QUADRO 68	Eixo Desenvolvimento de Negócios Agrícolas e Pecuários	371
QUADRO 69	Eixo Gênero e Geração como elemento de Desenvolvimento	372
QUADRO 70	Eixo Regularização Fundiária e Reforma Agrária	373
QUADRO 71	Eixo Bases de Serviço	374
QUADRO 72	Eixo do Turismo e Artesanato	374
QUADRO 73	Eixo da Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável	375
QUADRO 74	Eixo da Gestão Territorial e Sustentabilidade	377
QUADRO 75	Projetos Priorizados pelo Território	378

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	17
1	INTRODUÇÃO	19
2	PROCESSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DE ELABORAÇÃO DO PLANO	21
PARTE I	O TERRITÓRIO	23
3	Aspectos Sociodemográficos	27
4	Características Estratégicas	41
5	Formação Histórica do Território	44
PARTE II	O DIAGNÓSTICO	47
PARTE II a	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	51
6	Aspectos Sociais	53
7	Aspectos da Saúde	83
8	Aspectos Educacionais	114
9	Aspectos Culturais	149
10	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	160
PARTE II b	DIMENSÃO AMBIENTAL	163
11	Aspectos Geoambientais	164
12	Aspectos Antrópicos	194
13	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	214
PARTE II c	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	217
14	Aspectos Socioeconômicos	219
15	Aspectos do Setor Produtivo	250
16	Situação Fundiária	272
17	Financiamento e Comercialização	277
18	Serviços, Turismo, Comércio e Indústria	292
19	Infraestrutura: Elétrica, Hídrica e de Estradas	301
20	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	308
PARTE II d	DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	309
21	Territorialização e Gestão Pública	311
22	Infraestrutura Institucional Territorial	330
23	Governabilidade e Gestão Social do Território	348
24	Análise Territorial da Dimensão Político Institucional	353
PARTE III	PLANEJAMENTO	355
25	Visão de Futuro	358
26	Objetivos estratégicos	359
27	As Diretrizes Principais	361
28	Eixos do Desenvolvimento	362
29	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	378
PARTE IV	GESTÃO DO PLANO	379
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	385
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	387

APRESENTAÇÃO

As últimas décadas repercutem, até os dias de hoje, a centralização das políticas públicas implementadas pelo governo federal, que tratou sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedindo com que essas políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no início desse século XXI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – Condraf apresenta uma nova concepção do rural brasileiro e de uma abordagem territorial através de três características básicas: o espaço de produção, o espaço de relação com a natureza e o espaço de (re) produção de modos de vida diferenciados. Portanto, um novo projeto, uma nova abordagem territorial ancorada no desenvolvimento sustentável que busca entre outras diretrizes estratégicas, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, constituída a partir de instâncias colegiadas que possam nesses espaços exercerem o controle e a gestão das políticas públicas.

O desenvolvimento dessa gestão social é articulada no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT e no âmbito estadual pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA em parceria com o Instituto Agropolos do Ceará. Esta gestão vem se caracterizando como um modelo de planejamento que caminha de forma democrática nos processos construídos nos colegiados dos treze territórios cearenses.

O principal instrumento de apoio a gestão social que estimula a construção do modelo de desenvolvimento sustentável é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS elaborado com base na experiência de planos já existentes ou em implementação em cada território.

O PTDRS tem entre outros objetivos ser um documento de negociação e concertação da diversidade de pensamentos, interesses, práticas e sonhos

existentes no território; um instrumento que possibilita o acesso qualificado as políticas públicas, a inclusão dos diversos públicos existentes no território, enfim proporciona condições necessárias para a ampliação e o fortalecimento da coesão social dos territórios.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS consiste em apoiar à gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território. Este planejamento é desenvolvido através das etapas: elaboração, execução, monitoramento e avaliação contínua de forma reflexiva, crítica e criativa, da gestão, do diagnóstico e de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia das atividades.

O PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território referenciadas pelo documento Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS (MDA, Janeiro 2010) que possibilitou estruturar a partir da negociação e concertação dos interesses, práticas e sonhos existentes, os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios e a realidade das pessoas e os dados objetivos que se materializaram neste plano.

Os principais componentes do Plano Territorial são expressos a partir dos aspectos gerais do território, de um diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões da sustentabilidade: sociocultural e educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes e eixos de desenvolvimento que reúnem os programas, projetos e ações e o sistema de gestão do plano para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

O sistema de gestão do plano encontra-se nesse documento como uma proposição ainda preliminar, dado que precisa ser discutido, aprofundado e concretizado como um instrumento de gestão propriamente dito, já que as instancias colegiadas ainda se encontram em processo de construção em caráter provisório.

O PTDRS do Território Centro Sul Vale do Salgado não é um documento estático, mas um plano em constante busca de aperfeiçoamento,

de atualização permanente em espaços de tempo programados, dada a dinâmica global do mundo em que se insere.

2 PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE ELABORAÇÃO DO PLANO

A construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Centro do Sul Vale do Salgado utilizou-se da metodologia participativa, cuja premissa assegura a participação de todos os atores institucionais do território, para que sejam ouvidos, tenham as suas opiniões respeitadas e os dados sejam o mais aproximado possível da realidade.

Os passos metodológicos para a construção do plano seguiram as orientações estabelecidas pelo MDA. A primeira etapa consistiu em cinco fases: a primeira na preparação da ambiência de planejamento que teve como marco inicial a disseminação da estratégia de desenvolvimento territorial que culminou com a realização de um Seminário Territorial no período de dezembro de 2008 em cada Território.

A segunda fase consistiu na sensibilização dos atores estaduais realizada na Oficina Estadual onde foi firmado o Pacto Social pela territorialização do Ceará em fevereiro de 2009.

A terceira fase, em julho de 2009, resultou na mobilização dos atores territoriais em Plenárias Territoriais para constituição dos Colegiados.

A quarta fase objetivou a implantação do Colegiado, a Posse da Plenária, a Eleição do Núcleo Dirigente e a contextualização do Plano Territorial, em outubro de 2009 durante as Oficinas Territoriais.

Na quinta fase ocorre a formação de duas equipes: a primeira de ordem multi institucional responsável pelo acompanhamento técnico da elaboração do PTDRS, constituída de técnicos entre as instituições parceiras: SDT, SDA e Instituto Agropolos do Ceará; a segunda equipe formada por três consultores e o assessor técnico territorial, responsáveis por todos os elementos constituintes do plano, ou seja, desde o diagnóstico até a visão de futuro, eixos territoriais, programas e projetos estratégicos; o primeiro consultor residente no território e os outros dois no município da sede do Instituto Agropolos do Ceará (Fortaleza) e ainda com a atuação do Assessor Técnico Territorial (antigo articulador territorial) responsáveis pela elaboração do PTDRS.

A 2ª etapa teve como objetivo a construção do diagnóstico territorial fruto de pesquisas realizadas por meio da sistematização de dados secundários provenientes de livros, sites oficiais de informações, documentos acadêmicos, artigos, pesquisas e outros, numa primeira fase. Como segunda fase foi realizado o levantamento de dados primários, coletados nos municípios, oriundos das respostas ao instrumento elaborado, fundamentado no documentador do MDA, para discussão dos dados nas diversas reuniões realizadas nos territórios, através da matriz de planejamento denominada FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e de outras metodologias de Diagnóstico Rápido Participativo. A apresentação e debate no Colegiado territorial consistiram na 3ª fase onde foi apresentado o diagnóstico territorial através do relatório contendo a versão do diagnóstico; A 4ª e última fase foi à sistematização das contribuições da oficina em documento contendo a versão do diagnóstico para preparação do planejamento.

A 3ª etapa consistiu na elaboração dos demais elementos do plano: visão de futuro, eixos territoriais, programas, projetos estratégicos, cuja síntese foi apresentada ao Colegiado e validada e posteriormente sistematizada na versão de Resumo Executivo Preliminar divulgado no início de julho de 2010.

A 4ª etapa ocorre a reformulação da equipe técnica para a elaboração do plano, constituindo-se em uma equipe, de caráter multidisciplinar, dividida em duplas, cada qual responsável por um dos seis eixos temáticos: educação e cultura, saúde saneamento e água, ações sociais, meio ambiente, organização sustentável da produção e comercialização e gestão territorial, dos treze territórios. Esta etapa consistiu na apresentação da versão preliminar do PTDRS em Plenária Territorial para inserção de novas contribuições e priorização dos projetos estratégicos de todos os eixos com a eleição dos três primeiros a serem executados, bem como a validação deste documento como versão final do PTDRS.

Cabe ressaltar que a gestão social do plano ainda esta em fase de maturação para que na implementação deste plano possa ser definida a forma que servirá de base ao acompanhamento e monitoramento dos programas, projetos e ações a serem executadas ao longo do período de curto, médio e longo prazo firmado pelo Colegiado.

Parte I

O TERRITORIO

Aspectos Sociodemográficos

Características Estratégicas

Formação Histórica

O TERRITORIO

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

No âmbito territorial o enfoque de planejamento, e, sobretudo para uma política que vislumbra o Brasil como espaço urbano e rural, permite uma visão mais integrada de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas.

Esta política de planejamento prevê cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, uma iniciativa que possibilita reconhecer territórios, constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns. O fortalecimento da coesão social de seu espaço, portanto é ampliado e cria-se as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

A missão de promover o planejamento territorial para fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial através do Programa Territórios da Cidadania. A coordenação dessa estratégia esta sintonizada pelo governo federal em parceria com o governo estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a execução das ações é realizada pelo Instituto Agropolos do Ceará.

As orientações estratégicas de descentralizar as políticas públicas no governo do estado do Ceará nortearam a SDA a adotar os territórios como Território Rural de Identidade como referência estratégica no apoio a

organização dos atores na gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as potencialidades locais e valorizando a diversidade.

É importante ressaltar que o conceito de ruralidade adotado pelo MDA para os municípios reside no fato desses possuírem menos de 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab./km².

A estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no Programa iniciados pelo MDA/SDT: Cariri, Inhamuns/Crateús, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu e os sete outros em processo de implantação pela SDA: Centro Sul Vale do Salgado, Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano Jose de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe, conforme acordado durante o Encontro Estadual de Construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) realizado em 2007 e reforçado durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I CNDRRA) em 2008.

Nesse contexto de “Território Rural de Identidade” a SDA assumiu o compromisso de acompanhar conjuntamente com o MDA/SDT a implantação integrada de políticas públicas em 13 Territórios, incluindo os territórios participantes no âmbito federal acompanhados pelo Programa Territórios da Cidadania

3 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

O conhecimento dos aspectos sociodemográficos de uma população é um instrumento que subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social, bem como tomadas de decisão no planejamento e desenvolvimento do PTDRS, tornando possível a prospecção futura.

Para tanto, selecionou-se informações relativas à distribuição da população do território, outras relativas à estrutura da população residente, ou seja, a repartição geográfica da população por área rural e urbana considerando-se gênero, faixa etária, zona de moradia, a densidade demográfica e percentual urbano-rural e a taxa geométrica total distribuída nos espaços urbanos e rurais.

Na Tabela 1, os dados demográficos do Território Centro Sul Vale do Salgado correspondem à população total nos quatro últimos anos: 2007 a 2010 (com a taxa de crescimento, calculada entre os anos de 2007 e 2010 – anos censitários). Esses dados possibilitam a gestão e controle social de municípios que têm um crescimento demográfico positivo ou negativo de sua população, que a partir desta constatação podem servir de investigação quanto às ações e serviços que colaboram ou não com este crescimento.

Tabela 1: Distribuição da população do Território Centro Sul Vale do Salgado por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento.

MICRO I					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento
Baixio	5780	5971	5991	6026	4,26
Cedro	24607	25469	25591	24538	-0,28
Ico	63262	65377	65612	65453	3,46
Ipaumirim	11591	11966	11999	12014	3,65
Lavras da Mangabeira	29872	30612	30524	31096	4,10
Orós	21268	21824	21784	21392	0,58
Umari	7591	7855	7891	7545	-0,61
TOTAL	163971	169074	169392	168064	2,50

MICRO II					
Cariús	18649	19270	19338	18567	-0,44
Jucás	22890	23654	23738	23809	4,01
Saboeiro	16282	16806	16851	15754	-3,24
TOTAL	57821	59730	59927	58130	0,53
MICRO III					
Acopiara	48703	50485	50784	51171	5,07
Catarina	17028	17794	18010	18745	10,08
Iguatu	92260	96201	97203	96523	4,62
Quixelô	15708	16222	16272	15000	-4,51
TOTAL	173699	180702	182269	181439	4,46

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

As informações selecionadas sobre os dados demográficos e indicadores populacionais do Território Centro Sul e Vale do Salgado destacam a população residente fracionada segundo a faixa etária e gênero, dados importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas segundo as especificidades de cada faixa etária.

A Tabela 2 e as tabelas subseqüentes fracionadas por faixa etária apresentam o número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em cada espaço geográfico, seja por micro território ou por município. Possibilitam dimensionar a população-alvo de ações e serviços, analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades e ainda, contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.

A Tabela 2 apresenta o fracionamento relativo a faixa infanto-juvenil do Território Centro Sul e Vale do Salgado.

Tabela 2: População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado - 2010

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Baixio U	257	142	115	267	136	131	275	137	138
Baixio R	182	99	83	238	126	112	242	133	109
Cedro U	1118	564	554	1240	620	620	1495	782	713
Cedro R	652	316	336	774	387	387	924	475	449
Ico U	2363	1208	1155	2408	1198	1210	2837	1451	1386
Ico R	2718	1387	1331	3175	1580	1595	3721	1893	1828
Ipaumirim U	555	275	280	617	309	308	649	327	322
Ipaumirim R	384	202	182	424	223	201	446	245	201
Lavras da Mangabeira U	1241	663	578	1508	773	735	1778	923	855
Lavras da Mangabeira R	899	471	428	1122	586	536	1345	682	663
Orós U	1163	584	579	1266	643	623	1375	725	650
Orós R	357	187	170	419	200	219	482	240	242
Umari U	284	158	126	337	167	170	370	176	194
Umari R	266	134	132	336	179	157	367	188	179
TOTAL U	6981	3594	3387	7643	3846	3797	8779	4521	4258
TOTAL R	5458	2796	2662	6488	3281	3207	7527	3856	3671
MICRO II									
Carius U	564	277	287	629	320	309	816	398	418
Carius R	686	379	307	803	400	403	1034	493	541
Jucás U	1152	613	539	1173	616	557	1525	756	769
Jucás R	771	391	380	821	433	388	1073	569	504
Saboeiro U	705	350	355	726	340	386	867	449	418
Saboeiro R	621	326	295	670	340	330	913	455	458
TOTAL U	2421	1240	1181	2528	1276	1252	3208	1603	1605
TOTAL R	2078	1096	982	2294	1173	1121	3020	1517	1503
MICRO III									
Acopiara U	1888	1011	877	1931	979	952	2424	1219	1205
Acopiara R	1852	921	931	2102	1097	1005	2524	1371	1153
Catarina U	581	300	281	552	261	291	735	358	377
Catarina R	833	437	396	745	374	371	861	439	422
Iguatu U	5592	2909	2683	5693	2867	2826	6384	3207	3177
Iguatu R	1624	816	808	1690	877	813	1843	973	870
Quixelô U	360	173	187	398	186	212	488	229	259
Quixelô R	664	324	340	752	401	351	964	507	457
TOTAL U	8421	4393	4028	8574	4293	4281	10031	5013	5018
TOTAL R	4973	2498	2475	5289	2749	2540	6192	3290	2902

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
TOTAL URBANO TERRITORIO	17823	9227	8596	18745	9415	9330	22018	11137	10881
TOTAL RURAL TERRITORIO	12509	6390	6119	14071	7203	6868	16739	8663	8076

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.1 apresenta o fracionamento relativo a faixa dos jovens do Território Centro Sul Vale do Salgado.

Tabela 2.1: População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado - 2010

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Baixio U	321	152	169	323	170	153	263	132	131
Baixio R	275	138	137	215	113	102	207	109	98
Cedro U	1412	707	705	1308	657	651	1079	538	541
Cedro R	877	431	446	774	408	366	643	342	301
Ico U	2891	1419	1472	2935	1360	1575	2567	1224	1343
Ico R	3789	1940	1849	3040	1547	1493	2629	1293	1336
Ipaumirim U	688	348	340	617	313	304	609	294	315
Ipaumirim R	481	267	214	404	207	197	359	193	166
Lavras da Mangabeira U	1761	898	863	1549	737	812	1392	681	711
Lavras da Mangabeira R	1376	735	641	1143	609	534	955	507	448
Orós U	1404	741	663	1216	579	637	1246	623	623
Orós R	488	247	241	451	222	229	440	231	209
Umari U	352	185	167	305	158	147	306	150	156
Umari R	336	187	149	278	138	140	288	158	130
TOTAL U	8829	4450	4379	8253	3974	4279	7462	3642	3820
TOTAL R	7622	3945	3677	6305	3244	3061	5521	2833	2688
MICRO II									
Carius U	863	449	414	731	366	365	609	315	294
Carius R	1083	585	498	817	450	367	719	374	345
Jucás U	1416	687	729	1188	583	605	1017	459	558
Jucás R	1014	522	492	765	385	380	641	336	305
Saboeiro U	854	428	426	703	334	369	612	287	325
Saboeiro R	796	395	401	557	266	291	456	241	215

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
TOTAL U	3133	1564	1569	2622	1283	1339	2238	1061	1177
TOTAL R	2893	1502	1391	2139	1101	1038	1816	951	865
MICRO III									
Acopiara U	2240	1089	1151	2219	1029	1190	2008	931	1077
Acopiara R	2386	1253	1133	2195	1194	1001	1967	1031	936
Catarina U	766	367	399	992	430	562	846	412	434
Catarina R	934	447	487	1082	520	562	957	489	468
Iguatu U	6654	3216	3438	7447	3512	3935	6595	3072	3523
Iguatu R	2026	1027	999	1985	1039	946	1653	841	812
Quixelô U	435	210	225	382	191	191	384	176	208
Quixelô R	931	486	445	753	379	374	725	372	353
TOTAL U	10095	4882	5213	11040	5162	5878	9833	4591	5242
TOTAL R	6277	3213	3064	6015	3132	2883	5302	2733	2569
TOTAL URBANO TERRITORIO	22057	10896	11161	21915	10419	11496	19533	9294	10239
TOTAL RURAL TERRITORIO	16792	8660	8132	14459	7477	6982	12639	6517	6122

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.2 apresenta o primeiro fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Centro Sul Vale do Salgado.

Tabela 2.2: População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado - 2010

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Baixio U	253	133	120	218	113	105	205	98	107
Baixio R	208	122	86	185	89	96	170	87	83
Cedro U	1066	485	581	993	485	508	896	426	470
Cedro R	644	340	304	591	322	269	509	261	248
Ico U	2217	1023	1194	2121	961	1160	1862	836	1026
Ico R	2363	1212	1151	2208	1115	1093	2104	1054	1050
Ipaumirim U	536	277	259	432	206	226	418	189	229
Ipaumirim R	384	193	191	296	167	129	228	123	105
Lavras do Mangabeira U	1360	658	702	1103	535	568	1088	513	575

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Lavras do Mangabeira R	822	436	386	736	395	341	784	400	384
Orós U	1120	558	562	1046	493	553	1048	500	548
Orós R	367	192	175	373	185	188	351	181	170
Umari U	276	143	133	222	108	114	228	104	124
Umari R	262	125	137	229	114	115	209	103	106
TOTAL U	6828	3277	3551	6135	2901	3234	5745	2666	3079
TOTAL R	5050	2620	2430	4618	2387	2231	4355	2209	2146
MICRO II									
Carius U	566	265	301	505	234	271	524	247	277
Carius R	664	332	332	630	345	285	652	325	327
Jucás U	941	436	505	928	445	483	880	414	466
Jucás R	609	303	306	501	258	243	534	265	269
Saboeiro U	529	243	286	489	235	254	487	229	258
Saboeiro R	428	232	196	394	180	214	432	243	189
TOTAL U	2036	944	1092	1922	914	1008	1891	890	1001
TOTAL R	1701	867	834	1525	783	742	1618	833	785
MICRO III									
Acopiara U	1927	888	1039	1713	801	912	1523	732	791
Acopiara R	1896	1011	885	1591	857	734	1638	860	778
Catarina U	748	380	368	629	299	330	555	274	281
Catarina R	796	413	383	600	295	305	552	285	267
Iguatu U	6052	2880	3172	5311	2470	2841	5003	2340	2663
Iguatu R	1510	787	723	1377	714	663	1411	738	673
Quixelô U	369	183	186	375	193	182	303	140	163
Quixelô R	749	382	367	687	378	309	632	349	283
TOTAL U	9096	4331	4765	8028	3763	4265	7384	3486	3898
TOTAL R	4951	2593	2358	4255	2244	2011	4233	2232	2001
TOTAL URBANO TERRITORIO	17960	8552	9408	16085	7578	8507	15020	7042	7978
TOTAL RURAL TERRITORIO	11702	6080	5622	10398	5414	4984	10206	5274	4932

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.3 apresenta o segundo fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Centro Sul Vale do Salgado.

Tabela 2.3: População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado - 2010

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Baixio U	206	94	112	137	55	82	133	59	74
Baixio R	158	85	73	129	68	61	120	60	60
Cedro U	833	403	430	750	323	427	639	278	361
Cedro R	574	297	277	509	241	268	451	232	219
Ico U	1807	825	982	1423	633	790	1226	526	700
Ico R	1985	999	986	1569	737	832	1477	733	744
Ipaumirim U	393	168	225	317	144	173	289	140	149
Ipaumirim R	247	126	121	267	141	126	240	106	134
Lavras do Mangabeira U	972	483	489	860	401	459	749	345	404
Lavras do Mangabeira R	698	369	329	663	334	329	626	330	296
Orós U	975	435	540	885	400	485	778	306	472
Orós R	345	177	168	293	148	145	253	129	124
Umari U	219	102	117	194	83	111	192	83	109
Umari R	199	104	95	154	84	70	164	69	95
TOTAL U	5405	2510	2895	4566	2039	2527	4006	1737	2269
TOTAL R	4206	2157	2049	3584	1753	1831	3331	1659	1672
MICRO II									
Carius U	479	231	248	372	177	195	357	161	196
Carius R	611	312	299	499	255	244	511	255	256
Jucás U	758	351	407	583	261	322	563	243	320
Jucás R	578	310	268	520	269	251	459	237	222
Saboeiro U	452	197	255	402	178	224	408	180	228
Saboeiro R	418	212	206	381	182	199	335	189	146
TOTAL U	1689	779	910	1357	616	741	1328	584	744
TOTAL R	1607	834	773	1400	706	694	1305	681	624
MICRO III									
Acopiara U	1340	637	703	1146	519	627	1052	441	611
Acopiara R	1502	751	751	1317	680	637	1226	621	605
Catarina U	534	264	270	413	193	220	370	166	204
Catarina R	634	318	316	637	335	302	452	234	218
Iguatu U	4417	2045	2372	3486	1552	1934	2890	1279	1611
Iguatu R	1329	685	644	1159	547	612	1057	552	505
Quixelô U	273	123	150	235	108	127	190	89	101

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Quixelô R	654	327	327	567	298	269	560	299	261
TOTAL U	6564	3069	3495	5280	2372	2908	4502	1975	2527
TOTAL R	4119	2081	2038	3680	1860	1820	3295	1706	1589
TOTAL URBANO TERRITORIO	13658	6358	7300	11203	5027	6176	9836	4296	5540
TOTAL RURAL TERRITORIO	9932	5072	4860	8664	4319	4345	7931	4046	3885

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.4 apresenta o fracionamento relativo a faixa final da idade adulta e início da faixa considerada como início (65) etário representativo da idade considerada para fins de aposentadoria do Território Centro Sul Vale do Salgado.

Tabela 2.4: População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado - 2010

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Baixio U	115	49	66	107	48	59	98	42	56
Baixio R	106	48	58	93	48	45	75	46	29
Cedro U	623	273	350	511	237	274	455	206	249
Cedro R	386	200	186	325	168	157	279	143	136
Ico U	1044	464	580	858	364	494	741	310	431
Ico R	1204	597	607	1017	490	527	815	407	408
Ipaumirim U	241	115	126	226	96	130	220	100	120
Ipaumirim R	206	109	97	162	86	76	137	62	75
Lavras do Mangabeira U	761	323	438	590	265	325	585	263	322
Lavras do Mangabeira R	478	242	236	379	186	193	362	173	189
Orós U	742	358	384	505	215	290	529	236	293
Orós R	236	122	114	150	78	72	152	73	79
Umari U	166	71	95	146	74	72	139	71	68
Umari R	127	65	62	144	71	73	119	51	68
TOTAL U	3692	1653	2039	2943	1299	1644	2767	1228	1539
TOTAL R	2743	1383	1360	2270	1127	1143	1939	955	984

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO II									
Carius U	336	140	196	287	133	154	247	107	140
Carius R	442	227	215	356	193	163	329	166	163
Jucás U	539	243	296	452	199	253	461	213	248
Jucás R	412	205	207	342	195	147	255	126	129
Saboeiro U	357	175	182	272	128	144	235	104	131
Saboeiro R	266	151	115	225	121	104	169	88	81
TOTAL U	1232	558	674	1011	460	551	943	424	519
TOTAL R	1120	583	537	923	509	414	753	380	373
MICRO III									
Acopiara U	964	436	528	884	407	477	788	335	453
Acopiara R	1085	583	502	870	468	402	742	373	369
Catarina U	6942	3212	3730	4940	2200	2740	4087	1754	2333
Catarina R	915	458	457	748	380	368	602	327	275
Iguatu U	2628	1096	1532	2037	918	1119	1808	794	1014
Iguatu R	915	484	431	708	348	360	618	294	324
Quixelô U	231	102	129	167	79	88	148	70	78
Quixelô R	435	217	218	327	160	167	264	128	136
TOTAL U	10765	4846	5919	8028	3604	4424	6831	2953	3878
TOTAL R	3350	1742	1608	2653	1356	1297	2226	1122	1104
TOTAL URBANO TERRITORIO	15689	7057	8632	11982	5363	6619	10541	4605	5936
TOTAL RURAL TERRITORIO	7213	3708	3505	5846	2992	2854	4918	2457	2461

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.5 apresenta o fracionamento relativo a faixa de idade considerada com atenção especial aos idosos existentes no Território Centro Sul Vale do Salgado e que por sua vez merecem políticas públicas específicas voltadas para a qualidade de vida e estudos que possibilitem verificar como vivem esta faixa da população e quais os fatores que possibilitam sua existência com saúde e longevidade.

Tabela 2.5: População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado - 2010

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I						
Baixio U	48	24	24	78	39	39
Baixio R	52	28	24	67	33	34
Cedro U	303	128	175	438	190	248
Cedro R	205	101	104	251	142	109
Ico U	481	209	272	682	299	383
Ico R	486	243	243	693	344	349
Ipaumirim U	139	61	78	187	83	104
Ipaumirim R	83	40	43	128	61	67
Lavras do Mangabeira U	339	158	181	496	215	281
Lavras do Mangabeira R	242	105	137	328	174	154
Orós U	316	136	180	409	180	229
Orós R	104	44	60	105	53	52
Umari U	64	32	32	118	64	54
Umari R	76	36	40	73	37	36
TOTAL U	1690	748	942	2408	1070	1338
TOTAL R	1248	597	651	1645	844	801
MICRO II						
Carius U	168	76	92	257	118	139
Carius R	192	111	81	229	118	111
Jucás U	251	114	137	323	154	169
Jucás R	147	73	74	215	102	113
Saboeiro U	149	63	86	208	94	114
Saboeiro R	93	50	43	143	77	66
TOTAL U	568	253	315	788	366	422
TOTAL R	432	234	198	587	297	290
MICRO III						
Acopiara U	489	231	258	692	324	368
Acopiara R	444	223	221	595	321	274
Catarina U	128	63	65	142	70	72
Catarina R	111	56	55	144	79	65
Iguatu U	1051	424	627	1579	641	938
Iguatu R	401	197	204	562	284	278
Quixelô U	76	29	47	115	54	61
Quixelô R	159	82	77	248	125	123
TOTAL U	1744	747	997	2528	1089	1439

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
TOTAL R	1115	558	557	1549	809	740
TOTAL URBANO TERRITORIO	4002	1748	2254	5724	2525	3199
TOTAL RURAL TERRITORIO	2795	1389	1406	3781	1950	1831

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 3 apresenta as informações relativas a população rural e urbana, a densidade populacional, a taxa de urbanização e a taxa de ruralidade que permitem orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, o financiamento de serviços em base per capita; perceber o processo migratório da população, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbano e rural.

Tabela 3: População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Centro Sul Vale do Salgado, 2010.

Municípios	Pop Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica	Urbano %	Rural %
MICRO I						
Baixio	6026	3304	2722	41,1	54,8	45,2
Cedro	24538	15164	9374	33,8	61,8	38,2
Ico	65453	30465	34988	35,0	46,5	53,5
Ipaumirim	12014	7138	4876	43,9	59,4	40,6
Lavras do Mangabeira	31096	18138	12958	32,8	58,3	41,7
Orós	21392	16026	5366	37,1	74,9	25,1
Umari	7545	3918	3627	28,6	51,9	48,1
TOTAL	168064	94153	73911		56,0	44,0
MICRO II						
Carius	18567	8310	10257	17,5	44,8	55,2
Jucás	23809	14150	9659	25,4	59,4	40,6
Saboeiro	15754	8457	7297	11,4	53,7	46,3
TOTAL	58130	30917	27213		53,2	46,8
MICRO III						
Acopiara	51171	25237	25934	22,6	49,3	50,7
Catarina	18745	8728	10017	38,5	46,6	53,4

Municípios	Pop Total	Urbana	Rural	Densidade	Urbano	Rural
Iguatu	96523	74654	21869	93,8	77,3	22,7
Quixelô	15000	4929	10071	26,8	32,9	67,1
TOTAL	181.439	113.548	67.891		62,6	37,4
TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO	407.633	238.618	169.015		54%	44%

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 4 apresenta a taxa geométrica total, tanto a urbana quanto a rural no ano de 2010 que expressam em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado espaço e período de tempo. Considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.

Tabela 4: Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Centro Sul Vale do Salgado - 2010.

Municípios	Taxa Geométrica Total 2010	Taxa Geométrica Urbana 2010	Taxa Geométrica Rural 2010
MICRO TERRITÓRIO I			
Baixio	0,5	2,5	-1,4
Cedro	0,2	1,2	-1,2
Icó	0,5	1,6	-0,4
Ipaumirim	0,4	1,4	-0,9
Lavras da Mangabeira	0,0	0,8	-1,1
Orós	-0,3	0,1	-1,5
Umari	0,1	1,0	-0,7
MICRO TERRITÓRIO II			
Carius	0,1	1,5	-0,9
Jucás	0,5	1,8	-1,1
Saboeiro	-0,3	0,8	-1,4
MICRO TERRITÓRIO III			
Acopiara	0,8	1,3	0,4
Catarina	1,9	3,0	1,0
Iguatu	1,2	1,8	-0,6
Quixelô	-0,4	1,7	-1,3

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

Outros indicadores de análise importantes segundo órgãos como o IBGE e o IPECE, à gestão, planejamento e avaliação do Território podem ser extraídos e considerados a partir dos dados acima explicitados, em estudos e projetos futuros que considerem em seu delineamento a análise da/o:

RAZÃO DE DEPENDENCIA

Considera a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva geográfico, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependentes. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Sinalizam como indicadores utilizados para acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população; sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

TAXA DE FECUNDIDADE

Considera o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos. Ressalte-se que no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher, Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 49 anos de idade.

As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais. Adota-se o método direto para as Unidades da Federação onde o número de nascidos vivos informado no Sinasc é igual ou superior a 90% do número de nascidos vivos estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado.

INDICE DE ENVELHECIMENTO

Considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Os valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

4 CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS

O Território Centro Sul Vale do Salgado está localizado na porção sudeste do Estado do Ceará, compondo quatorze municípios. Os limites geográficos do território são: ao Norte, fronteira com os municípios; Pereiro, Jaguaribe (Território Vale do Jaguaribe); Solonópole, Dep. Irapuan Pinheiro, Piquet Carneiro, Mombaça (Território Sertão Central), ao Sul com Aurora, Caririaçu, Granjeiro, Várzea Alegre, Farias Brito, Tarrafas, Antonia do Norte (Território do Cariri); a Leste com o Estado do Rio Grande do Norte e a Oeste com Aiuaba e Arneiroz (Território Inhamuns Crateús).

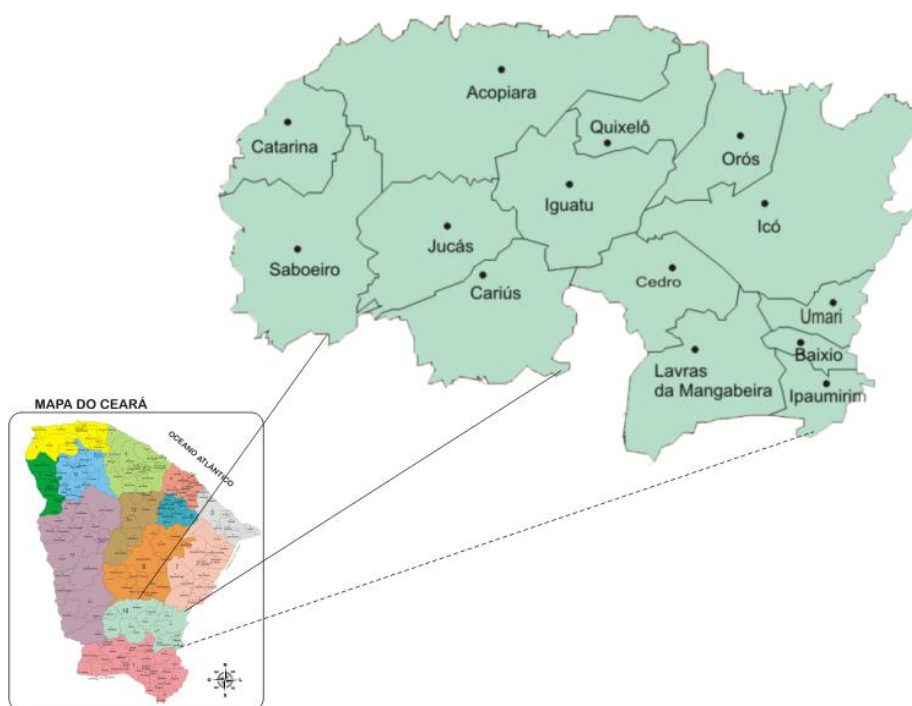


Figura 1: Representação do Território Centro Sul Vale do Salgado e Mapa do Ceará
Fonte: Adaptado de IPECE, 2009.

Os catorze municípios do Território Centro-Sul e Vale do Salgado são subdivididos em três micros territórios:

- Micro Território I tem uma área de aproximadamente 4.901,2 km² e é composto por sete municípios: Baixo; Cedro; Ipaumirim; Lavras da Mangabeira; Orós; Icó e Umari.

- Micro Território II possui uma área de aproximadamente 3.350,80 km² e é composto por três municípios: Cariús, Jucás e Saboeiro

- Micro Território III possui uma área de aproximadamente 4.475,40 km² e é composto por quatro municípios: Acopiara; Catarina; Iguatu e Quixelô.

O Território é interligado pelas rodovias: BR 116, CE 060, estas duas são as principais rodovias de integração entre os municípios do território e são as principais linhas de transporte de produtos e de passageiros entre a capital do estado do Ceará, a região sul do estado (Cariri) e outras regiões do País. Na Tabela 5 podemos visualizar o acesso aos municípios do Território, bem como a distância da capital Fortaleza.

Tabela 5: Área, acessos rodoviários e distância da capital em Km por municípios e Micro Territórios.

Município	Vias de acesso	Distância à capital km	Área km ²
MICRO TERRITORIO I			
Baixo	BR-116;CE-286/151	416,8	141,8
Cedro	BR-116;CE-282/153	410,1	678,8
Icó	BR-116	360,1	1.936,80
Ipaumirim	BR-116; CE-286	414,4	286,2
Lavras da mangabeira	BR-116/230	419,4	993,3
Orós	BR-116; CE-282/153	354,1	598,7
Umari	BR-116; CE-284	404,8	265,6
Total da área do Micro I			4.901,2
MICRO TERRITORIO II			
Cariús	CE-060/375	418,1	1.055,90
Jucás	CE-060/375	414,1	940,7
Saboeiro	CE-060/375/284	462,8	1.354,20

Município	Vias de acesso	Distância à capital km	Área km²
Total da área do Micro II			3.350,80
MICRO TERRITÓRIO III			
Acopiara	CE-040	345,1	2.296,20
Catarina	CE-060/371/277	398,1	582,10
Iguatu	CE-060	384,1	1.042,60
Quixelô	CE-060/154	392,1	554,50
Total da área do Micro III			4.475,40
Total da área do Território			12.727,4

Fonte: Anuário do Ceará, 2004.

5 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO

As origens de grande parte dos municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado remontam ao século XVIII quando por doação e/ou concessão de sesmarias, os primeiros ocupantes fixaram residência ao redor das fazendas e foram edificando capelas, gerando mais tarde os arraiais e, posteriormente, as vilas. A existência de aldeias indígenas, abrigando diversas nações, mostra que os índios foram os primeiros ocupantes deste território, como é o caso dos índios Quixelôs na região conhecida pelo nome de Telha, fazendo menção a uma grande lagoa de mesmo nome aos arredores, além dos índios Tapuias e Janduís.

A ocupação de todo o território da capitania do Ceará ocorreu por meio da concessão de sesmarias para a atividade pastoril. Essa distribuição seguiu os caminhos dos principais rios: Jaguaribe, Banabuiú, Salgado, etc. A formação de adensamentos populacionais e vilas na capitania do Ceará esteve, portanto, ligada ao movimento das concessões de terras para a criação de fazendas de gado e dos centros comerciais que surgiam em função da movimentação da pecuária. Surgiram posteriormente as vilas, os distritos e municípios, que foram se desmembrando e constituindo o território que hoje conhecemos.

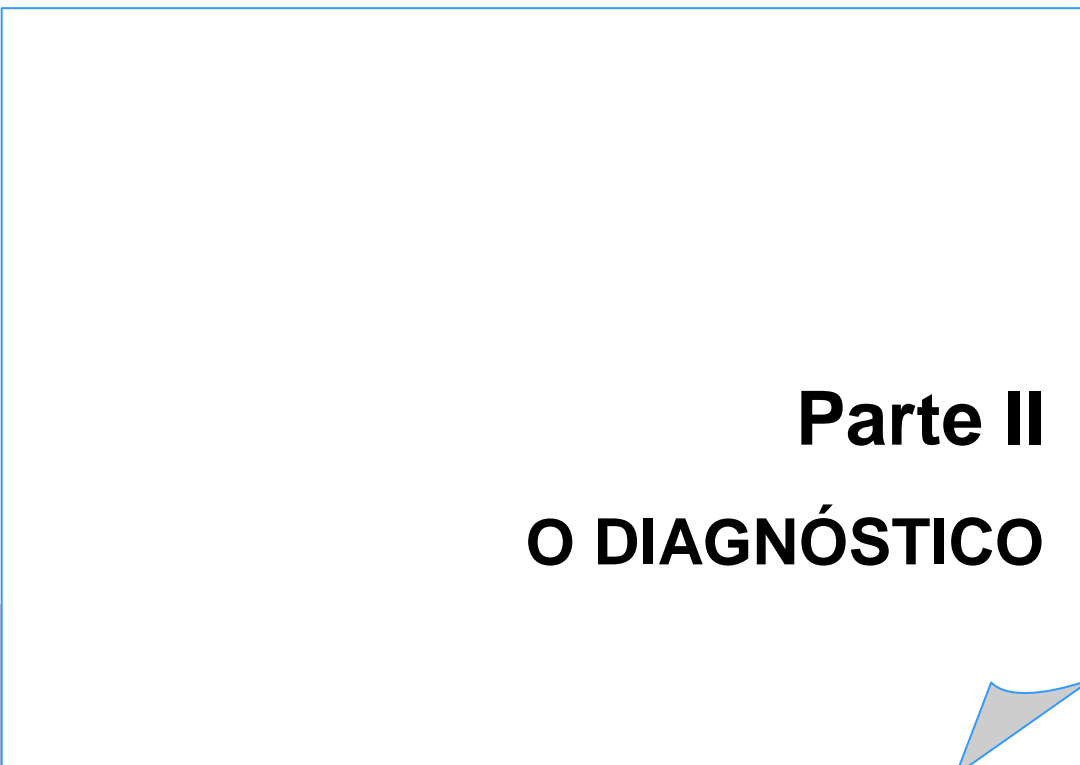
Um dos municípios mais antigos do Território é Icó, cuja história remete à chegada de Bartolomeu Nabo de Correia e mais 40 homens que faziam parte da Entrada em 1683 e deram início à povoação conhecida como *Arraial Novo dos Icós*, a sua primeira fase. A cidade foi elevada a vila em 1738, a terceira vila do Ceará, logo após Aquiraz e Fortaleza. Em 1842 obteve a categoria de cidade. Icó apresentou-se durante a época áurea como um dos três centros comerciais e de serviços do estado, juntamente com Sobral e Aracati, possuindo uma localização estratégica na rota das boiadas e comércio da carne salgada, do centro-sul do estado, inclusive da Paraíba.

Muitos colonizadores vindos da Paraíba, Pernambuco e Bahia ocuparam o território, edificando fazendas e igrejas para a catequização dos índios moradores do local. Posteriormente, a construção de reservas hídricas, como a de Lima Campos em Orós e a da linha férrea RFFSA que ligava a

capital ao Cariri influenciaram o aumento da população e o desenvolvimento do território, já que também favoreceu a chegada de geradores de energia elétrica, hospitais e outros equipamentos. Muitas dessas construções também foram resultado da assistência governamental com os períodos de seca.

Outro destaque que pode ser feito sobre a história da região é a atração feita pelos boatos de que havia ouro no Rio Salgado. Isso fez com que muitas pessoas não-indígenas provenientes de outros estados chegassem à região já no século XVII.

Os Rios Jaguaribe e Salgado funcionavam como estradas de escoagem da carne salgada e, posteriormente, o algodão e café com o fim do ciclo da carne. Na primeira metade do século XX, com os projetos do governo de combate à crises sociais causadas pela seca, como a construção de açudes e estradas, auxiliaram no desenvolvimento do território.



Parte II
O DIAGNÓSTICO

O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico, componente fundamental na elaboração e qualificação do PTDRS, retrata a leitura participativa da realidade na amplitude territorial, composto a partir de quatro dimensões de sustentabilidade: sociocultural educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, que analisadas a partir da matriz de planejamento FOFA geram o instrumento força motriz do desenvolvimento territorial.

A Dimensão Sociocultural Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios a partir dos aspectos sociodemográficos, da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios.

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e avaliação da situação dos aspectos geoambientais e as influências antrópicas sobre o meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

A Dimensão Socioeconômica procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioprodutiva.

A Dimensão Político Institucional consiste na análise das estruturas de poder nos territórios, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade sócio territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.

Parte II a

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

EDUCACIONAL

Aspectos Sociais

Aspectos da Saúde

Aspectos Educacionais

Aspectos Culturais

6 ASPECTOS SOCIAIS

O atual diagnóstico apresenta como são atendidas as populações rurais do ponto de vista da assistência social e apresenta ainda os programas do governo, que tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida de tais pessoas.

A Constituição Federal de 2008, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, art. 6º consigna como direitos a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Estabelece, ainda, no artigo 7º (inciso IV), o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais importante, foi que se determinou o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes. Na parte de financiamento, reconhece a importância da educação (art. 205), da saúde (art. 196) e da assistência social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

No caso da assistência social, o inciso V, do art. 203, estabelece “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas – da Previdência Social (RGPS), da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação Continuada (BPC), da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato de vinculação de impostos que assume as políticas públicas de educação e da seguridade social funciona como salvaguarda jurídica à medida que protege o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

É importante destacar que esse arcabouço jurídico da proteção social e que constitui o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos da cidadania, precisa realmente estar amparado constitucionalmente,

no sistema das vinculações de impostos e das contribuições sociais e no princípio do salário mínimo como piso dos benefícios e não em leis ordinárias. Este formato funciona como uma espécie de blindagem e proporciona segurança jurídico-institucional contra cortes orçamentários, não ficando à mercê da vontade de governos, que poderia ser substituído a qualquer momento, até mesmo, por medida provisória.

6.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Como direito fundamental do ser humano e, segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo.

Dentro deste propósito, as políticas públicas implantadas nos territórios devem garantir o acesso regular e permanente a alimentos (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e aos povos de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outros.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade, conforme exemplos a seguir.

6.1.1 Programa Por Um milhão de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva (P1MC)

Resultado da parceria iniciada em julho de 2003, entre o ministério do Desenvolvimento Social (MDS), do Governo Federal e a Articulação do Semi-Árido (ASA), organização que reúne 750 entidades sociais no Nordeste e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), este Programa tem como meta

construir no final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no semi-árido, assegurando dessa forma condições básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias.

A construção de cisternas visa a captar água da chuva que irá servir para o consumo próprio. São necessários editais para que estados e municípios firmem convênios com o MDS para a construção dessas unidades. Além de instalá-las, o MDS financia a formação da mão-de-obra para a construção e também a qualificação das famílias beneficiadas para a manutenção das cisternas.

A atuação do MDS também se estende ao acesso à água para produção de alimentos com o Programa Segunda Água. Tecnologias de captação de água da chuva são construídas para possibilitar ao sertanejo a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos.

Unindo os acessos à água para beber e para produzir, o MDS desenvolveu o Programa Cisternas nas Escolas. O projeto-piloto foi realizado em parceria com o Governo da Bahia. A partir deste projeto-piloto, o Ministério firmou termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para a construção de 110 cisternas nas escolas.

O público beneficiado pela ação Acesso à Água, além de morar no Semiárido, precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais.

MUNICÍPIO	Nº DE CISTERNAS	REPASSE MDS
Acopiara	762	1.122.486,96
Baixio	100	147.308,00
Cariús	523	770.420,84
Catarina	444	654.047,52
Cedro	462	680.562,96
Icó	280	412.462,40
Iguatu	-	-
Ipaumirim	100	147.308,00
Jucás	344	506.739,52
Lavras da Mangabeira	106	156.146,48

MUNICÍPIO	Nº DE CISTERNAS	REPASSE MDS
Orós	217	319.658,36
Quixelô	315	464.020,20
Saboeiro	294	433.085,52
Umari	120	176.769,60
TOTAL TERRITÓRIO	4.067	5.991.016,36
TOTAL ESTADO	56.402	83.084.656,00

Quadro 1: Número de Cisternas Construídas e Repasses do Programa Cisternas de Placas - Ano 2010

Fonte: MDS em Números/Relatório de Informações Sintético, 2010

No Território já foram construídas quatro mil e sessenta e sete cisternas via ASA/MDS, beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de 5,9 milhões de reais, conforme Quadro 1.

Em todo o Estado do Ceará foram construídas 56.402 cisternas, cujos repasses do MDS ultrapassaram 83 milhões de reais. Fazendo a relação com o Estado do Ceará, em termos percentuais, o território Centro Sul Vale do Salgado dispõe de 7,21% das cisternas construídas. Em valores repassados pelo MDS significa 7,21%.

6.1.2 Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição

A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar da população. Ela conta com uma estrutura operacional composta por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares. Desenvolve, ainda, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Sob a Coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Rede atua estrategicamente no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a

preços acessíveis e combatendo o desperdício. Estimula, ainda, a comercialização da produção dos agricultores familiares e a adoção de hábitos alimentares regionais saudáveis, visando o consumo seguro de alimentos e à melhoria das condições gerais de saúde da população.

No Território foram instaladas cozinhas comunitárias nos municípios de Iguatu (1), Lavras (1) e Orós (2), cujos repasses do MDS somaram mais de R\$ 850 mil reais. Em Acopiara, Baixio, Cedro, Iguatu e Lavras da Mangabeira foram instalados projetos de feira/mercado popular com repasses de mais de R\$ 447 mil reais. Em Icó, Iguatu e Lavras da Mangabeira foram instalados projetos de educação ambiental, no valor de R\$ 419.059,70.

Não foram repassadas informações acerca do funcionamento destes equipamentos, ou seja, quantas pessoas atendem por dia e que público é beneficiado; a relação destes com a agricultura familiar (no sentido de fortalecê-la); se há integração com os produtos da agricultura familiar para o abastecimento (cereais - frutas e verduras oriundas da AF).

6.1.3 Programa Bolsa Família (PBF)

Tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O Bolsa Família atende mais de 12 milhões de famílias em todo o território nacional. A depender da renda familiar por pessoa, do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 a R\$ 200. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

O Bolsa família associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140/mês.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso

a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O PBF está desenhado no Território, conforme número de famílias beneficiárias e volume de recursos repassados.

MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	REPASSE MENSAL	REPASSE ATÉ NOV/2010
Acopiara	8.291	782.944,00	1.572.559,00
Baixio	1.044	98.093,00	194.818,00
Cariús	3.308	314.852,00	630.967,00
Catarina	2.027	195.616,00	390.848,00
Cedro	4.043	393.224,00	765.729,00
Icó	11.278	1.127.384,00	2.190.080,00
Iguatu	11.947,00	1.068.177,00	2.135.618,00
Ipaumirim	2.040	194.256,00	379.602,00
Jucás	4.040	392.436,00	766.547,00
Lavras da Mangabeira	5.058	476.175,00	939.434,00
Orós	3.495	329.962,00	657.892,00
Quixelô	2.735	255.317,00	510.465,00
Saboeiro	3.054	296.991,00	592.860,00
Umari	1.303	129.855,00	252.506,00
TOTAL TERRITÓRIO	63.663	6.055.282,00	11.979.925,00
TOTAL ESTADO	1.022.259	101.079.328	1.174.401.644

Quadro 2 :Número de Famílias Beneficiárias e Repasse do PBF – Ano 2010

Fonte: MDS em Números/Relatório de Informações Sintético, 2010

O volume de recursos do PBF repassado ao Território no ano de 2010, considerando o mês de referência novembro de 2010, ultrapassou R\$ 11 milhões de reais. Somente no mês de novembro/2010 esse repasse girou em torno de mais de R\$ 6 milhões de reais. Para a grande maioria das famílias que são atendidas pelo programa esse benefício tem um significado especial, pois representa a única fonte de renda que tem garantido o sustento e a sobrevivência delas, principalmente no meio rural. No Território o número de famílias atendidas com o referido Programa aproxima-se de 65 mil beneficiários.

Entretanto, este benefício está longe de atender às famílias do Território em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional inscritas no CadÚNICO, conforme demonstra Quadro 3.

MUNICÍPIO	Estimativa de famílias pobres- Cadastro Único		Estimativa de famílias pobres no perfil do Bolsa Família		
	Nº	Cobertura em %	Nº no perfil	Nº atendidas	Cobertura em %
Acopiara	10.920	75,92	8.215	8.291	100,93
Baixio	1.245	83,86	927	1.044	112,62
Cariús	4.317	76,63	3.328	3.308	99,40
Catarina	3.686	54,99	2.866	2.027	70,73
Cedro	4.713	85,78	3.370	4.043	119,97
Icó	12.663	89,06	9.378	11.278	120,26
Iguatu	18.158	65,79	12.552	11.947,00	95,18
Ipaumirim	2.347	86,92	1.701	2.040	119,93
Jucás	4.711	85,76	3.528	4.040	114,51
Lavras da Mangabeira	6.064	83,41	4.457	5.058	113,48
Orós	4.167	83,87	2.922	3.495	119,61
Quixelô	3.710	73,72	2.841	2.735	96,27
Saboeiro	3.558	85,83	2.725	3.054	112,07
Umari	1.491	87,39	1.087	1.303	119,87
TOTAL TERRITÓRIO	81.750	79,92	59.897	63.663	108,21
TOTAL ESTADO	1.376.048	74,21	960.379	1.021.127	106,33

Quadro 3: Estimativa de Famílias Pobres no CadÚNICO e Famílias Pobres no Perfil do Programa Bolsa Família (PBF)

Fonte: MDS em Números/Relatório de Informações Sintético, 2010.

No CadÚNICO devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚNICO desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.

No CadÚNICO deve constar as informações das famílias cadastradas sobre características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; qualificação profissional e situação no mercado de

trabalho; remuneração; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

No território estima-se que existe mais de oitenta e uma mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais, o que representa 80%. Sendo que destas famílias que constam do CadÚNICO mais de cinquenta e nove mil, ou seja, 75% estão enquadradas no perfil do Bolsa Família. Mas, o número de famílias atendidas pelo PBF é bem maior, ou seja, a cobertura do PBF ultrapassa os 100%, o que representa em torno de 8%. Porém, se comparado os dois indicadores (perfil CadÚNICO e atendidas PBF), o total de famílias não atendidas pelo Bolsa Família gira em torno de mais de 18 mil famílias.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que no Território a cobertura encontra-se em 5% destas famílias cadastradas de todo o Estado.

Com relação ao Programa Bolsa Família o Estado do Ceará tem uma estimativa de 960.379 famílias pobres no perfil do Bolsa Família, porém, atende a 1.021.127, com cobertura de 106.33%.

Um conjunto de Programas utilizam o CadÚnico, tais como, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Carteira do idoso, Tarifa Social e Minha Casa Minha Vida.

Estas famílias pobres, na estimativa do CadÚNICO, apesar de não enquadradas no perfil do PBF enfrentam dificuldades no acesso aos bens de toda natureza e precisam ter a cobertura de outros programas sociais que atendam às suas necessidades essenciais.

Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família, em nível federal, desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais para atender as necessidades das famílias em áreas como acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais.

Essa articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, suas vulnerabilidades e potencialidades, e as ações e serviços já

existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.

No que se refere à articulação de programas complementares em nível federal, a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família apresenta contribuições em diferentes fases de cada programa, como mostra o Quadro 4.

PROGRAMA	CATEGORIA	OBJETIVO	AGENTE EXECUTOR
Programa Brasil Alfabetizado	Acesso a conhecimento	Alfabetização	MEC
Próximo Passo	Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo	TEM
Programa de Qualificação Profissional Continuada – Acreditar	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora	Construtora Norberto Odebrecht
PROMINP	Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional	Governos estaduais e municipais
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)	Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar	MDA
Crediamigo e Agroamigo	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural	BNB
Programa Nacional de Microcrédito orientado	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado	TEM
Territórios da Cidadania	Acesso a cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania	Casa Civil e Ministérios
Assentamentos Rurais	Acesso a cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF	MDA INCRA

Quadro 4: Programas complementares ao PBF em Nível Federal

Fonte: MDS *on line*, 2010.

Estas iniciativas complementares são importantes e precisam ser colocadas em prática pelos gestores municipais com a cooperação das esferas governamentais, no sentido de caminhar para a busca da autonomia dessas

famílias, uma vez que apoiadas pelas políticas de acesso à cidadania, ao conhecimento e acesso ao trabalho e renda estas famílias podem trilhar sozinhas o seu próprio caminho.

6.1.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em suas cinco modalidades, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) adquire alimentos da agricultura familiar. Os alimentos são disponibilizados para o atendimento às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, assistidas pela Rede de Proteção e Promoção Social.

A ação de Distribuição de Alimentos a grupos populacionais específicos é outra forma de garantir o direito humano à alimentação adequada. Política pública de caráter emergencial e complementar, a ação beneficia grupos sociais que apresentam mais dificuldades para produzir ou obter alimentos.

Uma parcela significativa dos alimentos disponibilizados a esses grupos é originada da agricultura familiar por meio do PAA. Entre os grupos assistidos, estão indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, acampados e pescadores artesanais.

6.1.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955 garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O referido Programa tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208 (incisos IV e VII) da Constituição Federal, quando coloca

que o dever do Estado,ou seja, das três esferas governamentais com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

As ações de SAN no PNAE possibilitam assegurar aspectos importantes, entre eles, destacam-se (1) a promoção do crescimento e desenvolvimento das crianças; (2) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos agricultores e agricultoras familiares e (3) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

Outro elemento a considerar refere-se ao exercício do controle social por parte da comunidade escolar e instituições por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem caráter deliberativo e autônomo, composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

O Quadro 5 indica que o Território recebeu 5,36% do montante dos recursos do Programa destinados ao Estado do Ceará, no valor total de R\$ 97.542.324,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 5,36% do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente a 33.537 agricultores/as familiares, o que representa 9,8% do total de agricultores/as do Estado do Ceará.

MUNICÍPIO	Valor do Repasse do FNDE(1)	Alunado(2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares ⁽³⁾	Nº de DAPs ⁽⁴⁾	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30% ⁽⁵⁾
Acopiara	737.820,00	11.679	221.346	5.643	6.961	PAA Leite/DS/CDLAF	25
Baixio	93.900,00	1.361	28.170	677	1.303	PAA Leite	3
Cariús	235.860,00	3.759	70.758	2.577	3.090	PAA Leite/DS	8

MUNICÍPIO	Valor do Repasse do FNDE(1)	Alunado(2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares(3)	Nº de DAPs(4)	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30%(5)
Catarina	169.140,00	2.584	50.742	1.124	2.272	PAA Leite	6
Cedro	405.240,00	6.417	121.572	2.372	5.040	CDLAF	14
Icó	887.340,00	13.958	266.202	6.033	7.730	PAA Leite	30
Iguatu	877.800,00	13.896	263.340	4.897	6.903	PAA Leite/DS/CDLAF	29
Ipaumirim	155.040,00	2.327	46.512	876	1.760	PAA Leite	5
Jucás	308.160,00	4.974	92.448	2.061	2.065	PAA Leite	10
L. da Mangabeira	420.300,00	6.277	126.090	1.609	4.979	PAA Leite/DS/CDLAF	14
Óros	309.000,00	4.725	92.700	772	3.228	PAA Leite	10
Quixelô	236.820,00	3.735	71.046	1.887	3.265	PAA Leite	8
Saboeiro	289.020,00	4.466	86.706	1.760	2.127	PAA Leite	10
Umari	107.220,00	1.670	32.166	1.249	1.528	PAA Leite	4
TOTAL TERRITÓRIO	5.232.660,00	81.828	1.569.798	33.537	52.251	-	174
TOTAL ESTADO	97.542.324	2.209.826	29.262.697	341.510	167.337	-	3.251

Quadro 5: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Fonte: FNDE e SAF/MDA – Organização das Informações SAF/MDA, 2009

*** Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

(1) 2010 com base no censo escolar de 2009

(2) Total de alunos em 2010 com base no censo escolar de 2009

(3) Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE.

(4) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010.

(5) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

DS: Doação Simultânea

CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar

FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar

CD: Compra Direta da Agricultura Familiar

Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite

6.1.6 Seguridade Social

A instituição da Seguridade Social pela Constituição de 1988 produziu importantes efeitos de transferência de renda para indivíduos e famílias. Neste sentido o texto constitucional ampliou consideravelmente a cobertura

previdenciária para os trabalhadores rurais, consignando-lhes benefícios iguais aos dos trabalhadores urbanos; estabeleceu um piso para os benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo; e garantiu a cobertura via assistência social do Benefício da Prestação Continuada (BPC), que destina um benefício monetário no valor de um salário mínimo a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que vivem em famílias com renda *per capita* de até ¼ do salário mínimo. Compõem a Seguridade Social a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

Assistência Social

Política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Marco legal: CF/88 e LOAS.

Proteção Básica

- Centros de Referência Social (CRAS) – responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.
- Centros de Atendimento à Criança e ao Adolescente, Juventude e ao Idoso.

Proteção Especial

- Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)
A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial é necessário que o cidadão esteja enfrentando situação de violação de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetora. Os serviços de PSE atuam diretamente

ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

- Benefício da prestação Continuada (BPC)
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

MUNICÍPIO	CRAS	CREAS	REPASSE MENSAL AÇÕES ATÉ NOV/2010	REPASSE TOTAL AÇÕES ATÉ NOV/2010
Acopiara	3	1	627.907,00	6.870.455,51
Baixio	1	0	68.457,40	711.377,13
Cariús	2	0	97.930,00	952.334,83
Catarina	1	0	146.240,20	1.639.466,44
Cedro	2	1	258.546,00	2.863.005,10
Icó	3	1	1.123.034,00	12.679.543,29
Iguatu	5	1	1.878.018,84	21.844.483,24
Ipaumirim	2	0	171.116,52	1.986.939,93
Jucás	2	1	330.306,20	3.629.729,13
Lavras da Mangabeira	2	1	294.360,00	3.258.175,44
Orós	2	1	243.849,35	2.711.563,26
Quixelô	1	0	71.448,40	704.799,37
Saboeiro	1	0	137.966,40	1.489.611,81
Umari	1	1	86.097,50	927.116,58
TOTAL TERRITÓRIO	28	08	5.535.277,81	62.268.601,06
TOTAL ESTADO	354	99	106.700.940,87	933.701.745,15

Quadro 6: Ações, Beneficiários e Repasses da Assistência Social – Ano base 2010

Fonte: MDS em Números/Relatório de Informações Sintético, 2010

Todos os municípios do território Centro Sul Vale do Salgado oferecem atendimento de proteção básica aos grupos e/ou pessoas em situação de

vulnerabilidade e risco social, através dos CRAS. Quanto à oferta de serviços de proteção especial, seis municípios ainda não implantaram os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), sendo eles Baixio, Cariús, Catarina, Ipaumirim, Quixelô e Saboeiro. Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 8% dos CRAS e 8% dos CREAS.

Com relação ao funcionamento dos CRAS e dos CREAS alguns municípios têm boa infraestrutura, mas em outros funcionam em péssimas condições físicas e com poucos profissionais para desempenhar as ações. Ainda há o problema da alta rotatividade dos profissionais, em razão dos baixos salários e das condições de trabalho. Todos os municípios adotam programas como o Projovem, PETI, Idoso e, em alguns municípios, os programas específicos para trabalhar o artesanato com grupos de mulheres e/ou grupos de gestantes.

Para o atendimento de serviços/ações, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas portadoras de deficiência; Serviços Específicos de Proteção Social Básica (Idosos e/ou Crianças de 0 a 6 anos); ProJovem Adolescente; Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias; Ações Sócio-educativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho (PETI) e Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-educativa até novembro de 2010, foram repassados ao Território mais de R\$ 62 milhões de reais. Relacionando o total destes repasses com o total do Estado do Ceará até Nov/2010, este total representou, em termos percentuais, cerca de 6,6%.

A participação das transferências têm tido rebatimento significativo na vida das famílias e produzido efeitos, sobretudo, no rendimento familiar, segundo estudos do IPEA (2010). A ampliação de benefícios e beneficiários e do volume total das transferências monetárias da previdência e assistência social têm repercutido na vida destas famílias, principalmente entre os idosos, graças às políticas previdenciárias (Aposentadoria Rural - na condição de segurado especial) e Benefício da Prestação Continuada (BPC).

Para este último benefício (BCP) o Território recebeu mais de 46 milhões de reais para o atendimento a 7.861 idosos e pessoas com deficiência

que comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento. O PETI destinou pouco mais de 1 milhão de reais para a retirada de crianças e adolescentes que, de qualquer forma, foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território. Quando somamos ao PBF estes recursos juntos chegam a mais de 595 milhões de reais, conforme Quadro 7. Isto pode significar que estas transferências, mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira, como é o caso do PBF, sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade.

Comparando as informações relativas ao Território com o total do Estado do Ceará verifica-se que para o PETI foram destinados em termos percentuais 16,47%; atende 2,94% de idosos do BPC, cujos valores de repasse significam 2,94%; enquanto pessoas com deficiência são atendidas 5,67% e os repasses chegam a 5,67%.

Município	PETI		BPC				Bolsa Família	
			Idoso		Pessoa com Deficiência			
	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE
Acopiara	-	48.500,00	271	1.589.670,00	678	3.892.448,16	8.291	1.572.559,00
Baixio	-	30.500,00	06	36.719,56	72	448.786,61	1.044	194.818,00
Cariús	-	0	22	131.580,00	103	554.878,58	3.308	630.967,00
Catarina	-	35.000,00	33	205.019,56	196	1.130.077,38	2.027	390.848,00
Cedro	-	46.000,00	48	300.390,00	266	1.530.569,06	4.043	765.729,00
Icó	-	193.000,00	196	1.196.457,02	1.439	8.574.571,68	11.278	2.190.080,00
Iguatu	-	308.500,00	1.153	6.887.554,09	1.698	9.974.129,98	11.947,00	2.135.618,00
Ipauimirim	-	54.000,00	38	250.919,41	188	1.120.800,66	2.040	379.602,00
Jucás	-	27.000,00	84	504.546,69	370	2.143.220,94	4.040	766.547,00
Lavras da Mangabeira	-	27.000,00	57	376.889,83	315	1.884.958,78	5.058	939.434,00
Orós	-	83.500,00	46	288.150,00	241	1.475.429,76	3.495	657.892,00
Quixelô	-	39.000,00	14	69.179,56	63	340.626,56	2.735	510.465,00
Saboeiro	-	18.000,00	14	98.940,00	149	881.279,66	3.054	592.860,00
Umari	-	143.000,00	19	107.099,12	82	485.000,92	1.303	252.506,00
TOTAL TERRITÓRIO	-	1.053.000,00	2.001	12.043.114,84	5.860	34.436.778,73	63.663	11.979.925,00
TOTAL ESTADO	-	6.391.500,00	67.911	304.006.627,47	103.249	457.005.057,45	1.014.225	973.971.394,00

Quadro 7: Comparativo entre Benefícios Sociais (BPC e PETI) e Bolsa Família com Repasse Direto aos Beneficiários - Ano 2010

Fonte: MDS em Números/Relatório de Informações Sintético, 2010.

6.1.7 Previdência Social

A previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma espécie de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência; visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego. Tem como leis básicas: a Constituição Federal de 1988, Leis N.º 8.212/91 e N.º 8.213/91 e Decreto N.º 3.048/99. É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceber direitos aos seus segurados.

Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são (1) aposentadoria por idade; (2) aposentadoria por invalidez; (3) aposentadoria por tempo de contribuição; (4) aposentadoria especial; (5) auxílio-doença; (6) auxílio-reclusão; (7) pensão por morte; (8) salário-maternidade; (9) salário-família e (10) auxílio-acidente.

O Quadro 8 trata da quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural). Dos anos de 2000 a 2009 aumentou o número de benefícios no Território em cerca de 22.727 mil, significando em termos percentuais, 37,57%.

O Valor dos benefícios emitidos corresponde ao valor líquido (diferença entre valor bruto e descontos) dos créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela. Em percentuais, houve um aumento significativo de mais de 200% e em recursos aproximou-se dos 345 milhões de reais, conforme mostra o Quadro 9.

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELO INSS – 2000 A 2009									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Acopiara	8.655	8.822	9.201	9.199	9.112	9.095	9.415	9.707	10.164	10.526
Baixio	492	527	552	581	620	593	592	653	634	618
Cariús	0	14	43	741	1.153	1.223	1.378	1.489	1.572	1.809
Catarina	1.625	1.673	1.709	1.768	1.714	1.752	1.824	1.929	2.026	2.122
Cedro	4.909	5.043	5.216	5.291	5.244	5.248	5.346	5.676	5.791	5.938
Icó	9.330	9.960	10.469	11.068	11.986	12.583	13.181	13.734	14.231	14.947
Iguatu	11.757	12.189	12.929	14.054	16.370	18.289	21.157	21.642	22.101	22.587
Ipaumirim	2.648	2.739	2.815	2.865	2.874	2.900	2.911	3.011	3.189	3.365
Jucás	6.890	7.058	7.394	6.621	5.749	5.641	5.793	6.065	6.261	6.388
Lavras da Mangabeira	5.620	5.714	5.782	5.703	5.336	5.181	5.353	5.514	5.569	5.591
Orós	4.038	4.161	4.307	4.386	4.272	4.270	4.384	4.530	4.679	4.830
Quixelô	1.827	1.912	1.996	2.015	1.898	1.683	361	540	785	996
Saboeiro	1.969	1.959	1.893	1.815	1.848	1.896	2.067	2.241	2.362	2.505
Umari	718	773	756	782	835	774	772	870	922	983
TOTAL TERRITÓRIO	60.478	62.544	65.062	66.889	69.011	71.128	74.534	77.601	80.286	83.205

Quadro 8: Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social/Estatísticas Municipais, 2000 a 2009.

MUNICÍPIO	VALOR DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELO INSS - 2000 A 2009									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Acopiara	17.185.157	20.606.096	23.737.167	28.594.197	31.404.413	34.469.257	39.645.497	44.358.533	50.244.757	59.094.213
Baixio	889.338	1.147.780	1.395.442	1.704.787	2.015.138	2.320.121	2.589.765	2.945.438	3.240.059	3.504.953
Cariús	0	4.487	87.980	639.611	3.216.361	4.473.769	5.584.572	6.685.315	7.627.798	9.737.651
Catarina	3.075.520	3.769.364	4.313.248	5.189.129	5.759.809	6.493.044	7.551.205	8.604.011	9.900.298	11.711.906
Cedro	9.821.267	12.073.161	13.865.155	16.709.626	18.448.001	20.539.251	23.183.875	25.895.806	29.285.363	33.605.121
Icó	18.028.041	22.389.422	26.574.587	33.229.656	39.013.223	46.627.513	54.528.707	61.023.147	69.080.622	81.432.513
Iguatu	25.961.171	31.252.554	36.443.653	45.789.856	57.020.645	69.743.576	86.204.355	101.261.575	112.328.684	129.461.963
Ipaumirim	5.206.021	6.289.684	7.293.832	8.796.449	9.787.494	10.991.677	12.631.032	13.828.646	15.695.190	18.552.928
Jucás	13.068.307	16.048.196	18.595.671	21.969.273	20.045.585	20.934.772	24.432.290	27.350.372	30.985.816	35.603.200
Lavras da Mangabeira	10.967.798	13.319.431	15.018.176	17.681.062	18.777.399	19.903.567	22.843.967	25.498.510	28.042.330	31.720.702
Orós	7.839.459	9.521.986	11.022.570	13.356.770	14.569.016	16.031.762	18.533.992	20.620.556	23.198.576	26.935.559
Quixelô	3.376.832	4.272.202	5.010.959	5.957.787	6.385.733	6.529.866	5.356.762	1.986.184	3.362.854	4.948.921
Saboeiro	3.787.576	4.324.045	4.829.725	5.506.161	5.949.483	6.855.276	8.417.980	9.732.141	11.383.537	13.628.985
Umari	1.332.935	1.674.524	1.931.971	2.280.418	2.674.207	2.989.062	3.395.397	3.916.076	4.630.199	5.527.427
TOTAL TERRITÓRIO	120.539.423	146.692.933	170.120.135	207.404.781	235.066.505	268.902.512	314.899.397	353.706.311	399.006.085	465.466.041

Quadro 9: Valor dos Benefícios Emitidos pelo INSS – Anos 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social/Estatísticas Municipais, 2000 a 2009.

Pesquisas mostram que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos contribuiu para significativa elevação do nível de renda no meio rural e conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir da população que vive no campo. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola. Essa realidade tem mudado também graças à intervenção de outros programas sociais, a exemplo do Bolsa Família, PETI, entre outros.

De todos os impactos da universalização da previdência social rural a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios basta observar o Quadro 10, onde o montante dos recursos repassados ao Território, no ano de 2008, se aproximou dos R\$ 465 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais os benefícios ultrapassaram o valor total de R\$ 342 milhões de reais.

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (1)						VALOR ACUMULADO (R\$ 1.000)					
	TOTAL		URBANA		RURAL		TOTAL		URBANA		RURAL	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Acopiara	10.164	10.526	1.948	2.100	8.216	8.426	50.245	59.094	11.016	13.064	39.229	46.030
Baixio	634	618	170	171	464	447	3.240	3.505	942	1.019	2.298	2.486
Cariús	1.572	1.809	253	314	1.319	1.495	7.628	9.738	1.250	1.772	6.378	7.966
Catarina	2.026	2.122	332	367	1.694	1.755	9.900	11.712	1.795	2.175	8.105	9.537
Cedro	5.791	5.938	1.089	1.139	4.702	4.799	29.285	33.605	6.648	7.582	22.637	26.023
Icó	14.231	14.947	3.104	3.233	11.127	11.714	69.081	81.433	17.227	20.154	51.854	61.278
Iguatu	22.101	22.587	7.528	7.828	14.573	14.759	112.329	129.462	44.297	51.303	68.031	78.159
Ipaumirim	3.189	3.365	570	643	2.619	2.722	15.695	18.553	3.286	3.987	12.410	14.566
Jucás	6.261	6.388	951	1.000	5.310	5.388	30.986	35.603	5.044	5.903	25.942	29.700
L. da Mangabeira	5.569	5.591	1.014	1.077	4.555	4.514	28.042	31.721	5.780	6.818	22.262	24.902
Orós	4.679	4.830	917	926	3.762	3.904	23.199	26.936	5.164	5.836	18.034	21.100
Quixelô	785	996	94	123	691	873	3.363	4.949	424	653	2.939	4.296
Saboeiro	2.362	2.505	251	259	2.111	2.246	11.384	13.629	1.335	1.579	10.048	12.050
Umari	922	983	153	172	769	811	4.630	5.527	792	983	3.838	4.545
TOTAL TERRITÓRIO	80.286	83.205	18.374	19.352	61.912	63.853	399.006	465.466	104.999	122.829	294.007	342.638

Quadro 10: Quantidade e Valor dos Benefícios Emitidos pelo INSS –Urbano e Rural - Anos 2007 e 2008

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009.

6.2 Direito à Segurança Pública

A Constituição Federal, no art. 144, refere-se aos municípios apenas para lhes atribuir competência para constituírem *guardas municipais* destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Guarda Municipal tem a função de *guarda patrimonial*. Não se trata de órgão policial. Não é atribuição das guardas municipais, segundo a Constituição Federal, realizar nem investigação criminal nem policiamento ostensivo

Além dessa prerrogativa de instituírem guardas municipais, os municípios podem atuar na segurança pública através da imposição de restrições administrativas a direitos e liberdades. O município pode, por exemplo, delimitar o horário de funcionamento de bares e restaurantes ou os locais da venda de bebidas alcoólicas. Tais restrições, de caráter administrativo, exercem importante função na segurança pública, prevenindo a prática de delitos.

A CF/88, ao caracterizar a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos” e ao positivar o princípio democrático, estabelece o fundamento jurídico dos arranjos institucionais que permitem a participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas de segurança. É o que ocorre, por exemplo, nas experiências de *policamento comunitário* ou, ainda, na dos *conselhos de segurança pública*. Tais experiências, particulares ao campo da segurança pública, se inserem no contexto atual de ampliação dos espaços de participação popular, no sentido da superação dos limites da democracia meramente representativa.

Sabe-se que alguns municípios têm problemas relacionados com drogas, principalmente entre o público mais jovem. Há adoção de políticas educativas nas escolas no sentido de ajudar esse público mais vulnerável, porém, somente no âmbito preventivo. Assim posto, os municípios não dispõem de equipamentos públicos para atendimento aos usuários que necessitam de tratamento e recuperação de drogados.

6.3 Direito ao Acesso à Justiça

Do ponto de vista da Justiça Global o acesso à justiça não se resume a que a população chegue às instâncias jurisdicionais do Estado, mas diz respeito ao direito à investigação adequada, às garantias judiciais e a um julgamento imparcial. O alto índice de impunidade no Brasil é um fator determinante para a continuidade das violações de direitos humanos no país. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública indicam que somente 7,8% de aproximadamente 49.000 (quarenta e nove mil) homicídios cometidos no Brasil a cada ano são investigados e processados com êxito, fato que demonstra uma evidente falha do Estado em exercer a devida diligência no funcionamento da justiça.

Isto pressupõe que os municípios para garantir esse direito consagrado constitucionalmente devem ter uma polícia judiciário-investigativa qualificada e de alto nível; defensores públicos para assegurar que aqueles que não têm condições para contratar um advogado e nem arcar com as custas judiciais possam litigar com equilíbrio na relação processual e serem asseguradas as garantias judiciais do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, bem como a presença de promotores de justiça para acompanhar os casos envolvendo família, criança e adolescentes, idosos, populações indígenas. O Ministério Público, no Brasil, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É fundamental a existência de instituições e/ou órgãos municipais de defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, a exemplo do direito do consumidor onde a população tenha informações sobre os seus direitos e conhecimento da lei.

MUNICÍPIO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	DELEGACIAS	DEFENSORES PÚBLICOS
Acopiara	1	MUNICIPAL	1
Baixio	1	-	-
Cariús	-	-	-
Catarina	1	-	-
Cedro	1	-	-
Icó	2	REGIONAL	-
Iguatu	1	REGIONAL/ESPECIALIZADA	3
Ipaumirim	1	-	1
Jucás	-	-	-
L. da Mangabeira	1	-	1
Orós	1	-	-
Quixelô	1	-	-
Saboeiro	1	-	-
Umari	-	-	-
TOTAL TERRITÓRIO	12	-	6

Quadro 11: Número de Promotores de Justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos – Ano 2010

Fonte: Ministério Público do Ceará, Defensoria Pública Geral do Ceará e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), 2010

No Território são doze promotores de justiça para o atendimento nos catorze municípios. Os municípios de Cariús, Jucás e Umari de Croatá não têm promotores públicos. O município de Icó possui duas promotorias públicas.

A defensoria pública está presente em quatro municípios, sendo eles, Acopiara, Iguatu, Ipaumirim e Lavras da Mangabeira. No caso do município de Iguatu são três defensores públicos para atender ao território. O que significa a impossibilidade do acesso à justiça dos declarados pobres que necessitam da tutela jurisdicional.

Todos os municípios têm cadeia pública, mas a grande maioria está mal equipada e com suas estruturas físicas comprometidas. Há uma delegacia municipal em Acopiara e uma regional em Icó e Iguatu onde estão concentradas as investigações dos crimes da região.

O município de Iguatu instalou a Delegacia de Defesa da Mulher, obrigatoriedade da lei nos municípios com mais de 60 mil habitantes e do aumento dos casos de violência contra a mulher, como tem sido constatado no Território.

A não criação da Delegacia de Defesa da Mulher traz conseqüências no âmbito da violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica porque acaba não obrigando aos municípios a instalar outros equipamentos públicos, como casas abrigo, centros de referência, além de iniciativas para a formação de profissionais multidisciplinares para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

A não existência de estatísticas do número e tipologia dos crimes praticados contra as mulheres favorece a impunidade porque os casos de violência contra a mulher não são denunciados e, portanto, não computados, o que acaba não revelando a real situação da violência contra as mulheres.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (n^o de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros).

6.4 Direito à Moradia

O Estatuto das Cidades criou uma série de instrumentos para que o administrador pudesse buscar o desenvolvimento urbano, sendo o principal o Plano Diretor. O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária na regularização fundiária dos imóveis urbanos e seus principais objetivos.

Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo até 15% para terrenos ociosos; a simplificação da legislação de parcelamento; uso e ocupação do solo, de

modo a aumentar a oferta de lotes e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.

De acordo com a própria lei, o Plano Diretor é "o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana", obrigatório para municípios com as características que se seguem (1) Com mais de vinte mil habitantes ou conurbados; (2) Integrantes de "área de especial interesse turístico" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental e (3) Que queiram utilizar de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Em virtude da complexidade da tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo Estatuto para criarem seus planos diretores. Diante dessa situação, foi promulgada a lei 11.673 em 2008, adiando o fim do prazo para 30 de junho de 2008.

A maioria dos municípios não elaboraram seus planos diretores, adotando em alguns casos, as regras do Código de Obras e Postura do Município. A obrigatoriedade da lei chama os municípios de Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas e Tabuleiro do Norte para instituir este instrumento importante de política urbana.

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir essas famílias em programas habitacionais de moradia popular.

6.5 Direito à Acessibilidade

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMob) foi instituída no Ministério das Cidades com a finalidade de formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, entendida como "a reunião das políticas de transporte e de circulação, e integrada com a política de desenvolvimento urbano, com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável". As atuais condições de mobilidade e dos serviços de transporte público no Brasil

direcionam a atuação da SeMob em três eixos estratégicos que agrupam as questões a serem enfrentadas, quais sejam (1) Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana; (2) Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor e (3) Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

A acessibilidade se configura então como o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, mas também de acessar a rede de informações.

Dizem as Leis n°s 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade que os processos de formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas (I) A priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações e (II) o planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

Não existem informações do número de deficientes nos municípios e com relação às políticas de acessibilidade algumas escolas construíram rampas e adaptaram as portas dos banheiros.

6.6 Direitos Humanos das Mulheres

O Brasil no âmbito internacional assumiu diversos compromissos, tendo sido a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres/CEDAW (ONU) de 1979 o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a

discriminação. Outros instrumentos se somaram a esse no sentido de garantir os direitos das mulheres, ou seja, Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência De Viena/ONU); Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (Convenção Belém do Pará/OEA); Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial Sobre População e Desenvolvimento (Cairo/ONU); Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (Beijing/ONU).

Esses instrumentos representam a luta histórica dos movimentos feministas e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das mulheres como direitos humanos. Estes devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade, sendo de competência dos Estados e governos programar políticas públicas orientadas por estes instrumentos internacionais e da sociedade, através de suas organizações e instituições, acompanhar seu cumprimento e colaborar com sua reflexão e crítica para seu aprimoramento.

No sentido de garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres, promovendo a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas iniciativas/ações/projetos estão sendo desenvolvidos, conforme descrição a seguir.

6.6.1 Programa Nacional de documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Promoção da cidadania e autonomia das mulheres do campo com a realização de mutirões para a emissão gratuita de documentação civil. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento, muitas mulheres não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. Portanto, estão impedidas de acessar direitos básicos da cidadania, ou seja, a aposentadoria rural e auxílio maternidade; o crédito e outras políticas de apoio à agricultura familiar; os programas sociais como o Bolsa Família e programas de apoio à reforma agrária.

Órgãos executores: MDA/DFDA, INCRA, INSS, Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, CEF, BNB, Ministério da Pesca e Aquicultura, em articulação com os movimentos locais de mulheres e STTRS.

6.6.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Mulher

As mulheres trabalhadoras rurais têm acessado o crédito do PRONAF, principalmente na modalidade B, e para elas foi destinado um crédito especial, o PRONAF Mulher. No entanto, não se têm os dados oficiais do número de mulheres que acessaram o crédito e para qual atividade produtiva foi destinado, haja vista que as referidas informações não foram disponibilizadas pelas instituições de crédito.

7 ASPECTOS DA SAÚDE

A avaliação sobre a saúde do território requer o conhecimento de algumas variáveis que vão além das específicas da saúde, as informações sócio demográficas, interferem diretamente nos resultados na saúde de uma população. Destaca-se portanto as variáveis como a população total do município e por faixas etárias, o saneamento básico, a escolaridade, o nível socioeconômico são exemplos de informações imprescindíveis no processo de planejamento que vão influir diretamente na formulação de Políticas Públicas para que tenham um forte substrato e base na equidade e na inclusão social. Citou-se que é válido perceber que o território é um espaço vivo e se expressa à busca do equilíbrio entre os diversos interesses e contrastes.

O planejamento participativo, discutido e vivenciado é uma planificação da democracia política. Ressaltou-se aqui a importância do caráter do Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS, que institui um marco no Estado pela proposta de construção e elaboração com os diversos olhares e atores que constroem essa história. Portanto, pensar uma nova atitude de desenvolvimento sustentável em saúde é pensar em um PTDRS ascendente, dialogando com as especificidades do território e sua realidade.

O conceito de território tem sua importância na concepção dos sistemas públicos de saúde desde sua origem na primeira metade do século XX no intuito de se organizar as redes regionais de atenção à saúde, essas redes e definições dos territórios das Coordenadorias Regionais de Saúde são concebidas em uma lógica diferente da configuração dos territórios trabalhados no PTDRS, tornando-se, portanto, um desafio avaliar a situação de saúde a partir da organização dos territórios discutidos.

Faz-se necessário uma colocação sobre algumas dificuldades encontradas, como a de especificar os dados relacionados à saúde da população rural, diferenciando e comparando às condições de saúde da população urbana, portanto os dados apresentados referem-se a situação de saúde dos municípios de Baixo, Cedro, Icó, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira,

Orós, Umari, Cariús, Saboeiro, Jucás, Acopiara, Catarina, Iguatu e Quixelô, municípios que compõem o Território Centro Sul Vale do Salgado.

Os indicadores estão agrupados em seis subconjuntos temáticos morbidade, mortalidade, condições de nascimento e seus fatores de risco, infraestrutura, disponibilidade de profissionais de saúde médicos por especialidade e demais categorias, saneamento e acesso à água – e são apresentados, na matriz, segundo a sua denominação, conceituação, método de cálculo, categorias de análise e fontes de dados. A produção de cada indicador é de responsabilidade da instituição-fonte a qual fornece anualmente os dados brutos utilizados no cálculo, em planilha eletrônica padronizada, preparada pelo DATASUS.

7.1 Análise da Situação de Saúde

7.1.1 Morbidades Crônicas e Transmissíveis

A prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 17 milhões de portadores da doença, segundo estimativa de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica. Para atender os portadores de hipertensão, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus (HIPERDIA). O programa compreende um conjunto de ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos da hipertensão. O objetivo do HIPERDIA é reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores. Avaliou-se as informações referentes à morbidade onde se priorizou algumas informações do território, primeiro sobre as duas doenças crônicas que mais se correlacionam às causas de mortalidade geral, que são as doenças do aparelho circulatório. Estas morbidades demandam demasiado gasto público para seu controle, tratamento

e reabilitação, pois causam várias e sérias complicações e limitações que vão interferir na qualidade de vida das pessoas. Outro fato preocupante é que as pessoas que tem uma doença crônica geralmente tem outras morbidades associadas.

Essas informações são essenciais à tomada de decisões, pois o conhecimento sobre a situação de saúde (perfil da morbidade e mortalidade, os principais fatores de risco e seus determinantes, as características demográficas), possibilitam um melhor planejamento dos serviços de saúde.

Tabela 6: Morbidades proporcional por doenças crônicas no Território Centro Sul Vale do Salgado.

Municípios	Doenças Crônicas		
	Ano	Hipertensão Arterial ¹	Diabetes ¹
MICRO TERRITORIO I			
Baixio	2008	68	16
Cedro	2008	1264	213
Icó	2009	339	86
Ipaumirim	2010	0	0
Lavras da Mangabeira	2005	454	89
Orós	2008	318	62
Umari	2006	140	17
TOTAL		2583	483
MICRO TERRITORIO II			
Cariús	2002	112	35
Saboeiro	2008	53	16
Jucás	2002	707	149
TOTAL		872	200
MICRO TERRITORIO III			
Acopiara	2010	0	0
Catarina	2010	217	45
Iguatu	2002	2817	675
Quixelô	2005	571	61
TOTAL		3605	781
TOTAL DO TERRITORIO		4288	1464

Fonte: Sala de Situação em Saúde

¹Portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus cadastrados no Hiperdia no ano de maior concentração de inscritos .

De acordo com as doenças crônicas, observou-se que os municípios Cedro, Jucás e Iguatu apresentam um maior número de pessoas portadoras de Hipertensão e Diabetes, porém os municípios de Ipaumirim e Acopiara não houve nenhum dado registrado e os demais municípios também apresentam uma quantidade significativa e relevante com relação a essas patologias, vale ressaltar que as informações cadastradas foram verificadas pelo Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes – HIPERDIA, neste sistema os cadastros são realizados e devem ser permanentemente atualizados para que haja melhor planejamento de insumos como medicamentos. Com relação aos indicadores de prevalência destas duas morbidades no território, obteve-se para a Hipertensão a prevalência de 1,6 casos para 100 habitantes, já para com relação à diabetes tem-se para cada 100 habitantes um resultado 0,4 casos da doença. Os resultados apontam para um alerta sobre a importância do cadastro das pessoas portadoras destas morbidades crônicas pois, estes índices encontram-se bem abaixo comparando-se ao Brasil, estima-se que 35% da população acima de 40 anos é hipertensa (IBGE, 2004).

Outras morbidades analisadas foram relacionadas as doenças infectocontagiosas como a Dengue por ser uma zoonose diretamente relacionada com o manejo ambiental. Sobre a Tuberculose por apresentar relação com as condições sócio econômicas e existirem várias iniciativas para o controle do avanço desta doença com pouco êxito. Com relação a Sífilis em Gestantes por ser uma morbidade de notificação compulsória está intimamente ligada ao processo de trabalho das equipes de saúde, sua resolutividade é na qualidade da atenção ao pré-natal, também por ter implicações severas após o nascimento. Já a Hanseníase é outra morbidade relevante para a avaliação em saúde e a Leishmaniose é uma doença infecto contagiosa que pode ser classificada também como zoonose, pelo fato de ser transmissível dos animais ao homem, e vice e versa. Os animais infectados com maior grau de importância em relação aos humanos são os cães, os roedores e os próprios humanos. Há dois tipos de Leishmaniose: Leishmaniose Tegumentar ou Cutânea e a Leishmaniose Visceral ou Calazar, portanto os dados podem ser visualizados na Tabela 7 a seguir:

Tabela 7: Morbidades Proporcional por doenças Transmissíveis no Território Centro Sul Vale do Salgado, em 2009.

Municípios	Doenças Transmissíveis					
	Dengue ¹	Tuberculose ¹	Sífilis ² Congênita	Hanseníase *	Leishmaniose Tegumentar *	Leishmaniose Visceral **
MICRO TERRITORIO I						
Baixio	1	0	0	6	0	0
Cedro	16	6	0	15	0	0
Icó	1	12	2	33	0	1
Ipaumirim	0	3	1	5	0	0
Lavras da Mangabeira	1	10	0	8	2	1
Orós	1	8	0	8	0	2
Umari	1	0	0	1	1	0
TOTAL	21	39	3	76	3	4
MICRO TERRITORIO II						
Cariús	0	2	0	15	0	0
Saboeiro	0	3	1	3	0	0
Jucás	2	3	0	18	0	2
TOTAL	2	8	1	36	0	2
MICRO TERRITORIO III						
Acopiara	11	9	1	18	1	5
Catarina	2	0	0	1	0	0
Iguatu	43	26	5	86	0	7
Quixelô	0	1	0	4	0	0
TOTAL	56	36	6	109	1	12
TOTAL DO TERRITORIO	79	83	10	221	4	18

Fonte: Sala de Situação em Saúde, 2009.

¹ Número de casos 2009;

² Incidência em gestante; * Taxa de Detecção 2009 (nº de casos); ** Taxa de Incidência 2009 (nº de casos).

Avaliando os índices das doenças transmissíveis, na Dengue observou-se no Território Centro Sul Vale do Salgado um total de 79 casos notificados no ano de 2009, quando calculou-se o indicador de incidência do território apresentou-se um resultado de 19,19 casos para cada 100.000 habitantes. Vale ressaltar, os municípios de Ipaumirim, Cariús, Saboeiro e

Quixelô não tiveram nenhum caso notificado. É interessante investigar os fatores ambientais que interferem na incidência desta doença nos municípios.

A definição de caso confirmado de Dengue baseia-se em critérios adotados pelo Ministério da Saúde para orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença em todo o País.

Segundo o Ministério da Saúde, a notificação de Dengue deve ser realizada independentemente da realização/ recebimento do resultado do exame laboratorial, pois o caso pode ser encerrado por vínculo epidemiológico/ clínico e não somente laboratorial.

Portanto, deve-se analisar variações geográficas e temporais na distribuição dos casos confirmados de Dengue, como parte do conjunto de ações de vigilância epidemiológica para prevenção e controle da doença; avaliar e orientar medidas de controle vetorial do *Aedes aegypti*; e, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas ao controle de doenças de transmissão vetorial.

Sobre a Tuberculose (TB), apresenta no Território Centro Sul Vale do Salgado um dado significativo(83) de casos desta doença. Quando calculou-se a taxa de incidência desta morbidade no território em 2009, o resultado é de (20,17) casos para 100.000 habitantes. Um dado importante que deve ser investigado, nos municípios de Baixio, Umari e Catarina não tiveram nenhum caso notificado.

Outro fator a ser considerado é a cobertura de vacinação pelo BCG que protege contra as formas graves da doença e a infecção concomitante pelo vírus da imunodeficiência humana – HIV que pode resultar em aumento da morbidade por tuberculose, apesar de não ter sido pesquisado, o número de casos da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS.

A Sífilis Congênita no Território Centro Sul Vale do Salgado teve como total 10 casos desta morbidade, destacando o município de Iguatu com 5 casos e tiveram municípios como Baixio, Cedro, Lavras da Mangabeira, Orós, Umari, Cariús, Jucás, Catarina e Quixelô que não tiveram nenhum caso notificado.

Quando se calculou o indicador de incidência de sífilis em gestantes, a ocorrência de casos no território encontrado foi de 7,86 casos. Este indicador pode nos revelar as deficiências na atenção à saúde da mulher, especialmente

no período pré-natal, quando as gestantes infectadas poderiam ser oportunamente identificadas e tratadas. A sífilis trata-se de uma doença sexualmente transmissível (DST) é diagnosticada durante os dois primeiros anos de vida, envolvendo assim uma abordagem ampla estendendo-se ao(s) parceiro(s) e a sensibilização sobre as diversas complicações que podem ser acarretadas se não for tratada adequadamente e caso não seja possível deverá ser feito o acompanhamento das crianças após o nascimento, portanto precisa-se investigar as causas da situação atual de controle deste território.

A eliminação da sífilis congênita como problema de saúde pública requer a redução de sua incidência a menos de um caso por mil nascidos vivos, meta a ser alcançada mediante a busca ativa de casos de sífilis materna e congênita, em serviços de pré-natal e em maternidades, paralelamente a ações de prevenção e tratamento; sem esquecer a grande importância do tratamento dos parceiros para o sucesso das ações (OPAS, 2002).

Com relação à Hanseníase, observa-se no Território Centro Sul Vale do Salgado 221 casos notificados, com maior índice nos municípios Iguatu, Icó, Acopiara, Jucás, Cariús e Cedro, sabendo-se que precisam ser investigadas as causas de incidência desta doença nos municípios.

A Hanseníase é uma doença infecciosa e contagiosa causada por um bacilo denominado *Mycobacterium Leprae*. Não é hereditária e sua evolução depende de características do sistema imunológico da pessoa que foi infectada. Quando diagnosticado a doença, o paciente sem tratamento eliminam os bacilos através do aparelho respiratório superior (secreções nasais, gotículas de fala, tosse e espirro), sabendo-se que o período de incubação da doença é bastante longo, variando de três a cinco anos. Portanto, a hanseníase tem cura, quanto mais precoce for diagnóstico mais fácil e rápido será a cura e o tratamento é feito nas unidades de saúde e é gratuito.

Observou-se que no Território Centro Sul Vale do Salgado, apresenta 18 casos notificados de Leishmaniose Visceral, enquanto tem apenas 4 casos de Leishmaniose Tegumentar. É importante investigar, quais as medidas tomadas de combate ao vetor.

A Leishmaniose Tegumentar ou Cutânea caracteriza-se por feridas na pele que se localizam com maior frequência nas partes descobertas do corpo.

Tardiamente, podem surgir feridas nas mucosas do nariz, da boca e da garganta. Já, a Leishmaniose Visceral ou Calazar é uma doença infecciosa, transmitida somente pela picada de um inseto infectado, conhecido como mosquito-palha. Humanos e várias espécies de animais, inclusive silvestre, podem ser hospedeiros da doença, mas não transmitem por contato direto como mordidas, lambidas etc.

Para prevenir a Leishmaniose Visceral ou Calazar é preciso manter a casa, quintal e arredores limpos e livres de lixo, principalmente orgânico. Aplique repelentes nas paredes, muros e quintais e use telas finas em portas e janelas. Repelentes naturais e baratos, como citronela e óleo de neem, são encontrados em agropecuárias e podem ser usados nos animais e no ambiente.

7.1.2 Mortalidade Proporcional (%)

Taxa de mortalidade infantil

Mortalidade proporcional por grupos de causas

A mortalidade proporcional por grupos de causas ocorre pela distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador mede a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. De modo geral é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais: condições socioeconômicas, perfil demográfico, infra-estrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde.

Com a avaliação deste indicador pode-se contribuir no conhecimento dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

Avaliou-se as causas relativas a mortalidade pelos grandes grupos de causas no anos de 2008: doenças do aparelho circulatório, demais causas, neoplasias, as causas externas onde são incluídos os acidentes e violências, doenças do aparelho respiratório, doenças infecciosas e parasitárias, e por fim, doenças do período perinatal.

Outro indicador avaliado foi o número de óbitos por 1000 habitantes, que é calculado através da taxa bruta de mortalidade: Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador expressa a frequência anual de mortes, taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total, além de contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população.

O uso de dados de mortalidade derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da subnotificação de óbitos, que é freqüente em áreas menos desenvolvidas. Como a taxa é fortemente influenciada pela estrutura etária da população, a análise comparada entre populações de composição distinta exige padronização das estruturas etárias.

Tabela 8: Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas no Território Centro Sul Vale do Salgado em 2008

Municípios	Mortalidade Proporcional Geral 2008									
	Total 2008	Nº Óbitos P/ 1000 Habitantes	Mortalidade Infantil P/ 1000 Nascidos Vivos	% Doenças Infecciosas	% Neoplasia	% Aparelho Circulatório	% Aparelho Respiratório	% Período Perinatal	% Causas Externas	% Demais Causas
MICRO TERRITORIO I										
Baixio	37	6,2	0	2,9	11,8	52,9	5,9	0	5,9	20,6
Cedro	170	6,7	15,5	4,8	16,1	43,5	10,1	0,6	8,9	16,1
Icó	389	6	10,6	6,8	12,9	42,8	7,1	0,8	11	18,6
Ipaumirim	52	4,3	32,4	6,3	12,5	35,4	10,4	10,4	14,6	10,4
Lavras da Mangabeira	181	5,9	7,9	4,3	18,9	31,7	18,9	1,2	7,3	17,7
Orós	163	7,5	6,8	8,6	17,2	38,4	7,3	0,7	8,6	19,2
Umari	48	6,1	33,9	6,5	10,9	39,1	15,2	6,5	2,2	19,6
TOTAL/MEDIA	1040	6,1	15,3	5,7	14,3	40,5	10,7	2,9	8,4	17,5
MICRO TERRITORIO II										
Cariús	117	6,1	15,4	2,8	12,8	41,3	5,5	2,8	10,1	24,8
Saboeiro	95	5,7	26,5	8,6	21,5	39,8	11,8	3,2	6,5	8,6
Jucás	161	6,8	7,3	3,2	13,9	38,6	12	1,3	12,7	18,4
TOTAL/MEDIA	373	6,2	16,4	4,9	16,1	39,9	9,8	2,4	9,8	17,3
MICRO TERRITORIO III										
Acopiara	299	5,9	23	3,4	16,8	37,4	10,1	3,4	14,1	14,8
Catarina	50	2,8	6,3	2	22	40	4	0	12	20
Iguatu	559	5,8	17,3	6,1	15,7	34,2	8,8	2,9	11	21,3
Quixelô	95	5,9	8,2	1,1	15,8	41,1	8,4	2,1	15,8	15,8
TOTAL/MEDIA	1003	5,1	13,7	3,2	17,6	38,2	7,8	2,1	13,2	18,0
TOTAL/MÉDIA DO TERRITORIO	2416	5,8	15,1	4,6	16,0	39,5	9,4	2,5	10,4	17,6

Fonte: Caderno de Informação em Saúde, MS, 2008.

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional / **Considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009; * Coeficiente de mortalidade infantil proporcional.

A informação de qualidade referente aos óbitos por causa externa não pode ser vista, simplesmente, como uma questão técnica senão também como uma ferramenta para a tomada de decisões coerentes. O monitoramento desses eventos constitui elemento importante para o conhecimento de suas tendências e do impacto das intervenções de políticas públicas adotadas para reduzir os índices de violência e melhorar os serviços de saúde (OLIVEREIRA e SOUZA, 2007). No Território Centro Sul Vale do Salgado avaliando a mortalidade proporcional por causas definidas encontramos no ano de 2008 a seguinte distribuição, apresentada na Figura 2.

No Território Centro Sul Vale do Salgado avaliou-se a mortalidade proporcional por causas definidas relacionadas ao período perinatal (2,5%) tem menos impacto diante das doenças infecciosas (4,6%), seguidas das doenças do aparelho respiratório (9,4%). As causas com maior representatividade foram relacionadas ao aparelho circulatório que representam praticamente 39% das causas de morte neste território, este resultado está associado a vários fatores que contribuem para as complicações e por vezes levam ao óbito como: o sedentarismo, o tabagismo, a hipertensão arterial, ao acesso e consumo de produtos industrializados e a outra característica demográfica o envelhecimento da população, conseqüentemente o aumento da expectativa de vida gerando mais problemas crônicos de saúde e próprios da idade avançada. Alguns municípios apresentam uma situação preocupante e um resultado bem acima da média do Território, como Baixo (52,9%) em que quase metade dos óbitos para o período são por doenças do aparelho circulatório, seguido de Cedro (43,5%), Icó (42,8%), Cariús (41,3%) e Quixelô (41,1%).

No entanto, vale destacar os percentuais das demais causas (17,6%), neoplasia (16%) e causas externas (10,4%) no Território Centro Sul Vale do Salgado no qual é importante investigar os dados destas causas.

Com relação às causas externas segundo o estudo do IBGE, a mortalidade masculina por causas externas afetam um segmento populacional em fase produtiva, reduzindo, em termos de anos de vida, os ganhos obtidos com a redução da mortalidade ocorrida na infância.

Uma alteração nas causas de mortalidade no território é a substituição progressiva de óbitos por doenças infecciosas e transmissíveis por doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e a violência.

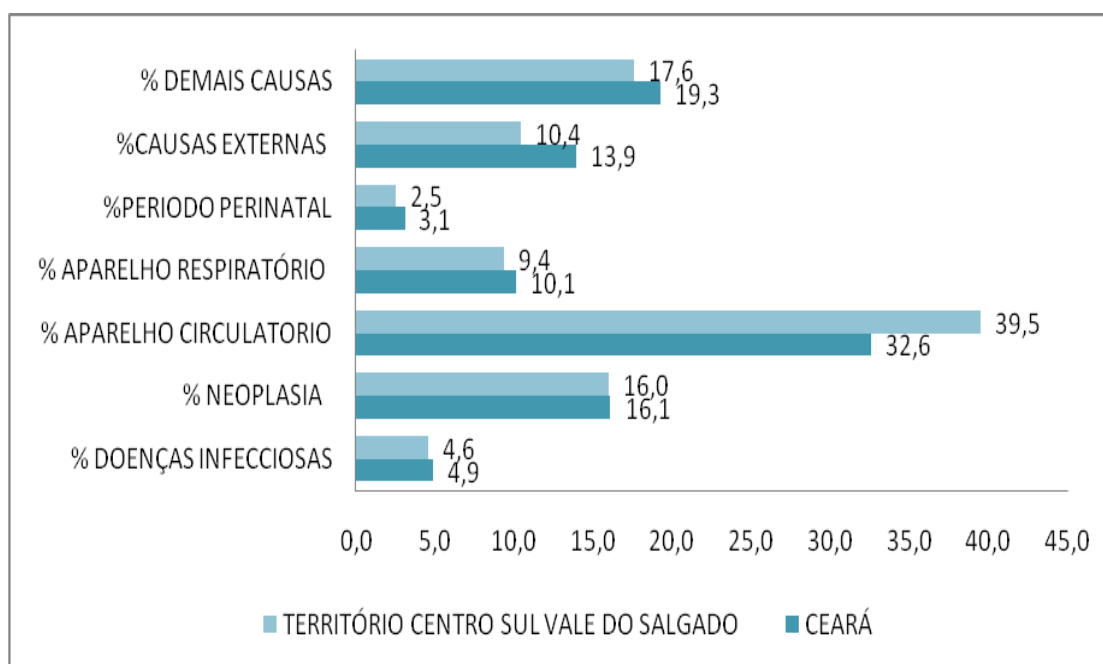


Figura 2: Gráfico da Mortalidade por Grupos de Causas no Território Centro Sul Vale do Salgado e do Ceará, em 2008

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Caderno de Informação em Saúde, MS, 2008.

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%) e no Território Centro Sul Vale do Salgado (39,5%) com um percentual um pouco superior.

Outras informações importantes que devem ser pesquisadas dizem respeito a mortalidade é a faixa etária em que estão concentrados os maiores índices de mortalidade por doenças do aparelho circulatório.

Ressalta-se a importância deste indicador especificando as grandes causas de morte na comunidade rural o que direciona atenção nas proposições a serem apontadas no Plano – PTDRS, a partir desta situação de mortalidade para este segmento da população.

Para atingir a Meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil deverá

apresentar uma taxa de mortalidade inferior a 15,7 óbitos por mil nascidos vivos em 2015. No período de 2000 a 2007, houve redução de 26,9% na taxa de mortalidade infantil no Brasil, de 27,4 para 20,0 óbitos por mil nascidos vivos.

7.1.3 Condições de Nascimento

As variáveis sobre as condições de nascimento trabalhadas inicialmente foram o total de nascidos, o percentual de partos vaginais e cesáreos, o percentual de crianças nascidas com baixo peso, o percentual de prematuros e o percentual de mães adolescentes que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos:

Tabela 9: Condições de Nascimento no Território Centro Sul Vale do Salgado, 2008.

Municípios	Informações Sobre Condições De Nascimento					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
MICRO TERRITORIO I						
Baixio	82	31,7	68,3	7,3	2,4	12,2
Cedro	386	33,5	66,5	7,8	2,8	20,2
Icó	1038	39,6	60,4	6,7	3,8	19,5
Ipaumirim	185	32,1	67,9	7,7	4,3	13
Lavras da Mangabeira	382	39,6	60,4	3,9	3,7	24,3
Orós	294	31,8	68,2	6,2	2,8	20,7
Umari	118	30,5	69,5	7,6	10,2	21,2
TOTAL/MEDIA	2485	34,1	65,9	6,7	4,3	18,7
MICRO TERRITORIO II						
Cariús	259	25,5	74,5	7,3	5,8	18,5
Saboeiro	264	22,1	77,9	2,7	3,8	25
Jucás	410	29	71	4,9	3,2	21,7
TOTAL/MEDIA	933	25,5	74,5	5,0	4,3	21,7
MICRO TERRITORIO III						
Acopiara	359	36,5	63,5	10,6	6,4	21,2
Catarina	160	25,0	75,0	3,1	4,4	21,3
Iguatu	1505	45,0	55,0	6,3	5,7	23,3
Quixelô	243	29,6	70,4	4,9	3,3	18,9
TOTAL/MEDIA	2267	34,0	66,0	6,2	5,0	21,2
TOTAL/ MÉDIA DO TERRITORIO	5685	31,2	68,8	6,0	4,5	20,5

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

De acordo com os índices da Tabela 9, os percentuais de partos cesáreos em relação aos partos vaginais no território estão dentro das metas recomendadas pelo Pacto Pela Saúde no Estado que é de 30%, preconizado pelo Ministério da Saúde, porém o obtido pelo Estado do Ceará em 2008 foi 42,7% do total dos partos cesáreos. Destacamos que nos municípios de Iguatu (45%), Icó e Lavras da Mangabeira (39,6%); Acopiara (36,5%); Cedro (33,5%); Ipaumirim (32,1%); Baixio (31,7%) e Orós (31,8%) estão com percentual acima da meta pactuada com Estado (30,1%).

Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto. Este indicador é útil para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção materno-infantil e a assistência médico-hospitalar. Devido às restrições impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) limitando os partos cesáreos ao máximo de 30% do total de partos financiados, os excessos que sejam encontrados podem estar relacionados principalmente aos partos não-SUS (por planos de saúde ou privados). De fato, pequena amplitude e variabilidade desse indicador são observadas entre os partos SUS.

Vale ressaltar ainda, a prevalência de partos vaginais (68,8%) ser superior aos partos cesáreos (31,2%), sabendo-se que ainda pode-se melhorar cada vez mais este indicador.

Sobre a maternidade entre as mães adolescentes (10 a 19 anos), encontrou-se uma média de 20,5%, entre as que pariram em 2008 eram adolescentes. O objetivo de conhecer esta variável é que esta se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez. Alguns municípios apresentam um percentual acima da média encontrada. Pelo menos cinco dos municípios que fazem parte do Território Centro Sul Vale do Salgado os municípios mais elevados foram Lavras da Mangabeira (24,3%), Saboeiro (25%), Iguatu (23,3%), Jucás (21,7%), Catarina (21,3%), Umari e Acopiara (21,2%). Relaciona-se este indicador a uma condição socioeducacional que é a

escolaridade destas mães, o acesso ao mercado de trabalho, ao padrão familiar entre outros fatores importantes.

O objetivo de conhecer esta variável é que se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e os fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez.

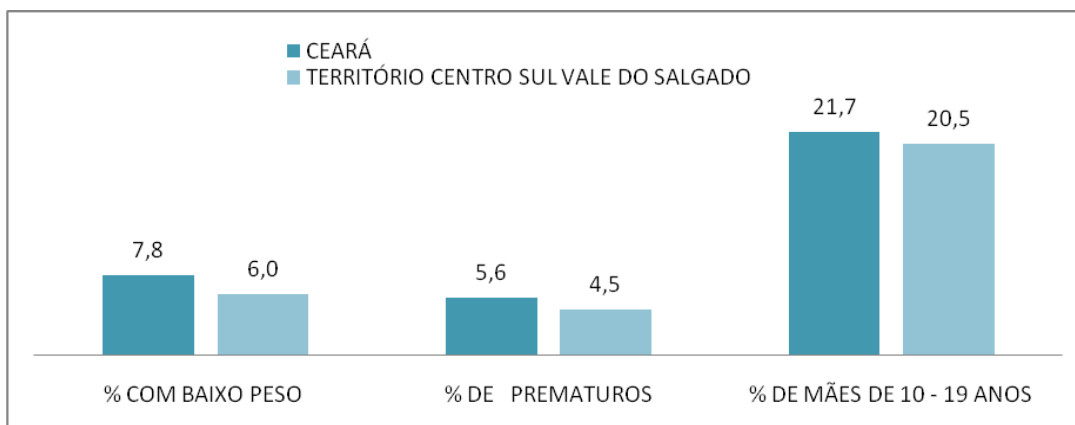


Figura 3: Gráfico da Situação de Nascimento no Território Centro Sul Vale do Salgado (percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes com idade entre 10-19 anos) em 2008.

Fonte: SINASC, 2010.

Sobre a prematuridade e o baixo peso ao nascer, a média do Território Centro Sul Vale do Salgado foi de 4,5% dos nascidos vivos foram prematuros, este percentual encontrado, foi matematicamente bem próximo dos dados do Estado do Ceará (5,6%).

Com relação ao baixo peso ao nascer tem-se uma média de 6,0% dos partos, são de crianças nascem nesta situação. Destaca-se alguns municípios como Acopiara (10,6%); Cedro (7,8%); Ipaumirim (7,7%); Umari (7,6%); Baixio e Cariús (7,3%) que se encontram acima da média perfazendo cada um quase que 10% de seus nascimentos são de recém nascidos de baixo peso.

A ocorrência de baixo peso ao nascer expressa retardo do crescimento intra-uterino ou prematuridade e representa importante fator de risco para a morbimortalidade neonatal e infantil. Esse dado irá contribuir para orientar iniciativas de intervenção nutricional e para avaliar condições orgânicas e condutas de risco da gestante (tabagismo, alcoolismo e outras).

O indicador serve como preditor da sobrevivência infantil: quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Valores de

baixo peso ao nascer em torno de 5 a 6% são encontrados em países desenvolvidos. Convenções internacionais estabelecem que essa proporção não deve ultrapassar 10%.

Proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno infantil. A idade materna pode estar associada a condições de risco para o recém-nascido, tais como a prematuridade e o baixo peso ao nascer, que tendem a ser mais freqüentes nos nascidos de mães adolescentes e idosas.

7.2 Infraestrutura

7.2.1. Critérios e Definições

7.2.1.1 *Atenção Básica*

➤ Número de equipes de Saúde da Família e cobertura

Sobre o total das equipes de Saúde da Família e a cobertura do percentual da população têm no território 108 equipes e um percentual de cobertura que corresponde a 1217. Existem alguns municípios que tem um percentual de cobertura de atenção básica bem abaixo da média do território como Umari (43%) e Lavras da Mangabeira (56%). Enquanto a cobertura não corresponder ao total da população os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, Universalidade, Equidade e Integralidade não estarão sendo cumpridos.

➤ Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF

Com a nova liberação, o país passa a contar com 1.126 Núcleos de Apoio à Saúde da Família credenciados. Até o próximo ano, serão mais 113 núcleos autorizados. Os núcleos têm, no mínimo, cinco profissionais que trabalham em parceria com as equipes de saúde da família em cada região. O NASF inclui as áreas de atendimento não contempladas na equipe de saúde da

família e amplia a abrangência e os resultados da atenção prestada à população.

Modalidades - Os núcleos são divididos em duas modalidades, de acordo com o número de equipes de saúde da família atuantes em cada estado. O NASF tipo I é voltado para os municípios com equipes de até cinco profissionais de nível superior. O NASF tipo II funciona em cidades com equipes de até três profissionais. Todos os NASF autorizados no Ceará são do tipo I.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, as cidades têm como proposta a implementação dos núcleos. Cada cidade beneficiada é responsável por escolher os profissionais que irão compor o núcleo, de acordo com a realidade de suas comunidades. No entanto, a recomendação é para que os municípios do Nordeste e da Amazônia Legal, cujo objetivo é priorizar ações dos núcleos para a redução da mortalidade infantil, como parte do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil nos municípios prioritários.

Núcleo - Para implantar o NASF, o município deve elaborar um projeto, informando o território de atuação e as atividades que serão desenvolvidas. Além disso, é preciso especificar os profissionais e sua forma de contratação com número de carga horária, identificação das equipes da saúde da família vinculadas ao NASF e a unidade de saúde onde os núcleos serão credenciados. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pelas Comissões Intergestoras do Estado.

7.2.1.2 Atenção Especializada

➤ Centro Especialidade Odontológicas – CEO

Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços: Diagnóstico

bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca; Periodontia especializada; Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; Endodontia e Atendimento a portadores de necessidades especiais

Os centros são uma das frentes de atuação do Brasil Sorridente. O tratamento oferecido nos Centros de Especialidades Odontológicas é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de atenção básica e no caso dos municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de saúde bucal. Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas casos mais complexos. Além da implantação de CEO's, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/intrarradiculares e fixas/ adesivas.

Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoa precisam de prótese dentária no país.

➤ Centro de Apoio Psicossocial – CAPS

Seu objetivo é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Os CAPS, entre todos os dispositivos de atenção à saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Com a criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. Os CAPS são serviços de saúde municipais, abertos, comunitários que oferecem atendimento diário.

Função dos CAPS: prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, evitando as internações em hospitais psiquiátricos; acolher e atender as

peças com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território; promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais por meio de ações intersetoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação; dar suporte a atenção à saúde mental na rede básica; organizar a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios; articular estrategicamente a rede e a política de saúde mental num determinado território; promover a reinserção social do indivíduo através do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a implantação de centros de Atenção Psicossocial. O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulado com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde mental de seu município.

➤ Farmácia Popular do Brasil

Em junho de 2004, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a um baixo custo para mais perto da população, melhorando o acesso e beneficiando uma maior quantidade de pessoas. O Programa atua sobre dois eixos de ação: as UNIDADES PRÓPRIAS, em funcionamento desde junho de 2004, que são desenvolvidas em parceria com Municípios e Estados e o SISTEMA DE COPAGAMENTO, lançado em março de 2006, desenvolvido em parceria com farmácias e drogarias privadas.

As UNIDADES PRÓPRIAS são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fio cruz), que coordena a estruturação das unidades e executa a compra dos medicamentos, o abastecimento das unidades e a capacitação dos profissionais. Contam, atualmente, com um elenco de 108 medicamentos

mais o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo representando uma redução de até 90% do valor comparando-se com farmácias e drogarias privadas. A única condição para a aquisição dos medicamentos disponíveis nas unidades, neste caso, é a apresentação de receita médica ou odontológica. Já no SISTEMA DE CO-PAGAMENTO, o Governo Federal paga uma parte do valor dos medicamentos e o cidadão paga o restante. O valor pago pelo Governo é fixo e equivale a 90% do Valor de Referência (consulte os valores na legislação do Programa). Por esse motivo, o cidadão pode pagar menos para alguns medicamentos do que para outros, de acordo com a marca e o preço praticado pelo estabelecimento. Para ter acesso a essa economia, basta que a pessoa procure uma drogaria com a marca “Aqui tem Farmácia Popular” e apresente a receita médica acompanhada do seu CPF e documento com foto. Atualmente, o Sistema de Copagamento está trabalhando com medicamentos para hipertensão, diabetes, colesterol e anticoncepcionais.

➤ Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU

O SAMU/192 faz parte da Política Nacional de Urgências e Emergências e ajuda a organizar o atendimento na rede pública prestando socorro à população em casos de emergência. Com o SAMU 192, o governo federal está reduzindo o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as seqüelas decorrentes da falta de socorro precoce. O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

Realiza o atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas, contando com as Centrais de Regulação, profissionais e veículos de salvamento. As Centrais de Regulação tem um papel primeiro e indispensável para o resultado positivo do atendimento, sendo o socorro feito depois da chamada gratuita, para o telefone 192.

➤ Unidades de Pronto Atendimento – UPA

As Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, onde em conjunto com estas compõe uma rede organizada de Atenção às Urgências. São integrantes do componente pré-hospitalar fixo e devem ser implantadas em locais/unidades estratégicos para a configuração das redes de atenção à urgência, com acolhimento e classificação de risco em todas as unidades, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências. A estratégia de atendimento está diretamente relacionada ao trabalho do Serviço Móvel de Urgência – SAMU que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o paciente ao serviço de saúde adequado à situação.

7.2.2 Tipos de Estabelecimentos

Constatou-se que no Território Centro Sul Vale do Salgado existem vários tipos de estabelecimentos de saúde sendo a sua maioria feita por Centros de Saúde/ Unidade Básica de Saúde (116), seguida de Clínica Especializada (29), Posto de Saúde (25), Hospital (17), CAPS (10) e CEO (7). Vale ressaltar, ainda uma pequena quantidade de estabelecimentos de NASF (3), Unidade Mista (4), Farmácia Popular (2), Policlínica (1) e UPA (1).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 10, percebe-se uma inexistência do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) entre os 14 municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado. É importante o diálogo entre os gestores para a formação de consórcios intermunicipais para a implantação desta política de atenção á saúde da população.

Além disso, é de fundamental importância a ampliação da equipe que compõem o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Atualmente, existe uma situação de possível equívoco sobre o papel desta estrutura representada nos municípios, pois os NASF se ligam às Equipes de Saúde da Família (EqSF) completas com o objetivo de apoiar estas equipes em suas limitações da especificidade das profissões que fazem parte da equipe mínima

(Enfermeiros, Dentistas e Médicos, além dos Agentes Comunitários de Saúde). Para atuação do NASF junto com EqSF deve haver uma parceria de atendimento em conjunto, de planejamento de ações entre as equipes do NASF e de Saúde da Família, um atendimento diferenciado para casos específicos, não pelo encaminhamento como se a atenção dispensada pelo profissional do NASF fosse a outro nível, mas compartilhada e discutida pela equipe de atenção básica.

O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulando com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde de seu município.

Ao analisar o número de equipes da Estratégia Saúde da Família no Território Centro Sul Vale do Salgado apresenta-se um indicador de 61 equipes completas, sabendo que precisa melhorar ainda mais esse percentual de cobertura.

Tabela 10: Tipos de Estabelecimentos da Atenção Básica e Especializada no Território Centro Sul Vale do Salgado dados de 2008, 2009 e 2010.

Municípios	Tipo de Estabelecimento SUS / Outros														
	Atenção Básica					Atenção Especializada									
	*Centro de Saúde/ Unidade Básica de Saúde	*Posto de Saúde	*Nº Eqsf 2010	*%Cobertura Eqsf 2010	**NASF	**Unidade Mista /Parto Normal	**CEO	**CAPS	**Farmácia Popular	**SAMU	**Upa	*Clínica Especializada	*Poli Clínica	*Hospital	Nº de Leitos por 1000 Hab.
MICRO TERRITORIO I															
Baixio	2	-	2	100	0	1	0	-	-	-	-	-	-	-	3,2
Cedro	11	3	10	100	1	-	1	1	-	-	-	1	-	2	4,1
Icó	16	1	13	68	1	-	1	3	-	-	-	5	-	2	1,8
Ipaumirim	3	1	3	86	0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,2
Lavras da Mangabeira	11	-	5	56	-	-	-	1	-	-	-	3	-	1	1,5
Orós	9	-	8	99	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2,4
Umari	3	-	1	43	0	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2,5
TOTAL	55	5	42	552	3	2	2	6	0	0	0	9	0	7	17,7
MICRO TERRITORIO II															
Cariús	4	4	6	100	0	-	1	-	-	-	-	2	-	1	1,2
Saboeiro	-	6	6	100	0	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Jucás	4	3	7	100	0	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2,7
TOTAL	8	13	19	300	0	1	1	0	0	0	0	2	0	3	5,9
MICRO TERRITORIO III															
Acopiara	17	-	11	75	1	-	1	1	1	-	-	2	-	2	2,7
Catarina	3	6	6	101	0	1	1	-	-	-	-	2	-	-	1
Iguatu	25	-	25	89	3	-	1	3	1	-	1	12	1	4	1,8
Quixelô	8	1	5	100	0	-	1	-	-	-	-	2	-	1	1,5
TOTAL	53	7	61	852	3	4	7	10	2	0	1	18	1	7	7
TOTAL DO TERRITORIO	116	25	61	852	3	4	7	10	2	0	1	29	1	17	30,6

Fonte: CNES-DATASUS/MS. saladesituacao, on line, Competência Julho*/Novembro**2010.

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Nota: Não inclui leitos complementares

O Número de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado é um indicador que mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS, por tipo de vínculo (público, privado e universitário), e a população residente na mesma área geográfica. Não inclui os leitos privados sem vínculo com o SUS.

O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas da população, bem como pelas políticas de atenção à saúde no SUS. Entre essas últimas, destacam-se a oferta de serviços especializados (doenças crônico-degenerativas, agravos à saúde mental etc.) e a cobertura da Atenção Básica à Saúde.

É para analisar variações geográficas e temporais da oferta de leitos hospitalares pelo SUS (públicos, privados e universitários), identificando situações de desequilíbrio que podem demandar a realização de estudos especiais, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar de responsabilidade do SUS.

No Território Centro Sul Vale do Salgado avaliou-se o percentual de número de leitos hospitalares por mil habitantes comparado ao Estado do Ceará, encontra-se no ano de 2009 a seguinte situação:

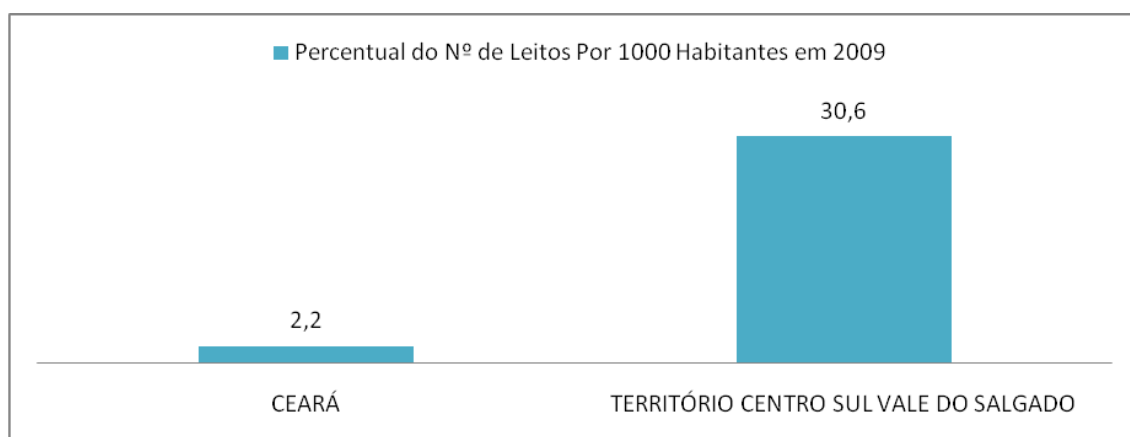


Figura 4: Gráfico do Percentual do Número de Leitos por 1000 Habitantes no Estado de Ceará e Território Centro Sul Vale do Salgado, em 2009.

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Observou-se na Figura 4, um dado bastante significativo com 30,6 leitos do Território Centro Sul Vale do Salgado em comparação com Estado do

Ceará 2,2 leitos em geral do percentual do número de leitos por 1000 habitantes.

7.3 Recursos Humanos

7.3.1 Ofertas de Profissionais Médicos por Especialidades por 1.000 habitantes

Número de profissionais de saúde por mil habitantes mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica.

No Território Centro Sul Vale do Salgado encontraram várias deficiências no que diz respeito às especialidades médicas os dados que mais chamam a atenção é a carência de Psiquiatra e Pediatra. Enquanto que a média para a especialidade Anestesista (0,1/ equivale 39 especialistas), Cirurgião Geral (0,1/ equivale 58 especialistas) e Clínico Geral (0,4/ equivale 169 especialistas). Entretanto, quando se calculou o total de profissionais por 1000 habitantes percebeu-se que esse dado está de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, que recomenda que haja pelo menos um profissional médico dessas categorias para cada 1000 habitantes. A disponibilidade de médicos, que atende e também não atende ao SUS, atualmente no território no geral é 1,4 de profissionais por 1000 habitantes.

Percebe-se na Tabela 11 que a disponibilidade com relação a estes profissionais praticamente concentra-se nos municípios de Iguatu (2,5), Jucás (1,9) e Baixo (1,8). Com o novo modelo proposto pelo Ministério da Saúde recomenda-se a atuação em redes e linhas de cuidados para que se priorize a presença primordial de alguns especialistas garantindo que a integralidade da atenção seja atendida em todos os níveis de atenção à saúde.

Sobre a Atenção Básica, temos o número de profissionais atuando como médico de família é de 0,4 para cada 1000 habitantes no Território. A inserção e fixação desta categoria em pequenos municípios e nesta proposta de atuação tem sido uma dificuldade enfrentada pelos gestores da saúde nas

mais diversas regiões. Faz-se necessária uma investigação mais detalhada sobre as causas para que se possa intervir diretamente no intuito de reverter a situação.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de superar entraves e limitações dos processos gerenciais de recursos humanos tradicionalmente adotados pelas instituições de saúde. Para isso, torna-se indispensável elaborar propostas e trabalhar sua viabilidade, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento das práticas de administração do trabalho nos serviços de saúde.

Tabela 11: Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade/ 1000 Habitantes no Território Centro Sul Vale do Salgado em 2008

Municípios	Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade por 1000 Hab.									
	Anestesista P/ 1000	Cirurgião Geral P/ 1000	Clinico Geral P/ 1000	Gineco Obstetra P/ 1000	Medico de Família P/ 1000	Pediatra P/ 1000	Psiquiatra P/ 1000	Radiologista P/ 1000	Total *	Prof./ 1000 Hab.
MICRO TERRITORIO I										
Baixio	0	0	0,2	0,2	0,3	0	0,2	0,3	1,2	1,8
Cedro	0,1	0,2	0,2	0,1	0,4	0	0	0,1	1,1	1,3
Icó	0,2	0,2	0,4	0,1	0,2	0,1	0	0	1,2	1,4
Ipaumirim	0	0	0,5	0	0,3	0,1	0	0	0,9	1
Lavras da Mangabeira	0	0,1	0,2	0,2	0,2	0	0	0	0,7	0,9
Orós	0	0	0,4	0	0,4	0	0	0	0,8	1,1
Umari	0	0	0,1	0	0,3	0	0	0,1	0,5	0,5
TOTAL	0,0	0,1	0,3	0,1	0,3	0,0	0,0	0,1	0,9	1,1
MICRO TERRITORIO II										
Cariús	0,1	0	0,4	0,1	0,3	0,1	0	0	1	0,9
Saboeiro	0,1	0,1	0,6	0,1	0,4	0	0,1	0	1,4	1,5
Jucás	0,2	0,2	0,5	0,1	0,4	0	0	0,1	1,5	1,9
TOTAL	0,1	0,1	0,5	0,1	0,4	0,03	0,03	0,03	1,3	1,4
MICRO TERRITORIO III										
Acopiara	0	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0	0,1	1	1,3
Catarina	0,1	0,1	0,3	0,1	0,7	0	0	0,1	1,4	1,3
Iguatu	0,1	0,2	0,6	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1	1,9	2,5
Quixelô	0	0,1	0,2	0,1	0,4	0	0	0,1	0,9	0,9
TOTAL	0,1	0,1	0,4	0,2	0,4	0,1	0,0	0,1	1,3	1,5
TOTAL/MÉDIA DO TERRITORIO	0,1	0,1	0,4	0,1	0,4	0,0	0,0	0,1	1,2	1,4

Fonte: CNES, abril 2010.

* Nº Total de Médicos.

Esses indicadores serão fortemente influenciados pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

7.3.2 Ofertas de Profissionais de Saúde por categoria por 1.000 habitantes

Este indicador mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica. Essas categorias fortemente serão influenciadas pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Ao analisar as variações da situação de distribuição dos profissionais de saúde de acordo com a Tabela 12, identificou-se situações de carência em algumas categorias principalmente entre Fonoaudiólogo, Assistente Social, Psicologia e Nutricionista.

A identificação destas deficiências de profissionais é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à interiorização de profissionais de saúde e contribuir nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a formação nas profissões de saúde e sua inserção no mercado de trabalho, pois existe um amplo espaço a ser ocupado por cada categoria que tem a sua prática já concretizada na área da saúde, principalmente na prevenção de agravos relacionados a saúde mental, uso de drogas, como é o caso do serviço social e a psicologia.

Com relação aos dados das demais categorias, observa-se uma grande concentração de profissionais das categorias de Enfermagem e Dentista, pois os mesmos fazem parte da equipe mínima da Estratégia Saúde da Família.

Tabela 12: Oferta de Profissionais de Saúde por Categoria Profissional/ 1000 Habitantes no Território Centro Sul Vale do Salgado em 2008.

Municípios	Oferta De Profissionais De Saúde Por Categoria/ 1.000 Hab.								
	Enfermeiro	Cirurgião Dentista	Fisioterapeuta	Nutricionista	Farmacêutico	Assistente Social	Psicólogo	Fonoaudiólogo	Total
MICRO TERRITORIO I									
Baixio	0,7	0,3	0,3	0,2	0,5	0	0	0,2	2,2
Cedro	0,5	0,5	0,2	0	0,2	0	0,1	0	1,5
Icó	0,4	0,3	0,1	0	0,1	0,1	0,1	0,1	1,2
Ipaumirim	0,3	0,2	0,2	0	0,1	0	0	0,1	0,9
Lavras da Mangabeira	0,5	0,2	0,1	0	0,2	0	0	0	1
Orós	0,5	0,5	0,2	0	0,1	0	0,1	0	1,4
Umari	0,6	0,3	0	0	0,1	0	0	0	1
TOTAL	0,5	0,3	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	1,3
MICRO TERRITORIO II									
Cariús	0,5	0,4	0,1	0	0,2	0	0	0	1,2
Saboeiro	0,5	0,4	0,1	0	0,1	0	0	0	1,1
Jucás	0,3	0,3	0	0,1	0,2	0	0,1	0	1
TOTAL	0,4	0,4	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	1,1
MICRO TERRITORIO III									
Acopiara	0,4	0,3	0,1	0	0,2	0	0	0	1
Catarina	0,5	0,8	0,3	0,1	0,1	0	0,1	0,1	2
Iguatu	0,5	0,7	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	2,1
Quixelô	0,6	0,6	0,1	0	0,1	0	0	0,1	1,5
TOTAL	0,5	0,6	0,175	0,05	0,175	0,025	0,05	0,075	1,65
TOTAL/MÉDIA DO TERRITORIO	0,5	0,4	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	1,4

Fonte: CNES, abril, 2010.

* Número Total de profissionais.

7.4 Saneamento Básico e Acesso a Água

7.4.1 Abastecimento de Água e de domicílio com Esgotamento Sanitário

A cobertura de redes de abastecimento de água é definida como o percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água: com canalização interna, quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição; e sem canalização, quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio.

Este indicador mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, através de rede geral de distribuição. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Existe o Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água (SISAGUA). Dos 184 municípios do estado, 179 (97,3%) alimentaram o SISAGUA, em 2008, com informações de cadastros das diferentes formas de abastecimento de água no município. O cadastramento constitui o primeiro passo para o desencadeamento das ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano, que incluem, dentre outros, o monitoramento da qualidade da água e as inspeções sanitárias.

Ao analisar situação da cobertura de abastecimento de água da população, identificou-se um percentual bastante significativo dos domicílios que tem abastecimento de água 83,5% no Território Centro Sul Vale do Salgado, bem acima do percentual encontrado no estado do Ceará que é de aproximadamente 60%.

Observou-se com relação ao percentual de domicílios com esgotamento sanitário um resultado de 11,8% no Território Centro Sul Vale do Salgado, esse dado é bastante preocupante onde gestores precisam estar

avaliando e implantando ações de Políticas Públicas para essa temática. E apenas 20,4% do Estado do Ceará possuem esgoto sanitário através de rede coletora, uma cobertura aquém da cobertura ideal. Alertamos ainda as baixas coberturas que favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Quando se relacionou este fato às causas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias tem um percentual de 4,6% do total de óbitos no território. Recomendou-se investigação das causas de internamentos para fornecer elementos a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais. Investigação esta que poderá subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao esgotamento sanitário.

Tabela 13: Percentual de Domicílio com Abastecimento de Água e de Domicílio com Esgotamento Sanitário, em 2007

Municípios	% domicílios com abastecimento de água	% domicílios com esgotamento sanitário
MICROTERRITORIO I		
Baixio	99,31	0,0
Cedro	92,63	12,1
Icó	99,4	36,0
Ipaumirim	77,6	0,0
Lavras da Mangabeira	92,0	0,0
Orós	90,9	0,0
Umari	76,9	0,0
TOTAL/MÉDIA	89,8	6,9
MICROTERRITORIO II		
Cariús	63,0	0,0
Saboeiro	61,6	2,2
Jucás	81,4	35,1
TOTAL/MÉDIA	68,6	12,4
MICROTERRITORIO III		
Acopiara	82,8	5,0
Catarina	95,3	0,0
Iguatu	94,2	1,8
Quixelô	96,5	57,92
TOTAL/MÉDIA	92,2	16,2
MEDIA DO TERRITORIO	83,5	11,8

Fonte: SEINFRA, 2007.

8 ASPECTOS EDUCACIONAIS

No Território Centro Sul Vale do Salgado, os aspectos educacionais foram abordados segundo as especificidades e modalidades de ensino relativo à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e Médio, à Educação de Jovens e Adultos e ao Ensino Superior. Além das fontes oficiais, alguns relatos colhidos durante o processo de elaboração do PTDRS foram também considerados para diagnosticar a situação da educação no Território.

Os aspectos analisados na abordagem do diagnóstico são referentes aos níveis de escolaridade, dentre eles a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, que levou em conta o número de matrículas em cada modalidade de ensino; a infraestrutura, cujas informações foram relativas ao número de escolas, bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB¹ e a Formação Docente dos professores, estes dois últimos em relação ao Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Superior foram abordadas as instituições de ensino superior que atuam no Território.

No Território Centro Sul Vale do Salgado os municípios são atendidos por diferentes Coordenações Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDE, a saber:

- O micro território I pela CREDE 16 e 17.
- O micro território II também pelas CREDEs 16 e 17;
- O micro território III pela CREDE 16.

A CREDE 16 com sede em Iguatu e a CREDE 17 com sede em Icó.

¹ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mede a qualidade do ensino público no país, reúne num só indicador dois conceitos de grande importância para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa. Indica a qualidade do ensino da escola do seu filho, do seu município e do seu estado. Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. O ideal seria que toda escola pública tivesse uma nota igual ou superior a 6.

8.1 População Alfabetizada

Um indicador de extrema importância na educação é o quantitativo da população alfabetizada com idade maior ou igual há cinco anos, pois esta taxa de alfabetização se refere ao percentual da população que pode ler escrever e entender mensagens simples em qualquer idioma ou dialeto. No caso do Ceará, fazendo um comparativo entre os anos de 2003, onde do total da população com idade maior ou igual há cinco anos 75,4% era alfabetizada, e o de 2008 quando esse percentual passou para 80,2%, havendo, portanto um crescimento da população que aprendeu a ler e escrever.

A tabela 14 mostra que considerando a população alfabetizada por faixa etária no Ceará, verifica-se que em 2008 a maior concentração está presente na faixa de 7 a 14 anos, vindo em seguida à faixa de 30 a 39 anos, representando 17,6% e 14,7%, respectivamente.

Tabela 14: População alfabetizada no Estado por faixa etária (total, e por zona de moradia: rural e urbano).

Grupo de Idade	2008					
	Total			Alfabetizadas		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
TOTAL	7.845.050	6.023.661	1.821.399	6.295.558	5.070.973	1.224.645
5 a 6 anos	268.228	194.602	73.616	73.022	62.189	10.833
7 a 14 anos	1.379.494	1.001.755	377.739	1.206.661	903.625	303.036
15 a 19 anos	852.537	652.385	200.152	819.460	632.491	186.969
20 a 24 anos	827.501	663.391	164.110	787.239	642.600	144.639
25 a 29 anos	695.504	559.223	136.281	642.389	528.752	113.637
30 a 39 anos	1.156.159	905.014	251.145	978.854	804.073	174.781
40 a 49 anos	1.051.325	853.058	198.267	813.381	699.894	113.487
50 a 59 anos	694.788	535.181	159.607	482.387	397.700	84.687
> 60 anos	919.514	659.042	260.472	492.165	399.589	92.576
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPECE, 2009.

Para a definição de estratégias de universalização da educação de qualidade no território, é importante se apropriar de alguns dados relativos ao

acesso e permanência dos alunos na escola. Uma educação de qualidade está relacionada a bons indicadores em relação à distorção idade/série, pois é fundamental para que haja aprendizagem que os alunos estejam presentes na escola na idade certa. Dentro dessa perspectiva, alguns indicadores como as taxas de Alfabetização e Escolarização do Ensino Fundamental e Médio como mostra a tabela 15, revelam a questão educacional no Território.

Tabela 15: Taxas de Alfabetização, Taxa de Escolarização Ensino Fundamental e Ensino Médio no Território.

Município	Taxa de Alfabetização	Taxa de escolarização no Ensino Fundamental	Taxa de escolarização no Ensino Médio
Acopiara	60,20%	98,70%	56%
Baixio	68,50%	95,50%	61,30%
Cariús	63,30%	87%	59,20%
Catarina	66,20%	49,50%	35,70%
Cedro	67%	95,40%	93,10%
Icó	61,30%	96,30%	52,7 %
Iguatu	71,80%	86,20%	70,30%
Ipaumirim	72%	90,9 %	41,60%
Jucás	66,90%	88,3 %	52,70%
Lavras da Mangabeira	66,50%	93,9 %	62,80%
Orós	66,60%	94,10%	53,20%
Quixelô	60,90%	93 %	66,90%
Saboeiro	58,10%	89,50%	56,30%
Umari	66,10%	100,10%	76,70%

Fonte: Indicadores MEC (1) 2000 e (2) 2007.

As taxas de Alfabetização são calculadas pela porcentagem das pessoas alfabetizadas sobre o total da população, já as de escolarização são feitas pelo número de matrículas da faixa etária da etapa sobre a população total do município na mesma faixa etária, o que revela como está a universalização do ensino.

De modo geral todos os municípios mostram taxas baixas de Alfabetização, sendo que o melhor índice é o de Iguatu com 71,80% dos alunos dessa faixa etária matriculados e a pior taxa é a do município de Saboeiro com 58,10%.

Já as taxas de Escolarização do Ensino Fundamental são bem maiores, sendo destaque os municípios de Acopiara e Umari, com os melhores índices e Catarina, com somente 49,50%, destoando dos demais municípios do

Território. As taxas de Escolarização do Ensino Médio mostram a baixa frequência dos jovens na escola, sendo o menor índice em Catarina, com 35,70% e o melhor em Cedro, com 93,10% dos adolescentes matriculados na escola.

8.2 Nível de Escolaridade

8.2.1 Educação Infantil

A Educação Infantil se constitui na primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional esta educação é promovida em duas fases da infância, a primeira para crianças de quatro meses de idade até os três anos de idade em creches, ou entidades equivalentes, e para as crianças de quatro a seis anos de idade nas denominadas pré-escolas. A avaliação terá o caráter de acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LDB, 1996).

O Território Centro Sul Vale do Salgado possui um total de matrículas na Educação Infantil de 16.478 alunos, dos quais 5.783 estão inscritos nas creches e 10.695 na pré-escola.

É possível observar a partir da Tabela 16 que as matrículas estão concentradas na rede pública municipal. A rede particular corresponde a somente 9,32% do total de matrículas do Território Centro Sul Vale do Salgado e é quase inexistente na zona rural.

Com relação à zona de moradia, as matrículas são concentradas na zona urbana: no Micro I, essa concentração representa 64,81% nas escolas urbanas, no Micro II são 62,44% e o Micro III, 62,16% do total.

Quanto às modalidades da Educação Infantil, as matrículas estão concentradas na Pré-Escola, representando 64,90% do total. No Micro I, por exemplo, elas correspondem 58,70%, já no Micro II, essa porcentagem sobe

para 69,66% e, no micro III, 69,89%. Esses dados revelam a diferença entre as modalidades no Território, o que é mais evidenciado no Micro III, apesar de este não conter o número maior de matrículas totais.

Essa diferença indica o atendimento precário à faixa etária das creches (de 0 a 3 anos), já que há concentração na pré-escola (de 4 a 6 anos). Isso reflete a falta de prioridade ao longo da história da educação dada a esse nível de ensino, situação mudada desde 2006, com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

A informação revela a necessidade de ampliação no atendimento às crianças na faixa etária da Educação Infantil (0 a 6 anos), principalmente nas creches, já que muitas mulheres estão inseridas no mercado de trabalho e essas seriam instituições que poderiam auxiliá-las na guarda e na formação pré-escolar de seus filhos. Os informantes dos comitês revelaram que existem incentivos provenientes dos âmbitos estadual e federal para a ampliação de matrícula, mas não contemplam todos os municípios.

Para este nível de ensino, existe a necessidade de infraestrutura adequada, com salas de aula, material didático específico, pátios de recreação e professores com formação continuada. Segundo os comitês, a infraestrutura possui alguns elementos que atendem as exigências curriculares, mas ainda há necessidade de investimento e desenvolvimento do setor. Quanto ao número de professores, existe suficientemente, mas é necessária uma formação adequada dos profissionais à faixa etária.

Nos casos das creches, seria interessante instituir e ampliar o tempo integral com recursos adequados, já que a família pode ter dificuldade na locomoção e cuidado das crianças no turno contrário àquele atendido, em caso de escolas de um só turno.

Tabela 16: Educação Infantil - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Matrícula no Ensino Infantil		
			Creche	Pre-Esc.	Total
MICRO TERRITÓRIO I					
BAIXIO	Municipal	Rural	109	48	157
		Urbana	95	95	190
	Total:		204	143	347
	Particular	Urbana	0	35	35
Total:			204	178	382
CEDRO	Municipal	Rural	71	140	211
		Urbana	128	272	400
	Total:		199	412	611
	Particular	Urbana	181	363	544
Total:			380	775	1.155
ICO	Municipal	Rural	399	1.112	1.511
		Urbana	432	255	687
	Total:		831	1.367	2.198
	Particular	Urbana	48	377	425
Total:			879	1.744	2.623
IPAUMIRIM	Municipal	Rural	35	38	73
		Urbana	222	232	454
	Total:		257	270	527
	Particular	Urbana	24	54	78
Total:			281	324	605
LAVRAS DA MANGABEIRA	Municipal	Rural	185	133	318
		Urbana	543	198	741
	Total:		728	331	1.059
	Particular	Urbana	0	147	147
Total:			728	478	1.206
OROS	Municipal	Rural	80	132	212
		Urbana	300	447	747
	Total:		380	579	959
	Particular	Urbana	45	45	90
Total:			425	624	1.049
UMARI	Municipal	Rural	35	51	86
		Urbana	82	110	192
	Total:		117	161	278
	Particular	Urbana	0	0	0
Total:			117	161	278
Total do Micro I			3014	4284	7298
MICRO TERRITÓRIO II					
CARIUS	Municipal	Rural	28	203	231
		Urbana	144	271	415
	Total:		172	474	646

Município	Rede	Zona	Matrícula no Ensino Infantil		
			Creche	Pre-Esc.	Total
	Particular	Urbana	0	7	7
Total:			172	481	653
JUCAS	Municipal	Rural	60	311	371
		Urbana	45	238	283
	Total:		105	549	654
	Particular	Rural	68	15	83
		Urbana	0	64	64
Total:			68	79	147
Total:			173	628	801
SABOEIRO	Municipal	Rural	0	183	183
		Urbana	351	291	642
	Total:		351	474	825
	Particular	Urbana	5	27	32
Total:			356	501	857
Total do Micro II			701	1610	2311
MICRO TERRITORIO III					
ACOPIARA	Municipal	Rural	393	663	1.056
		Urbana	225	524	749
	Total:		618	1.187	1.805
	Particular	Urbana	48	132	180
Total:			666	1.319	1.985
CATARINA	Municipal	Rural	71	122	193
		Urbana	164	140	304
	Total:		235	262	497
	Particular	Urbana	15	46	61
Total:			250	308	558
IGUATU	Municipal	Rural	257	676	933
		Urbana	439	1.204	1.643
	Total:		696	1.880	2.576
	Particular	Urbana	239	840	1.079
Total:			935	2.720	3.655
QUIXELO	Municipal	Rural	136	281	417
		Urbana	76	147	223
	Total:		212	428	640
	Particular	Urbana	5	26	31
Total:			217	454	671
Total Micro III			2068	4.801	6.869
Total do Território Centro Sul e Vale do Salgado			5783	10695	16478

Fonte: adaptado da tabela da SEDUC, 2009.

8.2.2. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental tem caráter obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de 9 (nove) anos, inicia-se aos 6 (seis) anos de idade, ou aos 5 anos, para as crianças que, segundo a Resolução nº1, de 14.01.2010, independentemente do mês do seu aniversário, que estiveram matriculadas e freqüentaram por mais de 2 (dois) anos a Pré-Escola, em caráter excepcional, podem prosseguir seus estudos no Ensino Fundamental. Este ensino se subdivide em dois períodos atendendo a duas faixas etárias, que inicia a partir dos 5 até os 10 anos denominada Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), e a segunda faixa de 11 a 14 anos (6º ao 9º ano) Ensino Fundamental II. Os currículos devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, composta de uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Na oferta desta modalidade de ensino a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região (LDB, 1996).

Além dos aspectos de escolaridade, como o número de matrículas em cada nível, rede de ensino e zona de moradia, e da infraestrutura educacional, serão acrescentados nesta análise às informações sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a Formação Docente.

O primeiro deles, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mede a qualidade do ensino público no país, o IDEB, foi criado em 2007 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Este índice é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil. Revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa. Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. Uma nova nota do IDEB é divulgada a cada dois anos. O resultado mais recente do IDEB aponta uma média nacional de: 4,2 para as séries iniciais do ensino fundamental; 3,8 para as últimas séries

do ensino fundamental; 3,5 para as do ensino médio. O índice indica a qualidade do ensino da escola do aluno, do seu município e do seu estado.

O outro item aborda a Formação de Professores da Educação Básica, exigida em nível superior que é regulamentada pela Resolução CNE/CP Nº1/2002, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para esta formação em curso de licenciatura ou de graduação plena na Educação Básica. Na Educação Infantil e nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental, porém, os professores podem ter ensino médio completo com magistério. Esta Formação Docente é apoiada pelo Ministério da Educação que em conformidade a Lei 9.394/1996 (LDB), coordena e articula em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores da Educação Básica. Os cursos de formação de professores para a educação básica devem se adaptar a esta Resolução, no prazo de dois anos, ou seja, a partir do ano de 2004.

Sobre estas considerações iniciais e as informações fornecidas traçou-se o perfil do Ensino Fundamental no Território Centro Sul e Vale do Salgado: o número total de matrículas deste nível é de 70.012 estudantes, dos quais 39.818 freqüentam o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e 30.194, o Fundamental II (6º ao 9º ano).

Segundo a LDB, o atendimento ao Ensino Fundamental é prioridade da rede municipal, podendo o governo do estado prestar colaboração na oferta dessa modalidade. Dessa forma, é possível observar algumas matrículas na rede estadual, totalizando 2.621, a partir da Tabela 17, no Fundamental II na zona urbana em quase todos os municípios, com exceção de Cedro no Micro I; e Acopiara, Catarina e Quixelô no Micro III.

As matrículas do Ensino Fundamental no Território Centro Sul e Vale do Salgado estão concentradas na zona urbana, representando 62,48% no

Micro I, 63,51% no Micro II e 61,16% de matrículas nessa zona de moradia no Micro III.

Contudo, existe uma preocupação atualmente em implantar e ampliar a educação no campo e do campo, voltada para o modo de vida das comunidades aí localizadas. Dessa forma, além das crianças terem acesso ao conhecimento relativo a outras comunidades, também estariam imergindo no processo de aprendizagem por meio das características do ambiente em que elas vivem cotidianamente. Segundo o comitê, essa metodologia ainda não foi trabalhada em nenhum dos municípios, revelando a necessidade de sua implantação.

Na Tabela 17, observa-se que 56,87% da matrícula se concentra no Fundamental I. No Micro Território I, a diferença entre os dois períodos é em torno de 6 seis mil alunos, representando 59,59% de matrículas no Fundamental I, no Micro II a porcentagem cai para 51,98% e no Micro III, 55,75% de matrículas do 1º ao 5º ano. Com exceção do Micro II, em que a diferença entre matrículas do Fundamental I e II é reduzida, as porcentagens dos demais Micros revelam a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada para se conhecer as causas da diferença entre esses dois períodos.

Tabela 17: Ensino Fundamental - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1º ao 5º	6º ao 9º	Total
MICRO TERRITÓRIO I					
BAIXIO	Estadual	Urbana	0	109	109
	Municipal	Rural	202	129	331
		Urbana	318	244	562
	Subtotal		520	373	893
	Particular	Urbana	33	39	72
Total			553	521	1.074
CEDRO	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
	Federal	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	680	436	1.116
		Urbana	1.639	1.159	2.798
	Subtotal		2.319	1.595	3.914
	Particular	Urbana	465	203	668
Total:			2.784	1.798	4.582

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
ICO	Estadual	Urbana	0	479	479
	Municipal	Rural	4.604	2.766	7.370
		Urbana	1.958	1.481	3.439
	Subtotal:		6.562	4.247	10.809
	Particular	Urbana	783	352	1.135
Total:			7.345	5.078	12.423
IPAUMIRIM	Estadual	Urbana	0	237	237
	Municipal	Rural	0	0	0
		Urbana	1.113	478	1.591
	Subtotal:		1.113	478	1.591
	Particular	Urbana	164	18	182
Total:			1.277	733	2.010
LAVRAS DA MANGABEIRA	Estadual	Urbana	0	513	513
	Municipal	Rural	1.103	592	1.695
		Urbana	2.116	1.159	3.275
	Total:		3.219	1.751	4.970
	Particular	Urbana	245	121	366
Total:			3.464	2.385	5.849
OROS	Estadual	Urbana	0	29	29
	Municipal	Rural	404	200	604
		Urbana	1.625	1.224	2.849
	Subtotal:		2.029	1.424	3.453
	Particular	Urbana	142	59	201
Total:			2.171	1.512	3.683
UMARI	Estadual	Urbana	0	111	111
	Municipal	Rural	479	82	561
		Urbana	425	357	782
	Subtotal:		904	439	1.343
	Particular	Urbana	55	0	55
Total:			959	550	1.509
Total Micro I			18.553	12577	31130
MICRO TERRITORIO II					
CARIUS	Estadual	Urbana	0	37	37
	Municipal	Rural	681	365	1.046
		Urbana	1.003	982	1.985
	Subtotal:		1.684	1.347	3.031
	Particular	Urbana	35	29	64
Total:			1.719	1.413	3.132
JUCAS	Estadual	Urbana	0	39	39
	Municipal	Rural	952	835	1.787
		Urbana	1.050	1.329	2.379

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
	Subtotal:		2.002	2.164	4.166
	Particular	Rural	29	6	35
		Urbana	102	83	185
	Subtotal:		131	89	220
Total:			2.133	2.292	4.425
SABOEIRO	Estadual	Urbana	0	125	125
	Municipal	Rural	713	429	1.142
		Urbana	1.083	1.018	2.101
	Subtotal:		1.796	1.447	3.243
	Particular	Urbana	65	0	65
Total:			1.861	1.572	3.433
Total Micro II			5.713	5.277	10.990
MICRO TERRITÓRIO III					
ACOPIARA	Estadual	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	2.507	2.041	4.548
		Urbana	1.919	1.624	3.543
	Subtotal:		4.426	3.665	8.091
	Particular	Urbana	321	187	508
Total:			4.747	3.852	8.599
CATARINA	Estadual	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	462	51	513
		Urbana	518	862	1.380
	Subtotal:		980	913	1.893
	Particular	Urbana	67	19	86
Total:			1.047	932	1.979
IGUATU	Estadual	Urbana	0	576	576
	Federal	Rural	0	0	0
	Municipal	Rural	2.217	1.717	3.934
		Urbana	4.164	2.508	6.672
	Subtotal:		6.381	4.225	10.606
Particular	Urbana	1.918	1.447	3.365	
Total:			8.299	6.248	14.547
QUIXELO	Estadual	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	986	852	1.838
		Urbana	414	456	870
	Subtotal:		1.400	1.308	2.708
	Particular	Urbana	59	0	59
Total:			1.459	1.308	2.767
Total Micro III			15.552	12.340	27.892
Total Território Vale Salgado Centro Sul			39.818	30.194	70.012

Fonte: SEDUC, 2009.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a média do Estado do Ceará é de 4,4 nas séries iniciais e 3,9 nas séries finais, ano base 2009. No Território Centro Sul Vale do Salgado, as médias no Micro Território I variam entre 2,5 (nas séries iniciais em Ipaumirim) e 3,6 (nas séries finais de Cedro). É destaque o município de Cedro, que alcançou a projeção de 2011 já no ano de 2009.

Finalmente, é possível verificar no geral um aumento das médias ao longo dos anos de avaliação do índice, resultado da qualificação de professores oferecida por projetos e programas estaduais, de acordo com informação fornecida por integrantes dos comitês.

Tabela 18: IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal Território Centro Sul Vale do Salgado.

Município	Séries	IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	Projeções					
					2011	2013	2015	2017	2019	2021
MICRO TERRITÓRIO I										
BAIXIO	Séries iniciais	2,8	3,0	3,5	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
	Séries finais	-	3,1	3,0	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,8
CEDRO	Séries iniciais	2,5	3,0	3,4	3,3	3,5	3,8	4,1	4,4	4,8
	Séries finais	3,0	3,2	3,6	3,5	3,9	4,3	4,5	4,8	5,0
ICO	Séries iniciais	2,4	3,1	3,4	3,2	3,5	3,7	4,1	4,4	4,7
	Séries finais	2,5	2,7	3,1	2,9	3,3	3,7	3,9	4,2	4,5
IPAUMIRIM	Séries iniciais	2,3	2,3	2,5	3,1	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6
	Séries finais	2,4	2,7	2,9	2,9	3,3	3,7	4,0	4,2	4,5
LAVRAS DA MANGABEIRA	Séries iniciais	2,2	2,6	3,0	3,1	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6
	Séries finais	3,0	3,0	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5,0
OROS	Séries iniciais	2,6	2,9	3,4	3,4	3,6	3,9	4,2	4,5	4,9
	Séries finais	3,0	3,0	3,4	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,0
UMARI	Séries iniciais	2,3	2,6	3,4	3,2	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7

Município	Séries	IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 ((N x P))	Projeções					
					2011	2013	2015	2017	2019	2021
	Séries finais	2,1	2,7	3,1	2,6	3,0	3,4	3,7	3,9	4,2
MICRO TERRITORIO II										
CARIUS	Séries iniciais	3,3	3,5	4,3	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
	séries finais	3,0	3,0	3,5	3,4	3,8	4,2	4,5	4,8	5,0
JUCAS	Séries iniciais	3,4	3,5	3,6	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
	séries finais	3,1	3,4	4,0	3,6	4,0	4,4	4,6	4,9	5,2
SABOEIRO	Séries iniciais	2,8	3,0	3,4	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
	séries finais	2,3	2,7	3,2	2,7	3,0	3,4	3,7	3,9	4,2
MICRO TERRITORIO Iii										
ACOPIARA	Séries iniciais	2,8	3,5	4,4	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
	séries finais	3,0	3,5	4,0	3,4	3,8	4,2	4,5	4,8	5,0
CATARINA	Séries iniciais	3,1	3,6	4,4	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	séries finais	2,3	2,8	3,4	2,8	3,1	3,5	3,8	4,0	4,3
IGUATU	Séries iniciais	3,3	3,7	4,1	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
	séries finais	2,9	3,4	3,5	3,4	3,8	4,2	4,4	4,7	5,0
QUIXELO	Séries iniciais	3,2	3,8	3,8	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
	séries finais	3,7	3,6	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,7

Fonte: INEP – MEC 2009²

No micro-território II, em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica referente ao ano de 2009, verifica-se que os percentuais têm

² Os resultados do Ideb 2009 para escola, município, unidade da Federação, região e Brasil são calculados a partir do desempenho obtido pelos alunos que participaram da Prova Brasil/Saeb 2009 e das taxas de aprovação, calculadas com base nas informações prestadas no Censo Escolar 2009. Dessa forma, cada uma dessas unidades de agregação tem seu próprio Ideb e metas estabelecidas ao longo do horizonte do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), ou seja, até 2021.

uma média pouco acima que o Micro I. As notas variam entre 3,2 nas séries iniciais do município de Saboeiro e 4,3 em Cariús. Destaca-se o município de Cariús que ultrapassou a projeção de 2011 já em 2009.

Assim como o Micro I, o Micro II também teve aumento expressivo ao longo das avaliações. No micro-território III, os municípios de Acopiara e Catarina possuem notas semelhantes à média do Estado de Ceará (4,4), sendo as maiores de todo o território. Porém, o município de Catarina possui também a menor nota do Micro III nas séries finais: 3 e 4, com exceção do município de Quixelô, os demais ultrapassaram em 2009 a projeção para 2011.

Outro fator preponderante que está muito ligado aos resultados do desempenho escolar dos alunos é a qualificação do corpo docente em sala de aula. A esse respeito, é importante destacar as considerações sobre a legislação promulgada desde 2002 a este respeito, que afirma que a partir do ano de 2004, o professor em sala de aula deveria ter licenciatura ou graduação plena, com exceção daqueles que trabalham na Educação Infantil e nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental, que podem ter como formação mínima o curso de magistério completo.

A Plataforma Freire é um programa governamental para a formação dos docentes à distância citado pelos integrantes do comitê como medida positiva nesse sentido, bem como os cursos ofertados pela Universidade Aberta do Brasil, que facilita o acesso à universidade pública pelos residentes de diferentes localidades.

As informações que aqui estão apresentadas são referentes ao período de 2008 e ao Ensino Fundamental, e revelam que a maior parte dos professores já tem formação superior, representando 61,38% do total de docentes. 37,88% dos profissionais possuem ensino médio completo, na modalidade magistério.

Tabela 19: Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental do Território Centro Sul Vale do Salgado

Município	Docentes do ensino fundamental						
	Total	Grau de formação					
		Fundamental		Médio		Superior	
		Incompleto	Completo	Magistério completo	Outra formação completa	Licenciatura completa	Completo sem licenciatura
MICRO TERRITÓRIO I							
Baixio	58	-	-	28	-	30	-
Cedro	226	-	1	63	19	143	-
Icó	626	-	2	178	168	278	-
Ipaumirim	93	-	-	41	2	50	-
Lavras da Mangabeira	276	-	-	49	7	220	-
Orós	153	-	-	37	-	116	-
Umari	106	-	-	27	19	60	-
Total Micro I	1538	-	3	403	215	897	-
MICRO TERRITÓRIO II							
Acopiara	357	-	1	90	33	233	-
Catarina	103	-	-	25	-	78	-
Iguatu	605	-	-	116	89	400	-
Quixelô	144	-	-	59	25	60	-
Total Micro II	1209	-	1	290	147	771	-
Cariús	161	-	-	51	9	101	-
Jucás	167	-	-	37	5	125	-
Saboeiro	206	-	-	13	73	120	-
Total Micro III	534	-	-	101	87	346	-
TOTAL TERRITÓRIO	3281	-	4	794	449	2014	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2009. SEDUC

8.2.3 Ensino Médio

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é prioridade do governo estadual a oferta do Ensino Médio, sendo garantida sua universalização e gratuidade. Nos últimos anos, foi registrado um crescimento da matrícula deste nível de ensino na rede estadual cearense, o que pode ser comprovado por meio dos Censos Escolares realizados entre 2003 e 2006.

Um levantamento da Célula de Avaliação Institucional (CEAVI), da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), mostra que a expansão é da ordem de 12,4%. Os estudos apontam dois fatores como decisivos nesse

processo: o aumento da demanda em função do processo de universalização do ensino fundamental e a maior valorização do ensino médio no mercado de trabalho.

Com o acesso garantido, o desafio da SEDUC e de suas escolas é a permanência desses alunos nas unidades de ensino e a conclusão da educação básica com sólida formação geral, ampliando a participação popular. Para isso, é preciso assegurar uma escola de qualidade aos alunos que concluem o ensino fundamental. Nessa perspectiva, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) apóia ações voltadas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Sobre os dados do Território Centro sul Vale do Salgado, é possível verificar que as matrículas estão concentradas na rede pública, e a rede particular apresenta um número reduzido de alunos.

Quanto à zona de moradia, é possível destacar que na zona rural não há matrículas no ensino médio. A partir dessa constatação, para a formulação de projetos nesse setor, seria necessária uma avaliação da capacidade de infra-estrutura das escolas nos centros urbanos, que recebem, além do público com moradia na zona urbana, aquele oriundo da zona rural.

Por conta da locomoção dos alunos às escolas, é preciso atentar para a qualidade do transporte escolar oferecido. Segundo os comitês, os carros utilizados não são adequados, o que revela a necessidade de efetuação do programa governamental já existente “Caminho da Escola” no Território.

Seguindo a tendência das pedagogias do campo, é dada a importância para a construção de escolas no campo para que os jovens tenham a possibilidade de acesso à educação na sua zona de moradia e que tenham uma formação adequada à sua comunidade, à sua cultura, além da profissionalização em atividade desse setor. É relevante observar, porém, a necessidade de uma formação integral, que contemple também conteúdos e saberes para além do campo, que ofereça acesso aos bens culturais universais.

Apesar do aumento de matrículas no nível médio no Brasil, é possível verificar que há uma queda entre o ensino fundamental e o médio, ao se comparar as informações dos dois níveis. O ensino fundamental concentra

62,02% das matrículas, enquanto que no ensino médio, essa porcentagem cai para 15, 20%. Mesmo se for isolado o número de matrículas somente do fundamental II (6º ao 9º ano), a porcentagem aí é de 43,12%, totalizando 30.194 alunos no ensino fundamental.

Isso revela que muitos daqueles que terminam o nível fundamental não seguem o Ensino Básico, muitas vezes pela falta de perspectiva, pela inserção no mercado de trabalho ou pela dificuldade de locomoção. De forma que se faz necessária a elaboração de projetos de motivação e incentivo à continuação da formação no Ensino Médio. Para os informantes dos comitês, algumas medidas como a implantação do tempo integral nas escolas e de projetos de monitoria seriam interessantes para esse objetivo.

Tabela 20: Ensino Médio - Número de matrículas nas escolas, por dependência administrativa e zona de moradia.

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			Total
			Médio	Integrado a EP	Normal	
MICRO TERRITORIO I						
BAIXIO	Estadual	Urbana	251	0	17	268
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			251	0	17	268
CEDRO	Estadual	Urbana	829	205	0	1.034
	Federal	Urbana	0	277	0	277
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0
Particular	Urbana	0	0	0	0	
Total:			829	482	0	1.311
ICO	Estadual	Urbana	2.467	0	0	2.467
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0
	Particular	Urbana	102	0	0	102
Total:			2.569	0	0	2.569
IPAUMIRIM	Estadual	Urbana	391	0	0	391
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
	Subtotal		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			391	0	0	391
LAVRAS DA MANGABEIRA	Estadual	Urbana	1.378	0	0	1.378
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0
	Particular	Urbana	35	0	0	35
Total:			1.413	0	0	1.413
OROS	Estadual	Urbana	790	0	0	790
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			790	0	0	790
UMARI	Estadual	Urbana	264	0	32	296
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			264	0	32	296
Total Micro I			6507	482	49	7038
MICRO TERRITORIO II						
CARIUS	Estadual	Urbana	780	0	0	780
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			780	0	0	780
JUCAS	Estadual	Urbana	926	0	0	926
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0
	Particular	Rural	0	0	0	0
	Urbana	0	0	0	0	
Subtotal		0	0	0	0	
Total:			926	0	0	926
SABOEIRO	Estadual	Urbana	675	0	0	675
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
	Subtotal		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			675	0	0	675
Total Micro II			2.381	0	0	2.381
MICRO TERRITÓRIO III						
ACOPIARA	Estadual	Urbana	1.713	140	0	1.853
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0
	Particular	Urbana	41	0	0	41
Total:			1.754	140	0	1.894
CATARINA	Estadual	Urbana	430	0	0	430
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			430	0	0	430
IGUATU	Estadual	Urbana	3.154	286	0	3.440
	Federal	Rural	130	276	0	406
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0
	Particular	Urbana	698	0	0	698
Total:			3.982	562	0	4.544
QUIXELO	Estadual	Urbana	871	0	0	871
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			871	0	0	871
Total Micro III			7.037	702	0	7.739
Total Território Centro Sul e Vale do Salgado			15.925	1.184	49	17.158

Fonte: SEDUC, 2009.

Só há matrículas na modalidade “Normal” no Micro território I e um número pouco representativo de 6,9% no Ensino Médio Integrado à Educação Profissionalizante (EP) do total de matrículas do Território. Esses dados revelam a necessidade de que sejam implantados no Território Centro Sul

Vale do Salgado cursos de profissionalização vinculados ao Ensino Médio, para que os jovens possam ter acesso a uma formação técnica e estejam aptos a integrar o mercado de trabalho, como defende a LDB.

8.2.4 Educação Especial

A Secretaria de Educação Especial (Seesp) desenvolve programas, projetos e ações a fim de implementar no país a Política Nacional de Educação Especial. A partir da nova política, os alunos considerados público-alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades, como superdotação, por exemplo.

Dentre as ações desenvolvidas pela Seesp está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização, de acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

Para apoiar os sistemas de ensino, a secretaria desenvolve o programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial - presencialmente e a distância - Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade), Programa BPC na Escola e Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

Destacam-se ainda as ações de garantia de acessibilidade nos programas nacionais do livro, implementados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Como pode ser observada na tabela 21, a maior parte das matrículas está concentrada na rede particular no Território Centro Sul Vale do Salgado, correspondendo a 75,55% do total, que diferencia essa categoria das demais, em que as matrículas estão concentradas na rede pública.

Neste Território existem 495 matrículas na Educação Especial, dentre elas, nenhuma está localizada na zona rural, que revela a necessidade de programas que incentivem a matrículas das crianças que se enquadram nas características assistidas pela Educação Especial nessa zona de moradia.

Tabela 21: Matrículas na Educação Especial

Município	Rede	Zona	Educação Especial
MICEO TERRITORIO I			
BAIXIO	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
	Subtotal		0
	Particular	Urbana	0
Total:			0
CEDRO	Estadual	Urbana	0
	Federal	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
	Subtotal		0
	Particular	Urbana	47
Total:			47
ICO	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
	Subtotal		0
	Particular	Urbana	94
Total:			94
IPAUMIRIM	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
	Subtotal		0
	Particular	Urbana	0
Total:			0
LAVRAS DA MANGABEIRA	Estadual	Urbana	7
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
	Subtotal		0
	Particular	Urbana	0
Total:			7
OROS	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
	Subtotal		0
	Particular	Urbana	62
Total:			62

Município	Rede	Zona	Educação Especial
UMARI	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
	Subtotal		0
	Particular	Urbana	0
Total			0
Total Micro I			210
MICRO TERRITORIO II			
CARIUS	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
	Subtotal		0
	Particular	Urbana	0
Total:			0
JUCAS	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	0
	Subtotal		0
	Particular	Rural	0
		Urbana	0
Subtotal		0	
Total:			0
SABOEIRO	Estadual	Urbana	9
	Municipal	Rural	0
		Urbana	12
	Subtotal		21
	Particular	Urbana	0
Total			21
Total Micro II			21
MICRO TERRITORIO III			
ACOPIARA	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	36
	Subtotal		36
	Particular	Urbana	0
Total:			36
CATARINA	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
		Urbana	6
	Subtotal		6

Município	Rede	Zona	Educação Especial
	Particular	Urbana	0
Total:			6
	Estadual	Urbana	0
	Federal	Rural	0
IGUATU	Municipal	Rural	0
		Urbana	51
	Subtotal		51
	Particular	Urbana	171
Total:			222
	Estadual	Urbana	0
	Municipal	Rural	0
QUIXELO		Urbana	0
	Subtotal		0
	Particular	Urbana	0
Total:			0
Total Micro III			264
Total Território Centro Sul e Vale do Salgado			495

Fonte: SEDUC, 2009.

É importante destacar que, para a educação inclusiva pretendida pelo governo brasileiro, são necessárias condições e infraestrutura adequadas, como laboratórios voltados para a Educação Especial, rampas de acesso, sinalizações para deficientes visuais. Os professores também devem ter formação continuada, que – segundo os comitês – não está sendo ofertada pelo poder público no Território, somente por instituições particulares, o que dificulta o acesso dos profissionais por questões financeiras. É importante também a conscientização de docentes e discentes para a integração e a relação com a diferença.

8.2.5 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos Fundamental e Médio da rede escolar pública brasileira e adotada por algumas redes particulares que recebem os jovens e adultos que não completaram os anos da Educação Básica em idade apropriada por qualquer motivo (entre os quais é freqüente a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância). No início dos anos 90, o segmento da EJA passou a incluir também as classes de alfabetização inicial.

No Brasil, o campo consolidou-se com influência ideológica das idéias do educador Paulo Freire e em forte relação com o movimento de educação popular. O segmento é regulamentado pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (a LDB, ou lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996). É um dos segmentos da Educação Básica que recebem repasse de verbas do FUNDEB.

Em todo o Estado, 26 Centros de Educação de Jovens e Adultos dão oportunidade de voltar a estudar a quem não concluiu sua escolaridade em idade própria. Conforme a SEDUC, a Educação de Jovens e Adultos tem um papel fundamental no contexto da formação permanente do ser humano. Formar cidadãos participativos, respeitando as pluralidades e diversidades culturais, num processo contínuo de recuperação na deficiência de escolaridade, é o grande desafio da política educacional cearense.

No Território Centro Sul Vale do Salgado, existem 9.227 matrículas na modalidade Educação de Jovens e Adultos, dentre os quais 7.741 são presenciais e 1.384, semipresenciais. É possível identificar que, em relação à tabela 24, elas se concentram na modalidade presencial nas zonas urbanas, com exceção do município Acopiara, onde as matrículas estão concentradas na zona rural, porém com uma pequena diferença.

Com relação à zona de moradia, no Micro território I, 31,44 % estão localizadas na zona rural, no Micro II, essa porcentagem aumenta para 45,64% e 34,14% no Micro III nessa mesma zona de moradia.

As matrículas semipresenciais também se localizam predominantemente nas zonas urbanas, constituindo somente 14,99 % do total do Território. Dentro desta categoria, existem matrículas nos municípios de Icó e Orós no Micro I, Cariús e Jucás no Micro II, e Acopiara, Iguatu e Quixelô no Micro III.

Tabela 22: Educação de Jovens e Adultos- presencial e semipresencial (Número de matrículas e número de escolas - por dependência administrativa e zona de moradia)

Município	Rede	Zona	E.J.A.			Total
			Presencial	Semi	Integrado a EP	
MICRO TERRITORIO I						
BAIXIO	Estadual	Urbana	29	0	0	29
	Municipal	Rural	68	0	0	68
		Urbana	53	0	0	53
	Subtotal		121	0	0	121
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			150	0	0	150
CEDRO	Estadual	Urbana	35	0	0	35
	Federal	Urbana	0	0	53	53
	Municipal	Rural	437	0	0	437
		Urbana	1.153	0	0	1.153
	Subtotal		1.590	0	0	1.590
Particular	Urbana	0	0	0	0	
Total:			1.625	0	53	1.678
ICO	Estadual	Urbana	343	519	0	862
	Municipal	Rural	834	0	0	834
		Urbana	23	0	0	23
	Subtotal		857	0	0	857
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			1.200	519	0	1.719
IPAUMIRIM	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	209	0	0	209
	Subtotal		209	0	0	209
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			209	0	0	209
LAVRAS DA MANGABEIRA	Estadual	Urbana	18	0	0	18
	Municipal	Rural	34	0	0	34

Município	Rede	Zona	E.J.A.			
		Urbana	214	0	0	214
	Subtotal		248	0	0	248
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			266	0	0	266
	Estadual	Urbana	42	0	0	42
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	206	82	0	288
OROS	Subtotal		206	82	0	288
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			248	82	0	330
	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	11	0	0	11
		Urbana	38	0	0	38
UMARI	Subtotal		49	0	0	49
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			49	0	0	49
Total Micro I			3747	601	53	4401
MICRO TERRITÓRIO II						
	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	26	0	0	26
		Urbana	56	62	0	118
CARIUS	Subtotal		82	62	0	144
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			82	62	0	144
	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	31	0	0	31
		Urbana	66	28	0	94
JUCAS	Subtotal		97	28	0	125
	Particular	Rural	0	0	0	0
		Urbana	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0
Total:			97	28	0	125
	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	242	0	0	242
		Urbana	144	0	0	144
SABOEIRO	Subtotal		386	0	0	386
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			386	0	0	386
Total Micro II			565	90	0	655
MICRO TERRITÓRIO III						
ACOPIARA	Estadual	Urbana	73	0	0	73

Município	Rede	Zona	E.J.A.			
	Municipal	Rural	1.056	68	0	1.124
		Urbana	691	271	0	962
	Subtotal		1.747	339	0	2.086
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			1.820	339	0	2.159
	Estadual	Urbana	28	0	0	28
	Municipal	Rural	68	0	0	68
		Urbana	120	0	0	120
	Subtotal		188	0	0	188
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			216	0	0	216
	Estadual	Urbana	340	278	0	618
	Federal	Rural	0	0	49	49
	Municipal	Rural	183	0	0	183
		Urbana	266	0	0	266
	Subtotal		449	0	0	449
	Particular	Urbana	167	0	0	167
Total:			956	278	49	1.283
	Estadual	Urbana	50	0	0	50
	Municipal	Rural	0	0	0	0
		Urbana	387	76	0	463
	Subtotal		387	76	0	463
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			437	76	0	513
Total Micro III			3.429	693	49	4.171
Total Território Centro Sul Vale Salgado			7.741	1.384	102	9.227

Fonte: SEDUC, 2009.

Quanto à EJA Integrada à EP, só nos municípios de Cedro e Iguatu existe um número reduzido de matrículas. Portanto, seria necessário investir na estruturação dessa categoria na EJA, para que esses jovens e adultos que não tiveram a oportunidade da formação básica na faixa etária ideal possam também ter a opção de acesso a uma educação profissionalizante.

8.2.6 Ensino Superior

Este nível de ensino engloba os cursos de formação profissional posteriores ao Ensino Médio, como aqueles oferecidos por universidades,

faculdades, institutos tecnológicos, escolas politécnicas. Com sede em Iguatu, no Território Centro Sul Vale do Salgado existem as seguintes universidades:

- Universidade Estadual do Ceará (FECLI - Faculdade de Ciências e Letras de Iguatu)
- Universidade Regional do Cariri (URCA)
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia(IFET - EAFI)
- Universidade Vale do Acaraú (IDJ - Instituto Dom José)
- FATEC-(Faculdade de Tecnologia)-Em implantação

A categoria Educação a Distância (EaD) está se desenvolvendo e ampliando sua oferta no estado, em que se destaca a Universidade Aberta do Brasil. Outra categoria que possibilitou a oferta de cursos de ensino superior no interior do estado foi a de regime especial, em que as aulas acontecem nos finais de semana e meses de férias. Nesse sentido, a Universidade Estadual Vale do Acaraú possui pólos por meio de institutos da rede particular em diversos municípios localizados no território em questão como Quixelô, Icó, Saboeiro, Cariús.

8.3 Infraestrutura educacional

Outro aspecto importante que deve ser abordado sobre a educação é a infraestrutura oferecida. Ela está relacionada à qualidade de ensino, já que revela a concentração de alunos por sala, por escola ou por zona de moradia, a existência de estabelecimentos como bibliotecas, laboratórios de estudo, quadras de esporte ou se há merenda escolar.

Com relação ao Ensino Fundamental no Território Centro Sul Vale do Salgado, 62,79% das escolas estão na zona rural, enquanto 37,77% dos alunos estão matriculados nessa zona nesse nível de escolaridade. Esses números revelam que a grande maioria das matrículas se encontra nas zonas urbanas e o maior número de escolas, nas zonas rurais. Neste sentido, é necessária uma avaliação em relação à distribuição dos alunos nas escolas e se aquelas das zonas urbanas têm capacidade de atender essa demanda. Segundo os comitês, muitas escolas possuem poucas salas e muitos alunos, prejudicando a aprendizagem destes.

O maior número de escolas se encontra nas zonas rurais da rede municipal, mas apresentam escassez de equipamentos socioeducativos e culturais. Dos equipamentos contemplados na pesquisa revelada na tabela, aquele que é mais escasso nas escolas é o laboratório de ciências, seguido da quadra de esporte, do laboratório de informática e da biblioteca, sendo esta a mais freqüente nas escolas. Em relação aos equipamentos, as escolas localizadas em zonas urbanas se encontram em melhores condições.

Estas instituições de Ensino Fundamental deveriam apresentar espaços de laboratórios multidisciplinares, além dos de informática e de ciências para o desenvolvimento dos alunos, que aprendem por meio de jogos lúdicos e corporais, do uso de instrumentos e outras atividades extraclasse os conhecimentos trabalhados em sala de aula. Além desses espaços, são também interessantes as brinquedotecas, os parquinhos, as hortas e outros tipos de áreas livres, para unir o conhecimento formal às atividades lúdicas.

Outro equipamento de grande importância são as Salas de Leitura adequadas a esta etapa educacional, pois são meios de formação de leitores e, conseqüentemente, escritores competentes nesta etapa de aprendizagem. A partir da literatura, é possível realizar atividades também ligadas à cultura, como o teatro, a dramatização, a música, as artes em geral, além de possibilitar a disseminação da tradição local. É necessária para tal a efetivação das políticas de incentivo à leitura, além da capacitação de professores nesse sentido, para que a infraestrutura construída seja eficientemente utilizada.

O Programa Arca das Letras é um programa do Governo Federal em parceria com os estados e municípios, consistindo em uma pequena biblioteca rural, onde comunidades dessa zona de moradia são beneficiadas com o móvel, com arca e livros em diversas áreas de estudo, possibilitando aos trabalhadores, jovens, mulheres e demais públicos beneficiários o acesso a fontes de informações e entretenimento no meio rural.

Todas as escolas públicas recebem merenda escolar, como está demonstrado na tabela 23, não acontecendo o mesmo em relação às escolas particulares, onde se observa praticamente a ausência da merenda.

Os cardápios devem ser elaborados por nutricionistas, com o auxílio do Conselho da Merenda Escolar (CAE) para a aquisição da merenda. Existe um

só cardápio para todas as escolas, mas varia de acordo com o nível de ensino e da necessidade de cada comunidade. Diversos produtos são adotados, dentre industrializados e provenientes da agricultura familiar (esta fonte obedece a um mínimo de 30%, como é defendido legalmente).

Existe também a necessidade de construção de refeitórios nas escolas do Território, para que os estudantes tenham um local apropriado para se alimentar. É preciso haver um reordenamento do espaço físico das escolas, com reforma e ampliação.

Tabela 23: Ensino Fundamental (Número de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências) - por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
MICRO TERRITÓRIO I								
BAIXIO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	3	1	1	0	1	3
		Urbana	2	1	1	0	1	2
	Privada	Urbana	1	1	0	0	0	0
Total:			7	4	3	1	3	6
CEDRO	Municipal	Rural	12	1	4	1	7	12
		Urbana	12	5	6	1	4	12
	Privada	Urbana	5	4	1	0	1	0
Total:			29	10	11	2	12	24
ICO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	54	14	1	0	8	54
		Urbana	8	8	6	0	3	7
	Privada	Urbana	10	7	3	1	3	0
Total:			73	30	11	2	15	62
IPAUMIRIM	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Urbana	4	1	0	0	3	4
	Privada	Urbana	2	1	1	0	1	0
Total:			7	3	2	1	5	5
LAVRAS DA MANGABEIRA	Estadual	Urbana	2	2	2	2	1	2
	Municipal	Rural	22	8	2	0	0	22
		Urbana	7	5	7	0	1	7
	Privada	Urbana	3	2	1	0	1	0

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
Total:			34	17	12	2	3	31
OROS	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
	Municipal	Rural	14	1	3	0	1	14
		Urbana	12	7	6	0	3	12
	Privada	Urbana	1	1	1	0	0	0
Total:			28	10	11	1	4	27
UMARI	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	14	1	0	0	0	14
		Urbana	2	2	1	0	0	2
	Privada	Urbana	1	0	0	0	0	0
Total:			18	4	2	1	1	17
Total Micro I			196	78	52	10	43	172
MICRO TERRITORIO II								
CARIUS	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0	1
	Municipal	Rural	22	3	1	0	0	22
		Urbana	7	3	2	0	1	7
	Privada	Urbana	1	1	1	0	0	0
Total:			31	8	5	0	1	30
JUCAS	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	10	3	2	0	1	10
		Urbana	7	7	3	0	3	7
	Privada	Rural	1	1	0	0	0	0
		Urbana	2	2	1	0	0	0
Total:			21	14	7	1	5	18
SABOEIRO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	15	0	0	0	1	15
		Urbana	5	1	1	0	1	5
	Privada	Urbana	2	0	0	0	0	0
Total:			23	2	2	1	3	21
Total Micro II			75	24	14	2	9	69
MICROTERRITORIO III								
ACOPIARA	Municipal	Rural	35	6	2	0	1	35
		Urbana	9	3	4	0	4	9
	Privada	Urbana	3	2	2	0	2	0
Total:			47	11	8	0	7	44
CATARINA	Municipal	Rural	17	0	0	0	0	17
		Urbana	4	1	1	0	1	4
	Privada	Urbana	1	0	0	0	0	0

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
Total:			22	1	1	0	1	21
IGUATU	Estadual	Urbana	2	2	2	1	2	2
	Municipal	Rural	22	5	8	0	2	22
		Urbana	16	3	8	0	4	16
	Privada	Urbana	18	18	7	1	9	1
Total:			58	28	25	2	17	41
QUIXELO	Municipal	Rural	29	0	2	0	0	29
	Privada	Urbana	2	0	1	0	0	2
		Urbana	1	1	0	0	0	0
Total:			32	1	3	0	0	31
Total Micro III			159	41	37	2	25	137
Total do Micro Território Centro Sul e Vale do Salgado			430	143	103	14	77	378

Fonte: SEDUC, 2009.

Quanto à infraestrutura do Ensino Médio, não existem escolas na zona rural, apesar de ser possível existirem anexos nessa zona de moradia que não são contabilizados, mas somente sua sede na zona urbana. É necessário, portanto, uma avaliação quanto à capacidade das escolas localizadas nesta zona de moradia que também recebem os alunos provenientes da zona rural.

Para realizar a locomoção dos estudantes, é importante também a qualidade do transporte escolar, que se dá muitas vezes de forma precária, com veículos como D-20 ou pau-de-arara, como são conhecidas. Seria necessário efetivar, como já foi citado anteriormente, projetos como “Caminho da Escola”, para adquirir ônibus escolar, e o “Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar” (PNATE).

Segundo os dados apresentados na tabela a seguir, praticamente todas as escolas possuem os equipamentos como bibliotecas, laboratórios e quadras de esporte, sendo necessária somente sua manutenção.

A merenda escolar também está presente em todas as escolas públicas no Território Centro Sul Vale do Salgado, como é possível verificar na Tabela 24.

Tabela 24: Ensino Médio (Número de escolas, biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências) - por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
MICRO TERRITÓRIO I								
BAIXIO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
CEDRO	Estadual	Urbana	2	2	2	2	1	2
	Federal	Urbana	1	1	1	1	1	1
ICO	Estadual	Urbana	2	2	2	2	2	2
	Privada	Urbana	1	1	1	1	1	0
IPAUMIRIM	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
LAVRAS DA MANGABEIRA	Estadual	Urbana	2	2	2	2	1	2
	Privada	Urbana	2	2	1	0	1	0
OROS	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
UMARI	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
Total Micro I			14	14	13	12	10	11
MICRO TERRITÓRIO II								
CARIUS	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0	1
JUCAS	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
SABOEIRO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
Total Micro II			3	3	3	2	2	3
MICRO TERRITÓRIO III								
ACOPIARA	Estadual	Urbana	3	2	2	2	2	3
	Privada	Urbana	1	1	1	0	1	0
CATARINA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
IGUATU	Estadual	Urbana	6	6	6	5	4	6
QUIXELO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
Total Micro III			12	11	11	9	8	11

Fonte: SEDUC, 2009.

8.4 Analfabetismo

No Ceará, os cinco municípios que apresentam os índices mais elevados de analfabetismo atingem quase a metade da população. Não será fácil reverter esses índices, uma vez que, desde a década de 1970, discute-se a erradicação do analfabetismo no País. Mesmo assim, nenhum programa

governamental foi capaz de atingir este objetivo, pois para que isso aconteça os programas devem ser elaborados de acordo com a realidade de cada região ou mesmo do Estado.

Apesar da taxa de analfabetismo no Estado do Ceará ter diminuído 33,20% na década passada, o Estado ainda necessita melhorar seu desempenho para poder se aproximar da média nacional que ficou situada em 13,6% neste período. Ressalta-se que o combate ao analfabetismo é muito importante, pois o conhecimento da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania.

A educação pode ser bastante prejudicada quando não recebe atenção necessária, incluindo investimentos financeiros, capacitação de professores e estrutura nas escolas. Como resultado desta circunstância, os jovens concluem o Ensino Médio sem os conhecimentos almejados pela LDB e sem perspectivas de um futuro promissor, com emprego e renda garantidos, já que eles não tiveram acesso às condições básicas de aprendizado e não foram qualificados para assumir um posto de trabalho.

A tabela 25 mostra a taxa de analfabetismo da população do estado do Ceará por gênero e zona de moradia no ano de 2008.

Tabela 25: Taxa de Analfabetismo da População - por Gênero e Zona de Moradia

Grupos de Idade	Taxa de Analfabetismo (%)				
	2008				
	Total	Situação do Domicílio		Sexo	
Urbana		Rural	Homens	Mulheres	
7 a 14 anos	12,5	9,8	19,8	14,5	10,4
15 a 19 anos	3,9	3,0	6,6	5,8	1,9
20 anos ou mais	19,1	15,0	33,5	21,7	16,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2003/2008.

9 Aspectos Culturais

Os aspectos culturais são refletidos nos patrimônios materiais, como construções de cunho histórico e outras que retratam a identidade cultural da população local; além dos patrimônios imateriais como a tradição oral, as danças, a música, a literatura, a gastronomia, etc.

É possível notar, em alguns municípios, que este tipo de patrimônio é mais valorizado que em outros. Daí a importância de haver um investimento com o intuito de diminuir essa desigualdade.

O Território Centro Sul e Vale do Salgado conta com diversas manifestações culturais, dentre as quais destacamos as que são comuns a todos os municípios, como a comemoração do dia do padroeiro ou da padroeira, santo da igreja católica, que figura dentre os principais eventos. Revela a influência da cultura cristã iniciada desde a época da ocupação desses territórios. Muitos municípios também organizam festas no aniversário de sua fundação e as destacam no seu calendário de eventos.

O grande número de parques de vaquejada ressalta a tradição que este esporte tem no Território. Existem parques em todos os 14 municípios que o compõem, além de parque de exposição agropecuária em Iguatu onde ocorre a tradicional EXPOIGUATU.

Outra festa bastante popular não só no Território Centro Sul Vale do Salgado, mas em todo o Ceará e nordeste brasileiro são as festas juninas. No mês de junho, festejando Santo Antonio, São Pedro e São João, são organizadas as quadrilhas, que são grupos de dança típicos do período em que as pessoas vestem-se com roupas coloridas, ao som do arrasta-pé, xote e baião, que são os ritmos tradicionais, além das comidas típicas, como milho e seus derivados (pamonha, canjica, mungunzá), bolos (batata-doce, milho, pé-de-moleque), baião-de-dois, paçoca e aluá.

Durante a Semana Santa, ou Páscoa, são realizados festejos típicos do período, como a malhação do Judas, quando um boneco de pano, papel e folhagens é feito e representa Judas (ou outra personagem de má popularidade

da época). Então, em um dia específico da Semana Santa, o sábado de aleluia, o boneco é açoitado e, finalmente, queimado.

Nas manifestações de cunho religioso os festejos dos padroeiros, procissões, novenas, orações entre grupos da Igreja Católica e romarias, são acontecimentos que já fazem parte do calendário do Território.

No artesanato, grandes mestres da arte em couro e em ferro perpetuam a história e a arte por meio da fabricação de selas, arreios, chicotes, ferradura, facas, artesanatos, dentre outros artefatos.

Os equipamentos culturais existentes no território Centro Sul Vale do Salgado são: as rádios comunitárias, jornais, bibliotecas municipais e regionais, centros de inclusão digital, centros culturais, praças, pólos de eventos e parques infantis, associações, capelas, salões paroquiais e igrejas, escolas de músicas, Casa de Câmara e Cadeia de Icó, teatros, cine-teatro, auditórios, casas de cultura e museus.

Quanto à infraestrutura relacionada aos aspectos culturais, é possível verificar por meio da tabela 26 a existência de Bibliotecas Públicas em todos os municípios do Território, o que revela certo investimento do poder público de forma homogênea nesse sentido.

Existe, porém, uma precariedade de teatros oficiais e a pequena quantidade de museus, sendo inexistente no Micro II. Esses equipamentos são importantes meios para a difusão e manifestação da cultura e tradição local.

Tabela 26: Bibliotecas Públicas Municipais, Teatros e Museus, Bandas de Música incluindo as do Projeto Pró-Bandas, Segundo os Micro territórios - Ceará – 2008.

Municípios	Bibliotecas Públicas Municipais	Teatros	Museus	Bandas de Música	Bandas de Música do Projeto Pró-Bandas
Ipaumirim	1	-	-	1	-
Baixio	1	-	-	1	-
Umari	1	-	-	1	-
Lavras da Mangabeira	1	-	-	1	-
Icó	1	1	1	1	-
Orós	1	-	-	1	-

Municípios	Bibliotecas Públicas Municipais	Teatros	Museus	Bandas de Música	Bandas de Música do Projeto Pró- Bandas
Cedro	1	-	-	1	-
Total Micro I	7	1	1	7	-
Jucás	1	-	-	1	-
Cariús	1	-	-	1	-
Saboeiro	1	-	-	-	-
Total Micro II	3	-	-	2	-
Iguatu	2	1	1	1	-
Quixelô	2	-	1	1	-
Catarina	1	-	-	1	-
Acopiara	1	-	-	1	1
Total Micro III	6	1	2	4	1
Total Território	16	2	3	13	1

Fonte: Anuário estatístico 2009.

Quanto ao esporte no município, muitos eventos são organizados em parceria com as escolas públicas. Em Lavras da Mangabeira, por exemplo, existem os Jogos Olímpicos Estudantis Lavrenses (JOEL), um Campeonato Municipal, as Olimpíadas Escolares e o programa Segundo Tempo com esportes. Nesse mesmo município, existem ainda a Copa da República, o Torneio da Integração e os Jogos Abertos em quadras de esportes e um estádio de futebol.

Em Orós, são organizados torneios escolares, além da Copa Luana, dos jogos do município e torneios entre distritos em equipamentos como o ginásio coberto Aécio de Borba e quadras cobertas José Francelino e Ricardo Vieira. Existem também algumas competições de pescadores, segundo o comitê.

Micro Território I

No município de Orós, foi implantado o Projeto FACE – Feira de Artes, Ciências e Esportes – nas escolas, além de trabalhos realizados no dia-a-dia da escola, com o intuito de desenvolver a elaboração do conhecimento. No

mesmo município existe a chamada “Festa do Pescador”, que consiste numa comemoração local no dia 29 de junho com uma celebração a São Pedro, santo protetor dos pescadores, ressaltando a importância econômica e social desses trabalhadores.

Como patrimônio arquitetônico de Orós, é possível destacar a Ponte Hildo Furtado Leite, praças históricas como Anastácio Maia, Roberto Rolim, Manoel Moreira Pequeno e Francisco Amaral, além do próprio açude de Orós. No artesanato, são típicos o filé de renda e os trabalhos com couro de tilápia.

O município de Icó é rico em prédios históricos como o Teatro Municipal da Ribeira dos Icó, a Casa de Câmara e Cadeia, os Sobrados do Mirante e do Canela Preta, o Palácio da Alforria, o Colégio Senhor do Bonfim e o Mercado Público. O próprio perímetro urbano consiste em um sítio arquitetônico, já que foi feito um projeto urbanístico na primeira metade do século XVII com ruas retas e bem traçadas, delimitando quadras relativamente uniformes e vislumbrando praças amplas e prédios públicos. O núcleo estende-se entre as ruas 7 de setembro, Ilídio Sampaio e Benjamin Constant.

O Teatro da Ribeira dos Icó data de 1860, é uma obra do arquiteto Henrique Thérberge e é o mais antigo teatro do estado do Ceará. Possui dois pavimentos: no térreo existem três galerias e no primeiro andar, camarotes superiores. A Casa de Câmara e Cadeia do mesmo município é datada da segunda metade do século XVIII e foi uma das mais seguras cadeias de sua época, com paredes de espessura de um 1,5m. No seu interior, há uma capela com a imagem de São Domingos, protetor dos presidiários. No andar superior funcionava a câmara, enquanto que a cadeia ficava no andar térreo. Outro patrimônio material do município de Icó é a Igreja da Nossa Senhora da Expectação ou Nossa Senhora do Ó. A matriz possui estilo barroco e data do século XVIII.

Os quadros em seguida revelam algumas características do Micro I, como expressões culturais, patrimônios materiais e locais de expressão artística, todos organizados por município.

Municípios	Expressões Culturais
BAIXIO	Festa religiosa, esporte, Sanfoneiros, Artistas populares, artesãos em ponto cruz e crochê.
CEDRO	Festa religiosa, esporte, Repentista, Violeiros, Sanfoneiros, Cordelistas, Poetas, Trovadores, artistas Populares.
ICÓ	Festa religiosa, esporte, Artesanato (bordados em vagonite, ponto cruz, couro, filé de renda, crochê, barro, reciclagem de plástico, palha, madeira talhada, artes plásticas), artistas populares, sanfoneiros, Teatro, dança, música, banda de forró e de pop rock, compositores, Forricó, Festival de Quadrilhas, Sede do Fórum da Cultura e do Turismo da Região, Educadores Patrimoniais, Historiadores, Contadores de História, Escritores, Grupos Juninos, Associação Icó: Patrimônio Vivo, Sede da Associação das Quadrilhas e Festejos Juninos da Região – ASQUASAL, da APROARTI – Associação dos Produtores de Artesanatos, Gestores Culturais e Artistas de Icó e Turismo Histórico – Sítio Histórico (Tombado pelo IPHAN), Turismo Natural/ Aventura.
IPAUMIRIM	Festa religiosa, esporte, Sanfoneiros, artistas populares, bordados, dança, grupos de quadrilhas juninas, grupos de dança, escritores, poetas, músicos.
LAVRAS DA MANGABEIRA	Festa religiosa, esporte, Música, Teatro, Artesanato, Dança, Repente, Escritores, Compositores, Pintores e Artistas Plástico, grupos juninos, grupos de dança, Turismo Natural (Aventura) Boqueirão de Lavras. Ponto de cultura, filé de renda, cerâmica, vassoura de palha, Crochê, trovadores, banda de música, escoteiros, Leo Club, Rotary Club, festa do município.
ORÓS	Festa religiosa, esporte, Música, artesanatos, compositores, bordados, sanfoneiros, teatro, dança, ponto de cultura, vagonite, cerâmica, artesanato em Couro, festa do município, carnaval das águas, banda

Municípios	Expressões Culturais
	de música, festa do pescador, banda Mulambo, filé de renda, turismo de lazer, aquático, de aventura e natural, museu (Associação de Preservação Histórico Cultura Pedro Augusto Netto), Fundação Raimundo Fagner, CCF – Centro Social de Oros, grupos juninos, Leo Club, Focolares (grupo de teatro).
UMARI	Festa religiosa, esporte, Sanfoneiros, repentistas, festas populares, grupos de dança (xaxado) Ponto de Cultura Grupo Maria Bonita, Grupo de Dança <i>Street Dance – Tiger Of Dance</i> .

Quadro 12: Expressões culturais por município do Micro I.

Fonte: Arquivo do Território, 2010

Municípios	Patrimônios Materiais
BAIXIO	Sede da Estação Ferroviária; Casa do Gerente da Estação;
CEDRO	Casa de Cedro João Candido da Costa; Residência do Ângelo Papaléu; Residência do Senhor Moacir Aguiar; Residência do Senhor José Alves e Cel. Celso Alves de Araújo; Residência da Fazenda Monte Vídeo; Residência Caetano Afonso, Residência, Miguel Afonso.
ICÓ	Núcleo de Música Sobrado do Canela Preta, Ponto de Cultura APROARTI Teatro da Ribeira dos Icós; Mercado Público de Icó, Largo do Theberge, Casa de Cultura Mariinha Graça, Casa de Câmara e Cadeia; Sede da Biblioteca Pública Regional – Plínio Albuquerque, Jornal Folha do Salgado Prédio da Prefeitura Municipal de Icó; Igrejas do Senhor do Bonfim;

Municípios	Patrimônios Materiais
	<p>Igrejas do Rosário; Igreja da Matriz; Igreja do Monte; Hotel Pavão; Sobrado do Mirante; Sobrado dos Azulejos; Sobrado do Comandante; Conjunto de Sobrados da Avenida Ilídio Sampaio; Chalé dos Anteros e Monteiros; Casa da Morcosa, Sobrado do Barão; Sobrado de Glória Dias,; Casas das Irmãs Genocas; Prédio da Secretaria de Educação do Município; Sobrado na localidade de Umari dos Lourenços; Forquilha do Rio (Local onde aconteceu a guerra das famílias montes e feitasas) Cruzeiro da Guerra dos Benzas Cacetes (Confederação do Equador); Conjunto de Casas dos Operários da Vila do DNOCS – Distrito de Lima Campos; Cine Hotel de Lima Campos – Casa do Engenheiro Chefe. Pedra do Periquito de Dona Maria</p>
IPAUMIRIM	<p>Mercado Público; Casa particulares;</p>
LAVRAS DA MANGABEIRA	<p>Igreja da Matriz, Correios Prefeitura, Cadeia Pública, Casa da Paróquia, Estação Ferroviária, Casa Verde, Chalé dos Augusto, Casa de Maria Correia,</p>

Municípios	Patrimônios Materiais
	Sítio Tatu, Capela e Casa de Fideralina, Sapataria de Souzainha, Colégio São Vicente e Capela, Casarão da rua dos Coqueiros Casa de São Vicente de Paulo. Casa do idoso. Balneário Boqueirão
ORÓS	Casas em torno do Centro de Orós; Prédio para Sede do Museu; Prédios DNOCS(Departamento Nacional de Obras Contra Seca) Açude Orós. Igreja. Pista de Dança Beira Rio. Ginásio Aécio de Bobas. Balneário Municipal. Hotel Encanto das Águas. Balsa O Totó. Fundação Pedro Augusto Neto. Fundação Raimundo Fagner Palhoça O Expedito Palhoça Raimundinho.

Quadro 13: Patrimônio material por município do Micro I.

Fonte: Arquivo do Território, 2010

Micro Território II

Jucás é um município que mantém grupos de danças regionais que resgatam tradições como a dança de São Gonçalo. Existe também uma Banda Municipal Padre Pio, cujo centenário foi comemorado no ano de 2010. A criação de grupo de dança de rua em Iguatu se destaca no Território, além do forró e da capoeira, que estão presentes entre os jovens de todos os municípios que o compõem. Entre outras manifestações, destacam-se grupos

de cordelistas, coral, flautas, festas cívicas, festivais juninos de quadrilhas, micaretas e carnaval fora de época como o Jucás Folia, grande festa da região.

No município de Cariús foi implantado o Programa Agentes de Leitura, que consiste em uma proposta da Secretaria da Cultura do Estado (Secult) ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop), a ser realizada em municípios do interior cearense em parceria com as Secretaria de Educação (Seduc) e de Ação Social (SAS) do Estado, associações comunitárias, organizações não governamentais e com secretarias de cultura e de educação dos municípios envolvidos com o projeto. Seu objetivo é promover e divulgar a leitura como ação cultural estratégica de inclusão social e desenvolvimento humano por meio de atividades de socialização de acervo bibliográfico e de experiências de leituras compartilhadas.

Municípios	Expressões Culturais
CARIUS	Festa religiosa, esporte, Sanfoneiros, violeiros e artesanato, poetas, museu, banda de música – pop rock, grupos juninos
JUCÁS	Festa religiosa, esporte, Artesanato, violeiros, sanfoneiros, pintores, banda de musica padre pio, coral, flauta, teatro e turismo religioso, grupos juninos
SABOEIRO	Festa religiosa, esporte, Sanfoneiros, repentistas, carpintaria, pintores populares.

Quadro 14: Expressões culturais por município do Micro II.

Fonte: Arquivo do Território, 2010.

Municípios	Patrimônios Materiais
CARIUS	Igrejas, residências antigas particulares, praças, Vila do DNOCS
JUCÁS	Igreja matriz, residências particulares, mercado publico, capelas dos distritos, serra de são Mateus, Praça Getulio Vargas.
SABOEIRO	Igreja matriz, rádio Canta Galo FM, Casa Paroquial, Pedreira dos Caldeirões.

Quadro 15: Patrimônios materiais por município do Micro II.

Fonte: Arquivo do Território, 2010

Micro Território III

O município de Iguatu foi contemplado com o Selo de Responsabilidade Cultural em 2010. Na cidade, são destaques os grupos e companhias de teatro do município, como a Companhia Ortaet de Teatro, a Companhia Dupla Face de Teatro, a Companhia Chacoalho de Teatro de Bonecos, o Grupo Metamorfose de Teatro, o Grupo Elo Vanguarda de Teatro e o Grupo GETAP de Teatro. No município também existe o Museu da Imagem e do Som que está em processo de reestruturação.

A Banda Municipal de Iguatu surgiu na década de 1950 através da iniciativa de músicos da época. Atualmente conta com 35 jovens instrumentistas regidos pelo maestro Prudêncio, o repertório vai do erudito ao popular, passando de marchinhas da década de 1920 a músicas contemporâneas.

É também destaque no município o projeto “Cinema nos Bairros”, que acontece mensalmente e leva aos bairros toda a estrutura de cinema com a exibição de filmes e a promoção de lazer.

Dentre os eventos estão o Carnaval, a Expo Iguatu (Exposição Agropecuária Municipal), a Fenercsul (Feira de Negócios da Região Centro-Sul), a Festa de Senhora Santana (26 de julho), a Semana do Município (janeiro), o Iguatu Junino, o Iguatu Festeiro (São João Fora de Época), o Festival do Dia Mundial do Teatro (27 de março) e o Iguatu Natal de Luz.

Já em Acopiara, os principais eventos culturais são o Carnaval de Acopiara, que atrai um público oriundo de todo o estado, a festa da padroeira Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro (15 de agosto), a festa de aniversário da cidade em setembro, o FETAC - Festival de Teatro Amador de Acopiara, o Festival de Esquetes Teatrais (maio), o CFM - Campeonato de Futebol Mirim Luiz Leonardo Moreiras, a Festa de São Francisco e o Festival de Esquetes Teatrais de Acopiara.

Aí também existe o programa Circuito Cultural, que leva aos distritos cursos e oficinas nas áreas culturais, bem como apresentações de dança, música e teatro. Outro exemplo de evento cultural itinerante, que funciona nos diferentes bairros e distritos do município é o chamado “Cinema Itinerante”.

São grupos de expressão cultural no município, a Banda de música Henrique Gurgel Valente, o Grupo Capoeira Gerais, o Grupo Deus Baco do teatro amador, responsável pelo Ponto de Cultura Academia das Artes, as três rádios comunitárias e o jornal Folha do Sertão. São equipamentos culturais o Museu da Cidade, sob responsabilidade da ONG Raízes e as três Bibliotecas Municipais, localizadas na sede, no distrito de Ebrom e Trussu.

Municípios	Expressões Culturais
ACOPIARA	Festa religiosa, esporte, Turismo, repentistas, artesanato, festival de Teatro – FETAC, festival de Esquetes, grupo de dança de rua: Estilo de Rua, Festival de Dança de Rua – BATALHA DANCE
CATARINA	Festa religiosa, esporte, Sanfoneiro, repentista, carpintaria, barro, bumba-meu-boi, grupos de penitentes, grupos de danças para folclóricas, grupos juninos
IGUATU	Festa religiosa, esporte, Artesanato, quadrilhas juninas, banda de musica, teatro, capoeira, dança de rua, turismo de eventos e de negócios, festival do Humor, Escritores, Compositores, Poetas, Artistas Plásticos, Projeto Arte Criança, Grupo Ortaet.
QUIXELÔ	Festa religiosa, esporte, Artesanato, quadrilhas, capoeira, sanfoneiros, Centro Cultural de Quixelô, Grupos Juninos, Grupo de Teatro e dança.

Quadro 16: Expressões culturais por município do Micro III.

Fonte: Arquivo do Território, 2010

Municípios	Patrimônios Materiais
CATARINA	Igreja Matriz – Deu origem à cidade
IGUATU	Fachada da Igreja Matriz e algumas residências.

Quadro 17: Patrimônio material por município do Micro III.

Fonte: Arquivo do Território, 2010

10 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

O diagnóstico da Dimensão Sociocultural Educacional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: aspectos sociais, aspectos da saúde, aspectos educacionais e culturais, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

O Quadro 18 apresenta as análises dos aspectos sociais e de saúde.

ANÁLISE TERRITORIAL ASPECTOS SOCIAIS E DE SAÚDE	
AMBIENTE INTERNO	
Fraquezas	Forças
<ol style="list-style-type: none"> 1. - Cozinha comunitária: reduzido número de pessoas atendidas por família e falta de recursos para manutenção 2. - CREAS e CRAS: desvalorização dos profissionais, estrutura física inadequadas, descumprimento do gestor de sua obrigatoriedade em contratar os técnicos exigidos por lei e dificuldade dos municípios que não são beneficiados pelo CREAS em trabalhar com as demandas especializadas 3. - Aposentados: exploração e negligência no trato dos idosos e pessoas com deficiência 4. - Direito a segurança pública: número insuficiente de profissionais que garantam a segurança pública com qualidade, precariedade da infraestrutura logística e uso indiscriminado de drogas lícitas e ilícitas. 5. Existência de graves carências quanto à oferta dos serviços de saúde 6. - Atendimento insuficiente da demanda de assistência hospitalar e ambulatorial 7. - Deficiência no quadro de agentes do PSF 8. - Falta de assistência psicossocial para a faixa etária infanto-juvenil 9. - Insuficiência na oferta de medicamentos alopáticos e fitoterápicos 10. - Ausência de laboratórios de análises clínicas para realização de bio 	<ol style="list-style-type: none"> 1.- Garantia de acesso a programas, projetos e serviços, a exemplo das cozinhas comunitárias 2.- A existências dos CRAS e CREAS 3.- Funcionamento efetivo dos conselhos (controle social) 4.- Impacto positivo dos aposentados, pensionistas e beneficiados do BPC e PBF na economia do Território

ANÁLISE TERRITORIAL ASPECTOS SOCIAIS E DE SAÚDE	
AMBIENTE EXTERNO	
Ameaças	Oportunidades
1. - Ausência de informações quanto a natureza e tipo de empréstimo oferecido pelas instituições de crédito 2. - Acesso facilitado aos traficantes no território 3. Insuficiência de recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento das ações de saúde	1. - O Programa de Aquisição de Alimentos como suporte a alimentação escolar 2. - Recursos e co-financiamento entre Estado e união 3. - Fiscalização da união da utilização dos recursos enviados apoio da união

Quadro 18: Análise dos Ambientes Interno e Externo dos Aspectos Sociais e da Saúde

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático de Ações Sociais, Saúde, Saneamento e Acesso à Água do Território do Centro Sul e Vale do Salgado, 2010.

O Quadro 19 refere-se as análises dos aspectos educacionais e culturais.

ANÁLISE TERRITORIAL ASPECTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS	
AMBIENTE INTERNO	
Fraquezas	Forças
1. - Falta de pessoas capacitadas para trabalharem nas salas multifuncionais (atender pessoas com necessidades especiais); 2. - Baixo índice de inclusão digital no território 3. - Desvalorização ou entrave na aceitação e participação nas ações e/ou eventos territoriais por parte de alguns gestores municipais 4. - Carência de qualificação profissional na área de educação e demais áreas 5. - Evasão escolar e baixo índice de aprovação 6. - Fragilidade dos sistemas de garantia do direito da criança e do adolescente 7. - Migração da juventude para os grandes centros urbanos pela falta de oportunidade 8. - Insuficiente investimento na cultura	1. - Escolas com equipamentos para estruturação das salas de multimídias 2. - Disponibilidade de escolas municipais e estaduais 3. - Capital humano do território 4. - Edificações Centenárias 5. - Diversidade de manifestações populares - Artistas populares: sanfoneiros, repentistas e cordelistas

ANÁLISE TERRITORIAL ASPECTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS	
<p>por parte das Prefeituras Municipais</p> <p>9. - Pouca atividade das associações culturais</p> <p>10. - Despreparo dos grupos culturais para captar recursos estaduais e federais</p> <p>11. - Degradação do patrimônio histórico e cultural</p>	
AMBIENTE EXTERNO	
Ameaças	Oportunidades
<p>1.- Descontextualização dos currículos à realidade do campo, voltada apenas para o urbano.</p> <p>2.- Esvaziamento ou interrupção do programa de desenvolvimento territorial</p> <p>3.- Insuficiência de recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento das ações de saúde, educação e da cultura conforme demanda o território</p>	<p>1. - Programas governamentais de apoio à educação</p> <p>2. - Implantação de unidades de ensino profissionalizante (governo do Estado)</p> <p>3. - Diálogo estabelecido entre as esferas de governo federal e estadual quando da implantação de políticas públicas em caráter mais articulado e complementar</p> <p>4. - Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE)</p> <p>5. - Política de inclusão social no âmbito da seguridade social.</p> <p>6. - aumento do IDEB</p>

Quadro 19: Análise do Ambiente Interno e Externo dos aspectos educacionais e culturais

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático de Educação e Cultura do Território do Centro, Sul Vale do Salgado 2010.

Parte II b

DIMENSÃO AMBIENTAL

Aspectos Geoambientais

Aspectos Antrópicos

11 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

O diagnóstico a seguir traz uma série de informações sobre as características ambientais visando à preservação de espaços naturais ainda não conservados e a manutenção de espaços já considerados de preservação ambiental garantidos por lei, como as Unidades de Conservação existentes e as áreas de preservação permanente. Tal diagnóstico ainda tem por objetivo apontar as potencialidades do território para que o mesmo tenha um desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável.

11.1 Características Geoambientais

O Território Centro Sul Vale do Salgado é formado por 14 municípios. Segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2009), e estão distribuídos em duas mesorregiões (Sertão Cearense e Centro Sul Cearense) e em cinco microrregiões (Iguatu, Lavras da Mangabeira, Sertão de Senador Pompeu, Sertão dos Inhamuns e Várzea Alegre). Essa configuração apresenta-se de acordo com as Leis Complementares do Estado do Ceará, que são as seguintes: Lei Complementar nº 03, de 26/06/1995 – D.O. de 27.06.1995, Lei Complementar nº 18, de 29/12/1999 – D.O. de 29.12.1999 e Lei Complementar nº 34, de 21/05/2003 – D.O. de 23.05.2003.

No fórum territorial de Desenvolvimento Sustentável, os conselheiros resolveram adotar a seguinte configuração espacial para o Território, que passa a nortear as abordagens do presente documento:

O Território Centro-Sul Vale do Salgado é composto por quatorze (14) municípios distribuídos em três micro territórios, que são: **Micro território I:** integrado por sete municípios: Baixio; Cedro; Ipaumirim; Lavras da Mangabeira; Orós; Icó e Umari; **Micro território II:** formado por três municípios: Cariús, Jucás e Saboeiro; **Micro território III:** integrado por quatro municípios: Acopiara; Catarina; Iguatu e Quixelô.

O Território Centro Sul Vale do Salgado apresenta uma conformação geomorfológica composta basicamente por Depressões Sertanejas e Maciços Residuais, em alternância em toda a sua paisagem. O Território é rico em

recursos hídricos, pois é banhado pelo Rio Jaguaribe e pelo Rio salgado, apresentando ainda grandes açudes e por tais características tem na Agricultura a mola mestra do seu desenvolvimento.

O território possui o clima tropical quente semi-árido e pluviosidade que varia de 586 mm a 939 mm, dependendo do município.

Como atrativos naturais podemos citar o *Small Canyon* localizado no município de Orós, diversas grutas, como a gruta do Boqueirão em Lavras da Mangabeira, Lagoa do Iguatu no município de mesmo nome dentre outros.

O território possui ainda uma vegetação típica do semiárido, a caatinga arbustiva densa, com resquícios de florestas e cerrado em alguns pontos.

11.2 Unidades de Conservação

Entende-se por unidades de conservação, o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Constituição Federal, 1988).

As unidades integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

As unidades de Proteção Integral é composta pelas seguintes categorias de unidades de conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural, Parque Nacional e Refúgio de Vida Silvestre.

As Unidades de Uso Sustentável apresentam as seguintes categorias de Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista – RESEX, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural - RPPN.

No território existe uma unidade de conservação, a Lagoa da Bastiana, criada pela Lei N° 40/98 DE 20/03/1998 e administrada pela Prefeitura de Iguatu.

Segundo os moradores do território a mesma encontra-se bastante degradada, pois recebe o esgoto do município, necessitando, portanto de uma melhor administração.

A população do território, no entanto, reivindica a criação de novas UC's em algumas localidades, como a criação da Unidade de Conservação no Boqueirão de Lavras, que já apresenta um estudo iniciado desde 2008 e a criação de uma UC que se localiza na serra da Várzea também em Lavras da Mangabeira.

A população do território também anseia pela criação de um Parque de Conservação na Serra do Franco localizado entre os municípios de Quixelô e Orós. A serra apresenta uma extensão de 10Km e altitude em torno de 680m (ICEQUI *on line*, 2011).

11.3 Áreas Prioritárias para Preservação

Por se tratar de um Território que apresenta como maior potencial natural os recursos hídricos, as áreas prioritárias para conservação são também ligadas às fontes de água. As áreas prioritárias são: - mata ciliar do Rio Jaguaribe, Rio Salgado e Rio Trussu, bem como as margens dos açudes Muquém (Cariús), Trussu (Iguatu) e Orós (Orós), e a mata ao entorno das nascentes.

Também podemos citar como áreas com relevantes interesses de preservação a Serra do Padre em Icó, que apresenta uma vegetação nativa e merece ser preservada, bem como a Serra de São Mateus em Jucás.

Em Icó, ainda existe o serrote São Domingos, localizado no distrito de Icozinho, que já apresentou 20 nascentes de água, onde hoje só restam duas, mais o local ainda apresenta uma mata nativa passível de preservação.

A Serra da Catarina, que divide os municípios de Catarina e Acopiara, também é considerada um patrimônio natural pelos habitantes, nela encontra-se a nascente do rio trussu, a mesma era utilizada até bem pouco tempo como lixão da cidade.

Em Catarina, a Serra do Funil, também apresenta características a serem preservadas pois exhibe a presença de representantes do porco selvagem, comumente chamado de Queixada.

Em Acopiara existe a Serra do Maia, onde é necessária a preservação de nascentes de rios, da mata nativa, bem como a preservação da fauna existente com exemplares de macacos guaribas e de uma reserva de magnesita, minério bastante abundante no território. Já foi encaminhado pedido ao IBAMA, para transformação de tal área em Unidade de Conservação, porém a mesma esbarrou na burocracia.

O território ainda apresenta áreas com riquezas arqueológicas, como ocorre na Serra da Macambira, localizada no município de Acopiara que apresenta artefatos indígenas.

Ainda podem ser consideradas áreas prioritárias para conservação aquelas nas quais se encontram comunidades tradicionais, devido as suas características culturais específicas.

11.4 Terras Indígenas

O território Centro Sul Vale do Salgado teve como conformação histórica inicial a presença de várias etnias de tribos, dentre elas, Quixelô, Tapuias, Jucás, Icó e Icozinho.

No entanto, talvez devido o histórico de lutas travadas durante a colonização das terras, as mesmas não conseguiram manter as raízes culturais e hoje não existem comunidades remanescentes no território.

11.5 Comunidades Remanescentes de Quilombos

No território existem duas comunidades quilombolas ainda não reconhecidas pelo INCRA, uma em Saboeiro e a outra localizada na Serra da Brígida em Cariús.

Este reconhecimento é importante porque assegura a comunidade os direitos previstos pela constituição de 1988.

Direitos que dentre tantos, garantem o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional e apóia e incentiva a valorização e a difusão das manifestações culturais (Constituição,1988).

11.6 Outras Populações Tradicionais Identificadas no Território

No território é comum a ocorrência de comunidades de pescadores devido à riqueza hídrica do mesmo. Existem diversas colônias e associações de pescadores, dentre as quais podemos citar a Z-27 na cidade de Icó, a Z-59 na cidade de Lavras da Mangabeira, a Z-54 em Quixelô, Z-41 na cidade de Iguatu, a Z-52 na cidade de Cariús dentre outras.

Só na cidade de Orós, devido ao açude de mesmo nome existem segundo dados recentes de 2011, 681 pescadores matriculados para uso da lâmina d'água (DNOCS, 2011).

O açude foi repovoado através da piscicultura Pedro de Azevedo no ano de 2010 com 1.886.000 alevinos de Tilápia do Nilo e 16.000 alevinos de Tambaqui, o que favorece a pesca extrativista (DNOCS, 2011).

Existe, no entanto, uma problemática ocasionada pela limpeza improvisada que os donos das gaiolas realizam assim que o mesmo é despescado, pois eles realizam a limpeza dos peixes nas margens do açude, sem nenhuma higienização, e deixam as vísceras na areia, ocasionando mau cheiro e atraindo insetos.

11.7 Biomas

O território está totalmente inserido no semiárido Nordestino e apresenta, portanto características bem peculiares, tais como períodos de estiagens prolongadas, uma insolação de cerca de 2.800 h/ano, temperaturas que variam em média de 23 a 27° C, com domínio do ecossistema caatinga (SUDENE, 2011).

A Caatinga é o Bioma predominante em todo Território Centro Sul e Vale do Salgado.

O bioma ocupa uma área de 734.478 km² no País e é o único bioma exclusivamente brasileiro. Isto significa que grande parte do patrimônio biológico dessa região não é encontrada em outro lugar do mundo além de no Nordeste do Brasil. A Caatinga ocupa cerca de 7% do território brasileiro. Estende-se pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e norte de Minas Gerais (Biodiversidade *on line*, 2002).

A área total é de aproximadamente 1.100.000 km². O cenário árido é uma descrição da Caatinga, que na língua indígena quer dizer *Mata Branca*. Tem uma fisionomia de deserto, com índices pluviométricos muito baixos, em torno de 500 a 700 mm anuais. Em certas regiões do Ceará, por exemplo, embora a média para anos ricos em chuvas seja de 1.000 mm, pode chegar a apenas 200 mm nos anos secos. A temperatura se situa entre 24 e 26 graus e varia pouco durante o ano (Fauna, *on line*, 2011).

A vegetação do bioma é extremamente diversificada, formação vegetal com características bem definidas: árvores baixas e arbustos que, em geral, perdem as folhas na estação das secas (espécies caducifólias), além de muitas cactáceas. Espécies mais comuns da região é a aroeira (*Schinus molle* L.), o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), o mandacaru (*Cereus giganteus Engelm*) e o juazeiro (*Ziziphus joazeiro*) (Fauna, *on line*, 2011).

A fauna na Caatinga revelam a existência de 40 espécies de lagartos, 7 espécies de anfíbenídeos (lagartos sem patas), 45 espécies de serpentes, 4 de quelônios, 1 de crocodiliano e 44 anfíbios. Além de espécies como a cotia, sagüi, gato maracajá, diversas espécies de morcegos, tatus, mocó, rato de fava e 348 espécies de aves, dentre elas a ararinha azul, espécie ameaçada de extinção (biodiversidade, *on line*, 2002).

A Caatinga possui extensas áreas degradadas, muitas delas incorrem, de certo modo, em risco de desertificação. A fauna da Caatinga sofre grandes prejuízos tanto por causa da pressão e da perda de hábitat como também em razão da caça e da pesca sem controle. Também há grande pressão da população regional no que se refere à exploração dos recursos florestais da Caatinga. Assim, carece de planejamento estratégico permanente e dinâmico com o qual se pretende evitar a perda da biodiversidade do seu bioma.

11.7.1 Características Geológicas.

De um modo geral, a geologia do Ceará pode ser dividida em duas grandes unidades distintas: o cristalino (embasamento), composto por rochas antigas e que ocupam cerca de 70% do seu território, e o sedimentar. As unidades cristalinas são extensões resistentes, estáveis, bastante desgastadas e geralmente associadas à ocorrência de minerais metálicos. É a unidade predominante no Território Centro Sul Vale do Salgado.

As unidades sedimentares são depressões relativas, ou seja, planos mais baixos encontrados nos escudos, preenchidos por detritos ou sedimentos das áreas próximas. Esse processo de deposição sedimentar deu-se nas eras Paleozóica, Mesozóica e Cenozóica e ocorre ainda hoje. No Território apresenta apenas pequenas unidades isoladas, na Bacia Iguatu-Icó e em vicinais nas proximidades da cidade de Quixelô. Mas, situa-se na região formações mais recentes, como é o caso da Bacia do Iguatu-Icó, do Cretáceo Superior, da era Mesozóica, que se constitui na maior bacia de sedimentação do interior do Estado do Ceará, com exceção dos três grandes planaltos (Ibiapaba, Araripe e Apodi) e da planície litorânea.

O Estado do Ceará apresenta mais de 70% (setenta por cento) do seu Território no embasamento cristalino, que detém considerável reserva de rochas como as graníticas, calcários, quartzitos, mármore, conglomerados e arenitos conglomeráticos.

As riquezas minerais no Território Centro Sul Vale do Salgado se detém à exploração da Magnesita. A principal característica deste minério é a textura fina, teores muito baixos SiO_2 e elevados teores de Fe_2O_3 .

As reservas Magnesita no Ceará estão localizadas no Território Centro Sul Vale do Salgado, nos Municípios de Jucás e Iguatu, no entanto a maior incidência está hoje coberta com as águas do açude Orós.

A extração ocorre em duas grandes Empresas, a Magnesium do Brasil LTDA e a Ibar Nordeste com sede no Distrito de Alencar, Iguatu e filial no Sítio Mineiro na cidade de Jucás, ambas detém 100% da extração e comercialização deste minério. O Quadro 20 a seguir mostra a extração de Magnesita por mês e ano em toneladas e a geração de emprego e renda nesses Municípios.

Empresas	Minério	Volume de Extração	Número de Empregos Gerados
IBAR Nordeste	Magnesita	Mês: 1.820 toneladas Ano: 21.840 toneladas	92
Empresa Magnesium do Brasil - LTDA	Magnesita	Mês:7.000 toneladas Ano:84.000 toneladas	130

Quadro 20: Empresas, Minério, Volume de Extração e Número de Empregos Gerados.

Fonte: Empresa Ibar Nordeste, 2010; Empresa Magnesium do Brasil, 2010.

11.7.2 Características Geoclimáticas

De acordo com a Classificação de *Köppen*, o clima do Território Centro Sul Vale do Salgado é do tipo semiárido, com temperaturas médias anuais variando entre 26° C e 32°C, assim como na maioria do Estado. Porém, em função da maior ou menor exposição aos sistemas extratropicais, as temperaturas mínimas podem variar de local para local.

O clima semiárido possui ainda como características marcantes elevadas temperaturas, baixas amplitudes térmicas, baixos índices de nebulosidade, forte insolação, elevadas taxas de evaporação, excesso ou escassez, antecipação ou retardamento das chuvas.

A semiaridez do clima do Nordeste e do Ceará é causada principalmente pelo seu posicionamento geográfico frente aos sistemas de circulação atmosférica. Segundo estudos científicos, a circulação geral da atmosfera é um dos fatores de relevante importância na diferenciação climática existente em toda a superfície do globo.

A circulação atmosférica do Estado do Ceará funciona em torno de sistemas meteorológicos como os alísios de SE (vinculado à atuação do Anticiclone do Atlântico Sul), a Zona de Convergência Intertropical, e sistemas secundários como os Vórtices Ciclônicos de Altos Níveis (VCAN), as Ondas de Leste, as Linhas de Instabilidades Tropicais, os Complexos Convectivos de Meso-Escala (CCM' s) e a Frente Polar Atlântica, embora essa última atue de forma indireta. Tem-se ainda a atuação da Equatorial Continental, na porção do

extremo oeste do Estado do Ceará. De acordo com Monteiro (1974) *apud* Bezerra et al. (1997), os alísios, condicionados pelo Anticiclone do Atlântico Sul, seria o sistema mais atuante na região, o que explicaria a tendência à condições de estabilidade dominante.

A ZCIT (Zona de Convergência Intertropical) se constitui no sistema de maior importância para produção da Chuva no Estado do Ceará e, portanto, na área em estudo. É caracterizada por apresentar-se em constantes deslocamentos nos dois hemisférios, o que causa as chuvas de verão-outono com totais mais elevados no mês de abril. As precipitações provocadas por esse sistema são chuvas do tipo convectivas e notadamente torrenciais.

Na área específica em estudo, a ZCIT, constitui-se no sistema produtor de chuvas mais importante. Fatores geográficos como a altitude e disposição do relevo, contribuem para as diferenciações dos totais pluviométricos observados na área.

O Território em questão apresenta uma acentuada irregularidade na distribuição das chuvas como pode ser observado nas Figuras 5 e 6, que mostram a distribuição anual de chuvas em alguns municípios do Território. Essa irregularidade é função das características da circulação atmosférica e oceânica, podendo-se incluir também as condições geográficas locais. As maiores médias pluviométricas são observadas nos municípios de Cedro e Cariús. A pluviosidade é menor nos municípios de Catarina e Ipaumirim.

O clima predominante da região, de acordo com *Thortuaeit* do tipo Tropical Quente Semiárido, que se caracteriza pela escassez e fortes irregularidades espaço-temporal de pluviosidade. É marcado pela ocorrência de dois períodos definidos pela quadra chuvosa: um seco e longo, e outro período chuvoso. O clima se caracteriza ainda por apresentar forte insolação, com altos índices de evaporação, baixa umidade relativa do ar e temperaturas elevadas, na maior parte do ano.

O Centro-Sul Vale do Salgado apresenta, como nos demais territórios duas estações: chuvosa e outra seca. Por estar localizado na zona semiárida, o Território tem como clima predominante o tropical quente semiárido característico dos quatorze municípios, conforme Tabela 27.

Tabela 27: Tipo de Clima dos Municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado

Município	Clima
Acopiara	Tropical Quente Semiárido
Baixio	Tropical Quente Semiárido
Catarina	Tropical Quente Semiárido
Cariús	Tropical Quente Semiárido
Cedro	Tropical Quente Semiárido
Iço	Tropical Quente Semiárido
Iguatu	Tropical Quente Semiárido
Jucás	Tropical Quente Semiárido
Lavras da Mangabeira	Tropical Quente Semiárido
Quixelô	Tropical Quente Semiárido
Orós	Tropical Quente Semiárido
Ipaumirim	Tropical Quente Semiárido
Saboeiro	Tropical Quente Semiárido
Umari	Tropical Quente Semiárido

Fonte: IPECE, 2010.

A precipitação média anual no Território é cerca de 800 mm. De janeiro a abril chove cerca de 70% do acumulado e 30% de maio ao final de junho. Os municípios localizados neste Território, como pode ser observado nos gráficos a seguir, apresentam precipitação média anual inferior a 1.000 mm característica de municípios que apresentam como unidade geomorfológica a Depressão Sertaneja.

A Tabela 28, a seguir, mostra a precipitação média em milímetro (mm) dos Municípios que compõem o Território:

Tabela 28: Precipitação Média Anual dos Municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado

Município	Pluviosidade (mm)
Acopiara	748,5
Baixio	741,5
Catarina	645,2
Carius	865,6

Município	Pluviosidade (mm)
Cedro	927,1
Iço	733,9
Iguatu	806,5
Jucás	819,9
Lavras da Mangabeira	866,4
Quixelô	806,5
Orós	760,5
Ipaumirim	710,5
Saboeiro	702,7
Umari	770,6

Fonte: IPECE, 2010

A distribuição da precipitação média anual dos municípios do Território são apresentadas nas figuras a seguir:

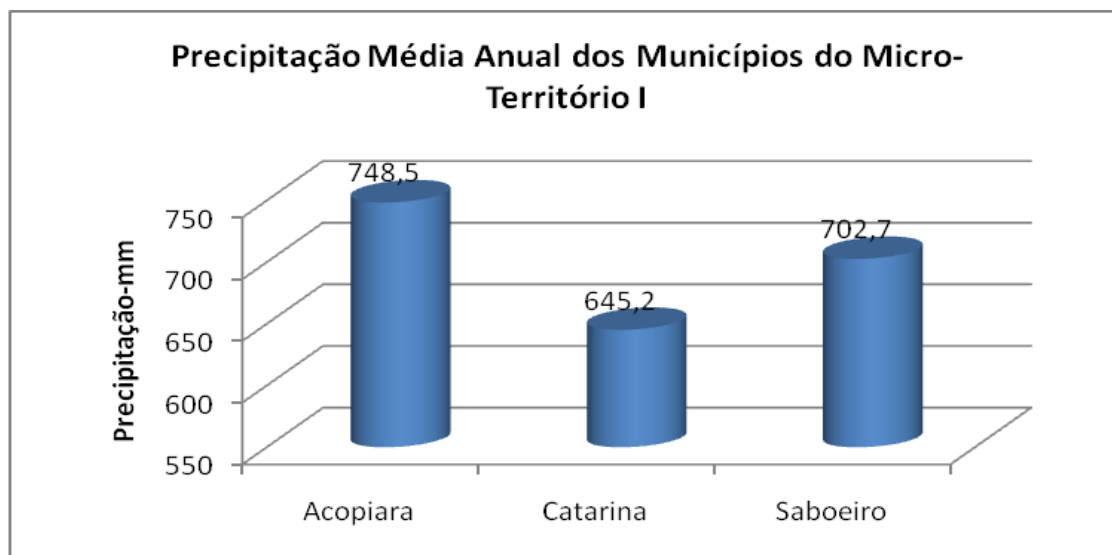


Figura 5: Gráfico da Precipitação Média Anual dos Municípios do Micro Território I do Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: FUNCEME, 2010.

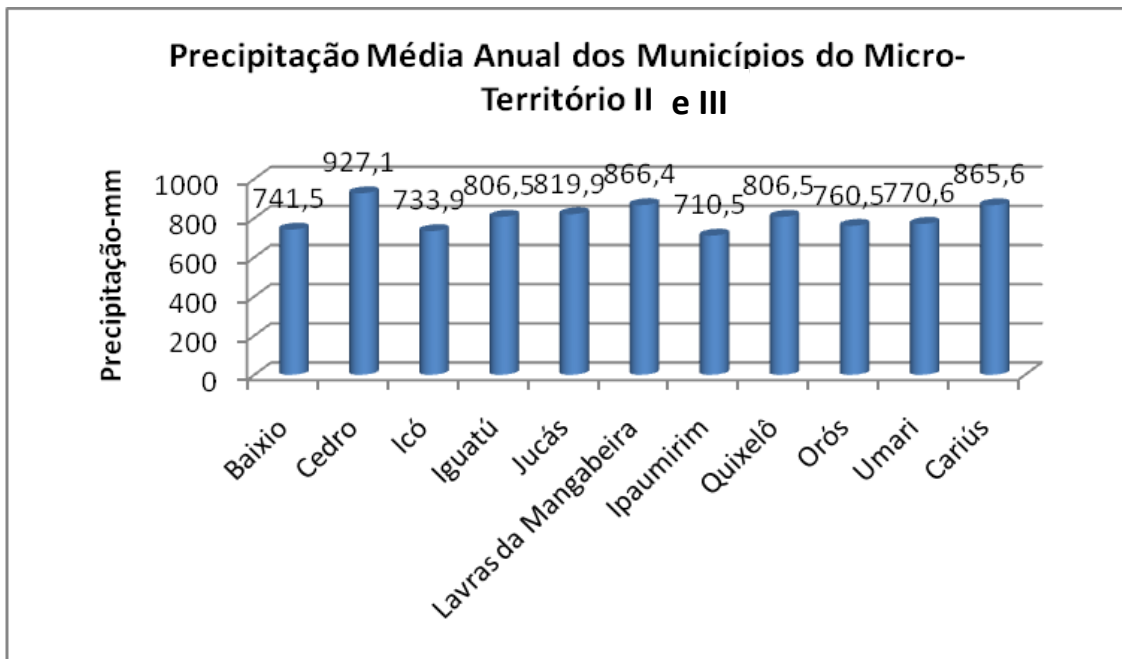


Figura 6: Gráfico da Precipitação Média Anual dos Municípios dos Micro Territórios II e III do Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: FUNCEME, 2010.

Como pode ser observado nas Figuras 5 e 6 assim como no Nordeste, a maior parte das chuvas deste Território se concentra no primeiro trimestre do ano, onde os meses de março e abril apresentam os maiores índices. Esse fato é explicado pela forte presença da ZCIT nessa época do ano. A média anual de precipitação dos municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado é bem variável no tempo e no espaço. A grande maioria dos municípios deste Território apresenta média anual de precipitação inferior a 1.000 mm anuais, e segue a média pluviométrica do Estado do Ceará (800 mm). Isto se justifica por estarem localizados em áreas de baixas latitudes e baixas altitudes, principalmente.

Durante a estação seca, que se inicia no mês de setembro, prolongando-se até o mês de dezembro em 2009, desaparecem as chuvas, período em que a ZCIT sistema atmosférico responsável pelas chuvas do Nordeste não está atuando. A estação chuvosa ocorre de janeiro a maio, sendo caracterizado por chuvas torrenciais.

Assim como nos outros municípios do Território, as chuvas em Ipaumirim também são escassas e irregulares. Estas acontecem apenas no período que se estende de janeiro a julho, com picos nos meses de março,

abril e maio, quando a ZCIT atua fortemente no Estado do Ceará. Nos meses de junho, julho e agosto, as precipitações diminuem significativamente. No período que compreende os meses de setembro, outubro e novembro a precipitação é nula, onde somente no mês de dezembro as chuvas voltam a ocorrer.

A temperatura média anual no Território oscila entre 26°C e 28°C. A variação por município está representada na Tabela 29 a seguir:

Tabela 29: Temperatura média anual dos municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado

Município	Temperatura
Acopiara	26° a 28°
Baixio	26° a 28°
Catarina	24° a 26°
Cariús	26° a 28°
Cedro	26° a 28°
Iço	26° a 28°
Iguatu	26° a 28°
Jucás	26° a 28°
Lavras da Mangabeira	26° a 28°
Quixelô	26° a 28°
Orós	26° a 28°
Ipaumirim	26° a 28°
Saboeiro	26° a 28°
Umari	26° a 28°

Fonte: IPECE – 2010

A média do Território é de 25,6 °C, no entanto no trimestre outubro /dezembro chega à máxima absoluta superior a 33 °C. No trimestre abril/junho as temperaturas são mais amenas. A temperatura média apresenta uma variação de 3,7 °C entre o mês mais frio (junho) e o mês mais quente (outubro). As médias máximas e mínimas extremas ocorrem respectivamente nos meses de novembro (35,2 °C) e julho (20,2 °C). Catarina é o Município que apresenta as temperaturas mais baixas durante todo o ano. A sua localização é determinante para este fator uma vez que a sua altitude esta por volta dos 580m, muito superior as altitudes dos demais Municípios.

A temperatura média de cada município do Território está demonstrada na Figura 7:

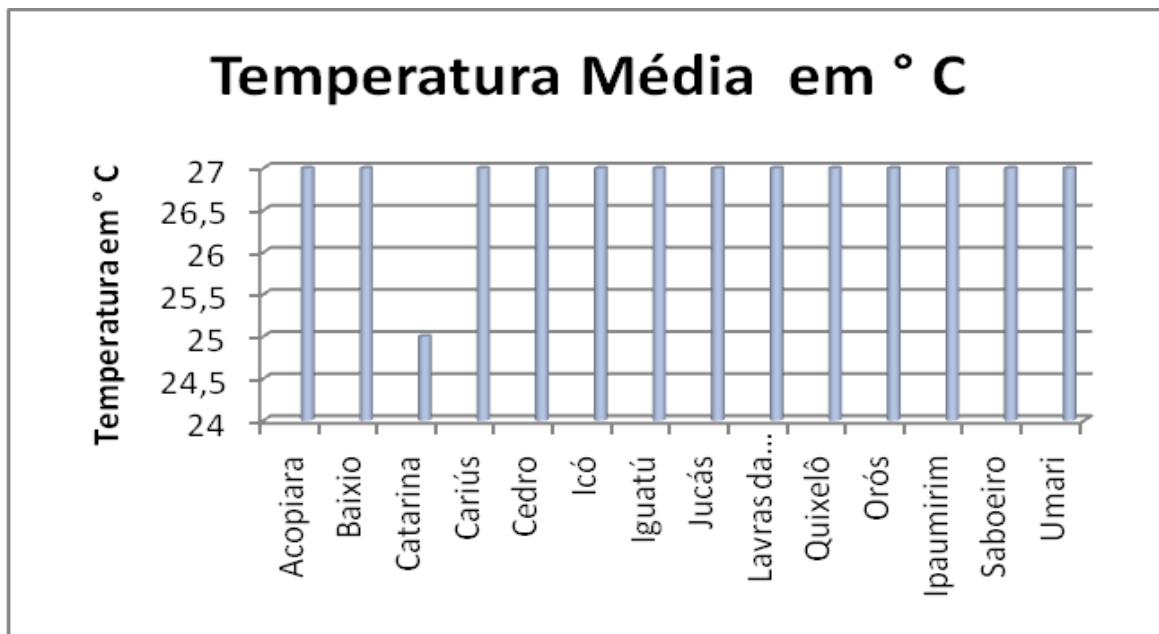
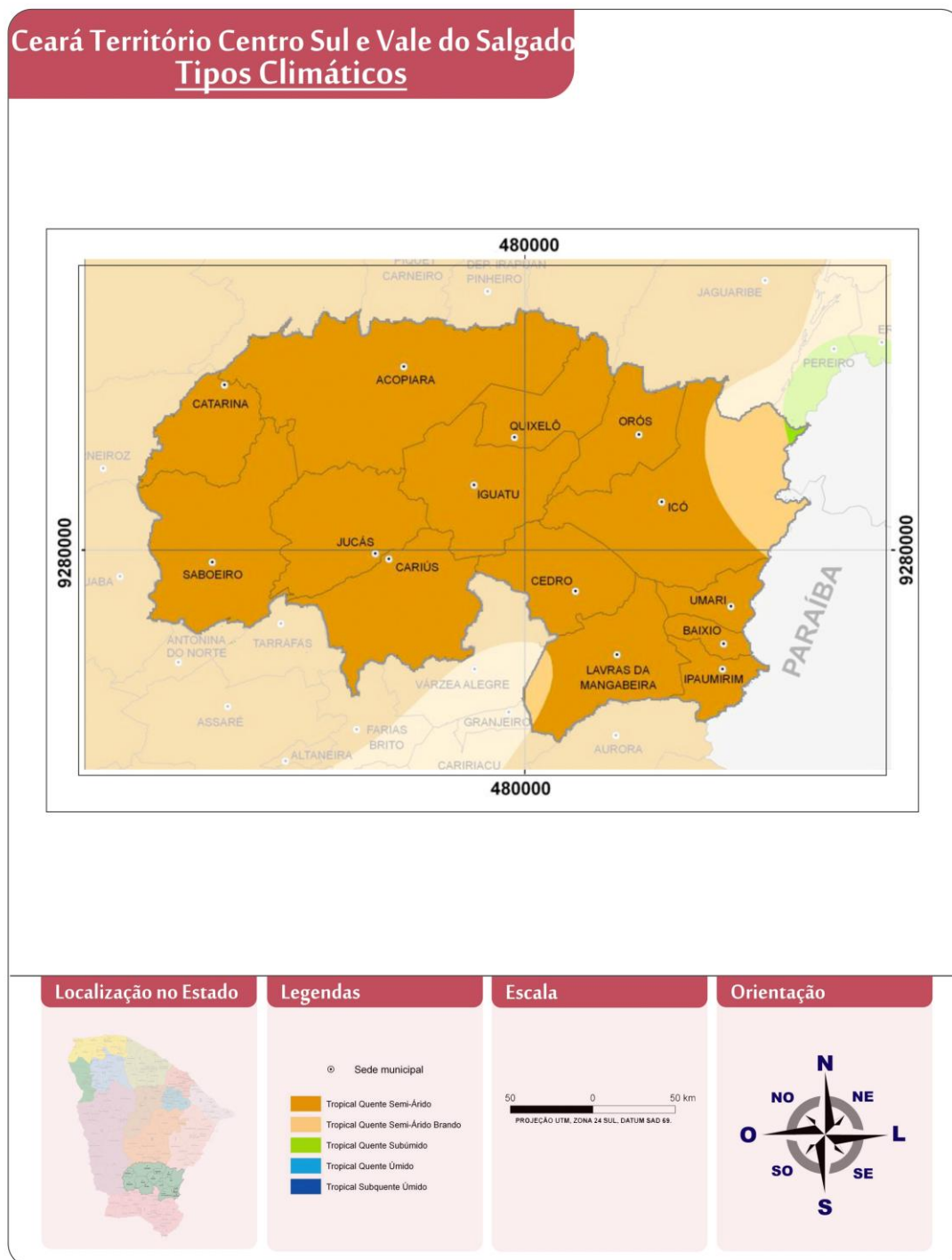


Figura 7: Gráfico da Temperatura Média dos municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: IPECE, 2010.

A Figura 8 apresenta uma representação do Mapa dos tipos climáticos encontrados no território.



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 8: Representação gráfica do mapa de tipos Climáticos do território Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, 2010.

11.7.3 Características Geomorfológicas

Destacam-se, no Território, os Maciços Residuais que aparecem isoladamente e as Depressões Sertanejas, conforme o Quadro 21:

Município	Relevo
Acopiara	Depressões Sertanejas e Maciços Residuais
Baixio	Depressões Sertanejas
Catarina	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais
Carius	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais
Cedro	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais
Icó	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais
Iguatu	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais
Jucás	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais
Lavras da Mangabeira	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais
Quixelô	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais
Orós	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais
Ipaumirim	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais
Saboeiro	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais
Umari	Depressão Sertaneja e Maciços Residuais

Quadro 21: Relevos dos Municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: IPECE – 2010

Os maciços residuais apresentam elevadas altitudes, características essas que aliadas às temperaturas mais amenas, chuvas mais significativas, vegetação densa, solos mais desenvolvidos, os diferenciam do ponto de vista fisiográfico da forma de relevo que os circunda. Os maciços residuais estão presentes em 13 dos 14 municípios que compõem o Território. São eles: Acopiara, Catarina, Carius, Cedro, Icó, Iguatu, Jucás, Lavras da mangabeira, Quixelô, Orós, Ipaumirim, Saboeiro e Umari.

A Depressão Sertaneja tem superfícies erosivas planas e ligeiramente dissecadas, submetidas a processos de sedimentação. Os níveis altimétricos oscilam entre 100 e 400 m com rampas de pequenos declives orientadas para o fundo dos vales sertanejos. As amplitudes altimétricas entre o fundo destes

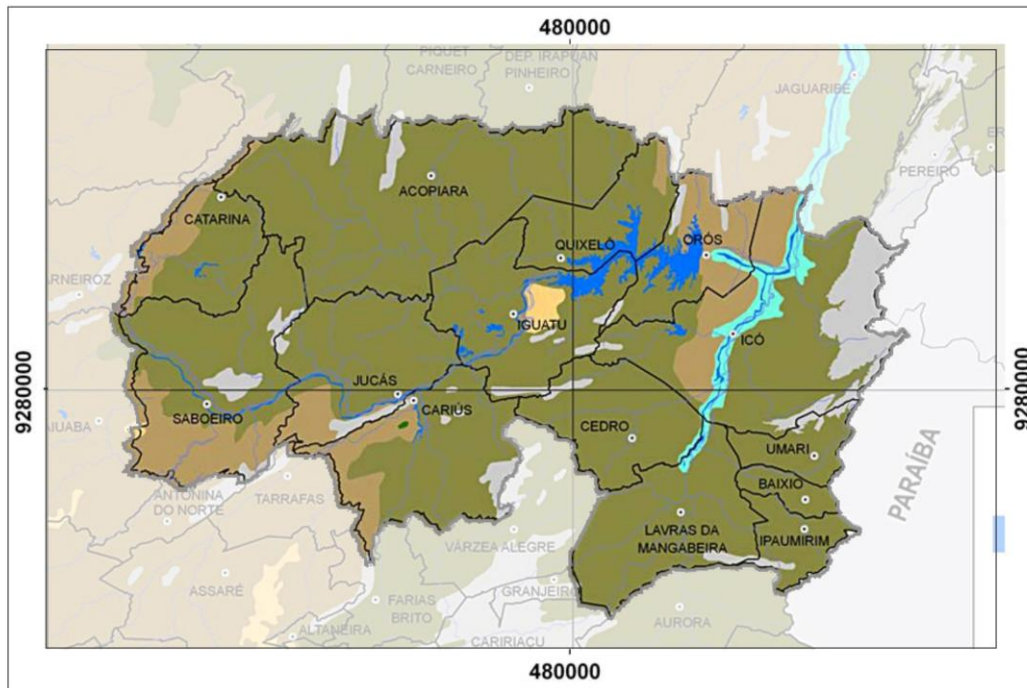
vales e os interflúvios são, em geral, insignificantes (FUNCEME/ IPECE, 2009). No Território, o município de Baixio, no Vale do salgado, apresenta esta característica, bem como os municípios de Cedro, Jucás, Iguatu e Icó.

Conclui-se que a maior parte do Território apresenta formas suaves e pouco dissecadas, características da Depressão Sertaneja. As altitudes situam-se entre 200 e 700m acima do nível do mar. As sedes municipais possuem uma altitude média girando em torno de 250m. As cidades de Icó a 154 m acima do nível do mar e de Acopiara a 317m de altitude apresentam-se como as mais distantes da média regional.

Em Catarina existe ainda uma chapada com mesmo nome, formada pelas serras do Colombi, da Cangatinga, do Carcará, do Espigão, do Funil, do Macaco e do Poço da Cruz.

A Figura 9 apresenta a compartimentação Geoambiental do território.

Ceará Território Centro Sul e Vale do Salgado Compartimentação Geoambiental



Localização no Estado



Legendas

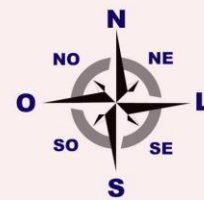
- ⊙ Sede municipal
- Corpos d'água — Drenagens
- Unidade Geoambiental**
- Tabuleiros interiores
- Planície flúvio marinha
- Chapada do Apodi
- Chapada do Araripe
- Glacis de acumulação
- Planalto da Ibiapaba
- Planície litorânea
- Planície ribeirinha
- Serras secas
- Serras úmidas
- Sertão ocidental Ibiapaba
- Sertão centro ocidental
- Sertão pré-litorâneo
- Sertão sul ocidental

Escala



PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

Orientação



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 9: Representação Gráfica do Mapa de Compartimentação Geoambiental do Território Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

11.7.5 Características Hidrológicas

A caracterização hidrológica do Ceará está baseada na grande variabilidade temporal e espacial das chuvas, no déficit hídrico natural (média anual das precipitações por volta de 700 mm e uma média anual de evaporação acima de 2.000mm), da intermitência da rede hidrográfica onde cerca de 70% do Estado está assentado sobre rochas cristalinas, cobertas por solos rasos, pelo baixo potencial em recursos hídricos subterrâneos e pela existência de uma ampla infra-estrutura hídrica (açudes, canais e adutoras de múltiplos usos).

No Ceará todos estes recursos hídricos estão sendo gerenciados pela COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos. A missão da Companhia é gerenciar os recursos hídricos de domínio do Estado e da União, por delegação, de forma integrada, descentralizada e participativa incentivando o uso racional, social e sustentado da água. A COGERH realiza o monitoramento das águas, consistindo na medição e avaliação dos estoques de água dos açudes, medição das vazões liberadas pelos reservatórios e em seções de rios, medição das vazões em canais e adutoras, avaliação da qualidade da água e o acompanhamento do estado de conservação ambiental dos mananciais.

No Território Centro Sul Vale do Salgado, a COGERH atua na operação e manutenção da infraestrutura hídrica, no monitoramento quantitativo e qualitativo, elaboração de estudos e projetos sobre recursos hídricos, gestão participativa, implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos e o desenvolvimento institucional.

O Território é dotado de 10 açudes públicos, sendo seis considerados de médio a grande porte, representando uma capacidade de reserva de água da ordem 2,2 bilhões m³ e uma vazão hídrica de 458 milhões de m³ /ano, associada a uma garantia de 90%, no tempo.

No tocante à disponibilidade de águas subterrâneas existem mais de 1000 poços cadastrados no Território, dos quais mais de 1000 do tipo tubular profundo e 18 do tipo amazonas (PACTO DAS ÁGUAS, 2009). Segundo a COGERH, o Território Centro Sul Vale do Salgado é bastante privilegiado

quanto à questão hídrica. Banhado por duas importantes bacias hidrográficas: a bacia do Alto Jaguaribe e a bacia do Salgado (SDLR, 2005).

As Bacias Hidrográficas são áreas drenadas parcial ou totalmente por um ou vários cursos d'água. Constituem-se em unidades básicas de planejamento, por isso tão importantes para o desenvolvimento do Território (COGERH, 2009).

A Sub-bacia do Alto Jaguaribe abrange uma área de drenagem de 24.639 km², correspondente a 16,56% do território cearense. Localiza-se a montante do açude Orós. Esta bacia é composta por 24 municípios e apresenta a capacidade de acumulação de águas superficiais de 2.792.563.000 bilhões de m³, num total de 18 açudes públicos monitorados quantitativamente e qualitativamente pela COGERH.

O maior reservatório em acumulação de água desta bacia é o Açude Orós localizado na cidade de mesmo nome com uma capacidade total de 1.940.000.000 milhões de m³, e o menor reservatório é o Açude do Coronel localizado em Antonina do Norte com uma capacidade de 1.770.000 milhões de m³ (COGERH, 2009).

A Bacia do Salgado abrange uma área de quase 13 mil Km², com uma população em torno de 914.000 habitantes, possuindo mais de 700 açudes, cerca de 350 km de canais de vales perenizados, um rio com 308 km de extensão, mais de 500 poços (Pacto das águas, 2009).

O Quadro 22 apresenta os principais reservatórios encontrados no território.

Açude	Município	Capacidade (m³)	Cota (m)	Volume (m³)	Volume (%)	Vazão (l/s)
Fae	Quixelô	24.408.688	238.47	11.510.000	47.2	0
Muquém	Cariús	47.643.000	265.06	38.600.000	81.0	0
Orós	Orós	1.940.000.000	198.36	1.715.176.800	88.4	3400
Quincoê	Acopiara	7.130.000	93.45	5.410.000	75.9	0
Rivaldo de Carvalho	Catarina	19.520.000	995.05	12.130.000	62.1	0
Trussu	Iguatu	301.000.000	252.24	256.310.000	85.2	100

Açude	Município	Capacidade (m ³)	Cota (m)	Volume (m ³)	Volume (%)	Vazão (l/s)
Lima Campos	Iço	66.380.000	173.87	43.390.000	65.4	660
Rosário	Lavras da Mangabeira	47.218.527	286.13	35.370.000	74.9	100
Tatajuba	Iço	2.720.000	219.42	2.000.000	73.5	0
Ubaldinho	Cedro	31.800.000	293.07	23.620.000	74.3	200

Quadro 22: Principais Reservatórios encontrados no território Centro Sul Vale do Salgado

Fonte: COGERH, Escritório de Iguatu – 2010

Existem diversas cidades abastecidas por esses reservatórios, o açude de Trussu dentre tantas cidades abastece também o município de Iguatu. Catarina recebe abastecimento do açude São Gonçalo através de uma adutora gerenciada pela CAGECE.

Acopiara é abastecida pelo açude Quincoê, e como tal açude sofre muita evaporação, a cidade também recebe água do açude Raimundo de Moraes (particular).

O Orós além de ser responsável pelo abastecimento de diversas cidades ainda lança suas águas para dentro do açude Lima Campo, em Icó.

A integração das Sub-bacias do Salgado e do Alto Jaguaribe são responsáveis pelas recargas dos açudes Orós e Castanhão, os quais abastecem a região metropolitana de Fortaleza e os canais e adutoras que atendem o complexo portuário do Pecém, no litoral cearense. A necessidade de gestão dos recursos hídricos se torna evidente ao analisarmos o crescimento rápido da demanda, ancorada pelo crescimento populacional e o desenvolvimento econômico e, em nossa bacia hidrográfica, agravados por fatores climáticos.

Devido à necessidade de um gerenciamento mais apurado dos recursos hídricos, diversos projetos envolvendo os mesmos estão sendo realizados, como à construção de uma adutora que abastecerá a cidade de Quixelô captando água do Rio Jaguaribe, perenizado pelo Rio Trussu.

Outra obra praticamente concluída é o sistema Orós/ Feiticeiro, que é gerenciado pela COGERH e tem como responsabilidade a empresa Galvão Engenharia fiscalizada pela SOHIDRA.

Ainda podemos citar o projeto de abastecimento da cidade de Acopiara via açude Trussu, através de uma adutora. No entanto vale salientar que tal obra teve início há dois anos e que se encontra parada ainda na primeira fase de execução do projeto.

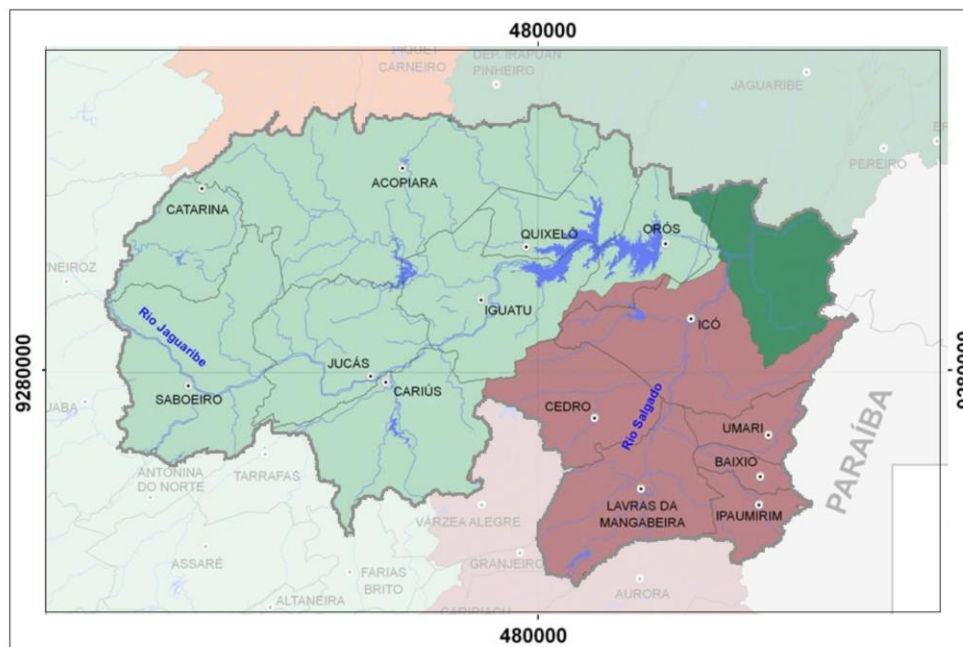
Existe também um projeto de perenização do sistema lacustre de Iguatu, a prefeitura já solicitou outorga a COGERH, porém o mesmo precisa de um licenciamento ambiental devido a sua abrangência e, portanto ainda não foi implantado.

No município de Iguatu ainda existe um projeto em fase de elaboração para a construção de um canal para irrigação utilizando as águas do Riacho dos Cachorros e Riacho das Carnaúbas.

O município ainda conta com 400 cisternas de placas já concluídas e entregues pelos Governos Federal, Estadual e ainda pela FETRAECE e ASA.

A Figura 10 traz uma representação gráfica das bacias hidrográficas que abastecem o território.

Ceará Território Centro Sul e Vale do Salgado Bacias Hidrográficas



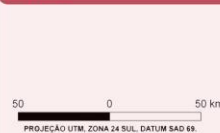
Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Drenagens
- Apúdes e lagoas
- Bacias hidrográficas
 - Acarai
 - Alto Jaguaribe
 - Baixo Jaguaribe
 - Banabuiú
 - Coreaú
 - Curu
 - Litoral
 - Metropolitana
 - Médio Jaguaribe
 - Paraíba
 - Salgado

Escala



Orientação



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 10: Representação gráfica do mapa das bacias hidrográficas do território.
Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará.

11.7.5 Características Edafológicas

O Território Centro Sul Vale do Salgado apresenta grande variedade de solos como: aluviais (Neossolos Flúvicos), litólicos (Neossolos Litólicos),

planossolos solódicos (Planossolos), podzólicos vermelho-amarelo (Argissolos), vertissolos (Ver nova nomenclatura), bruno não cálcico (Luvissolos), latossolo vermelho-amarelo (Latosolos), e solonetz solodizado (nova nomenclatura), sendo predominantes os solos aluviais (Neossolos Flúvicos), solos litólicos (Neossolos Litólicos) e Podzólico Vermelho-amarelo (Argissolos), especificados no Quadro 23:

Município	Solos
Acopiara	Neossolos Flúvicos, Solos Litólicos, Planossolo, Argissolos e Vertissolos
Baixio	Luvissolos e Solos Litólicos
Catarina	Argissolos, Solos Litólicos
Carius	Neossolos Flúvicos Solos Litólicos, Argissolos, Terra Roxa Estruturada Similar
Cedro	Neossolos Flúvicos, Luvissolos, Solos Litólicos, Planossolo e Argissolos
Icó	Neossolos Flúvicos, Luvissolos, Solos Litólicos, Argissolos e Vertissolos
Iguatu	Neossolos Flúvicos Solos Litólicos, Argissolos e Vertissolo
Jucás	Neossolos Flúvicos Solos Litólicos, Latossolos e Argissolos
Lavras da Mangabeira	Luvissolos, Argissolos e Solos Litólicos
Quixelô	Neossolos Flúvicos Solos Litólicos, Planossolo, Argissolos e Vertissolo
Orós	Neossolos Flúvicos, Luvissolos, Solos Litólicos, Planossolo, Argissolos e Vertissolo
Ipaumirim	Luvissolos, Solos Litólicos e Argissolos
Saboeiro	Solos Linólicos, Luvissolos, Argissolos
Umari	Luvissolos, Solos Litólicos, Argissolos e Solonetz Solodizado

Quadro 23: Tipos de Solos dos Municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: IPECE – 2010.

As principais características dos solos são:

- **Vertissolos:** São solos de desenvolvimento restrito pela grande capacidade de movimentação do material constitutivo do solo em

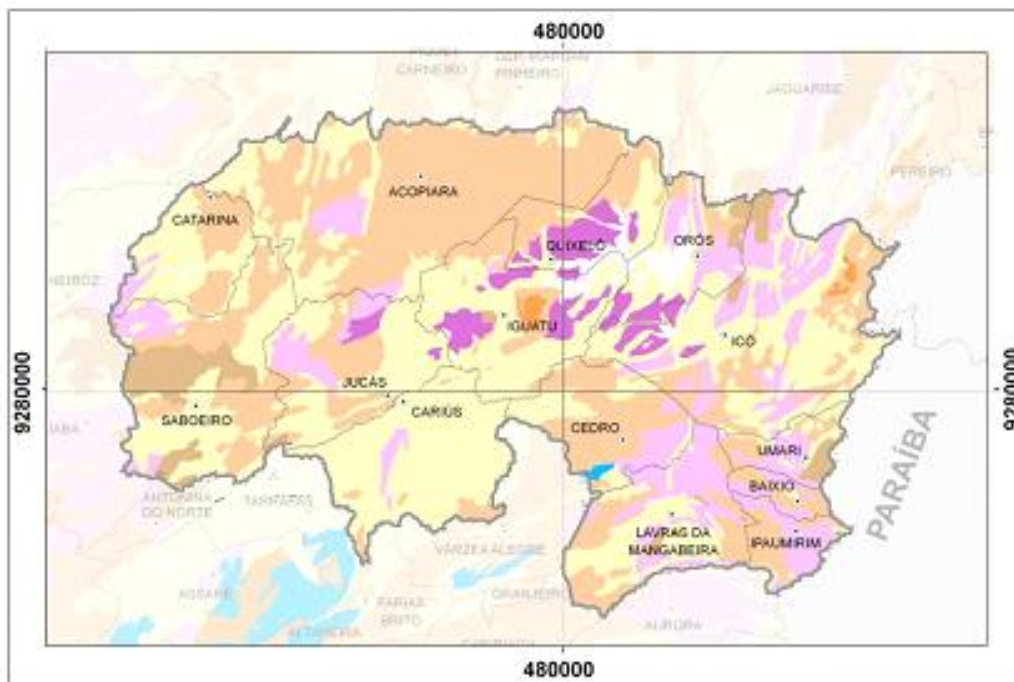
conseqüência dos fenômenos de expansão e contração causados pela alta atividade das argilas.

- **Latossolo:** Principal tipo de solo do Brasil, presente principalmente no cerrado. São solos profundos e intensamente lixiviados, sendo, portanto, rico em ferro e alumínio. Conseqüentemente, são pobres nutricionalmente e ácidos, o que é resolvido pela adubação e calagem (adição de pó calcário para diminuir a acidez). Já foi considerado impróprio para a agricultura, no entanto, seu fácil manejo devido ao seu relevo suave e sua alta porosidade transformou o cerrado brasileiro no principal núcleo de grãos do país.
- **Argissolos:** Solo rico em argila e bastante susceptível a erosão. Compreende solos minerais, não hidromórficos, caracterizados pela presença de um horizonte B textural de coloração vermelho-escura.
- **Neossolos Litólicos:** Solo bastante raso, presente em locais onde o intemperismo químico é pouco eficiente, como nos desertos e semi-áridos. São também heterogêneos quanto às propriedades químicas e ocorrem sob vegetação Campestre, de Cerrado e Floresta, em locais com forte declividade, geralmente encostas de morros e bordas de chapadas.
- **Solos Aluviais:** caracteriza-se pela riqueza em nutrientes, ocorrência de variações nos teores de Cálcio, Magnésio, Potássio e Fósforo e riscos de inundações. Porém, apresenta potencial para desenvolvimento de agricultura irrigada.
- **Planossolo:** Solos minerais hidromórficos, com mudança de textura abrupta entre o A ou o E e o horizonte B textural que tem alta densidade aparente, cores de redução e/ou mosqueados, decorrentes de drenagem imperfeita ou má.

As principais limitações à Agricultura estão relacionadas, sobretudo, a características físicas desses solos, decorrentes de uma drenagem imperfeita ou má, alta densidade aparente e permeabilidade lenta.

A Figura 11 traz uma representação gráfica do mapa dos principais tipos de solos encontrados no território.

Ceará Território Centro Sul e Vale do Salgado Classes de Solos



Localização no Estado



Legenda



Escala



Orientação



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 11: Representação gráfica das classes de solo encontradas no território Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

11.7.6 Características Vegetais

No Território, a Vegetação apresenta-se muito diversificada em função da diversidade dos tipos de solos. No entanto, destacam-se a caatinga arbustiva densa, presente em todos os municípios, seguida da floresta caducifolia espinhosa, conforme o Quadro 24 a seguir:

Município	Vegetação
Acopiara	Caatinga Arbustiva Densa, Floresta Caducifolia Espinhosa e Floresta Subperenifolia Tropical Pluvial
Baixio	Caatinga Arbustiva Densa e Floresta Caducifolia Espinhosa
Catarina	Caatinga Arbustiva Aberta
Carius	Caatinga Arbustiva Aberta, Caatinga Arbustiva Densa
Cedro	Caatinga Arbustiva Densa e Floresta Mista Dicotillo Palmacea
Icó	Caatinga Arbustiva Aberta, Caatinga Arbustiva Densa, Floresta Mista Dicotillo-Palmacea e Floresta Subcaducifolia Tropical Pluvial
Iguatu	Caatinga Arbustiva Densa
Jucás	Caatinga Arbustiva Densa e Floresta Caducifolia Espinhosa
Lavras da Mangabeira	Caatinga Arbustiva Aberta, Caatinga Arbustiva Densa, Floresta Caducifolia Espinhosa e Floresta Mista Dicotillo-Palmacea
Quixelô	Caatinga Arbustiva Densa
Orós	Caatinga Arbustiva Aberta, Caatinga Arbustiva Densa e Floresta Mista Dicotillo-Palmacea
Ipaumirim	Floresta Caducifolia Espinhosa
Saboeiro	Floresta Caducifolia Espinhosa, Caatinga Arbustiva Aberta, Caatinga Arbustiva Densa, Floresta Subcaducifolia Tropical Pluvial
Umari	Caatinga Arbustiva Densa e Floresta Caducifolia Espinhosa

Quadro 24: Tipos de Vegetação dos Municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: IPECE – 2010.

Os principais tipos de vegetação no entanto, são:

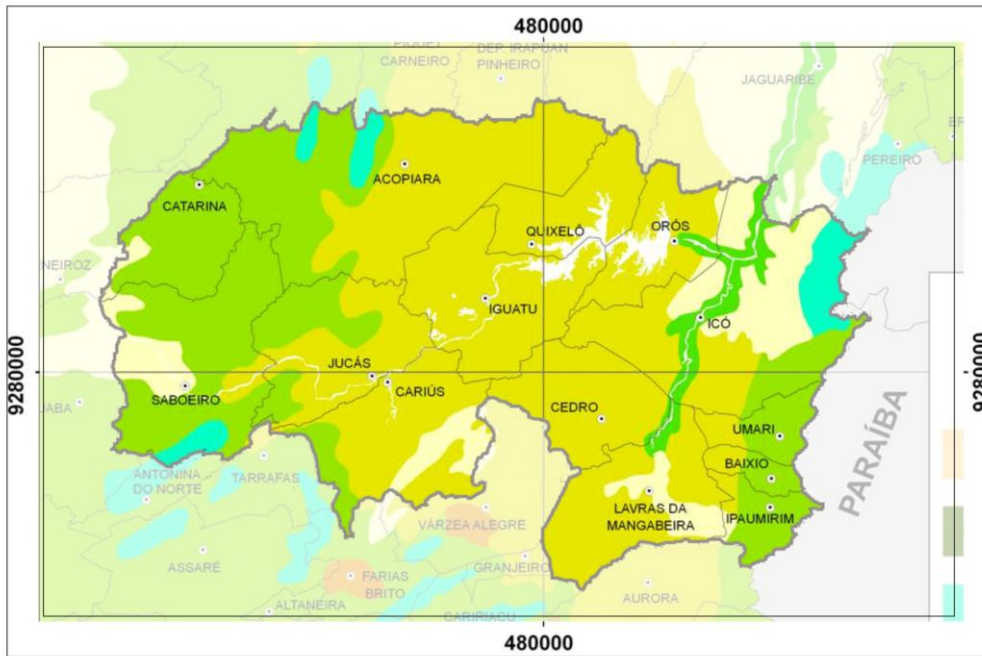
A Floresta Caducifolia Espinhosa que apresenta uma formação vegetal típica do nordeste brasileiro definida como um conjunto de arbustos e de árvores espontâneas, densas, baixas, de aspecto seco, de folhas pequenas, caducas no verão, com raízes penetrantes e desenvolvidas [plantas xerófilas].

Apresenta-se com várias fisionomias, ou seja, indivíduos isolados ou agrupados, com caules retilíneos e retorcidos, dependendo da densidade populacional.

A Caatinga arbustiva densa são bosques densos com árvores isoladas. É o tipo mais amplamente distribuído, como o Juazeiro. A cobertura vegetal predominante na Região é formada pela Caatinga Arbustiva Densa. Nos municípios de Icó, Lavras da Mangabeira, Orós e Saboeiro destaca-se a presença da Caatinga Arbustiva Aberta e nos municípios de Acopiara, Jucás e Saboeiro. Da mesma forma nos municípios de Baixo, Ipaumirim e Umari, aparece a Caatinga Arbórea.

A Figura 12 traz uma representação de tais características vegetais do território.

Ceará Território Centro Sul e Vale do Salgado Unidades Fitoecológicas



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Complexo Vegetacional da Zona Litorânea
- Floresta Subperenifolia Tropical Pluvio-Neobulvar (Mata Úmida, Serrana)
- Floresta Subcaducifolia Tropical Pluvial (Mata Seca)
- Floresta Caducifolia Espinhosa (Caatinga Arbores)
- Caatinga Arbustiva Densa
- Caatinga Arbustiva Aberta
- Camaseco
- Floresta Perenifolia Paludosa Marítima
- Floresta Mista Dicotilo-Palmáceas (Mata Clara com Camadão)
- Floresta Subcaducifolia Tropical Xeromorfa (Cerradão)
- Cerrado

Escala



Orientação



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 12: Representação gráfica das unidades Fitoecológicas encontradas no território Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

12 ASPECTOS ANTRÓPICOS

No Território Centro Sul Vale do Salgado, os problemas ambientais como a poluição da água, assoreamento, contaminação do solo, degradação de áreas desprotegidas, desmatamento, queimadas e redução do pescado, causam a alteração da paisagem e prejuízos para atividade agrícola e pecuária.

Todos esses problemas são remanescentes do processo de crescimento da população do Território, quando os grandes açudes incentivaram a implantação dos perímetros irrigados como o perímetro Icó/Lima Campos, a produção de arroz na cidade de Iguatu e grande área explorada para pastagem na criação de gado. As atividades são praticadas sem nenhum uso de técnicas apropriadas e os resultados têm sido desastrosos. A salinização do solo é, hoje, uma realidade. Especialmente na região onde os solos são rasos e a evaporação da água ocorre rapidamente devido às elevadas temperaturas.

Outro problema enfrentado pelo território diz respeito à coleta e deposição de lixo, pois nenhuma cidade possui aterro sanitário, todas possuem lixões a céu aberto, onde são depositados inclusive lixo hospitalar. Na cidade de Iguatu, por exemplo, o lixão fica na entrada da cidade, próximo à lagoa do Julião.

Já existe um projeto de um aterro sanitário na cidade de Iguatu, no entanto, o mesmo encontra-se embargado, porque o projeto prevê a construção de lagoas de estabilização e as mesmas encontravam-se próximas ao aeroporto da cidade, o que atrairia aves e seria um risco para as aeronaves.

Outro tema que preocupa bastante os habitantes do território diz respeito à caça predatória que ocorre de forma descontrolada, indicando uma falta de agentes ambientais para realizar fiscalização na região.

Com relação ao saneamento ambiental, quase todas as cidades apresentam um saneamento insuficiente e precário. No entanto, segundo recomendações do governo Federal todos os municípios deverão implantar o plano de saneamento e, portanto, os municípios já estão elaborando os mesmos.

Os rios do território são na sua totalidade utilizados como receptáculos de lixo e esgoto, o Rio Salgado, por exemplo, recebe os esgotos das cidades da região do Cariri.

Em Acopiara, o açude do estado, encontra-se bastante poluído devido a recepção dos efluentes do curtume do município.

Além dos problemas já citados, um levantamento realizado pelos CONDEMAS, identificou a presença de diversas pocilgas clandestinas, e a grande maioria encontradas as margens de corpos hídricos, como ocorre no município de Acopiara, onde existem diversas pocilgas as margens do Rio Quincoê.

12.1 Desmatamento e Queimadas

O Bioma Caatinga encontra-se ameaçado. A exploração é feita de forma extrativista pela população local o que tem levado a uma rápida degradação ambiental.

Segundo estimativas, cerca de 70% da Caatinga já se encontra alterada pelo homem, e somente 0,28% de sua área encontra-se protegida em unidades de conservação.

Em 2010, no primeiro monitoramento já realizado sobre o Bioma, constatou-se que a Caatinga perde por ano e de forma pulverizada uma área de sua vegetação nativa equivalente a duas vezes a cidade de São Paulo. A área desmatada equivale aos territórios dos Estados do Maranhão e do Rio de Janeiro somados. O desmatamento da Caatinga é equivalente ao da Amazônia, bioma cinco vezes maior.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, resta 53,62% da cobertura vegetal original. A principal causa apontada é o uso da mata para abastecer siderúrgicas de Minas Gerais e Espírito Santo e indústrias de gesso e cerâmica do Semiárido. Esse número confere à Caatinga a condição de ecossistema menos preservado e um dos mais degradados. Como consequência desta degradação, algumas espécies já figuram na lista das espécies ameaçadas de extinção do IBAMA. A proposição de criar fontes

alternativas de energia é defendida como a forma mais viável para combater o desmatamento.

Os desmatamentos e as queimadas são problemas enfrentados em todo o Brasil e que infelizmente o Ceará, mais precisamente o Território Centro Sul Vale do Salgado e os municípios que o compõem estão na lista dos mais prejudicados. O Estado está na 6ª posição se tratando de municípios afetados com as queimadas, número considerado alto (76,63% do total), isso em relação ao Brasil.

Estudos do Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2008, demonstraram que no período compreendido entre os anos de 2002 a 2008, 45,39% do Bioma Caatinga estavam antropizados, restando 53,62% de vegetação remanescente. No período considerado, os estados que mais desmataram foi o estado da Bahia (restando-lhe 46,88% de vegetação remanescente), seguido do Ceará (restando-lhe 59,77% de vegetação remanescente), conforme os Quadros 25 e 26.

UF	Área de Caatinga (Km ²)	Área Antropizada antes de 2002 (Km ²)	Área Antropizada entre 2002 e 2008 (km ²)	% do Bioma antropizado entre 2002 e 2008
BA	300.967	149.619	4.527	0,55
CE	147.675	54.735	4.132	0,50
PI	157.985	45.754	2.586	0,31
PE	81.141	41.159	2.204	0,27
RN	49.402	21.418	1.142	0,14
PB	51.357	22.342	1.013	0,12
MG	11.100	5.371	359	0,04
AL	13.000	10.320	353	0,04
SE	10.027	6.683	157	0,02
MA	3.753	1.134	97	0,01

Quadro 25: Situação do grau de antropismo por estado entre 2002 e 2008, tendo como referência a área original da Caatinga (Adap).

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

UF	Área de Caatinga (Km ²)	Remanescente 2002 (Km ²)	Remanescente 2008(Km ²)	% de remanescente na UF em 2008
BA	300.967	147.468	141.108	46,88
PI	157.985	111.964	109.446	69,28
CE	147.675	91.964	88.272	59,77
PE	81.141	38.812	36.841	45,4
RN	49.402	27.350	26.487	53,62
PB	51.357	28.697	27.573	5,69
MG	11.100	5.530	5.292	47,68
AL	13.000	2.522	2.293	17,64

UF	Área de Caatinga (Km ²)	Remanescente 2002 (Km ²)	Remanescente 2008(Km ²)	% de remanescente na UF em 2008
SE	10.027	3.255	3.177	31,68
MA	3.753	2.531	2.632	70,13

Quadro 26: Percentual de remanescente por estado em 2008, tendo como referência a área original da Caatinga em cada estado (Adap.).

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

Os municípios brasileiros que mais desmataram a Caatinga, no período de 2002 a 2008, estão listados no Quadro 27, a seguir:

Município	UF	Área do Bioma no Município (Km ²)	Área Antropizada no período 2002-2008 (Km ²)	% de antropismo do bioma no município no período 2002-2008
Acopiara	CE	2.264	183	8,0
Tauá	CE	4.020	173	4,3
Bom Jesus da Lapa	BA	2.648	158	5,9
Campo Formoso	BA	6.806	137	2,0
Boa Viagem	CE	2.840	135	4,7
Tucano	BA	2.802	130	4,6
Mucugê	BA	2.483	127	5,1
Serra Talhada	PE	2.981	122	4,1
Crateús	CE	2.985	121	4,0
São José do Belmonte	PE	1.481	115	7,7
Morro do Chapéu	BA	5.531	112	1,1%
Casa Nova	BA	9.658	110	1,1
Santa Quitéria	CE	4.260	99	2,3
Petrolina	PE	4.558	99	2,1
Barro	CE	710	98	13,9
Mossoró	RN	2.110	95	4,5
Saboeiro	CE	1.383	91	6,5
Touros	RN	603	90	14,9
Euclides da Cunha	BA	2.331	85	3,6
Pedra	PE	802	84	10,5

Quadro 27: Municípios que mais sofreram desmatamento entre o período de 2002 a 2008, tendo como referência a área total da Caatinga em cada Município (Adap.).

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

Como se constata pelo estudo, dois dos municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado, Acopiara e Saboeiro, encabeçaram a lista dos municípios brasileiros mais antropizados. Na realidade, o Município de Acopiara lidera o ranking no Brasil, com 183 Km² de mata destruída durante os anos de 2002 a 2008, com perdas de 8% no período. Já o Município de Saboeiro, em igual período, perdeu 91 Km² de mata, com perdas de 6,5%.

Existe ainda uma problemática no que se refere à implantação de leis, pois as áreas de preservação permanente – APPs, no território, não são conservadas como deveriam, e isso é ocasionado em parte devido à falta de fiscalização. O território não possui escritórios da SEMACE e no município de Iguatu existe um escritório do IBAMA que atende todo o território, ineficaz, devido à falta de contingente.

Outra questão ambiental também não respeitada são as áreas de reserva legal das propriedades. Isso ocorre também por falta de fiscalização e devido a uma falta de conscientização dos donos das propriedades. Cabe ao poder público fiscalizar e fazer, portanto, campanhas de educação ambiental junto a tal público.

Quanto às queimadas, dados da FUNCEME apontam que, no ano de 2009, entre os 20 municípios cearenses que mais concentraram focos de calor, encontram-se oito municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado, perfazendo cerca de 60% do total dos municípios do Território. Inclusive quatro deles lideram a lista dos focos de calor, sendo eles Acopiara, Mombaça, Jucás e Cariús. Os demais são: Saboeiro, Cedro, Lavras da Mangabeira e Icó. O Quadro 28 relaciona o ranking no Estado do Ceará.

Município	Ranking	Focos de Calor
Acopiara	1º	762
Mombaça	2º	464
Jucás	3º	240
Cariús	4º	214
Pedra Branca	5º	213
Saboeiro	6º	192
Cedro	7º	184
Piquet Carneiro	8º	168
Aurora	9º	161
Tauá	10º	158

Município	Ranking	Focos de Calor
Várzea Alegre	11º	157
Barro	12º	151
Solonópole	13º	150
Assaré	14º	146
Araripe	15º	132
Deputado Irapuan Pinheiro	16º	131
Lavras da Mangabeira	17º	130
Aiuaba	18º	119
Ico	19º	113
Crateús	20º	111

Quadro 28: Número de Focos do Calor por Municípios do Ceará (Adap.).

Fonte: PREVINA/FUNCEME, 2009.

As queimadas, para limpar e preparar o terreno para a Agricultura é uma técnica rudimentar de uso muito antigo, quase sempre empregado sem aperfeiçoamento técnico ou sem a necessária orientação. Constituem um dos principais agentes agressores do solo e, conseqüentemente, do ambiente natural. Eleva a esterilização dos mesmos, destrói a matéria orgânica, extingue os microorganismos, facilita o processo erosivo e incentiva os processos de desertificação. Os municípios de Mombaça, Pedra Branca e Piquet Carneiro estão entre os 18 municípios do Estado do Ceará que apresentam índices preocupantes com relação à prática das queimadas, em recente estudo divulgado pela SEMACE. A desertificação traz várias conseqüências ambientais, como a perda da biodiversidade e erosão do solo, bem como conseqüências de natureza social, como abandono das populações de suas localidades, e ainda apresenta conseqüências de natureza econômica com baixa da produção e produtividade e assim, baixa na renda das populações.

O período de fim de ano é considerado o momento mais preocupante por parte dos ambientalistas com relação à quantidade de queimadas. Acontecem, na maioria das vezes, quando da preparação do solo para a agricultura. É quando este manejo provoca a oscilação da quantidade de focos no Território. Isso porque, o processo de desertificação, a vegetação mais seca e os ventos mais intensos facilitam a ocorrência de incêndios em áreas de florestas nativas.

Além da poluição, aumento da temperatura e incômodo para os moradores do entorno, as queimadas e os incêndios florestais contribuem para a morte de microrganismos e desestruturação dos solos, ocasionando desertificação, perda da biodiversidade, além de contribuir com o efeito estufa, entre outros males.

Entre os municípios de Iguatu e Jucás, as propriedades estão desvalorizando devido à ocorrência de queimadas.

12.2 Tipos de Poluição e Contaminação

Agrotóxico, defensivo agrícola ou agroquímico é um produto usado para exterminar pragas ou doenças que causam danos às plantações. Existem diversos tipos de agrotóxicos que agem sobre plantas daninhas e insetos. O problema é que eles fazem mal à saúde humana e poluem o solo. A problemática envolvendo agrotóxicos na produção e no consumo de alimentos no Estado do Ceará é bastante preocupante.

O uso de agrotóxicos no Território Centro Sul Vale do Salgado tem causado diversas formas de intoxicação e dermatoses nos agricultores. A intoxicação pode ocorrer por vários motivos e o primeiro elemento seria a prática da monocultura que facilitaria o surgimento de pragas e o uso maior de agrotóxicos para combatê-las. Outro seria o descumprimento das regras do receituário agrônomo que indica a contratação de agrônomo para indicar o tipo de veneno para cada praga. Ainda o desrespeito à norma regulamentadora 31 do Ministério do Trabalho (Portaria 3.214) que indica aos empresários os cuidados, informações e treinamentos, além do uso de equipamentos adequados para a aplicação do veneno. Constatou-se que em nenhum município que compõem o Território apresenta receituário agrônomo e também não fazem o uso de EPIs- Equipamentos de Proteção Individual e como não são praticadas as técnicas de segurança, o que vem ocorrendo é a contaminação dos agricultores, a degradação dos recursos naturais, solo, água, flora e fauna, em alguns casos de forma irreversível, levando a desequilíbrios biológicos e ecológicos. Atualmente o Território enfrenta o problema considerado mais grave quanto ao uso de agrotóxicos que é a

contaminação dos recursos hídricos, em virtude de ser esse, o maior potencial e a maior riqueza natural do território, a grandeza do seu potencial hídrico.

Os reservatório de água que abastecem as comunidades, os grandes açudes e os rios que cortam este território estão sendo contaminados de forma indiscriminada pelo uso de agrotóxicos. Por vezes embalagens vazias são encontradas boiando nas águas, os peixes foram os primeiros na cadeia de contaminação.

No açude Lima Campos em Icó por exemplo, é prática comum o plantio de arroz as margens, ou mesmo dentro do açude e todo agrotóxico utilizado na plantação é carregado para a água e acaba entrando na cadeia alimentar dos organismos aquáticos, ocasionando um desequilíbrio ambiental sério de grandes proporções.

Os órgãos federais, como IBAMA e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como secretarias estaduais de Saúde e Agricultura ainda não conseguiram resolver o problema da venda indiscriminada de agrotóxicos.

Baseada em pesquisas realizadas no Território, visitas técnicas e profissionais consultados, o resultado foi unânime em constatar que o problema é agravado dia após dia pela inoperância governamental diante do problema que cresce silenciosamente em nossos municípios.

Como se sabe na Agricultura, a utilização de agrotóxicos tornou-se um problema de saúde comunitária e pública. No ano de 2005, estimativas da Organização Mundial da Saúde – OMS e da Organização Internacional do Trabalho – OIT, dão conta de ocorrência de 7 milhões de intoxicações severas anuais no mundo, das quais resultam cerca de 70.000 mortes, a maioria delas referentes a exposições ocupacionais. Os agrotóxicos provocariam 25 mil casos de seqüelas neurocomportamentais, 37 mil casos de câncer e 700 mil casos de dermatose.

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo, com volumes de 673.862 toneladas em 2008 e de mais de 1 milhão de toneladas em 2009. No Ceará, de acordo com os dados divulgados pelo Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas – SINDAG, em relação às vendas de agrotóxicos por unidades da federação no período de 2005 a 2009, ocorreu aqui o aumento de

cerca de 100%, passando de 1.649 toneladas de produtos comerciais de todas as classes em 2005, para 3.284 toneladas em 2009. Já em relação aos ingredientes ativos, o acréscimo no mesmo período é de 963,3%, passando de 674 toneladas em 2005 para 6.493 toneladas em 2009. Os valores comercializados passaram de U\$ 11,244.00 em 2005 para U\$ 22,678.00 e o total geral da comercialização no período alcançou U\$ 89,330.00. Segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, o Ceará é o quarto Estado do Brasil em número de estabelecimentos que usam agrotóxicos (112.154 em 2008), ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

No ano de 2009, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA, através do seu Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA, realizou estudo sobre o monitoramento de resíduos agrotóxicos nos alimentos nos estados de Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Foram monitorados 20 alimentos: abacaxi, alface, arroz, banana, batata, cebola, cenoura, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pimentão, repolho, tomate, uva, couve, beterraba e pepino. A escolha dos alimentos foi atribuída a dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) que demonstrou a permanente disponibilidade desses alimentos nos supermercados dos diferentes estados da União como também no uso intensivo de agrotóxicos recebido pelas culturas. Das 3.130 amostras analisadas, 907 (29,0%) foram consideradas insatisfatórias em função das seguintes irregularidades:

- Presença de agrotóxicos em níveis acima do Limite Máximo de Resíduos (LMR) em 88 amostras, representando 2,8% do total;
- Utilização de agrotóxicos não autorizados (NA) para a cultura em 744 amostras, representando 23,8% do total;
- Resíduos acima do LMR e NA, na mesma amostra em 75 amostras, representando 2,4% do total.

No entanto, mesmo com a falta de comprometimento do poder público, surge a sociedade civil, através de suas organizações, mobilização e trabalho

nas comunidades. A principal instituição de atuação ambiental no território são os COMDEMAS - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, um órgão colegiado, autônomo, consultivo, normativo e deliberativo. No Território Centro Sul Vale do Salgado esse Conselho atua em quase todos os municípios sendo muito importante para a elaboração de propostas, ações e projetos junto às prefeituras municipais. O Quadro 29 mostra os municípios do território que possuem COMDEMAS e sua lei de criação.

Municípios	Nº da Lei
Acopiara	1.419/07, 16/05/2007
Cariús	164/07, 01.06.2007.
Catarina	344/05, 14/12/2005
Cedro	217/06, 04/12/2006
Iço	503/01, 11.06.2001
Iguatu	037/89, 04/09/1989
Jucás	250/05, 01/09/2005
Lavras da Mangabeira	068/07, 06.06.2007
Orós	033/06, 13/12/2006.
Quixelô	036/07, 25.05.2007
Saboeiro	002/08, 22/05/2008

Quadro 29: Lei de Criação do COMDEMA nos Municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: CONPAM, 2010.

O IBAMA, já realizou apreensões de material e multou empresas no território pelo uso indiscriminado de agrotóxicos no ano de 2011. A última ocorrência ocorreu no município de Iguatu, onde uma empresa aérea foi contratada para pulverizar áreas irrigadas, e fez a mesma sem licenciamento, lançando agrotóxicos inclusive em cima de açudes da região.

O IBAMA, nesta ocasião apreendeu o material, multou a empresa que forneceu os agrotóxicos em 100 mil reais e multou também a empresa aérea.

E embora o território ainda precise praticar muito as boas práticas de manejo da terra, algumas ações em prol do meio ambiente já podem ser observadas.

O comitê de bacias do Alto Jaguaribe em parceria com o INPEV, Instituto Nacional de Embalagens Vazias, por exemplo, já aprovou um projeto

de recolhimento de embalagens de agrotóxicos e defensivos agrícolas, bem como de lixo tóxico, como baterias e pilhas.

As cidades de Jucás e Cariús através de suas Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura desenvolveram uma ação de coleta das embalagens de defensivos agrícolas e enviaram os receptáculos para o centro de coleta em Ubajara. No entanto, tal ação é pontual.

O município de Iguatu, também faz coleta de baterias e pilhas e as envia para o posto de coleta do Banco Real em Fortaleza.

Tais ações já demonstram o interesse e a preocupação por parte dos poderes públicos municipais e a população do território.

12.3 Práticas Agrícolas e Tipos de Erosão

A capacidade de acumulação de água, a disponibilidade de solos, clima, relevo e temperatura, fazem com que o Território apresente grande potencial para a agricultura irrigada, turismo, piscicultura, atividades favoráveis à geração de emprego e renda. Por se tratar de uma região eminentemente agrícola, é também muito afetada por vários tipos de erosão. Todos os municípios que compõem o Território são afetados por este problema. A importância do tipo de erosão vai depender muito mais de condições específicas locais que reflitam condições e características e/ou propriedades susceptíveis de serem degradadas.

Em estudo da EMBRAPA (maio, 2002) sobre limites de uso de solos do Estado do Ceará por suscetibilidade à erosão, usando-se os critérios de Nulo, Ligeiro, Moderado, Forte e Muito Forte, chegou-se a seguinte conclusão: O Estado do Ceará tem 150.630 km², deduzidos 8,5% de áreas de espelho d'água, obtém-se uma área de solos de ordem de 137.825 km², destes, 9,7%, ou seja, 13.369 km² estão enquadrados no grau de limitação Nulo; 15,6% (21.600 km²) enquadram-se no grau de limitação Ligeiro; 54,1% (74.425 km²) enquadram-se no grau de limitação Moderado; 6,7% (9.096 km²) são enquadrados como grau de limitação Forte e 13,9% (19.019 km²) são enquadrados como grau de limitação Muito Forte. Os dados apontam que a extensão das áreas com solos enquadrados nos graus Moderado e Muito

Forte, 54,1% e 13,9%, respectivamente, requerem a implantação de uma política conservacionista em curto prazo, de maneira a conter o processo erosivo e viabilizar de modo sustentável sua utilização agrícola.

Somadas as áreas dos solos onde a erosão é Forte e Muito Forte, totaliza-se 20,6% do total da área ocupada com solos no Estado do Ceará, atribuindo-se a alta erodibilidade à ocorrência do relevo ondulado e montanhoso que favorece os fenômenos de deslizamento e desmoronamento, com graves perdas à Agricultura.

Por outro lado, traçando metodologias de identificação de Índices de Propensão à Desertificação (IPD), no Estado do Ceará, RODRIGUES (2006), formulou modelos teóricos com diversas variáveis que permitiram obter IPD Agropecuário, IPD Econômico, IPD Social e IPD Natural, culminado com a conjugação de todos eles, sintetizando o Índice de Propensão à Desertificação – IPD. Definido cinco (5) classes de IPD, autora consegue agrupar 184 municípios do Ceará nas diferentes escalas de propensão à Desertificação.

De acordo com a classificação, os municípios do Território do Centro Sul Vale do Salgado apresentam a seguinte distribuição quanto ao Índice de Propensão à Desertificação, de acordo com o

Classe de IPD	Índice de IPD	Município
1	0,1694-0,3253 (Baixa)	-
2	0,3303-0,3876 (Moderada)	Cariús, Jucás, Quixelô, Icó, Acopiara, Saboeiro, Orós,
3	0,3892-0,4490 (Média)	Baixio, Ipaumirim, Umari, Lavras da Mangabeira e Cedro
4	0,4531-0,5499 (Alta)	Catarina,
5	0,6000-0,6610 (Muito Alta)	Iguatu

Quadro 30: Indicadores de Desertificação dos Municípios do Território do Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: Rodrigues, PRODEMA/UFC, 2006.

O Município de Iguatu lidera a lista do Índice de Propensão à Desertificação no Estado do Ceará e no Território Centro Sul Vale do Salgado, requerendo cuidados especiais para a contenção e reversão do processo de

degradação ambiental, uma vez que se constitui no Município mais representativo do Território no âmbito da Agricultura, Indústria e Comércio.

Muitas ações já vem sendo realizadas dentro do território, no que tange a Assistência Técnica e aplicação de práticas conservacionistas, através de instituições como a EMATERCE, CVT' s e através das Secretarias de Meio Ambiente dos municípios.

12.4 Desequilíbrios Ambientais

São muitos os problemas ambientais identificados no Território Centro Sul Vale do Salgado. O desmatamento e as queimadas, má preservação do patrimônio mineral, destruição da Mata Ciliar dos Rios Jaguaribe e Salgado. Estes destacam-se como os principais fatores que tem provocado, em grande escala, o assoreamento dos riachos e rios, aumento das zonas de erosão, agredindo, conseqüentemente, a paisagem local. Os principais problemas ambientais identificados no Território estão especificados nos Quadros 31, 32 e 33, a seguir:

PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA AGRICULTURA
<ul style="list-style-type: none">-Desmatamento e Queimadas;- Eliminação da mata nativa, principalmente as Matas Ciliares e matas de galeria;- Assoreamento dos cursos d'água, açudes e barragens;- Poluição da água;- Atividades agroindustriais; erosão dos solos;- Perda de fertilidade dos solos;- Salinização dos solos;-Uso de agrotóxicos.

Quadro 31: Principais problemas causados pela Agricultura no Território Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: Colegiado Territorial, 2010.

PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA PECUÁRIA
<ul style="list-style-type: none">-Desmatamento para pastagem;-Compactação dos Solos;-Queimadas;- Perda de fertilidade dos solos;- Salinização dos solos;-Uso de agrotóxicos;

Quadro 32: Principais problemas causados pela Pecuária no Território Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: Colegiado Territorial, 2010.

PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA MINERAÇÃO

- Desmatamento;
- Eliminação da mata ciliar;
- Poluição da água;
- Erosão dos solos;
- Salinização dos solos;
- Desvio do curso d'água do Rio Jaguaribe

Quadro 33: Principais problemas causados pela Mineração no Território Centro Sul Vale do Salgado.

Fonte: Colegiado Territorial, 2010.

12.5 Conflitos Agroambientais

Os problemas ambientais vivenciados no Estado do Ceará são inerentes às características ambientais de seu território, 573 km de litoral, e 75 % do estado encravado no semiárido e ainda existe uma pequena parte, mas significativas, ilhas de serras úmidas que prestam importante papel nas regulações ecológicas e relações sócio-ambientais por suas populações. Esse perfil ambiental, aliado as políticas a ele direcionadas vem, historicamente, acarretando danos ambientais comprometedores aos ecossistemas do Território Centro Sul Vale do Salgado e principalmente, desarticulando culturalmente populações tradicionais (agricultores, camponeses, pescadores, etc.), influenciando sensivelmente a qualidade de vida atual e de expectativa futura da mesma como sociedade sustentável.

Durante a construção do açude Orós, algumas desapropriações realizadas, não foram indenizadas e isso traz transtornos para tais famílias até os dias de hoje.

12.6 Programas Ambientais Existentes no Território

Os principais programas ambientais do Território são:

12.6.1 Selo Município Verde – PSMV

O Programa consiste na certificação de Municípios desde 2004, avaliando a Gestão Ambiental, os Sistemas de Desempenho Ambiental e

Mobilização Ambiental. Desde a primeira edição apenas 03 municípios do território foram contemplados com o selo foram eles: Acopiara (2007 e 2008), lavras da mangabeira (2008 e 2009), Iguatu (2008 e 2009). Porém, todos os 14 Municípios participam deste programa. Na edição 2010, que corresponde às ações executadas no ano anterior (2009), todos estão inscritos, segundo o CONPAM, 2010.

12.6.2 Mata Branca

O Programa Mata Branca de conservação e gestão sustentável do bioma Caatinga, tem como objetivo contribuir para a preservação, conservação, uso e gestão sustentável da biodiversidade do Bioma Caatinga nos estados da Bahia e Ceará, promovendo o desenvolvimento sustentável das áreas prioritárias, com a participação das comunidades rurais, que vivem em condições sociais críticas, em áreas susceptíveis de degradação. Os Municípios do Território que participam deste projeto são: Acopiara, Jucás, Quixelô, Catarina e Iguatu.

12.6..3 Agenda Ambiental na Administração Pública - A₃P

É uma resposta a uma das recomendações contidas na Agenda 21 resultado ainda da Eco Rio/92. Em 1999 o Ministério do Meio Ambiente criou sua primeira Comissão Permanente e a partir dali o Programa passou a ser incluído nas ações de competência da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, que estabelece a ligação com as ações que buscam a ecoeficiência governamental. De lá até os nossos dias, o Ministério do Meio Ambiente tem sido um forte incentivador de sua implantação em todos os níveis governamentais.

A **A₃P** é um programa que visa implementar a gestão socioambiental sustentável dentro das atividades administrativas e operacionais do Governo e tem como objetivo primordial minimizar os impactos ao meio ambiente, provocados por atividades administrativas ou operacionais.

O programa estabelece critérios ambientais nos órgãos governamentais, desde os pequenos cuidados dentro das rotinas de trabalho, como o uso racional dos bens duráveis e do material de consumo, na economia responsável de insumos como água e energia, passando pela gestão adequada dos resíduos gerados e também com relação aos investimentos, custeio e contratação de serviços, ações que visam estabelecer além da diminuição dos referidos impactos ambientais, uma melhoria na qualidade de vida no próprio ambiente de trabalho.

No estado do Ceará, o programa está sob a coordenação do CONPAM - Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente, através da Coordenadoria de Educação Ambiental e Articulação Social.

A **A₃P** tem como diretriz primordial a sensibilização não só dos gestores, mas de todos os colaboradores do serviço público, em todas as suas esferas, para as questões socioambientais, buscando o equilíbrio responsável entre o homem e o ambiente. É importante ressaltar que o engajamento ao programa é voluntário, resta-nos o desafio individual e coletivo, dentro do conceito deste novo modelo de gestão pública; ambientalmente responsável; repensar a nossa postura pessoal e profissional na construção dessa nova cultura institucional. O mais importante é compreender que o grande desafio está na mudança de nossa consciência, assim passaremos de meros expectadores a atores principais na defesa do equilíbrio ambiental e da vida na terra.

Os municípios do território estão em fase de sensibilização, mobilização e implantação do projeto.

12.6..4 Programa Estadual de Prevenção, Monitoramento, Controle de Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais – PREVINA

A agricultura considerada um setor estratégico da economia utiliza-se da prática das queimadas. Esta prática é a mais rotineira possível no cultivo das lavouras de subsistência, se não bem planejada e executada dentro de parâmetros sociais e ambientais ao longo do tempo, tende haver um esgotamento progressivo dos solos, perdendo a fertilidade, influenciando

diretamente na biodiversidade, instalando-se e expandindo-se os quadros de desertificação.

Com isso o PREVINA se insere em implantar políticas de gestão sustentável na esfera estadual com focos de nível local, que consistente na utilização de técnicas para atuar como alternativas menos degradantes. A área de abrangência concentra-se em toda área agricultável do estado do Ceará.

No território os municípios que participam do PREVINA são: Acopiara, Catarina, Iguatu, Jucás, Quixelô e Cariús.

12.6.5 Iniciativas da Agenda 21 No Território

No território existem duas iniciativas de agenda 21, nos municípios de Acopiara e Iguatu.

12.6.5.1 Projetos Variados Implantados com Noções Agroecológicas

Nos municípios de Icó, Acopiara, Lavras da Mangabeira e Saboeiro, e Iguatu, existem projetos mandalas já instalados.

Os municípios do território na sua totalidade também foram beneficiados com projetos de cisternas de placas.

Em Iguatu, Umari e Cariús ainda foram implantadas barragens subterrâneas, assim como barragens em arco romano.

12.6.5.2 Projetos de Conservação Ambiental

Existe um projeto em fase de implantação para recuperação da mata ciliar com plantas nativas em Iguatu, nas margens do Rio Jaguaribe em parceria com a Associação dos fruticultores e apicultores de Iguatu.

Existe também o programa do governo do estado conhecido como “Hora de Plantar” que vem incentivando o reflorestamento com plantas nativas.

Jucás recebeu 10 mil mudas para fazer o reflorestamento da mata ciliar do Rio Jaguaribe e da área urbana da cidade.

Acopiara recebeu um viveiro de mudas pela premiação de ter recebido o Selo município verde, na cidade existe um galpão com 60 mil mudas que servirão para a disseminação de mudas para o território.

Existe uma ação realizada pela prefeitura de Iguatu na qual cada criança nascida, faz com que a família receba uma muda.

Em Icozinho existe um projeto para recuperação de áreas degradadas através do plantio de árvores nativas.

13 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

O Território Centro Sul Vale do Salgado é privilegiado quanto aos recursos hídricos, recursos minerais, solos, enfim uma região eminentemente agrícola que apresenta um potencial enorme para selar o seu desenvolvimento, tanto pela agricultura quanto pela pecuária e indústrias.

Além dos inúmeros programas que atuam nos municípios e inúmeras ações isoladas, muitas instituições, grupos sociais e CONDEMAS, atuam na perspectiva de um processo educativo a partir das discussões voltadas para a proteção do meio ambiente e saúde ambiental através de palestras, oficinas educativas, seminários, encontros, comitês e pesquisas, além de ações organizativas pela sustentabilidade ambiental.

Entre essas atividades estão a organização do Fórum Regional pela vida no semiárido no Centro Sul Vale do Salgado que surgiu com objetivo de trabalhar o direito a água, a terra e a proteção do bioma Caatinga, de forma sustentável, a qual os agricultores e organizações sociais sensibilizam-se pelas políticas públicas voltadas para comunidades rurais dos municípios, com reuniões descentralizadas por todo o território.

O Instituto Elo Amigo é uma ONG importante com ações também nas comunidades por meio da sua dimensão ambiental. Os Comitês das Bacias Hidrográficas do Alto Jaguaribe, constituído pela sociedade civil e o governo, competem promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos.

Mesmo com todo esforço dessas Instituições e por vezes do poder público, o meio ambiente no território passa por uma onda de devastação alarmante. A realidade é que já foi muito pior, mesmo assim problemas como a devastação das matas nativas para a retirada de madeira para carvoarias, agricultura e pastagens vem desenhando um cenário de deserto na maior parte de nossos municípios. A retirada das matas ciliares dos rios Jaguaribe e Salgado é um dos problemas mais graves uma vez que esses rios garantem a sustentabilidade hídricas para a produção, abastecimento humano e para os

agentes financeiros no momento da liberação de projetos agrícolas sustentáveis.

A contaminação dos solos, dos mananciais hídricos, dos alimentos e dos agricultores pelo uso excessivo de agrotóxicos cresce demasiadamente no Território. Constata-se a necessidade de se adequar o trabalho de todos os órgãos envolvidos na questão, ou seja, desde a autorização do uso do agrotóxico que compete ao Ministério da Agricultura, passando pelo monitoramento, controle e a correta aplicação desses agentes tóxicos em todo o território. Cada órgão está mais preocupado em responder pela sua exclusiva atribuição sem, contudo, haver um entrosamento e ordenamento das ações, a fim de evitar-se sobreposições de trabalhos e /ou omissão numa dessas etapas, ou seja, desde a autorização até a fiscalização do uso desses que são nocivos à saúde caso não estejam dentro do que prevê a lei.

Mas, analisando o Meio Ambiente como um todo, pode-se diagnosticar que os maiores e mais relevantes agentes de degradação ambiental no Território Centro Sul e Vale do Salgado, são sem sombra de dúvidas, as queimadas e o desmatamento. Analisando as informações dos municípios, através do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, os municípios que mais praticam queimadas criminosas e desmatamento estão localizadas neste território e são eles: Acopiara, Jucás, Cariús, Saboeiro, Cedro e Iguatu, 1º, 3º, 4º, 6º, 7º e 22º, respectivamente. Baseado nestes dados pode-se prever um agravamento sem dimensões em um pequeno espaço de tempo. Percebe-se uma falta de articulação muito grande entre as Instituições que monitoram e notificam os crimes ambientais como o IBAMA, SEMACE, Secretarias de Meio Ambiente e CONDEMAS.

O Território contempla pequenas ações da sociedade civil e comunitária, ONGs e escolas em defesa da proteção ambiental, mas que necessita melhorar na sensibilização e apoio político governamental dos municípios. O desafio do poder público é garantir uma preservação ambiental com sustentabilidade.

O diagnóstico da Dimensão Ambiental possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 34, conforme as áreas

trabalhadas, quais seja: aspectos geoambientais e aspectos antrópicos, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

AMBIENTE INTERNO	
Fraquezas	Forças
1. Base tecnologica degradante do meio ambiente 2. Elevados índices de desmatamento e queimadas 3. Desvio dos leitos dos rios 4. Extração de magnesita 5. Uso indiscriminado de agrotóxico 6. Poucas áreas de reserva e ou preservação 7. Destino inadequado dos resíduos sólidos 8. Esgotamentos sanitários insuficientes para a demanda territorial; 9. Precariedade dos conselhos ambientais	1. Potencial Hídrico 2. Biodiversidade existente 3. Diversidade da fauna 4. Existência de instância de gestão dos recursos hídricos
AMBIENTE EXTERNO	
Ameaças	Oportunidades
1. Centralização das ações dos órgãos de vigilância ambiental 2. Desrespeito à legislação ambiental 3. Falta de fiscalização	1. Rios Jaguaribe e Salgado 2. Programas de apoio ao desenvolvimento ambiental

Quadro 34: Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental.

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático do Meio Ambiente do Território do Centro Sul Vale do Salgado, 2010

Parte II c

DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

Aspectos Socioeconômicos

Aspectos do Setor Produtivo

Situação Fundiária

Financiamento e Comercialização

Serviços, Turismo, Comércio e Indústria

Infraestrutura: Elétrica, Hídrica, Estradas

14 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS

A configuração socioeconômica do território foi trabalhada de forma bastante ampla e aprofundada no “Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território”, utilizado como referência maior para o presente diagnóstico do PTDRS. Em linhas muito gerais, pretende-se reunir e analisar as informações sobre a dinâmica socioeconômica do Território Rural Centro Sul Vale do Salgado, apontando suas fragilidades ou estrangulamentos, suas fortalezas ou acúmulos, as ameaças ou implicações, e, sobretudo, as potencialidades tanto dos sistemas produtivos, quanto das cadeias valores na ambiência dos negócios e serviços territoriais com possibilidade de fortalecer a dinâmica socioeconômica. Ao trabalhar essa dimensão, o foco não foi exclusivo nas questões econômicas, procurando-se também analisar seus impactos no âmbito social, além de procurar integrar as outras dimensões com as questões socioeconômicas.

Esse diagnóstico tem como objetivo também se tornar insumo gerador dos projetos e das informações para a elaboração da estratégia de desenvolvimento sustentável do território. Procurou-se identificar a organização social e econômica do território segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracterizando-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e do desenvolvimento constante da produtividade e da intersetorialidade socioproductiva.

Procurou-se também identificar resultados econômicos com níveis de eficiência, através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas. Dessa forma, buscou-se identificar a organização dos sistemas locais de produção, que possam transformar as vantagens comparativas locais em vantagens competitivas regionais.

Para atingir esses objetivos, buscou-se fundir e sintetizar todo o conhecimento da realidade, tendo por base o conjunto de informações de dados secundários disponíveis do território, complementadas com consultas e leituras diretas da realidade concreta e discutidas num processo dialógico entre técnicos e os atores sociais, o que nos possibilitou um conteúdo interpretativo dos fenômenos encontrados na realidade estudada e explicar os problemas, suas causas e seus efeitos, identificando as potencialidades e limitações com o propósito de fundamentar e de estabelecer as diretrizes, as estratégias e as proposições com viabilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável do território.

No diagnóstico, procura-se registrar o entendimento da complexidade e da diversidade que, em geral, caracterizam o ambiente rural do território, considerando que essas sociedades são compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que mantêm relações entre si (agricultores familiares, assentados, fazendeiros, empresas, assalariadas e diaristas, acampados, arrendatários e parceiros, atravessadores, agroindústrias, bancos, fornecedores de insumos, comércio local, poder público, organizações da sociedade civil, etc.). A ação de cada um depende da ação ou da reação dos outros, bem como do seu entorno ambiental, social, político, institucional e econômico.

Na prática, pode ser que nem todas as informações necessárias estejam apresentadas de forma a possibilitar o pleno entendimento e a caracterização da realidade complexa, porém, todos os esforços foram empreendidos para obter o maior número delas, com a preocupação de que, quanto mais organizado e completo for o nível e o domínio das informações pelos atores sociais, técnicos e representações do Estado, maior será a confiabilidade e a coerência das propostas de mudanças.

14.1 Indicadores Socioeconômicos

14.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Território Centro Sul Vale do Salgado apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano obtido a partir da média do IDH-Municipal (IDHM) divulgado pela ONU, através de seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice abrange três dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O IDHM é obtido pela média aritmética simples de três subíndices: IDHM – Longevidade, obtido a partir da esperança de vida ao nascer; IDHM – Educação, resultado da combinação da porcentagem de adultos alfabetizados com taxa de matrícula nos ensinos elementar, médio e superior; IDHM – Renda, que é obtido a partir da Produção Interna Bruta-PIB per capita, ajustado ao poder de paridade de compra e com retornos marginais decrescentes à renda a partir de um determinado patamar de referência.

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e municípios com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Tabela 30: Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

IDH	Classificação
$\leq 0,499$	Baixo
0,500 a 0,799	Médio
$\geq 0,800$	Alto

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Segundo a classificação do PNUD, a maioria dos municípios que compõem o território, alcançaram, em 1991, a classificação de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), com exceção dos municípios de Acopiara, Baixio, Catarina, Jucás, Saboeiro e Umari, que foram classificados como IDH baixo. Para o ano de 2000, todos os municípios apresentaram

classificação de médio desenvolvimento humano. O IDH territorial foi de 0,501 e 0,612, respectivamente, para os anos de 1991 e 2000, logo, com classificação médio IDH. Para os dois anos o IDH estadual foi superior que o IDH territorial.

Dentre os municípios, o que apresentou melhor classificação no ranking dos municípios do estado foi Aracati em 1991 e 2000, no 9º e 12º lugares, respectivamente. O município que apresentou pior classificação no ranking foi, Saboeiro nos anos de 1991 e 2000, nos lugares 182 e 180. Vale ressaltar a queda na classificação do ranking dos municípios de Catarina, Cedro e Orós, entre os anos de 1991 e 2000, perderam 55, 48 e 52 posições, respectivamente.

Para o IDH-Educação, podemos verificar que, em 1991, somente os municípios de Baixio, Cedro, Iguatu, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Orós e Umari apresentaram Índice superior a 0,500. Em 2000, podemos verificar que todos os municípios apresentaram o IDH-Educação classificados como médios. O município de Iguatu caiu da posição 21 (1991) para 31 (2000), enquanto Ipaumirim, saiu de 37 (1991) para 14 (2000) nesse mesmo índice. O IDH-Educação territorial foi de 0,497 em 1991 e de 0,692 em 2000, uma melhora bastante significativa para essa dimensão do IDHM.

Tabela 31: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global e dimensão-educação do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Global				Educação			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Ceará	0,597	-	0,699	-	0,604	-	0,772	-
Território	0,501	-	0,612	-	0,497	-	0,692	-
Acopiara	0,470	146	0,597	149	0,460	136	0,650	163
Baixio	0,466	156	0,589	163	0,542	48	0,729	44
Cariús	0,508	85	0,630	95	0,449	151	0,674	141
Catarina	0,493	115	0,580	170	0,435	160	0,680	133
Cedro	0,546	33	0,634	81	0,540	50	0,704	92
Icó	0,505	94	0,607	135	0,483	106	0,670	149
Iguatu	0,592	9	0,692	12	0,581	21	0,739	31
Ipaumirim	0,520	74	0,646	55	0,555	37	0,766	14
Jucás	0,470	147	0,597	150	0,437	158	0,705	90
Lavras da Mangabeira	0,523	64	0,636	79	0,521	65	0,711	81
Orós	0,535	50	0,627	102	0,569	28	0,717	66
Quixelô	0,504	97	0,592	160	0,462	134	0,602	181
Saboeiro	0,419	182	0,560	180	0,386	174	0,622	179
Umari	0,458	162	0,584	166	0,538	52	0,722	55

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 32: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dimensão-longevidade e renda do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Longevidade				Renda			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Ceará	0,613	-	0,713	-	0,563	-	0,616	-
Território	0,559	-	0,650	-	0,446	-	0,495	-
Acopiara	0,514	167	0,618	170	0,436	100	0,524	53
Baixio	0,466	183	0,562	182	0,390	165	0,476	131
Cariús	0,623	35	0,746	18	0,453	74	0,471	137
Catarina	0,574	113	0,615	175	0,471	47	0,444	171
Cedro	0,579	95	0,663	132	0,518	15	0,534	41
Icó	0,579	99	0,633	155	0,454	73	0,518	55
Iguatu	0,630	27	0,727	35	0,564	2	0,610	4
Ipaumirim	0,578	103	0,662	134	0,428	115	0,511	66
Jucás	0,561	133	0,616	171	0,412	137	0,471	138
Lavras da Mangabeira	0,605	54	0,715	49	0,443	87	0,483	119
Orós	0,579	93	0,663	131	0,458	66	0,501	90
Quixelô	0,579	102	0,700	80	0,471	45	0,474	133
Saboeiro	0,493	180	0,615	177	0,379	176	0,444	172
Umari	0,466	184	0,562	183	0,369	178	0,468	142

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Se analisarmos o IDH nas dimensões Longevidade e Renda, podemos verificar que, em 1991, somente os municípios de Baixo, Saboeiro e Umari apresentaram o IDH-Longevidade inferior a 0,500. Quando conferimos, para esse mesmo ano, o IDH-Renda, esses mesmo municípios apresentaram índices baixíssimos, de 0,390, 0,379 e 0,369, respectivamente. Para o ano de 2000, a melhora no IDH-Longevidade pode ser notada para todos os municípios, inclusive para o Território que saiu de 0,559 em 1991 para 0,650 em 2000. Uma melhora incipiente foi verificada para o IDH-Renda, onde todos os municípios se mantiveram no intervalo de 0,444 a 0,610. Podemos inferir então que essa dimensão (Renda) tão importante para a melhoria da qualidade de vida das pessoas do território não foi decisiva no aumento do IDHM territorial.

Para comparação entre os anos 1991 e 2000, foi calculado a Taxa de Crescimento do IDH-M. Para a análise da posição relativa do município no contexto estadual, foram criadas as seguintes referências. Recuo Fraco – menos de dez posições perdidas; Recuo Médio – entre 10 e 20 posições perdidas e Recuo Forte – mais de 20 posições perdidas. Critérios similares foram utilizados para registrar o avanço de cada município no ranking estadual.

Tabela 33 Classificação da tendência de recuo de posições no *ranking* Estadual referente ao Índice de Desenvolvimento Humano.

Tendência do Recuo	Classificação
< 10 posições	Recuo Fraco
10 a 20 posições	Recuo Médio
> 20 posições	Recuo Forte

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

De acordo com a Tabela 34, podemos verificar que a maior taxa de crescimento do IDH-Global dos municípios foi de Saboeiro, com 34% de crescimento. O município que apresentou menor taxa de crescimento global foi Cedro, com 16% de crescimento. Verificamos ainda que o crescimento do IDH-Global do território foi superior ao crescimento do estado do Ceará, com 22% de crescimento, contra 17%.

Como o IDH-Global é calculado através de uma média simples através dos valores das três dimensões, onde o IDH-Educação obteve uma taxa de crescimento de 39%, o IDH-Longevidade, 16% de crescimento, e, o IDH-Renda, 11% de crescimento.

Tabela 34: Taxas de crescimento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)-Global/Educação/Longevidade/Renda e tendências de recuo de posições no *ranking* estadual referente ao IDH do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, para o período de 1991-2000.

Municípios	Taxa de Crescimento do IDH (%)				Tendência do Recuo			
	Global	Educação	Longevidade	Renda	Global	Educação	Longevidade	Renda
Ceará	17	28	16	9	-	-	-	-
Território	22	39	16	11	-	-	-	-
Acopiara	27	41	20	20	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Forte
Baixio	26	35	21	22	Não Recuou	Recuo Fraco	Recuo Fraco	Recuo Forte
Cariús	24	50	20	4	Não Recuou	Recuo Médio	Recuo Médio	Não Recuou
Catarina	18	56	7	-6	Não Recuou	Recuo Forte	Não Recuou	Não Recuou
Cedro	16	30	15	3	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou
Icó	20	39	9	14	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Médio
Iguatu	17	27	15	8	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou
Ipaumirim	24	38	15	19	Recuo Médio	Recuo Forte	Não Recuou	Recuo Forte
Jucás	27	61	10	14	Não Recuou	Recuo Forte	Não Recuou	Não Recuou
L. da Mangabeira	22	36	18	9	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Fraco	Não Recuou
Orós	17	26	15	9	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou	Não Recuou
Quixelô	17	30	21	1	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Forte	Não Recuou
Saboeiro	34	61	25	17	Recuo Fraco	Não Recuou	Recuo Fraco	Recuo Fraco
Umari	28	34	21	27	Não Recuou	Não Recuou	Recuo Fraco	Recuo Forte

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Podemos concluir que a dimensão educação do IDH foi decisiva para o aumento do IDH-Global territorial. Em seguida, as dimensões que foram mais importantes no crescimento do IDH-Global foram a Longevidade e a Renda, respectivamente. Novamente, podemos verificar que o IDH-Renda apresentou a menor taxa de crescimento, o que reflete diretamente na qualidade de vida das pessoas do território, isto é, influi de forma significativa no poder de compra das pessoas do território.

Quanto a tendência de recuo das posições do ranking estadual, podemos verificar que no IDH-Global, apenas os municípios de Ipaumirim e Saboeiro apresentaram recuo. Para o IDH-Educação, somente os municípios de Catarina, Ipaumirim e Jucás apresentaram “recuo forte”. Já para o IDH-Longevidade, somente Quixelô apresentou “recuo forte”. No IDH-Renda, dimensão de elevada importância para a qualidade de vida das pessoas, os municípios de Acopiara, Baixio, Ipaumirim e Umari apresentaram “recuo forte”, enquanto que Cariús, Catarina, Cedro, Iguatu, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós e Quixelô, não obtiveram recuo no ranking.

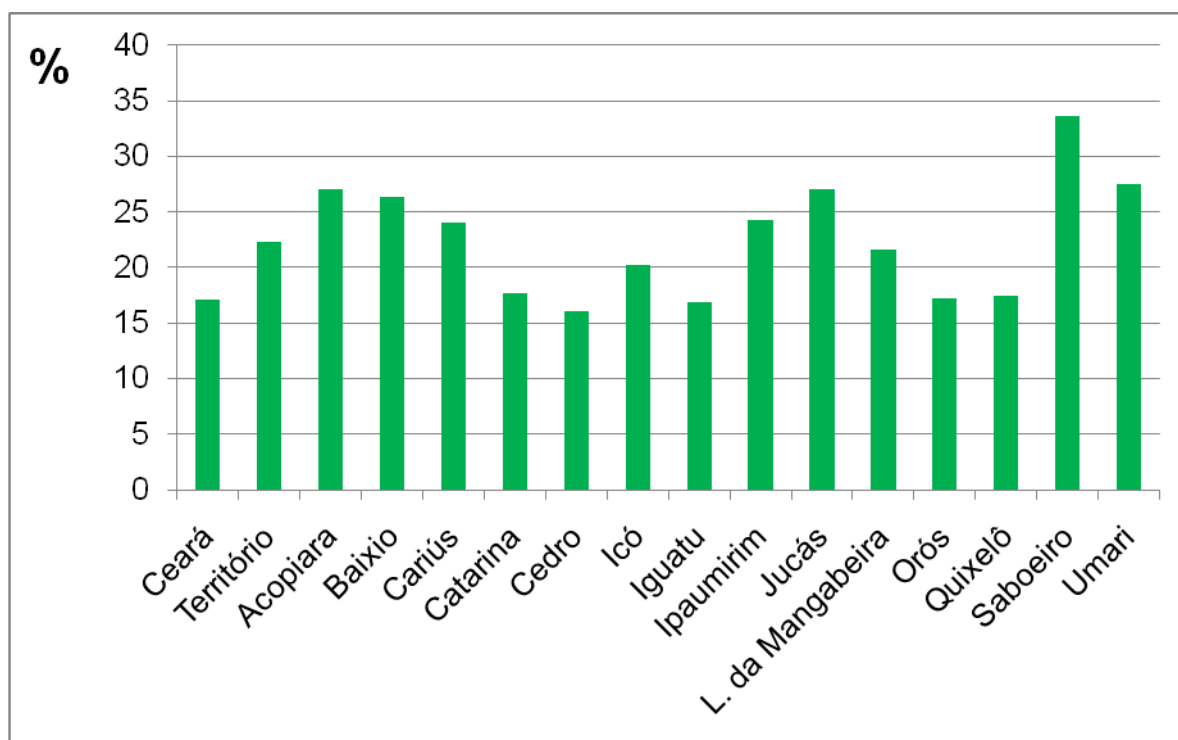


Figura 14: Gráfico da Taxa de crescimento da dimensão IDH-Global, período de 1991- 2000.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

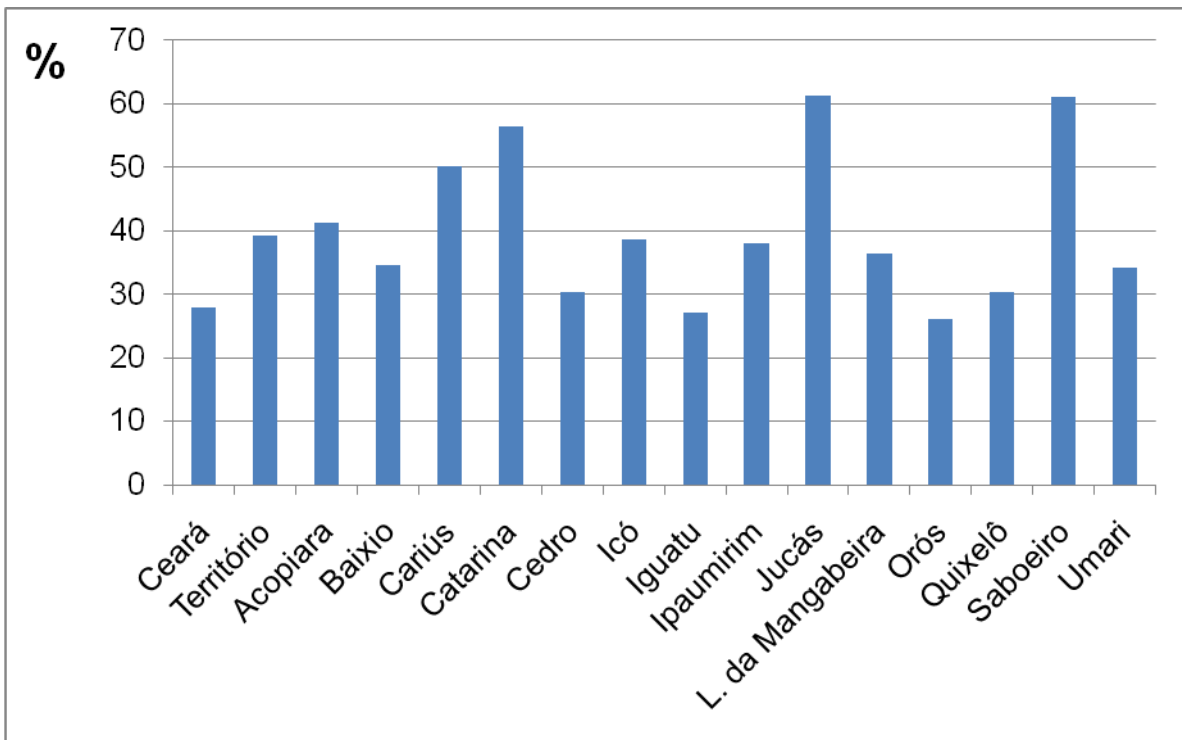


Figura 15: Gráfico da Taxa de Crescimento da Dimensão IDH-Educação, período de 1991-2000.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

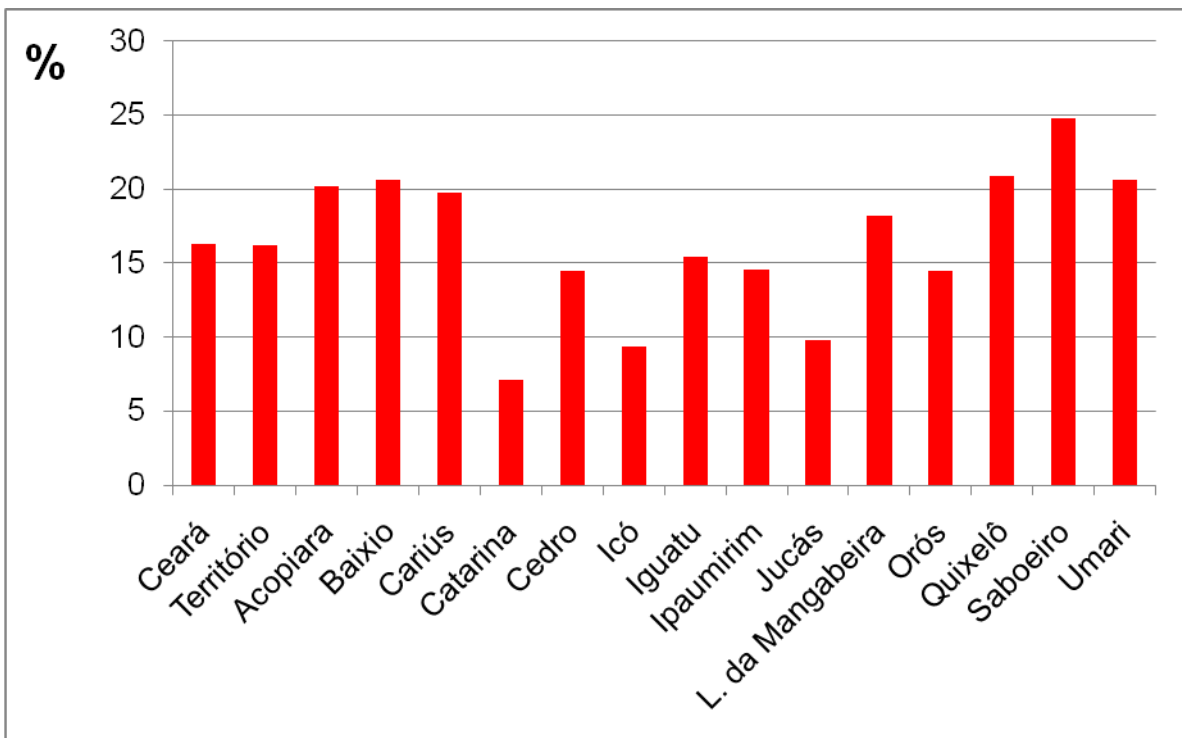


Figura 16: Gráfico da Taxa de crescimento da dimensão IDH-Longevidade, período de 1991-2000.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

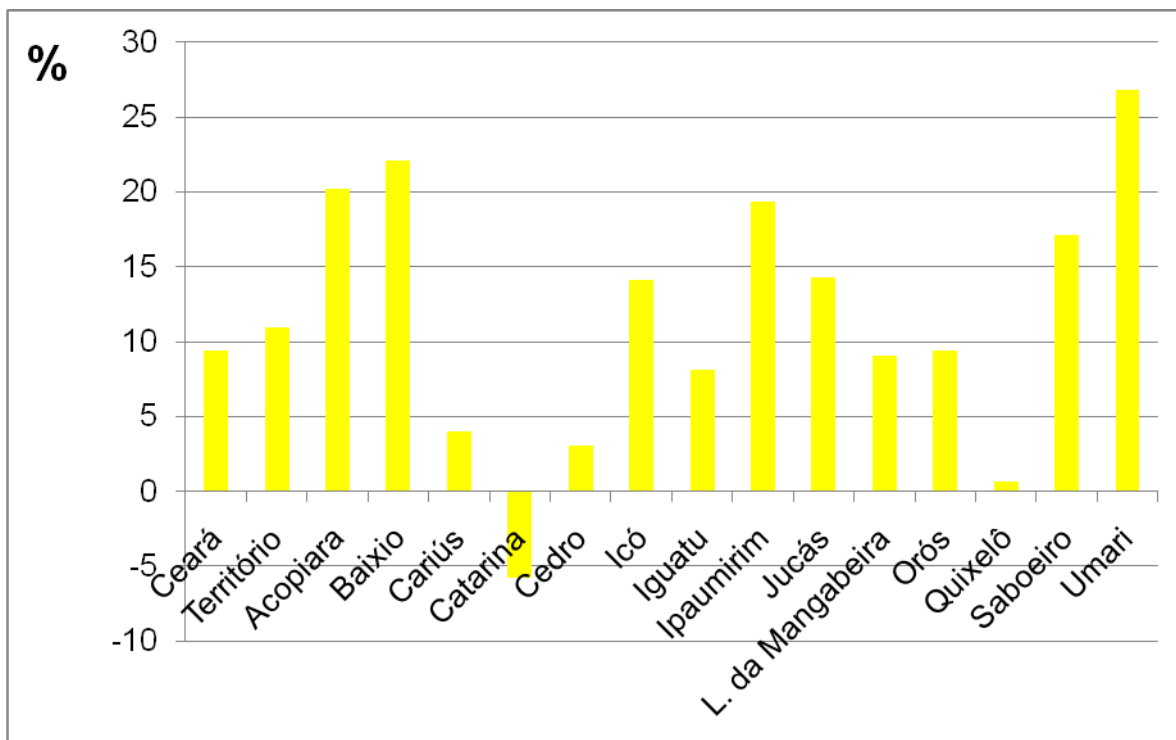


Figura 17: Gráfico da Taxa de crescimento da dimensão IDH-Renda, período de 1991-2000.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na Figura 14, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território corresponde a taxa de crescimento territorial do IDH-Global, que foi de 22%. O município que merece destaque nesse índice é Saboeiro com uma taxa de crescimento de 34%. O que apresentou menor crescimento foi Cedro com 16%. Essa taxa de crescimento pode ser considerada bastante significativa para o território, o que reflete, em termos gerais, a melhoria da qualidade de vida da população.

Na Figura 15, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território correspondem a taxa de crescimento territorial do IDH-Educação, que foi de 39%. O município que merece destaque nesse índice é Jucás com uma taxa de crescimento de 61%. O que apresentou menor crescimento foi Orós com 26%. Em termos gerais, todos os municípios apresentaram um crescimento bastante significativo, o que reflete em possíveis melhores índices globais a longo prazo.

Na Figura 16, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território corresponde a taxa de crescimento territorial do IDH-Longevidade, que foi de 16%. O município que merece destaque nesse índice

é Saboeiro com uma taxa de crescimento de 25%. O que apresentou menor crescimento foi Catarina com 7%. Em termos gerais, os municípios apresentaram um crescimento significativo nesse índice, refletindo assim numa expectativa de vida da população.

Na Figura 17, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território corresponde a taxa de crescimento territorial do IDH-Renda, foi de 11%. O município que merece destaque nesse índice é Umari com uma taxa de crescimento de 27%. O que apresentou menor crescimento foi Quixelô, com 1%. Chamamos atenção para o município de Catarina que apresentou taxa negativa de 6%. Em termos gerais, os municípios apresentaram um baixo crescimento nesse índice, refletindo assim num menor poder de compra da população.

14.1.2 Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)

O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) teve sua primeira versão desenvolvida em 1997 pelo Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE), posteriormente foi atualizado com os dados do ano de 2000 por este mesmo instituto. A partir de 2004, o índice é calculado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

O objetivo principal deste índice é possibilitar a hierarquização dos municípios do Estado do Ceará segundo seu nível de desenvolvimento, medido com base em um conjunto de trinta indicadores, dentre eles: fisiográficos, fundiários e agrícolas, sociais, demográficos, econômicos e de infraestrutura de apoio. O IDM é calculado a cada dois anos e permite seus usuários acompanharem a evolução do desenvolvimento de seu município. O Índice de Desenvolvimento Municipal do Território Centro Sul Vale do Salgado foi obtido a partir da média do IDM dos municípios que o compõe.

Esse índice foi incluído também no diagnóstico, com o objetivo de deixar o levantamento de dados mais representativo da realidade atual, já que os IDHM disponíveis dos municípios do território estão bastante defasados (1991-2000).

Nas Tabelas 35 e 36, podemos verificar o IDM-Global e seus indicadores (fisiográficos, fundiários e agrícolas; demográficos e econômicos; infraestrutura e sociais) nos anos de 2006 e 2008 para o Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios. Além disso, nessas tabelas podemos visualizar a posição dos municípios que compõem o território no ranking estadual.

Tabela 35: Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2006-2008.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)											
	Global				Fisiográficos, fundiários e agrícolas				Demográficos e econômicos			
	2006		2008		2006		2008		2006		2008	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Território	23,22	-	28,11	-	27,29	-	50,22	-	13,78	-	11,13	-
Acopiara	25,93	96	21,53	149	32,87	108	27,95	160	18,71	69	10,07	122
Baixio	23,61	119	28,18	89	34,81	97	58,60	45	11,03	133	11,83	101
Carlús	17,41	161	21,19	154	32,33	111	48,70	74	8,89	149	7,72	156
Catarina	10,15	181	17,00	174	10,79	182	32,20	142	10,04	140	7,93	151
Cedro	34,34	41	41,07	19	31,90	112	60,66	38	18,67	70	10,71	116
Icó	21,71	132	26,08	107	33,77	102	54,29	55	4,05	174	7,73	155
Iguatu	42,34	20	44,01	13	39,03	81	60,57	39	27,10	38	21,66	34
Ipaumirim	31,13	58	37,87	26	23,75	148	68,63	18	24,10	51	11,06	112
Jucás	22,73	125	30,64	62	19,22	160	52,13	63	23,02	53	15,88	64
Lavras da Mangabeira	21,36	134	29,44	77	34,08	100	59,15	43	11,37	129	12,02	97
Orós	28,50	76	30,01	69	33,26	103	28,68	157	16,70	82	15,20	70
Quixeló	20,27	141	22,03	146	27,87	135	60,52	40	8,90	148	5,53	173
Saboeiro	9,79	183	19,44	164	10,16	183	41,07	107	5,85	169	8,11	147
Umari	15,72	172	25,10	112	18,18	162	49,97	71	4,49	173	10,32	119

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 36: Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2006-2008.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)							
	Infra-estrutura				Sociais			
	2006		2008		2006		2008	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Território	21,73	-	27,31	-	30,06	-	32,69	-
Acopiara	22,33	92	21,81	118	29,80	81	30,82	105
Baixio	13,05	154	25,58	79	35,57	59	27,02	122
Cariús	14,91	140	26,58	70	13,51	159	9,25	175
Catarina	4,87	181	13,61	169	14,92	153	20,07	151
Cedro	28,65	56	36,60	16	58,12	8	69,70	11
Icó	22,12	94	23,92	94	26,92	97	28,86	113
Iguatu	38,58	14	41,05	8	64,66	5	62,90	18
Ipaumirim	63,11	2	59,18	2	13,57	158	21,87	143
Jucás	14,37	144	27,87	61	34,32	64	35,12	87
Lavras da Mangabeira	23,11	84	22,42	110	16,90	148	35,48	85
Orós	24,48	76	27,58	62	39,56	43	53,49	31
Quixelô	9,75	165	13,72	168	34,57	63	20,98	146
Saboeiro	10,24	163	15,93	160	12,91	162	20,17	150
Umari	14,72	143	26,45	72	25,50	111	21,89	142

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

De acordo com a Tabela 36, verificamos que o município de Iguatu é o que apresenta um maior IDM-Global, de 42,34 para o ano de 2006. O município que apresenta menor índice para esse mesmo ano foi Saboeiro com um valor de 9,79. Verificando o ranking para esse mesmo ano, podemos visualizar que Iguatu encontra-se na 20ª posição e Saboeiro na 183ª posição. Já para o ano de 2008, podemos notar que o município de Iguatu apresentou novamente o melhor índice com 44,01, ocupando a 13ª posição, e o que ficou pior colocado foi Catarina com 10,79 na 174ª posição.

Para o IDM – Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas, podemos verificar que, em 2006, Iguatu apresentou o melhor índice do território, ocupando a 81ª posição. Entretanto, esse mesmo município no ano de 2008 recuou 42 posições, subindo para a 39ª posição para esse mesmo índice. Enquanto isso, o município de Ipaumirim, que se encontrava na posição 148 em 2006, foi para 18ª posição em 2008.

Os municípios mais bem colocados no que se refere ao IDM – Demográficos e Econômicos em 2006 foram Iguatu e Ipaumirim, na 38ª e 51ª posições, respectivamente. No ano de 2008, o município de Ipaumirim caiu nas posições e ocupa a 112ª posição. Vale ressaltar também a classificação no ano de 2008 do município de Quixelô, ocupando a 173ª posição, estando entre os últimos classificados no ranking estadual.

Para o IDM – Infra Estrutura, podemos verificar que, em 2006, Ipaumirim e Iguatu merecem papel de destaque no território e no cenário estadual, ocupando a 2ª e 14ª posições. No ano seguinte (2008), Ipaumirim se manteve na mesma colocação (2ª) e Iguatu recuou 4 posições, ficando na 8ª posição. O município de Catarina apresentou os piores índices, posicionando-se na 181ª e 169ª posição, nos anos de 2006 e 2008, respectivamente.

Os municípios mais bem colocados no que se refere ao IDM – Sociais em 2006 foram Iguatu e Cedro, na 5ª e 8ª posição, respectivamente. No ano de 2008, esses mesmos municípios caíram para as posições 18 e 11, respectivamente. Vale ressaltar também a classificação no ano de 2008 do município de Cariús, ocupando a 175ª posição, estando assim, mal classificado no ranking estadual. Para esse mesmo índice, Lavras da Mangabeira ocupava

a 148ª posição em 2006 e foi para a 85ª posição no ano de 2008, recuando 63 posições no ranking estadual.

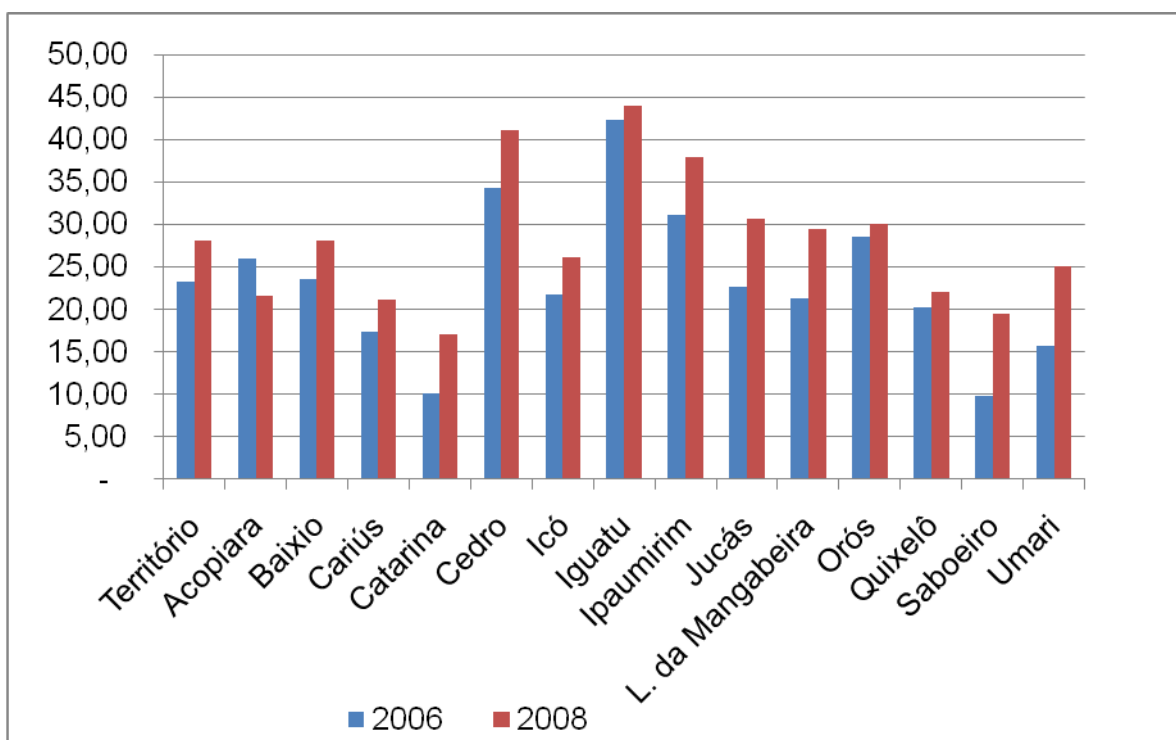


Figura 18: Gráfico do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)-Global, período de 2006-2008.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na Figura 18 verificamos que somente o município de Acopiara apresentou tendência de queda dos valores do IDM-Global. Ainda na figura 18, podemos notar que a tendência do território foi de crescimento no IDH-Global. Municípios como Saboeiro e Umari, apresentaram um crescimento bastante significativo em seu IDM-Global. Enquanto que o IDM de Iguatu e Orós, praticamente se mantiveram constantes.

14.1.3 Produto Interno Bruto (PIB)

O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (país, estado, cidade, território), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc.). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem como objetivo, mensurar a atividade econômica de uma

região, isto é, com esse indicador, pode-se inferir o crescimento econômico de uma dada região. Vale ressaltar que no cálculo do PIB não são considerados os insumos de produção (matérias-primas, mão-de-obra, impostos e energia), isso para que esses valores não sejam contabilizados duas vezes.

Na Tabela 37, podemos verificar o PIB do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios durante o período de 2004 a 2008.

Tabela 37: Produto Interno Bruto a preços de mercado, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2004-2008.

Municípios	Produto interno bruto a preços de mercado (R\$ mil)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Ceará	36.866.273	40.935.248	46.303.058	50.331.383	60.098.877
Território	976.128	1.062.989	1.218.934	1.293.254	1.515.125
Acopiara	101.079	105.507	115.572	126.501	155.932
Baixio	12.992	14.313	16.324	16.412	21.199
Cariús	32.974	35.284	38.658	44.031	52.237
Catarina	26.051	30.045	33.111	35.599	44.776
Cedro	51.369	57.801	65.006	68.548	81.333
Icó	128.581	140.620	167.917	184.812	214.493
Iguatu	364.614	387.761	447.737	467.700	532.255
Ipaumirim	23.399	25.375	28.786	32.997	40.390
Jucás	44.120	48.340	53.439	60.926	70.272
Lavras da Mangabeira	59.528	66.635	75.868	81.129	95.926
Orós	49.781	60.249	69.583	73.014	84.960
Quixelô	39.019	43.379	54.219	46.109	54.459
Saboeiro	27.940	31.980	33.047	35.785	42.855
Umari	14.681	15.699	19.669	19.692	24.039

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Podemos verificar que o PIB territorial saiu de um valor de, aproximadamente, 980 milhões de reais em 2004 para cerca de 1,5 bilhões em 2008. Cresceu cerca de 520 milhões de reais num período de 4 anos, aproximadamente, 53%. Apesar disso, podemos verificar que entre os anos de 2006 e 2007, praticamente, não houve crescimento do PIB territorial. O crescimento do PIB territorial acompanhou a tendência do PIB do estado do Ceará, que cresceu 62% para o mesmo período, sendo que em uma taxa um pouco menor (53%).

No ano de 2004, somente o município de Iguatu era responsável por 37% do PIB territorial, um volume muito relevante se considerarmos que o território é composto por 14 municípios. Esse mesmo município, em 2008, reduziu sua contribuição percentual no PIB territorial para 35%. O que reflete em desenvolvimento econômico mais distribuído. No entanto, se compararmos o PIB de 2008 de Iguatu com o do ano de 2004, podemos verificar que o PIB cresceu 46%. O mesmo podemos verificar para Icó, no entanto a uma taxa maior, pois nesse mesmo período o seu PIB cresceu 67%.

O município que menos contribuiu para o PIB territorial foi Baixio, com apenas 1%, em 2004, e com o mesmo percentual em 2008.

No geral, o PIB de todos os municípios cresceu, alguns de forma mais significativa, como é o caso de Icó, e outros de forma menos significativa como é o caso de Quixelô, com 38% de crescimento no PIB.

Através da tabela a seguir, podemos visualizar o PIB do estado do Ceará, do Território Centro Sul Vale do Salgado e de seus municípios distribuídos nos setores produtivos, e assim, analisá-los quanto seu comportamento na contribuição do PIB. Podemos verificar que nessa tabela constam valores monetários deflacionados do PIB, isto é, considera-se a inflação no cálculo do PIB. Por isso a divergência nos valores dos PIB's encontrados na Tabela anterior, pois esses foram calculados a preços de mercado.

Tabela 38: Produto Interno Bruto por setores produtivos, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2007-2008.

Município	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional							
	Total		Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Ceará	28.223.377	31.109.189	1.534.015	1.926.349	5.836.870	6.444.271	17.397.050	18.925.959
Território	725.150	784.279	75.284	88.864	91.809	92.823	510.300	553.408
Acopiara	70.944	80.716	9.505	13.294	7.999	9.023	49.912	54.563
Baixio	9.205	10.973	2.120	2.903	963	1.020	5.840	6.765
Cariús	24.699	27.039	2.758	3.397	2.828	2.840	18.174	19.856
Catarina	19.972	23.178	1.910	3.003	2.006	2.282	15.358	17.147
Cedro	38.430	42.101	3.838	4.239	4.111	4.443	28.404	31.363
Icó	103.614	111.029	11.285	11.603	11.215	10.373	75.494	83.459
Iguatu	262.134	275.513	15.680	17.936	39.079	37.102	181.460	193.522
Ipaumirim	18.506	20.907	1.982	2.895	2.644	2.698	12.831	14.279
Jucás	34.181	36.375	2.902	3.701	6.179	6.184	23.503	24.929
Lavras da Mangabeira	45.489	49.654	7.055	7.346	4.646	6.289	32.149	34.393
Orós	40.944	43.978	5.447	5.776	4.153	4.588	28.875	31.040
Quixelô	25.884	28.190	5.858	6.750	2.732	2.528	16.430	18.057
Saboeiro	20.085	22.183	2.980	3.483	2.007	2.174	14.409	15.822
Umari	11.064	12.444	1.963	2.538	1.248	1.277	7.461	8.215

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

De acordo com a Tabela 38, podemos verificar que no setor Agropecuária o PIB territorial em 2007 foi de 75 milhões de reais e em 2008 foi para 89 milhões. Para esse mesmo setor, verificamos que, em 2007, os principais municípios contribuintes para o PIB territorial nesse setor foram Icó e Iguatu. No ano de 2008 essa tendência não se repetiu e verificamos que Acopiara torna-se o maior contribuinte depois de Iguatu. Para o ano de 2008, verificamos que o município de Umari foi o que menos contribuiu com o PIB territorial do setor, com apenas 2,5 milhões de reais.

No setor produtivo da Indústria, verificamos que os valores de setor na contribuição do PIB territorial foram superiores ao setor da Agropecuária, isso tanto para 2007 quanto para 2008. O principais contribuintes nesse setor são Iguatu e Icó. Os dois juntos corresponderam, em 2008, por uma fatia de 50% do PIB territorial do setor. Os municípios de Baixio, Cariús, Catarina, Ipaumirim, Quixelô, Saboeiro e Umari foram os que menos contribuíram para o PIB territorial desse setor, com apenas 15%, no ano de 2008. Vale ressaltar que tanto o município de Iguatu quanto Icó reduziram seus PIB's nesse setor, dos anos de 2007 para 2008, em 5% e 9%, respectivamente.

Finalmente, e como principal contribuinte do PIB territorial total, o setor de Serviços aparece como o setor de grande importância para o território. De longe, o município de Iguatu é o que mais movimentava valores, chegando em 2008 a movimentar, somente, nesse setor cerca de 194 milhões de reais. O município que movimentou uma menor quantia nesse setor foi Baixio com apenas 7 milhões.

Na figura 19, podemos verificar a distribuição percentual dos setores produtivos (Agropecuária, Indústria, Serviços, etc.) na participação da totalização do PIB territorial.

Verificamos que, o Setor de Serviços chega a corresponder por uma fatia de 71% do PIB total territorial, levando assim papel de destaque no cenário produtivo territorial. Depois do setor de Serviços, vem a Indústria, ocupando o segundo lugar na composição do PIB territorial, respondendo por 12%. O setor Agropecuário aparece ao lado do setor Industrial com 11% na composição total do PIB territorial.

O PIB *per capita* é um outro indicador bastante utilizado na macroeconomia e tem como objetivo mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Sendo que, diferentemente, do PIB, o PIB *per capita* faz referência também ao número de habitantes da região em questão. O PIB *per capita* é calculado a partir do PIB de uma determinada região dividido pelo número de habitantes da região em questão.

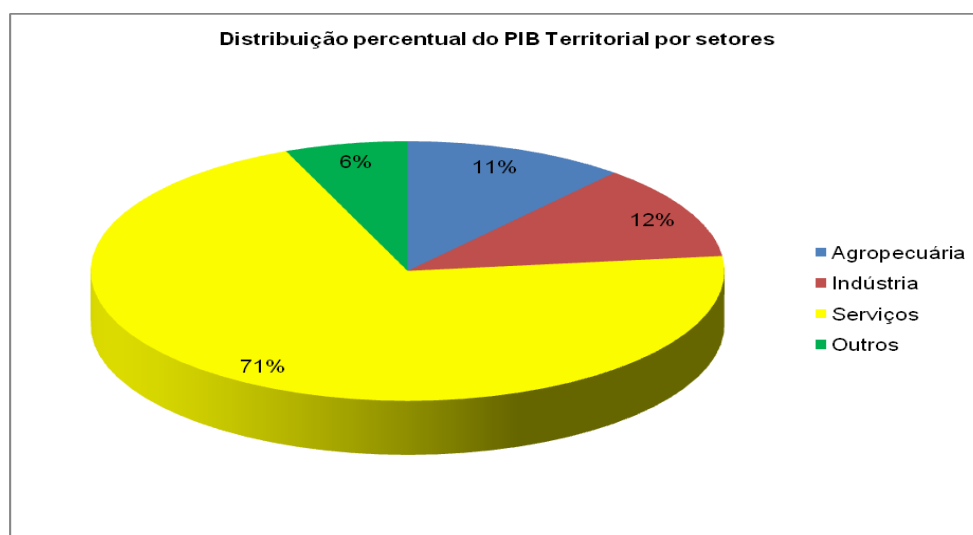


Figura 19: Gráfico da Distribuição percentual do Produto Interno Bruto do Território Centro Sul Vale do Salgado, 2008.

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

Na Tabela 39, podemos verificar o PIB *per capita* do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios durante o período de 2004 a 2008.

Tabela 39: Produto Interno Bruto *per capita*, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2004-2008.

Municípios	Produto interno bruto <i>per capita</i> (R\$)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Ceará	4.622	5.055	5.635	6.149	7.112
Território	2.146	2.357	2.690	2.861	3.301
Acopiara	2.195	2.303	2.536	2.597	3.089
Baixio	2.208	2.418	2.741	2.839	3.550
Cariús	1.745	1.858	2.025	2.361	2.711
Catarina	1.497	1.687	1.818	2.091	2.516
Cedro	2.085	2.333	2.611	2.786	3.193
Icó	2.023	2.204	2.622	2.921	3.281
Iguatu	4.019	4.221	4.815	5.069	5.533
Ipaumirim	2.005	2.169	2.455	2.847	3.375
Jucás	1.884	2.049	2.249	2.662	2.971
Lavras da Mangabeira	1.894	2.116	2.406	2.716	3.134
Orós	2.260	2.735	3.159	3.433	3.893
Quixelô	2.509	2.791	3.490	2.935	3.357
Saboeiro	1.681	1.914	1.968	2.198	2.550
Umari	2.040	2.197	2.773	2.594	3.060

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Podemos notar que o PIB *per capita* do estado do Ceará é bem superior ao do Território Centro Sul Vale do Salgado em todos os anos do período analisado. O PIB *per capita* territorial foi de R\$ 2.143,00 em 2004 e foi para R\$ 3.301,00 em 2008. O aumento foi de R\$ 1.158,00 em cinco anos, cerca de 54% de crescimento.

Dentre os municípios que compõem o território, Iguatu foi o que apresentou maior PIB *per capita* em 2004, com um valor de R\$ 4.019,00. Nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, Iguatu continuou a ser o município do território com maior PIB *per capita*, de R\$ 4.221,00, R\$ 4.815,00, R\$ 5.069,00, e, R\$ 5.533,00. Até mesmo para o município de Iguatu, município com maior PIB *per capita* do território, em nenhum ano observado seu PIB *per capita* foi superior ao do estado do Ceará.

O município que apresenta menor PIB *per capita* foi Catarina, isso para todos os anos analisados. Em 2004, correspondia a apenas 32% do Estadual e em 2008, 5 anos depois, Chegou a equivaler a 35% do PIB *per capita* estadual.

14.1.4 População Economicamente Ativa (PEA)

Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: População Ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias); e, População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

Na tabela 40, podemos verificar a PEA por região (urbana e rural) do Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios em dois anos 1991 e 2000.

Podemos visualizar que o contingente do PEA no território em 1991 foi de, aproximadamente, 126.000 pessoas, enquanto em 2000 foi de 150.000, cerca de 24.000 pessoas a mais. Verificamos também que o PEA urbano foi maior do que o PEA rural, apenas no ano de 2000, isso se considerarmos o PEA territorial. Além disso, verificamos também que o PEA rural territorial praticamente não cresceu do ano de 1991 para o ano de 2000. Isso, muito pelo fato de que a maioria do PEA dos municípios caiu do ano de 1991 para 2000. Talvez isso possa ser explicado pelo crescimento dos postos de trabalho dos centros urbanos municipais, e também, pela proximidade e crescimento urbano de Iguatu.

Vale ressaltar que o PEA total dos municípios de Lavras da Mangabeira e Orós foram os únicos que decresceram entre os anos observados.

Tabela 40: População Economicamente Ativa (PEA), segundo o Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 1991-2000.

Município	População Economicamente Ativa (PEA)					
	Total		Urbana		Rural	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Território	126.135	149.599	58.548	81.389	67.587	68.210
Acopiara	16843	16975	6559	8248	10284	8726
Baixio	1890	2457	763	1031	1127	1426
Cariús	6208	6955	1423	2530	4786	4425
Catarina	3915	5831	1179	2240	2736	3591
Cedro	7439	10082	3693	5165	3747	4917
Icó	20608	24847	7722	10535	12886	14312
Iguatu	27740	37823	19986	28072	7754	9750
Ipaumirim	3792	4274	1740	2271	2052	2003
Jucás	7252	8351	2556	4354	4696	3997
Lavras da Mangabeira	9223	9182	4139	5384	5084	3798
Orós	8379	8290	5177	5907	3201	2383
Quixelô	5836	6576	1076	1569	4760	5007
Saboeiro	4684	5598	1614	2720	3070	2878
Umari	2326	2359	921	1362	1405	997

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na Tabela 41, podemos verificar a taxa de participação por gênero da PEA em relação a população total do Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, no ano de 2000.

Tabela 41: Taxa de Participação da PEA em relação a população total, segundo o Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, em 2000.

Município	Taxa de Participação (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Território	47,47	66,50	28,97
Acopiara	44,75	67,84	21,83
Baixio	52,39	69,73	34,51
Cariús	47,97	68,17	27,64
Catarina	47,74	71,45	24,80
Cedro	52,32	68,78	36,32
Icó	50,70	71,14	31,63
Iguatu	54,03	71,61	38,00
Ipaumirim	46,30	62,81	30,37
Jucás	47,70	67,17	29,23
Lavras da Mangabeira	36,95	54,94	19,97
Orós	46,04	65,10	27,87
Quixelô	52,76	72,16	32,38
Saboeiro	45,43	68,92	23,15
Umari	39,48	51,16	27,95

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Analisando a Tabela 41 podemos verificar que a maioria dos municípios apresentam uma taxa de participação superior a 45%, com exceção dos municípios de Acopiara, Lavras da Mangabeira e Umari. O Território Centro Sul Vale do Salgado apresentou uma taxa de 47,47%. Podemos verificar também que a taxa de participação de homens é maior do que das mulheres, em todos municípios observados. Com exceção de Lavras da mangabeira e Umari, todos municípios apresentaram uma taxa de participação dos homens superior a 62%.

A partir dessas informações, concluímos que, faz-se necessário uma distribuição mais justa dos postos de trabalho favorecendo a discussão relacionada a não discriminação de gênero.

Nas tabelas 42, 43 e 44, podemos verificar o número de empregos formais por setores de atividade econômica (Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública, Agropecuária, Extrativismo Vegetal-Caça e Pesca) e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, no ano de 2009.

De acordo com as tabelas abaixo, podemos verificar que a administração pública seguida do comércio são os setores de atividades econômicas que mais ocupam pessoas, isto é, que possuem o maior número de empregos formais, com 16.487 e 4.977, respectivamente, para o Território Centro Sul Vale do Salgado. Se pensarmos na magnitude do estado do Ceará, a leitura é diferente, onde os setores de administração pública e serviços são os maiores empregadores.

Verificamos também que o setor da agropecuária, não absorve um grande número de empregos no território, ficando a frente apenas dos setores extrativista mineral e serviços industriais de utilidade pública. De certa forma, não reflete o retrato de um território que é predominantemente rural.

Tabela 42: Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2009.

Municípios	Total			Extrativa Mineral			Indústria de transformação		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	1.236.261	679.291	556.970	2.713	2.466	247	236.851	143.852	92.999
Território	28.361	12.649	12.524	124	123	1	3.538	2.471	1.067
Acopiara	2.447	949	1.498	1	1	-	124	106	18
Baixio	379	118	261	-	-	-	-	-	-
Cariús	756	50	979	-	-	-	7	7	-
Catarina	668	268	638	-	-	-	2	2	-
Cedro	1.497	595	244	-	-	-	31	26	5
Icó	4.039	1.506	1.324	1	1	-	114	77	37
Iguatu	11.736	6.390	2.181	19	18	1	2.911	1.957	954
Ipaumirim	554	195	1.628	-	-	-	75	45	30
Jucás	1.399	820	666	103	103	-	227	215	12
Lavras da Mangabeira	1.305	439	843	-	-	-	1	-	1
Orós	1.021	407	614	-	-	-	38	29	9
Quixelô	1.377	541	836	-	-	-	8	7	1
Saboeiro	590	166	424	-	-	-	-	-	-
Umari	593	205	388	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 43: Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2009.

Municípios	Serviços industriais de utilidade pública			Construção civil			Comércio		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	6.874	5.886	988	58.435	54.184	4.251	185.522	113.583	71.939
Território	205	185	20	309	292	17	4.977	3.136	1.841
Acopiara	28	27	1	7	6	1	380	223	157
Baixio	-	-	-	-	-	-	16	12	4
Cariús	-	-	-	-	-	-	38	16	22
Catarina	-	-	-	-	-	-	16	10	6
Cedro	-	-	-	-	-	-	155	91	64
Icó	61	56	5	62	62	-	670	376	294
Iguatu	110	96	14	225	213	12	3.092	1.990	1.102
Ipaumirim	-	-	-	1	1	-	39	29	10
Jucás	6	6	-	4	2	2	128	83	45
Lavras da Mangabeira	-	-	-	2	1	1	72	38	34
Orós	-	-	-	-	-	-	93	48	45
Quixelô	-	-	-	-	-	-	264	212	52
Saboeiro	-	-	-	2	2	-	7	4	3
Umari	-	-	-	6	5	1	7	4	3

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 44: Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2009.

Municípios	Serviço			Administração pública			Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	334.959	193.511	141.448	386.474	144.527	241.947	24.433	21.282	3.151
Território	2.511	1.069	1.442	16.487	5.184	11.303	210	189	21
Acopiara	206	76	130	1.636	448	1.188	65	62	3
Baixio	3	-	3	360	106	254	-	-	-
Cariús	15	9	6	692	14	678	4	4	-
Catarina	13	9	4	637	247	390	-	-	-
Cedro	99	46	53	1.212	432	780	-	-	-
Icó	302	116	186	2.811	802	2.009	18	16	2
Iguatu	1.626	721	905	3.639	1.295	2.344	114	100	14
Ipaumirim	15	9	6	423	110	313	1	1	-
Jucás	30	12	18	899	397	502	2	2	-
Lavras da Mangabeira	117	31	86	1.113	369	744	-	-	-
Orós	64	27	37	826	303	523	-	-	-
Quixelô	14	6	8	1.088	315	773	3	1	2
Saboeiro	5	5	-	576	155	421	-	-	-
Umari	2	2	-	575	191	384	3	3	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

14.1.5 Renda *per capita*

A Tabela 45 fornece informações sobre renda *per capita* e taxa de crescimento da renda *per capita*, para o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios. Entende-se por renda *per capita* a razão entre o somatório da renda familiar *per capita* de todos os domicílios e o número total de domicílios no município. A renda familiar *per capita* de cada domicílio é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos.

Tabela 45: Renda *per capita* e taxa de crescimento da renda *per capita*, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 1991-2000

Municípios	Renda per capita - R\$ de 2000		Taxa de Crescimento
	1991	2000	(%)
Ceará	58,59	82,04	40,04
Território	59,30	78,38	32,17
Acopiara	53,16	90,04	69,39
Baixio	40,45	67,47	66,82
Cariús	58,81	65,61	11,56
Catarina	65,45	55,63	-15,00
Cedro	87,03	95,59	9,84
Icó	59,26	86,90	46,65
Iguatu	114,64	151,13	31,83
Ipaumirim	50,70	83,50	64,70
Jucás	46,03	65,56	42,42
Lavras da Mangabeira	55,32	70,57	27,56
Orós	60,52	78,54	29,77
Quixelô	65,63	66,71	1,65
Saboeiro	37,66	55,71	47,92
Umari	35,53	64,30	80,96

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

A taxa de crescimento da renda *per capita* territorial (32%) acompanhou a tendência de crescimento desse mesmo parâmetro em nível estadual (40%), no entanto, a taxas menores. A renda per capita territorial saiu de um valor de R\$ 59,30 reais, em 1991, para R\$ 78,38 reais em 2000, aumentando R\$ 19,08 reais.

No geral, os municípios apresentam uma renda *per capita* muito baixa, variando de R\$ 35,33 no município de Umari a R\$ 114,64 no município de Iguatu, em 1991. Em 2000, a renda *per capita* variou de R\$ 55,63 no município de Catarina a R\$ 151,13 no município de Iguatu.

A renda *per capita* territorial foi superior a renda estadual em R\$ 0,71 em 1991 e inferior em R\$ 3,66 em 2000. Dentre os municípios, o que apresentou uma maior taxa de crescimento da renda *per capita* foi Umari, com, aproximadamente, 81%. O que apresentou menor crescimento foi o município de Catarina com -15% de crescimento. Na verdade, a renda per capita do município de Catarina sofreu uma queda entre os anos observados, saindo de R\$ 65,45 em 1991 para R\$ 55,63 em 2000.

Os baixos valores de renda *per capita* dos municípios, geralmente, refletem os elevados níveis de pobreza da população.

15 ASPECTOS DO SETOR PRODUTIVO

15.1 Setor Agropecuário

No Território Centro Sul Vale do Salgado o setor agropecuário responde por aproximadamente 11 % do PIB. O setor agropecuário fica atrás do setor industrial e do setor de serviços, respectivamente, com 12% e 71% do PIB. A produção agropecuária do território é bastante diversificada. Várias são as cadeias produtivas encontradas, no entanto, as cadeias produtivas da agricultura familiar que se destacam e foram eleitas como prioritárias são: bovinocultura de leite, apicultura, ovinocultura, caprinocultura, banana, goiaba e piscicultura.

Vale ressaltar que no território se utilizam técnicas de convivência com o semiárido, isso, com função de um manejo sustentável da agropecuária, dentre elas podemos citar: preservação parcial das matas ciliares, em Iguatu, Lavras da Mangabeira, Icó e Orós; barragem subterrânea, em Jucás, Saboeiro, Acopiara, Icó e Lavras da Mangabeira; Captação “In Situ” , em Lavras da Mangabeiras, Icó, Iguatu, Acopiara, Saboeiro e Jucás; silagem, em todos municípios; Projeto Mandala, em Saboeiro, Quixelô, Icó, Baixio, Lavras da Mangabeira, Umari e Acopiara; Plantio Direto, em Iguatu; e, raleamento e rebaixamento de plantas da caatinga, em todos municípios.

15.1.1 Sistema de Produção Agrícola

Agricultura de Sequeiro

A agricultura de sequeiro é um sistema de produção agrícola totalmente depende das condições pluviométricas. Como sabemos, o nordeste brasileiro apresenta uma condição de alta irregularidade pluviométrica, tanto em quantidade quanto na sua frequência, o que torna esse sistema muito frágil e resulta muitas vezes em quedas de produção e em casos mais drásticos, até mesmo em não produção das culturas.

Na agricultura de sequeiro se destacam para a agricultura familiar as culturas do feijão, milho, arroz, algodão e mamona.

Agricultura Irrigada

A agricultura irrigada utiliza-se da tecnologia da irrigação. A irrigação é uma técnica utilizada na agricultura que tem por objetivo o fornecimento controlado de água para as plantas em quantidade suficiente e no momento certo, assegurando a produtividade e a sobrevivência da planta. Complementa a precipitação natural, e em certos casos, enriquece o solo com a deposição de elementos fertilizantes.

Esse sistema de produção não é dependente da pluviosidade, pois aplica água à planta de forma artificial, no entanto, exige um certo nível tecnológico e grande parte dos agricultores de base familiar não possuem recurso financeiro suficiente para implantá-lo em suas propriedades.

As Bacias Hidrográficas do Alto Jaguaribe e Vale do Salgado banham o Território. Nessas bacias localizam-se treze grandes reservatórios de água, sendo os maiores: o açude de Orós, localizado no município de Orós, o Trussu, no município de Iguatu e o açude Lima Campos, localizado em Icó. Esses reservatórios são de extrema importância para a economia do território e do Estado. Do armazenamento de suas águas são permitidas as explorações das culturas irrigadas que geram trabalho e renda para os agricultores familiares do território o ano inteiro.

Dentre as culturas irrigadas, a bananicultura é a mais importante da fruticultura do território. No entanto, também se utiliza a agricultura irrigada para as culturas do arroz, feijão e goiaba. Sendo que, 70% dessas áreas irrigadas, os agricultores familiares são os responsáveis.

15.1.1.1 Produção Agrícola

Culturas Permanentes

Elas são assim denominadas porque após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Mesmo que não haja o

replântio se faz necessário cuidados especiais para cada tipo de cultura como a poda e adubação periódica.

Normalmente são cultivadas após a broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área após preparada é utilizada por vários anos com a monocultura implantada, onde anualmente, realiza-se apenas roço ou um gradeamento nas entrelinhas das plantas.

As culturas da goiaba, banana, coco, caju, manga, algodão mocó, mamão, maracujá, cajá, cajarana, siriguela, uva e palma forrageira, são as principais culturas permanentes cultivadas no território. Dentre os manejos agrônômicos mais utilizados para essas culturas, temos: irrigação, adubação química e orgânica, poda, desbaste, cobertura morta, controle de pragas e doenças, colheita e pós colheita, utilização de mudas e sementes selecionadas, dentre outros.

Culturas Temporárias

As lavouras temporárias são aquelas culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de replântio após cada colheita.

Normalmente são cultivadas nos sistemas conhecidos como no toco ou itinerante, também conhecida pelos agricultores familiares como broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área preparada só é utilizada nos dois primeiros anos e depois entra em pousio até atingir o ponto de broca novamente.

As culturas do milho, feijão, arroz, mamona, melancia, algodão herbáceo e sorgo, são as principais culturas temporárias cultivadas no território. Dentre os manejos agrônômicos mais utilizados para essas culturas, temos: preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita.

Os consórcios mais utilizados são entre culturas temporárias (milho e feijão, mamona e milho, mamona e feijão, e, milho e capim), no entanto,

também existe consórcios entre culturas temporárias e permanentes (caju, milho e feijão).

Na tabela 46, podemos verificar a evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes do Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, de 2006 a 2009. A produção agrícola do território é baseada tanto em lavouras permanentes de manga, coco, goiaba, banana e outros, e lavouras temporárias de arroz, cana-de-açúcar, mamona, mandioca, feijão e milho.

Se considerarmos a área de produção, em disparado as culturas dos arroz, feijão e milho ocupam os primeiros lugares, com 5, 35 e 58 mil hectares de área colhida, respectivamente, em 2009. Se a área colhida dessas culturas forem somadas, respondem por 94% da área colhida no território. A área de milho, a maior, cresceu 16% entre os anos observados, cerca de 8 mil hectares. Já sua produção caiu se considerarmos esse mesmo período, saindo de 69 mil toneladas em 2006 para 46 mil toneladas em 2009. O valor da produção de castanha de caju também apresentou uma tendência de queda, isso muito por conta da queda na produção.

Outra cultura que merece destaque é o feijão, ocupando o segundo lugar no valor da produção em 2009. Sua área colhida saiu de, aproximadamente, 36 mil hectares em 2006 para 35 mil hectares em 2009. Sua produção acompanhou a mesma tendência de queda, no entanto a taxa maiores, com 17 mil toneladas em 2006 e 10 mil toneladas em 2009. O valor da produção decresceu com a queda da produção, saindo de 19 milhões de reais em 2006 para 17 milhões em 2009.

O arroz uma cultura de relevante importância na economia do setor agropecuário do território, ocupando o 3º lugar entre as cultura de maior valor econômico. O valor da produção era de 13 milhões de reais em 2006 e foi para 12 em 2009, uma queda relativamente pequena. O que pode se observar é que praticamente todas as culturas tiveram queda, seja na área, produção ou valor da produção.

Culturas como arroz, feijão e milho são bastante cultivadas em todo território, por isso apresentam uma elevada área plantada. A agricultura familiar é quem cultiva essas cultura no território, com função principal de subsistência

e estão relacionadas diretamente com a segurança alimentar dos mesmos. Essas culturas são cultivadas em quase sua totalidade em sistema de produção de sequeiro, ficando a mercê da pluviosidade.

Podemos notar, ainda na Tabela 46, que a cultura da banana é a mais importante da fruticultura do território. Sua cadeia produtiva se destaca devido sua importância na economia e geração de renda e trabalho. A produção total de banana no território foi de 17.836 toneladas em uma área total de 801 ha. Os municípios de Icó, Iguatu e Lavras responderam por 14.109 toneladas (79,1%) e uma área plantada de 582 hectares (72,6%). Esses três municípios representam 78,4% do valor total produzido por essa cadeia produtiva no território que foi de 5 milhões de reais.

A partir da Tabela 46, percebe-se uma pequena evolução da área colhida, quantidade produzida e valor da produção até ano de 2007, a partir de então uma evolução decrescente para o ano de 2008. Isso se deu por questões climáticas, especialmente pela ação de fortes ventos que derrubou muitos plantios, ocasionando em grandes perdas, apesar de terem conseguido aumentar a produtividade. Em 2009 os produtores recuperaram as áreas com o replantio de bananeiras, retomando a produtividade de 22,6 toneladas/ha.

A cultura do algodão também merece destaque, com um valor total da produção para o ano de 2009 de quase 2 milhões de reais, com um crescimento considerável de área colhida, quantidade produzida e valor total da produção, para os anos observados.

Na Figura 20, podemos verificar a distribuição do valor da produção das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes do Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, período de 2006 a 2009.

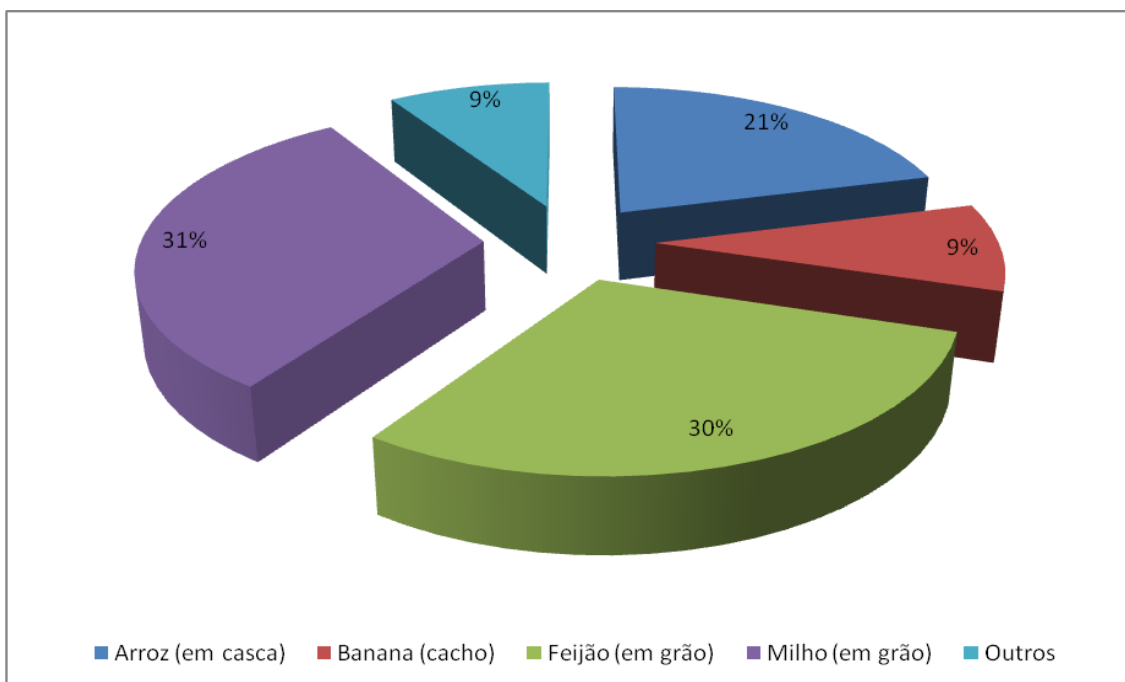


Figura 20: Distribuição percentual do valor da produção de lavouras temporárias e permanentes do Território Centro Sul Vale do Salgado, 2010.
Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

Como falado anteriormente, a cultura do milho ocupa o primeiro lugar em área produzida, chega a ter uma área bem maior do que a segunda que é o feijão, porém possuem um percentual bem próximos na composição do valor total das culturas temporárias e permanentes, com 31% e 30%, respectivamente. Como foi dito, essas duas culturas, juntamente com o arroz, são responsáveis por uma fatia de 70% do valor total do território, e o que é importante dizer, são culturas predominantemente cultivadas por agricultores familiares.

A banana também merece destaque, sendo responsável por 9% do valor total da produção de cultura temporárias e permanentes.

Tabela 46: Evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes, segundo o Território Centro Sul Vale do Salgado, 2006-2009

	Área Colhida (ha)				Produção							
					Quantidade (t)				Valor (R\$ mil)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Algodão herbáceo (em caroço) (2)	752	1.267	1.325	1.188	1.014	1.116	1.648	2.045	829	981	1.467	1.832
Arroz (em casca) (2)	6.283	7.459	6.670	5.590	28.206	26.183	27.211	20.446	12.824	15.488	18.745	11.818
Banana (cacho) (1)	879	887	787	801	18.386	18.440	17.836	18.052	4.857	4.997	4.973	5.075
Batata-doce (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cana-se-açúcar (2)	432	406	398	392	16.439	15.379	15.072	14.485	949	900	866	830
Castanha de caju (1)	146	143	144	143	45	21	43	40	44	17	41	35
Coco-de-baia (1)	127	126	124	124	721	701	675	689	295	251	246	254
Fava (em grão) (2)	3	2	3	4	1	1	2	2	1	1	2	3
Feijão (em grão) (2)	35.703	40.923	36.229	34.707	17.448	8.989	13.569	9.838	18.958	11.159	17.271	16.745
Goiaba (1)	-	-	23	35	-	-	485	763	-	-	280	610
Laranja (1)	12	12	12	11	121	127	112	113	42	43	37	35
Mamona (2)	63	398	850	1.997	23	53	262	519	11	35	248	576
Mandioca (2)	64	44	50	46	806	514	522	337	121	78	84	54
Melancia (2)	12	12	14	15	288	280	272	300	58	56	54	60
Milho (em grão) (2)	50.258	56.344	49.529	58.444	68.669	26.690	45.087	46.318	23.166	10.184	22.707	17.815
Sorgo (em grão) (2)	600	600	100	105	828	900	150	110	234	297	50	36
Tomate (2)	28	29	23	27	875	905	613	740	430	657	313	617
Uva (2)	-	-	2	4	-	-	5	80	-	-	10	216
Total	95.362	108.652	96.283	103.633	153.870	100.299	123.564	114.877	62.819	45.144	67.394	56.611

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

15.1.2 Sistemas de Produção Animal

Pecuária Extensiva

A pecuária extensiva é aquela que é desenvolvida em grandes extensões de terras, com gado solto, geralmente sem grandes aplicação de recursos tecnológicos, investimentos financeiros nem recursos veterinários importantes.

Pecuária Intensiva

A pecuária intensiva é aquela que é praticada utilizando-se recursos tecnológicos avançados, tais como: confinamento, reprodução através de inseminação artificial, ração com altos níveis nutricionais, controle via satélite etc.

Pecuária Semi Intensiva

A pecuária semi intensiva é aquela que é praticada utilizando-se parte do tempo recursos tecnológicos avançados, isto é, os animais ficam confinados e a outra parte do tempo soltos para pastarem. Na verdade, é o sistema mais utilizado pelos agricultores. Vale ressaltar que esse tipo de exploração pecuária é a mais utilizada no território.

Segundo dados primários, verifica-se que os produtores utilizam irrigação para produção de pasto. Além disso, verifica-se tecnologias como pastejo rotacionado e capineiras de corte, sendo que os principais capins utilizados são: *andropogon*, capim brachiária, elefante, corrente, etc.

Quanto ao manejo sanitário, é realizado o controle da brucelose, aftosa, vermifugação, raiva, dentre outros. O nível tecnológico utilizado é regular no que diz respeito a produção animal, no entanto, no que se refere a abate e processamento praticamente não existe.

15.1.2.1 Produção Animal

Dentre as principais atividades do setor da pecuária no território, a bovinocultura de leite e corte, ovinocaprinocultura, apicultura, piscicultura, avicultura e suinocultura são as principais.

Nas Tabelas 47, 48 e 49, podemos verificar os efetivos dos rebanhos bovinos, suínos, caprinos, ovinos e de aves do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, anos de 2008 e 2009.

Podemos verificar que o rebanho bovino do território praticamente se manteve constante nos anos de 2008 e 2009. Essa mesma tendência pode ser observado para os municípios que compõem o território. Dentre os municípios, o que apresenta maior rebanho bovino é Icó com 54.325 cabeças no ano de 2009. Em seguida, vem o município de Acopiara com um efetivo bovino de 41.516 cabeças. O Território Centro Sul Vale do Salgado totaliza um efetivo bovino de, aproximadamente, 309.000 cabeças, respondendo por 12,4% do rebanho total do estado do Ceará, um número bastante significativo.

Das cadeias produtivas do território, a cadeia produtiva da bovinocultura de leite foi priorizada como a mais importante por ser desenvolvida em todos os municípios do Território e beneficiar diretamente a agricultura familiar na geração de trabalho e renda para o sustento de um maior número de famílias.

Tabela 47: Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Bovinos		Suínos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	2.460.523	2.494.482	1.152.598	1.160.410
Território	304.510	309.112	97.123	94.402
Acopiara	41.512	41.516	16.677	15.842
Baixio	8.123	8.285	1.936	1.992
Cariús	13.440	13.574	6.171	5.862
Catarina	9.120	9.122	6.454	6.131
Cedro	17.572	18.000	4.438	4.215
Icó	52.743	54.325	14.348	14.600
Iguatu	39.820	40.218	9.026	8.577
Ipaumirim	9.939	10.487	2.883	2.955
Jucás	15.997	16.156	5.225	4.963
Lavras da Mangabeira	29.036	29.616	9.231	9.406
Orós	19.572	19.963	4.309	4.389
Quixelô	21.735	21.745	5.797	5.217
Saboeiro	14.934	14.941	8.032	7.629
Umari	10.967	11.164	2.596	2.624

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Ao analisarmos o rebanho suíno, verificamos que, assim como o bovino, o efetivo permaneceu praticamente constante nos anos de 2008 e 2009. Houve uma queda no efetivo suíno, saindo de 97.123 cabeças em 2008 para 94.402 em 2009 no Território Centro Sul Vale do Salgado. O mesmo aconteceu com os municípios do território. O Território Centro Sul Vale do Salgado totaliza um efetivo suíno de, aproximadamente, 94 mil cabeças, respondendo por 8,1% do rebanho total do estado do Ceará, um número bastante significativo. O município com maior efetivo de suínos é de Acopiara com 15.842 cabeças em 2009. Em seguida vem Icó com 14.600 cabeças. O município com menor rebanho é Baixio com apenas 1.992 cabeças em 2009.

Tabela 48: Efetivo dos rebanhos caprinos e ovinos, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Caprinos		Ovinos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	998.787	1.015.927	2.030.982	2.071.098
Território	49.960	43.865	118.342	116.686
Acopiara	7.955	7.875	19.366	19.172
Baixio	971	1.010	3.693	3.841
Cariús	797	757	2.425	2.303
Catarina	8.195	1.858	17.536	16.659
Cedro	2.164	2.142	3.455	3.288
Icó	7.548	7.774	7.426	7.649
Iguatu	1.973	1.992	8.058	8.138
Ipaumirim	1.048	1.085	2.564	2.653
Jucás	2.146	2.124	4.429	4.384
Lavras da Mangabeira	2.382	2.465	8.616	8.917
Orós	3.280	3.362	6.903	7.076
Quixelô	1.910	1.814	10.702	10.166
Saboeiro	6.791	6.723	18.107	17.201
Umari	2.800	2.884	5.062	5.239

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

O rebanho de caprinos do Território Centro Sul Vale do Salgado diminuiu em quase 6 mil cabeças do ano de 2008 para o ano de 2009. O maior efetivo caprino no território em 2008 foi do município de Catarina, com 8.185 cabeças. Apesar disso, no ano seguinte, seu rebanho diminuiu drasticamente, indo para um total de 1.858 cabeças. No ano de 2009, o maior rebanho encontra-se no município de Acopiara, com 7.875 cabeças de caprinos. O menor rebanho é do município de Cariús, com apenas 757 cabeças no ano de 2009. O rebanho de caprinos do território chega a 4,3% do total estadual.

Podemos verificar que o rebanho de ovinos é bem superior ao de caprinos, mais do que o dobro de cabeças. Para o ano de 2009, o rebanho de ovinos foi quase 2,6 vezes maior do que o de caprinos.

O rebanho de ovinos diminuiu, aproximadamente, 1.000 cabeças do ano de 2008 para o ano de 2009. Dentre os maiores rebanhos, temos o do município de Acopiara com mais de 19.000 cabeças, somente no ano de 2009. O município com menor rebanho de ovinos é Cariús, com apenas 2.303 cabeças no ano de 2009.

O Território Centro Sul Vale do Salgado não é tão conhecido como grande produtor de aves. Como podemos ver, o efetivo de galinhas do território responde por 4% do total estadual (ano de 2009), um número pouco significativo se considerarmos o tamanho espacial do território. O mesmo podemos verificar para o efetivo de galos, frangas e pintos, onde o território responde por 6% do efetivo total estadual.

Os maiores rebanhos de galinha encontram-se nos municípios de Icó, Acopiara, Iguatu e Lavras da mangabeira, com um número superior a metade do efetivo territorial. O município que apresenta menor efetivo de galinhas é Umari, com apenas 8.475 cabeças.

Quanto ao efetivo de galos, frangas e pintos, podemos verificar que o quadro é o mesmo, e os maiores rebanhos encontram-se nos municípios de Acopiara, Iguatu e Icó. Esses três municípios respondem por 71% do efetivo total do território.

Tabela 49: Efetivo de aves, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Galinhas		Galos, frangas, frangos e pintos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	7.914.552	8.014.121	16.655.602	16.607.399
Território	349.129	340.850	1.049.052	1.030.422
Acopiara	46.178	43.869	350.000	335.000
Baixio	8.356	8.565	12.500	12.812
Cariús	23.900	22.705	47.733	45.346
Catarina	12.226	11.614	14.791	14.051
Cedro	22.415	21.294	36.338	34.521
Icó	69.377	70.418	108.314	110.480
Iguatu	41.465	39.391	286.353	289.216
Ipaumirim	12.352	12.476	15.101	15.252
Jucás	17.516	16.640	26.654	25.321
Lavras da Mangabeira	39.833	40.430	62.239	62.861
Orós	14.688	14.952	27.421	27.915
Quixelô	15.779	14.201	29.040	26.136
Saboeiro	16.653	15.820	23.030	21.878
Umari	8.391	8.475	9.538	9.633

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Nas Tabelas 50, 51 e 52, podemos verificar a quantidade produzida e o valor da produção de leite, ovos de galinha e mel do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, anos de 2008 e 2009.

Podemos verificar que a quantidade produzida de leite nos anos de 2008 e 2009 no Território Centro Sul Vale do Salgado, foi de 41 e 42 milhões de litros de leite, respectivamente. Praticamente, a produção se manteve constante nesses anos, com crescimento de 1 milhão de litros. O valor da produção, também teve um aumento pouco significativo, saindo de 25,6 milhões de reais para 26,6 milhões de reais, cerca de 1 milhão de reais no valor da produção.

A quantidade produzida de leite pelo território chega a representar cerca de 10% da produção estadual. Da mesma forma, o valor da produção do território responde por 8% do valor total estadual.

Tabela 50: Número de vacas ordenhadas, produção de leite e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Vacas ordenhadas (cabeças)		Produção de leite			
			Quantidade (mil litros)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	516.353	524.314	425.210	432.537	321.427	337.943
Território	64.762	65.804	41.076	41.673	25.649	26.596
Acopiara	7.472	7.470	4.969	4.969	3.230	3.230
Baixio	2.315	2.361	1.458	1.487	875	937
Cariús	2.419	2.443	1.452	1.466	944	953
Catarina	1.624	1.624	1.036	1.036	673	674
Cedro	5.168	5.293	2.033	2.082	1.220	1.249
Icó	12.658	13.038	6.835	7.041	4.101	4.436
Iguatu	8.362	8.445	6.690	6.757	4.348	4.392
Ipaumirim	2.485	2.546	1.665	1.706	999	1.075
Jucás	1.975	1.994	1.047	1.058	681	688
Lavras da Mangabeira	6.533	6.664	4.116	4.198	2.469	2.645
Orós	4.893	4.991	3.523	3.594	2.114	2.264
Quixelô	4.348	4.350	3.696	3.698	2.402	2.403
Saboeiro	2.240	2.241	1.194	1.175	776	764
Umari	2.270	2.344	1.362	1.406	817	886

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

O município de Icó desponta como o maior produtor de leite do território, com 7 milhões de litros de leite. Icó, juntamente com os municípios de, Iguatu, Acopiara e Lavras da mangabeira, respondem por aproximadamente 56% da produção total do território. Catarina aparece como o menor produtor de leite do território com um pouco mais de 1 milhão de litros e com um valor da produção de 674 mil reais.

A cadeia do leite tem grande importância econômica para a agricultura familiar. No Brasil, cerca de 58% do total produzido de leite vem da agricultura familiar (Censo Agropecuário 2006). Segundo Zoccal et al (2008), a grande maioria das propriedades produtoras de leite no Ceará caracteriza-se por uma atividade de subsistência e familiar, representando 98,6% dos estabelecimentos.

A cadeia do leite tem grande importância na sustentabilidade das propriedades familiares, tanto para o consumo de suas famílias como na geração de renda com a venda do excedente. Essa atividade propicia a diversificação da base produtiva da propriedade, integrando a agricultura com a pecuária, onde usa os restos de cultura para alimentação dos animais e o esterco produzido é usado na adubação das lavouras.

No território, grande parte dos agricultores familiares está organizada em grupos de produtores ou associações de bovinocultura de leite, o que facilita a capacitação dos mesmos, qualidade do leite e seus derivados, controle dos custos de produção. A existência de grupos organizados facilita a compra coletiva de insumos, dando, aos mesmos, poder de negociação para conseguir melhor preço.

No Brasil, a criação de gado de leite enfrenta dificuldades, principalmente com respeito a alimentação de qualidade, sanidade e genética. O sistema de produção é, em sua grande maioria, realizado através do método extensivo onde as espécies forrageiras são caracterizadas pela baixa qualidade e valor nutritivo, implicando em baixo ganho de peso, baixa produtividade, etc. Conseqüentemente, pouca atenção é dada ao manejo sanitário do rebanho, mantendo os animais mais susceptíveis à enfermidades, comprometendo a qualidade do leite e reduzindo a rentabilidade da atividade. O baixo padrão genético do rebanho leiteiro brasileiro é outro grande responsável pela baixa produtividade, rentabilidade, qualidade do leite e escala de produção da atividade leiteira.

O território enfrenta essas mesmas dificuldades, influenciando diretamente na produtividade dos rebanhos leiteiros, onde a produtividade por animal é de apenas 2,1 litros/dia.

Para corrigir esse problema no que diz respeito à genética, faz-se necessário a implantação de projetos de inseminação artificial com material genético de qualidade comprovada, melhorando assim o rebanho dos agricultores e, conseqüentemente a produção leiteira. Um exemplo bem sucedido desse melhoramento genético acontece nos municípios de Icó e Orós, onde as secretarias de agricultura municipais facilitam o acesso dos agricultores ao sêmen de animais comprovadamente superiores e garantem a assistência técnica. Para melhoria dos problemas, essas ações poderão ser expandidas para todo o território.

Com relação a assistência técnica, as Secretarias de Agricultura, Ematerce, SEBRAE e Instituto Agropolos, possibilitaram a organização dos produtores em associações de bovinocultores de leite, facilitando a capacitação e o acompanhamento técnico dos mesmos. Foi a partir dessa organização dos agricultores em associações que os mesmos conseguiram adquirir os tanques de resfriamento do leite, equipamento fundamental para viabilidade da cadeia produtiva. Entretanto, o número de técnicos é insuficiente para um acompanhamento efetivo das unidades familiares, havendo a necessidade de contratação de mais técnicos especializados.

Quanto ao beneficiamento e processamento do leite no território, a cadeia tem alguns empreendimentos como mini fábricas de iogurte, produção caseira de queijo coalho, doces de leite, nata e manteiga da terra que abastecem o mercado local, municipal e institucional. É nessa etapa que os esforços deverão se concentrar para obtenção de produtos de qualidade, respeitando normas higiênicas, já que grande parte é produzido de forma artesanal.

Atualmente essa cadeia produtiva enfrenta dificuldades na comercialização do leite devido ao baixo conhecimento dos agricultores familiares em produção e manuseio do leite e resistência do agricultor em adotar novas tecnologias.

A produção de ovos de galinha acompanha a tendência do efetivo de galinhas, onde os maiores produtores são os municípios de Icó, Acopiara, Iguatu e Lavras da Mangabeira, com um total de 1,4 milhões de dúzias de

ovos, o que resulta num valor total de 3,7 milhões de reais, isso para o ano de 2009.

A produção do território não chega a ser 2% da produção estadual. O mesmo acontece quando avaliamos o valor da produção, que chega a 2%. Quanto ao preço praticado no território (R\$ 2,57/dúzia), verificamos que é superior ao praticado no estado do Ceará (R\$ 2,32/dúzia). Já ao compararmos ao preço praticado com o município maior produtor de ovos do território, Icó, verificamos que a dúzia de ovos é comercializada por R\$ 2,99. Isso reflete que os preços praticado no mercado local são diferenciados dos praticados no em nível estadual.

Tabela 51: Produção de ovos e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção de ovos (Galinha)			
	Quantidade (mil dúzias)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	117.923	123.281	251.884	284.810
Território	2.399	2.342	6.073	6.026
Acopiara	356	338	853	811
Baixio	52	53	155	159
Cariús	167	159	368	350
Catarina	74	70	147	140
Cedro	157	149	314	298
Icó	458	465	1.374	1.394
Iguatu	290	276	639	662
Ipaumirim	86	87	259	262
Jucás	105	100	231	220
Lavras da Mangabeira	279	283	836	849
Orós	97	99	291	296
Quixelô	95	85	189	179
Saboeiro	133	127	266	253
Umari	50	51	151	153

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

A produção de mel do território ainda é incipiente, no ano de 2008, sua produção chegou a apenas 2% do total do estado do Ceará. No ano seguinte,

em 2009, caiu para 1,8%. A produção de mel no estado do Ceará apresentou um tímido crescimento dos anos de 2008 para 2009, crescendo 16%. Já o valor da produção do estado do Ceará saiu de 13 milhões de reais (2008) para 17 milhões (2009), houve um acréscimo de 4 milhões de reais em apenas um ano, o que reflete em uma comercialização com valores mais elevados.

O inverso ocorreu com o território. Do ano de 2008 para 2009, houve uma queda tanto na quantidade produzida quanto no valor da produção, a segunda variável provavelmente acompanhou a primeira. Isso foi observado em quase todos os municípios do território.

Tabela 52: Produção de mel e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção de mel de abelha			
	Quantidade (kg)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	4.072.702	4.734.959	13.186	17.044
Território	250.777	426.810	841	1.573
Acopiara	29.389	134.000	100	503
Baixio	20.900	28.750	68	101
Cariús	58.890	22.000	200	81
Catarina	6.000	23000	20	85
Cedro	12.000	6.000	41	22
Icó	-	-	-	-
Iguatu	50.000	120.000	170	450
Ipaumirim	44.000	55.000	143	193
Jucás	6.500	8.000	22	30
Lavras da Mangabeira	2.562	5.250	8	18
Orós	-	-	-	-
Quixelô	6.936	7.310	24	27
Saboeiro	8.000	8.000	27	30
Umari	5.600	9.500	18	33

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

A apicultura vem crescendo no Brasil de forma significativa. O mesmo acontece no Território Centro Sul Vale do Salgado, devido ao potencial de

geração de trabalho e renda e da diversidade de floradas e clima, condições que facilitam a exploração da atividade e da produção de mel de boa qualidade.

A apicultura é uma das cadeias de grande importância para a agricultura familiar por proporcionar um aumento na renda e na qualidade de vidas das famílias, devido a:

- proporcionar um melhor aproveitamento do potencial natural da propriedade;
- melhorar a conservação do meio ambiente, já que a matéria prima para a produção são as flores das plantas;
- diminuir o uso de agrotóxicos nas lavouras;
- melhorar a qualidade dos alimentos produzidos e a qualidade do mel, dando condições de certificação orgânica desses produtos.

A apicultura é praticada em todos os municípios do território, na qual os agricultores familiares focam a produção de mel, bem como têm potencial para produção de outros produtos como, cera, pólen, própolis e geléia real, que são subprodutos que tem mercado e preço diferenciado.

A produção de mel no Centro Sul Vale do Salgado é relativamente nova e vem com um constante crescimento devido ao processo de capacitação feito pela assistência técnica oficial e de ONGs que atendem na região, e também pela facilidade de financiamentos disponibilizados pelo Banco do Nordeste e Banco do Brasil no território. Porém essa capacitação ainda é insipiente, havendo a necessidade de uma qualificação maior por parte dos técnicos, se adequando às realidades locais.

Essas ações vêm deixando a cadeia fortalecida no território, porém há de se ressaltar que ela ainda enfrenta algumas dificuldades de infra estrutura na hora da colheita do mel. Atualmente não existem casas de mel com padrões exigidos pelo Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), havendo apenas unidades de extração, que apesar de não serem suficientes para receberem um sistema de inspeção, proporcionam condições mínimas de higiene para obtenção do produto. Em algumas localidades esse mel ainda é extraído nos quintais das propriedades familiares, reduzindo sua qualidade. Dessa forma, a adequação de casas de mel do território às normas exigidas

pelo MAPA, através do Sistema de Inspeção Federal (SIF), contribuirá para melhoria da qualidade do mel durante o processo de extração, bem como abrirá novos canais de comercialização para o mel produzido no território.

A comercialização do mel é feita no território através do mercado convencional, com venda direta da produção de mel para as empresas do mercado (Apidouro, Cearapi e Grupo Edson Queiroz), venda nos pontos de comercialização da agricultura familiar e venda para o mercado institucional (PAA e PNAE). A venda para o mercado convencional na maioria das vezes é feita de forma coletiva, através de uma rodada de negócios regional, coordenada pelo Instituto Empreender, entre os municípios o que facilita a venda e garante melhor preço para o produto.

15.2.1 Extrativismo

A exploração da lenha, do carvão e da palha da carnaubeira são as atividades extrativistas mais desenvolvidas no território e tem um papel importante em sua economia. A extração da lenha e do carvão são atividades extremamente degradadoras do meio ambiente, pois sem um manejo racional, isto é, agroflorestal, não existe nenhum tipo de cuidado com o ecossistema no manejo adotado em sua exploração. No caso da carnaúba, a situação é completamente diferente. Por ser uma espécie extremamente adaptada ao extrativismo, não sofre conseqüências tão grave no seu processo de extração. Se torna grave quando a retirada da espécie é com finalidade de desocupação de espaço para implantação de culturas agrícolas. Há também um desperdício significativo da bagana (palha picotada para extração da cera), que em vez de ser utilizada como cobertura morta em cultivos agrícolas, tornando um sistema de cultivo mais sustentável, na maioria das vezes, é queimada.

Na Tabela 53, podemos verificar a produção e o valor da produção dos principais produtos extrativos vegetais do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, em 2008 e 2009.

Vale a pena ressaltar que a cadeia produtiva da carnaúba apresenta produção praticamente insignificante, principalmente, pelo fato de as condições edafoclimáticas não serem as adequadas para que a espécie tivesse se

instalado na região de forma natural a milhares de anos. Da mesma forma que a carnaúba, o carvão vegetal não tem uma grande importância econômica para o território.

Dentre os produtos do extrativismo vegetal, o que possui maior valor da produção no território é, sem dúvidas, a lenha, com 1,9 milhões de reais. Se considerarmos a lenha, verificamos que é um produto extrativista de alto valor econômico para o estado e território, com 35 milhões de reais e 1,9 milhões, respectivamente. Dentre os maiores extrativistas estão os municípios de Lavras da Mangabeira e Icó que despontam nessa atividade, com 356 e 432 milhões de reais, respectivamente.

Vale ressaltar que essa atividade não é sustentável, pois não há um plano de manejo para tal extração e que vem se tornando uma das atividades mais degradadoras no meio ambiente, resultando em prejuízos muito sérios para a fauna e flora de um bioma muito sensível como a caatinga, onde se encontram todos os municípios do território.

Tabela 53: Produção e valor da produção dos principais produtos extrativos, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção extrativa vegetal			
	Quantidade (t)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Carnaúba (cera)				
Ceará	2.478	2.294	15.616	14.705
Território	7	7	32	30
Lavras da Mangabeira	7	7	32	30
Carnaúba (pó)				
Ceará	5.492	5.497	17.464	18.026
Território	-	-	-	-
Carnaúba (fibra)				
Ceará	1.423	1.454	861	975
Território	99	99	44	48
Lavras da Mangabeira	99	99	44	48
Carvão vegetal				
Ceará	11.499	11.340	3.593	3.952
Território	680	441	249	255
Acopiara	83	41	25	25
Baixio	9	9	5	5
Cariús	112	56	34	34
Catarina	1	1	0	0
Cedro	78	39	24	24
Icó	16	17	9	9
Iguatu	131	63	39	38
Ipaumirim	116	116	60	64
Jucás	51	25	15	15
Lavras da Mangabeira	7	7	4	4
Orós	12	12	7	7
Quixelô	14	10	4	5
Saboeiro	16	11	5	5
Umari	34	34	18	20
Lenha (1)				
Ceará	4.550.237	4.525.309	33.933	35.212
Território	341.344	250.992	2.338	1.936
Acopiara	58.656	29.328	381	220
Baixio	9.259	9.277	67	71
Cariús	13.886	11.108	90	83
Catarina	46.321	23.160	301	174
Cedro	19.923	9.961	129	75
Icó	54.285	54.394	400	432
Iguatu	16.985	8.492	110	64
Ipaumirim	13.523	13.564	99	108
Jucás	17.738	8.869	115	67
Lavras da Mangabeira	44.809	45.033	334	356
Orós	6.370	6.386	47	49
Quixelô	9.768	6.837	63	51
Saboeiro	17.518	12.262	114	92
Umari	12.303	12.321	88	94

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

16 AÇÃO FUNDIÁRIA

Na Tabela 54, podemos verificar o número de imóveis rurais por tamanho do imóvel e classificação de áreas do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, em 2005.

De acordo com a Tabela a seguir, verificamos que o número total de imóveis do território é de 12.180 imóveis, ocupando uma área de, aproximadamente, 556 mil hectares. Deste número de imóveis, a grande maioria é classificada como minifúndios, que reflete de certa forma no padrão da agricultura familiar do território.

Podemos verificar ainda, que apenas 43 propriedades do território ocupam uma área de 53 mil hectares, sendo assim classificadas como grandes propriedades. Outras 478 propriedades ocupam uma área de 137 mil hectares, classificadas como médias propriedades. As propriedades classificadas como pequenas ocupam uma área de 219 mil hectares em um número total de 2.699 propriedades. Finalmente, as propriedades classificadas como minifúndios, ocupam 145 mil hectares, em um número total de 8.563 propriedades.

Fica claro que a maior parte da área das propriedades rurais do território é detida pelos imóveis classificados como minifúndios e pequenas propriedades, o que de fato não é muito comum no Brasil rural, comumente ocorrendo o inverso.

Vale ressaltar que nos municípios de Baixio, Catarina, Ipaumirim e Saboeiro, nenhuma propriedade foi classificada como grande propriedade. Nos municípios de Cariús, Cedro, Iguatu, Jucás, Orós, Quixelô e Umari, somente, 4, 2, 3, 2, 1, 1 e 1, propriedades foram classificadas dessa maneira, respectivamente.

Tabela 54: Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2005.

Municípios	Imóveis rurais											
	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado (1)	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Ceará	148.767	9.786.124	1.492	2.372.180	7.646	2.607.399	33.397	3.095.364	101.551	1.694.466	4.681	16.715
Território	12.180	556.238	43	53.490	478	137.494	2.699	219.582	8.563	145.492	397	181
Acopiara	2.328	133.637	14	10.378	159	39.023	814	60.467	1.297	23.755	44	14
Baixio	246	6.624	-	-	4	1.336	38	2.539	198	2.742	6	6
Cariús	1.068	55.500	4	4.850	74	17.743	305	22.781	661	10.080	24	46
Catarina	469	33.439	-	-	10	5.310	87	13.570	367	14.559	5	0
Cedro	1.150	45.014	2	1.461	54	12.293	299	19.105	782	12.154	13	0
Icó	2.394	105.390	19	29.088	73	20.025	475	33.738	1.679	22.512	148	28
Iguatu	1.897	63.810	3	5.194	58	14.875	332	23.527	1.456	20.172	48	43
Ipaumirim	487	14.516	-	-	17	5.373	61	4.236	400	4.907	9	0
Jucás	917	45.134	2	1.387	50	13.454	306	21.453	515	8.839	44	0
Lavras da Mangabeira	1.260	54.836	10	8.384	52	15.110	285	18.758	866	12.523	47	61
Orós	423	17.117	1	685	23	5.401	91	6.798	281	4.233	27	0
Quixelô	887	27.862	1	1.749	19	4.854	160	11.672	690	9.587	17	0
Saboeiro	840	79.174	-	-	31	17.966	237	39.326	559	21.879	13	3
Umari	388	14.447	1	693	17	5.089	61	4.619	307	4.047	2	0

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Nas Figuras 21 e 22, verificamos a distribuição percentual do número e área de imóveis de acordo com a classificação de áreas dos municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado, em 2005.

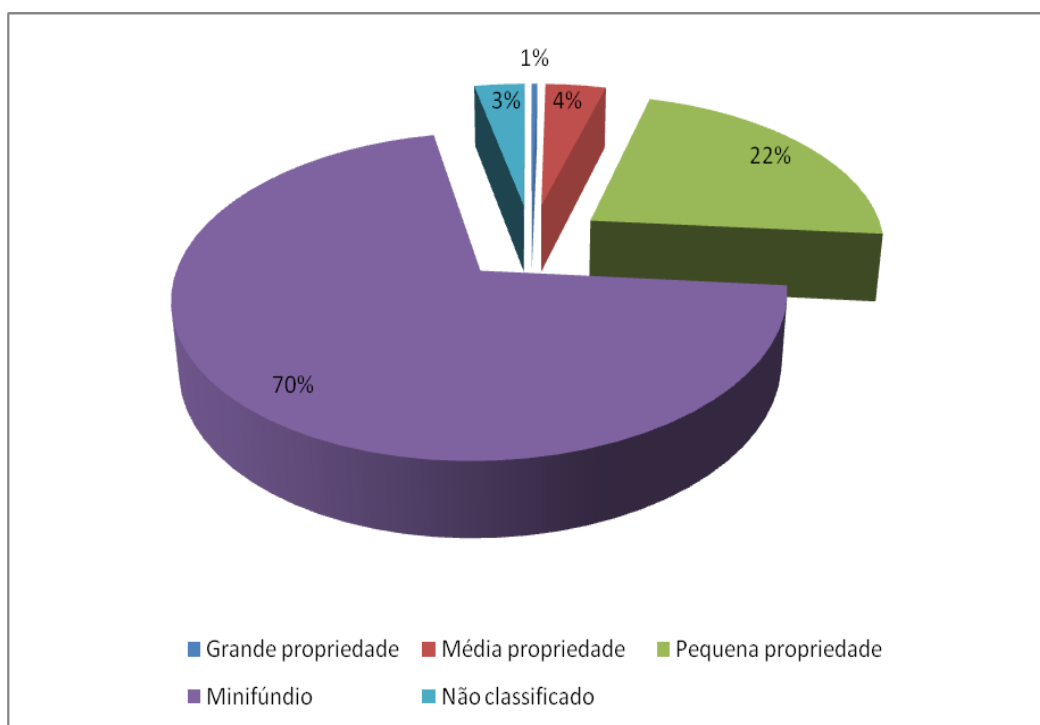


Figura 21: Distribuição percentual do número de propriedades por classificação de áreas do Território Centro Sul Vale do Salgado, 2005.

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

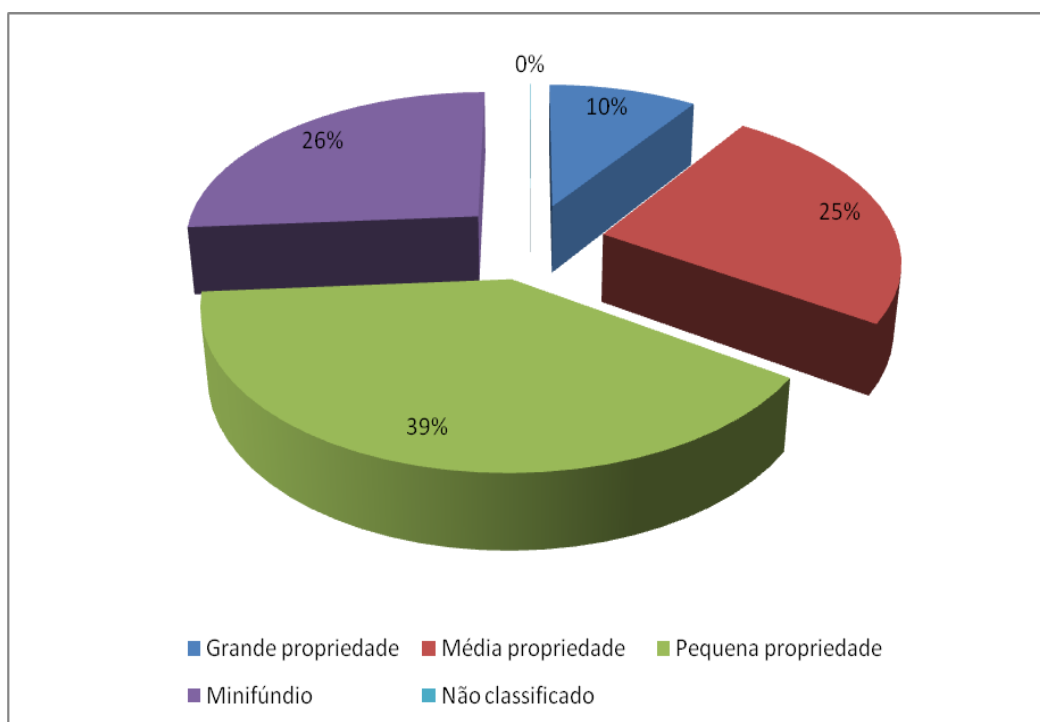


Figura 22: Distribuição percentual da área ocupada pelas propriedades por classificação de áreas do Território Centro Sul Vale do Salgado, 2005.

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

Verificamos que 70% das propriedades são classificadas como minifúndios, refletindo que a estrutura fundiária territorial tem como base a agricultura familiar. O que chama atenção também é que 22% das propriedades são classificadas como pequenas propriedades. Logo, se somarmos o percentual de minifúndios e pequenas propriedades, perceberemos que 92% das propriedades estão nas mãos de agricultores de base familiar. Esse número é bastante significativo e deve dar subsídios as políticas públicas do território.

Ainda analisando a distribuição do número de propriedades no território, verificamos que somente 4% encontram-se classificados como média propriedade e somente 3% como grande propriedade.

Quando fazemos a análise da distribuição da área dos imóveis rurais de acordo com sua classificação, percebemos que também a área encontra-se bem distribuída, o que foi uma surpresa, onde 39% da área dos imóveis está ocupada por propriedades classificadas como pequena propriedade. Nas classes minifúndios e média, a divisão é mais uniforme e a distribuição percentual é de 26% e 25%, respectivamente. As propriedades classificadas como grande aparecem com uma fatia bem pequena da área das propriedades rurais, com apenas 10%. Isso reflete a boa distribuição de terras no território, que é reflexo de todo um contexto histórico. Esses dados subsidiam o território e serve de espelho para outros territórios, para que os mesmos entendam a importância e a necessidade de uma política de reforma agrária mais igualitária e efetiva para o Brasil e Ceará.

Na Tabela 55, verificamos que no Território Centro Sul Vale do Salgado foram realizados 14.155 cadastros de imóveis rurais e 8.962 imóveis foram regularizados, nos anos de 2008 e 2009. Além desses dados, sabemos que desde o ano de 2010 o IDACE vem realizando cadastro e regularizando imóveis rurais em todo estado do Ceará, porém, esses dados ainda não se encontram disponíveis.

Dentre os municípios do território, Icó foi que fez maior número de cadastros de imóveis rurais (6.898) e também o maior número de regularizações de imóveis rurais (6.096), correspondendo a 49% e 68% do total territorial para os anos de 2008 e 2009, respectivamente.

Tabela 55: Cadastro técnico e regularização fundiária de imóveis rurais, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Imóveis rurais							
	Cadastrados				Regularizados			
	Programado		Realizado		Programado		Realizado	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	18.470	39.433	15.390	34.746	12.776	18.202	10.682	18.301
Território	2.103	14.349	1.753	12.402	1.686	7.514	1.410	7.552
Icó	1.392	5.700	1.159	5.739	1.382	4.900	1.154	4.942
Iguatu	-	3.700	-	2.214	-	-	-	-
Ipaumirim	711	1.000	594	1.003	304	500	256	509
Lavras da Mangabeira	-	2.953	-	2.652	-	1.500	-	1.557
Umarí	-	996	-	794	-	614	-	544

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

17.1 Número de Assentamentos e Assentados/as da Reforma Agrária

De acordo com a Tabela 56 podemos verificar que foram implantados nos anos de 2008 e 2009, cerca de 9 assentamentos de trabalhadores rurais. Estes ocupam uma área total de 536 hectares, beneficiando um 28 famílias.

Tabela 56: Assentamento de trabalhadores rurais, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, implantados em 2008 e 2009.

Municípios(2)	Assentamento de trabalhadores rurais (1)					
	Número de imóveis		Área (ha)		Famílias beneficiadas	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	42	73	9.165,08	13.240,94	340	566
Território	2	7	213	536	7	21
Acopiara	1	-	159,25	-	4	-
Cedro	-	2	0,00	184,40	-	9
Icó	-	4	-	309,15	-	11
Lavras da Mangabeira	1	-	54,21	-	3	-
Saboeiro	-	1	-	42,21	-	1

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

17 FINANCIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

17.1 Comercialização da Produção de Base Familiar e Artesanal

17.1.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA da CONAB está presente em oito dos quatorze municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado. Esses dados mostram que o Território já está fazendo uso desse canal de comercialização, entretanto mais de 40% dos municípios ainda se mostram inertes à importância do programa para os produtores familiares e para sua própria economia.

A compra feita em 2010 por esses municípios gerou uma receita de R\$ 1.746.069,91 na modalidade CPR-Doação, que beneficiou diretamente 473 agricultores familiares do Território, número bem expressivo, mas que poderia ser muito superior com a presença dos outros seis municípios. A Figura a 23 mostra a distribuição do programa no território, onde os municípios de Catarina, Jucás, Baixio, Cedro, Ipaumirim e Umari, não tiveram projetos executados em 2010. Icó, Orós e Quixelô foram os municípios com maior volume de compras pelo programa.

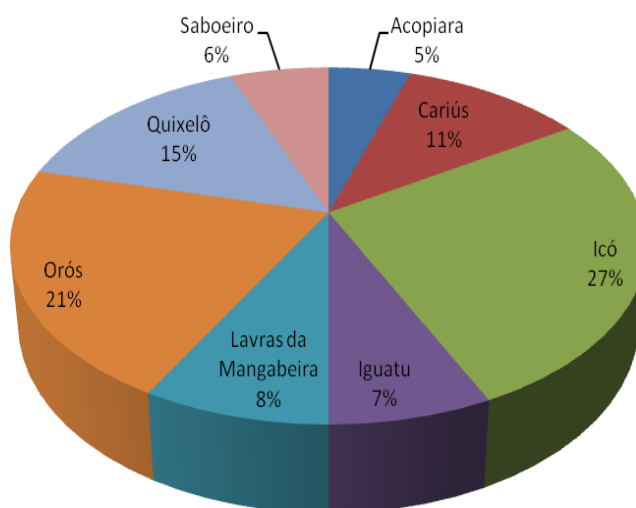


Figura 23: Distribuição percentual do PAA no Território Centro Sul Vale do Salgado em 2010.

Fonte: Conab (2010)

A ausência de entidades competentes para elaborarem os projetos do PAA, juntamente com o desconhecimento dos produtores, das associações e cooperativas, resulta nessa lacuna dos municípios em acessarem esse novo canal de comercialização dos produtos familiares.

Com um maior empenho, nos anos seguintes, dos atores envolvidos em todos os processos do programa, a produção agrícola esta sendo incentivada, melhorando a qualidade de vida dos agricultores e das pessoas quanto a segurança alimentar.

O mapeamento atual dos empreendimentos que acessaram o PAA no Território Centro Sul Vale do Salgado, está exposto nas Tabelas 62, 63 e 64, que pela situação atual, apenas os municípios de Acopiara, Cariús, Icó, Iguatu, Lavras da Mangabeira, Orós, Quixelô e Saboeiro acessaram o PAA.

Na Tabela 57 percebe-se que, atualmente, 23 empreendimentos do território estão sendo beneficiados com um valor médio comercializado por unidade familiar de R\$ 3.617,11. Esse valor ainda é baixo se levarmos em conta que o agricultor familiar pode comercializar pelo PAA R\$ 20.500,00/ano.

No ano de 2010, foi comercializado no Território Centro Sul Vale do Salgado a quantia de R\$ 2.346.457,95, representando 8% do total comercializado no estado do Ceará, distribuídos nos oito municípios citados anteriormente. Esse montante é referente a duas, das cinco, modalidades acessadas pelo território (CPR - Doação Simultânea e Compra Direta Municipal), de forma que a Compra Direta Municipal foi acessada apenas pelos municípios de Acopiara e Orós (Tabela 57).

O valor comercializado mais expressivo foi do município de Orós, com R\$ 543.485,95, sendo 67% desse total comercializado via CPR-Doação Simultânea, beneficiando 106 famílias agrícolas, e 33% via Compra Direta Municipal (Tabela 58).

De acordo com a Tabela 59, o Território Centro Sul Vale do Salgado comercializou 499,163 toneladas de 42 produtos familiares derivados das cadeias produtivas da bovinocultura leiteira, apicultura, ovinocaprinocultura, fruticulturas irrigadas, piscicultura, dentre outras.

Dessa forma, o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA no Território, no ano de 2010, proporcionou a comercialização de R\$ 2.346.457,95, referente

a 42 produtos, totalizando 499 toneladas, que foram incluídos na merenda escolar, beneficiando 473 agricultores familiares de 23 empreendimentos, estes obtiveram um valor médio comercializado por unidade familiar de R\$ 3.617,11.

Tabela 57: Resumo da comercialização via PAA pelo Território Centro Sul Vale do Salgado, em 2010.

Municípios	Modalidade	Nº Empreendimentos	Nº de Beneficiários Fornecedores	Nº de Produtos
Acopiara	CPR- Doação/ CDAF	2	27	9
Cariús	CPR- Doação	1	45	5
Iguatu	CPR- Doação	1	35	2
Icó	CPR- Doação	5	115	6
Lavras da Mangabeira	CPR- Doação	1	42	13
Orós	CPR- Doação/ CDAF	5	106	14
Quixelô	CPR- Doação	6	75	23
Saboeiro	CPR- Doação	2	28	9
Litoral Centro Sul e Vale do Salgado	CPR- Doação/ CDAF	23	473	42

Quantidade Fornecida (Kg)	Valor Comercializado (R\$)	Valor Médio Comercializado por UF (R\$)
21.085,8	79.291,00	2.936,70
47.069,0	201.436,00	4.476,36
25.524,0	122.664,00	3.504,69
115.776,0	474.985,20	4.130,31
59.796,2	146.939,80	3.498,57
102.854,0	363.485,95	3.429,11
105.176,8	259.696,00	3.462,61
21.882,0	97.960,00	3.498,57
499.163,8	1.746.458,0	3.617,11

Tabela 58: Resumo do Programa de Aquisição de Alimentos por modalidade e por Espaço Territorial, ano de 2010.

Modalidades de PAA	MDA		MDS	
CPR-ESTOQUE				
	NºCPRs	Valor (R\$)	NºCPRs	Valor (R\$)
Brasil	70	13.313.071,84	90	19.777.029,07
Ceará	-	249.344,32	-	-
Território Centro Sul e Vale do Salgado	-	-	-	-
CPR- DOAÇÃO				
Brasil	-	-	1.678	243.045.463,45
Ceará	-	-	190	21.124.696,82
Território Centro Sul e Vale do Salgado	-	-	23	1.746.457,95
Icó	-	-	5	474.985,20
Orós	-	-	5	363.485,95
Quixelô	-	-	6	259.696,00
Cariús	-	-	1	201.436,00
Lavras da Mangabeiras	-	-	1	146.939,80
Iguatu	-	-	1	122.664,00
Saboeiro	-	-	2	97.960,00
Acopiara	-	-	2	79.291,00
Compra Direta (Estadual)				
	Nº de Agricultores	Valor (R\$)	Nº de Agricultores	Valor (R\$)
Brasil	-	-	14.466	15.556.258,99
Ceará	-	-	199	68.187,88
Território Centro Sul e Vale do Salgado	-	-	-	-
Compra Direta (Estadual)				
Brasil	-	-	8.968	9.016.744,37
Ceará	-	-	1.534	1.143.808,58
Território Centro Sul e Vale do Salgado	-	-	-	-
Acopiara	-	-	120	420.000,00
Orós	-	-	115	180.000,00
PAA- Leite				
Brasil				
Ceará				
Território Centro Sul e Vale do Salgado				

Tabela 59: Relação de produtos e quantidade comercializada via PAA pelo Território Centro Sul Vale do Salgado, em 2010.

	Produto	(Kg)	Valor unit. (R\$/Kg)
1	Bebida láctea - natural iogurte	87.788,0	2,00
2	Queijo coalho	1.844,0	7,50
3	Doce de coco	150,0	4,00
4	Doce de leite	1.500,0	5,00
5	Doce de mamão	2.100,0	5,00
6	Doce de banana	2.800,0	5,00
7	Manteiga de leite da terra	92,0	6,00
8	Nata	766,0	4,00
9	Mel de abelha	38.378,2	7,50
10	Carne bovina	3.500,0	7,00
11	Carne caprina	4.405,0	8,00
12	Carne ovina	1.964,0	8,00
13	Carne suína	600,0	5,00
14	Carne de frango	8.509,0	6,50
15	Galinha caipira	5.330,0	6,00
16	Tilápia	59.411,0	4,75
17	Ovos caipira	659,8	3,36
18	Feijão	11.754,0	2,00
19	Arroz	64.992,0	1,45
20	Bolinho de peixe	5.538,0	6,50
21	Pimentão	750,0	2,00
22	Cheiro verde	36.786,0	3,33
23	Alface	60,0	1,80
24	Beterraba	335,0	1,80
25	Batata doce	5.000,0	1,20
26	Cenoura	275,0	1,80
27	Tomate	3.194,0	1,80
28	Abóbora	4.916,0	1,00
29	Polpa de frutas	19.325,0	3,50
30	Melancia	1.500,0	0,40
31	Mamão	2.933,0	0,65
32	Banana	41.320,0	0,80
33	Manga	5.000,0	1,00
34	Goiaba	27.692,0	1,30
35	Farinha de milho	5.364,0	1,00
36	Massa de milho	8.596,0	1,10
37	Bolo caseiro	5.724,0	5,50
38	Bolo de milho	12.400,0	5,50
39	Bolo de batata doce	100,0	5,50
40	Bolo de macaxeira	100,0	5,50
41	Tapioca	9.425,0	2,50
42	Macaxeira	1.910,0	1,00
	Total	499.163,8	

17.1.2 Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar. O PNAE é uma estratégia para contribuir com a melhoria da qualidade da educação, contribuindo com a aprendizagem e o rendimento escolar.

Com a Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009, o PNAE torna-se uma nova ferramenta para comercialização dos produtos da agricultura familiar. Com essa lei, os municípios, obrigatoriamente, devem comprar no mínimo 30 % dos recursos do FNDE de produtos advindos da agricultura familiar. É verdade que os gestores públicos tiveram um período relativamente curto, um pouco superior a seis meses, para que o colocassem em prática, efetivamente a lei e pudessem se adaptar para cumpri-la ainda no ano de 2010.

Até o final do ano de 2010, apenas os municípios de Acopiara, Catarina, Cedro, Iguatu, Orós e Quixelô tinham dado início as atividades necessárias para a realização do PNAE, concretizando a compra mínima de 30 % da agricultura familiar.

A situação atual (2010) da comercialização do PNAE no Território Centro Sul vale do Salgado esta materializada na tabela 60 e o resumo das operações de compra e venda, assim como os produtos fornecidos, na tabela 61.

- Publicação de 6 chamadas públicas;
- Contratação de R\$ 792.602,35;
- 54 agricultores familiares foram beneficiados;
- Comercializado 21 % dos (dos 30% mínimo do recurso do FNDE);
- Inclusão de 28 produtos da agricultura familiar no cardápio da merenda escolar;
- Valor médio comercializado por agricultor de R\$ 6.117,00.

Podemos verificar que o valor referente aos 30% mínimos que deve ser comprado da agricultura familiar que é de R\$ 1.569.798,00 para o território, não foram alcançados até o momento, todavia, foram comercializados 21 % do recurso do FNDE (considerando os 30% mínimo), cerca de R\$ 792.602,35.

Tabela 60: Mapeamento atual da comercialização dos produtos da agricultura familiar através do PNAE.

MUNICÍPIOS	Valor do Repasse do FNDE(1)	Alunado(2)	30% do repasse do FNDE***	Valor comercializado R\$ (3)	% comprado da AF em relação ao repasse do FNDE	Nº de Agricultores Familiares (4)	Nº de DAPs 2009	Nº de DAPs(5)	Nº de DAPs Jurídica	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30%(6)	Existência de Nutricionista	Chamada Pública
ACOPIARA	737.820	11.679	221.346	206.589,60	28	5.643	2.005	6.961		PAA Leite/DS/CDLAF	25	SIM	1
BAXIO	93.900,00	1.361	28.170	-	-	677	647	1.303		PAA Leite	3	SIM	1
CARIUS	235.860	3.759	70.758	0	0	2.577	593	3.090		PAA Leite/DS	8	NÃO	0
CATARINA	169.140	2.584	50.742	25.392,50	15	1.124	768	2.272		PAA Leite	6	SIM	0
CEDRO	405.240	6.417	121.572	71.131,45	18	2.372	1.334	5.040		CDLAF	14	SIM	0
ICO	887.340	13.958	266.202	0	0	6.033	3.110	7.730		PAA Leite	30	SIM	0
IGUATU	877.800	13.896	263.340	268.005,80	31	4.897	1.910	6.903		PAA Leite/DS/CDLAF	29	SIM	1
IPAUMIRIM	155.040	2.327	46.512	-	-	876	503	1.760	1	PAA Leite	5	SIM	0
JUCAS	308.160	4.974	92.448	11.380,00	4	2.061	55	2.065		PAA Leite	10	SIM	0
LAVRAS DA MANGABEIRA	420.300	6.277	126.090	-	-	1.609	999	4.979		PAA Leite/DS/CDLAF	14	SIM	0
OROS	309.000	4.725	92.700	65.000,00	21	772	1.383	3.228		PAA Leite	10	SIM	1
QUIXELO	236.820	3.735	71.046	68.450,00	29	1.887	959	3.265	1	PAA Leite	8	SIM	1
SABOIEIRO	289.020	4.466	86.706	76.653,00	27	1.760	277	2.127		PAA Leite	10	SIM	1
UMARI	107.220	1.670	32.166		0	1.249	624	1.528		PAA Leite	4	NÃO	0
Território Centro Sul	5.232.660	81.828	1.569.798	792.602,35	21	33.537	15.167	52.251	2	PAA Leite/DS/CDLAF	174	0	6

Fonte dos dados: FNDE e SAF/MDA

Organização das informações: SAF/MDA 2010.

* Relação das Prefeituras Municipais executoras dos recursos do PNAE na rede municipal.

** Total dos recursos projetados para a secretaria estadual de educação para execução do PNAE na rede estadual.

*** Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

(1) 2010 com base no censo escolar de 2009

(2) Total de alunos em 2010 com base no censo escolar de 2009

(3) Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE.

(5) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010

(6) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

DS: Doação Simultânea

CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar

FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar

CD: Compra Direta da Agricultura Familiar

Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite

Tabela 61: Resumo da comercialização dos produtos da agricultura familiar através do PNAE (até 15/02/2011).

Município	Valor Comprado	% Comprado da AF em relação ao repasse do FNDE	Número de Fornecedores	Quant. de produtos	Nº de DAP's físicas	Produtos	Valores médios vendidos por fornecedor
Acopiara	206.589,60	28		10		banana, alface, cheiro verde, macaxeira, galinha caipira, ovos caipiras, filé de peixe, bolo de milho, batata doce e polpa de frutas	
Baixio							
Cariús	0,00	0	0	0	0		
Catarina	25.392,50	15	8	6	8	batata doce, macaxeira, jerimum cobuculo, massa de milho, feijão de corda e frango	3.174,06
Cedro	71.131,45	17		15		mel de abelha, carne ovina, carne caprina, ovos caipiras, galinha caipira, jerimum, melancia, doces, cheiro verde, maracujá, banana, pimentão, tomate, queijo coalho e goiaba	
Icó	0,00	0	0	0	0		
Igatu	268.005,80	30	38	6	38	arroz, feijão, milho verde, polpa de frutas, goiaba in natura e tomate	7.052,78
Ipaumirim							
Jucás	11.380,00	4		7		cheiro verde, macaxeira, cebola, goiaba, polpa de frutas, ovos caipira, galinha caipira	
Lavras da Mangabeira							
Orós	65.000,00	21	8	2	8	polpa de frutas e arroz	8.125,00
Quixelô	65.000,00	27		5		goiaba, frango caipira, carne caprina, cheiro verde, banana e carne bovina	
Saboeiro	76.653,00	26		6		carne caprina, carne caprina, carne ovina, tomate, iogurte, pamonha	
Umari							
Território Centro Sul vale do Salgado	789.152,35			28		Banana, alface, cheiro verde, macaxeira, galinha caipira, ovos caipiras, filé de peixe, bolo de milho, batata doce, polpa de frutas, arroz, mel de abelha, carne ovina, carne caprina, carne bovina, jerimum, melancia, doces, maracujá, pimentão, tomate, queijo coalho, goiaba, cebola, massa de milho, feijão de corda, iogurte, e pamonha	6.117

Fonte dos dados: FNDE e SAF/MDA
Organização das informações: Instituto Agropoulos/MDA-SDT

Podemos destacar também a importância da agricultura familiar quando verificamos sua infinidade de produtos, somente em três ou quatro meses foram comercializados cerca de 28 produtos, dos mais variados, dentre eles temos: banana, alface, cheiro verde, macaxeira, galinha caipira, ovos caipiras, filé de peixe, bolo de milho, batata doce, polpa de frutas, arroz, mel de abelha, carne ovina, carne caprina, carne bovina, jerimum, melancia, doces, maracujá, pimentão, tomate, queijo coalho, goiaba, cebola, massa de milho, feijão de corda e milho verde.

A elaboração dos cardápios da alimentação escolar foi realizada respeitando a sazonalidade da oferta desses produtos, o hábito e a cultura alimentar das crianças.

Destaca-se o município de Iguatu, que superou o mínimo estabelecido por lei e já atingiu 30,5% de compra dos produtos da agricultura familiar. Outros dois municípios, Saboeiro e Quixelô, também merecem destaque pois já atingiram 26 e 27%, respectivamente, da compra. Já o Município de Cedro, apesar de ter atingido apenas 18% da compra (referente aos 30%), foi o município que apresentou a maior diversidade de produtos, fornecendo vários produtos processados, como mel de abelha, carne ovina, carne caprina, doces e queijo coalho.

Segundo os próprios secretários de educação e agricultura, entre os municípios dentro do território havia demanda por produtos de outros municípios, entretanto, a oferta dos produtores não eram suficientes nem para atender seu próprio município. Essas também foram questões trabalhadas no intuito de incentivar os agricultores a produzirem em maior quantidade, qualidade e variedade já que havia uma grande demanda, não só dentro do seu próprio município, mas entre os municípios circunvizinhos do território.

17.1.3 Feiras da Agricultura Familiar

Segundo dados primários, existem feiras como: feira da agricultura familiar de Icó, Catarina, Quixelô, Acopiara, Lavras da Mangabeira e Quitaius.

17.2 Crédito no Apoio à Agricultura Familiar

Na política de crédito para os Agricultores Familiares, vale destacar o forte apoio para investimento e o custeio para a produção, em especial o PRONAF nos últimos anos. Entretanto, há uma necessidade de desburocratizar o crédito para apoio a colheita, beneficiamento e/ou estoque temporário, possibilitando aos agricultores uma colheita tranqüila para uma logística de comercialização adequada e no tempo certo, aguardando o melhor preço para os produtos, sem a urgência de vender a qualquer preço para poder pagar os custos desse elo final da cadeia produtiva. A ausência desse financiamento para apoio a comercialização vem fortalecendo a cada dia mais a rede de atravessadores do território.

Nas tabelas 62 e 63, verificamos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e pecuária por finalidades (custeio, investimento e comercialização) do estado do Ceará, do Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, em 2008.

Verificamos que, em 2008, foram fechados 8.794 contratos, sendo concedido um montante de 22 milhões de reais no Território Centro Sul Vale do Salgado. Desse total, 2.325 contratos foram da Agricultura e 6.469 da Pecuária, no entanto, o montante de recurso financiados na pecuária foi bem superior, cerca de 13 milhões, enquanto que na agricultura, cerca de 9 milhões de reais.

Se compararmos com o estado do Ceará, verificamos que o Território Centro Sul Vale do Salgado correspondeu por uma fatia de 4% do total financiado no estado do Ceará. Se analisarmos o número de contratos, notamos que 6,5% do número total de contratos foram concedidos no território, isso no ano de 2008.

Se fizermos essa análise para o ano de 2009, percebemos que o número de contratos no território caiu para 7.937, no entanto, o valor total de financiamentos foi para 28 milhões, cerca de 6 milhões a mais do que o ano anterior. Desse total, foram concedidos 10 milhões para a agricultura e 18 milhões de reais para a pecuária, o mesmo do ocorrido no ano de 2008.

Se compararmos com o estado do Ceará, verificamos que o Território Centro Sul Vale do Salgado correspondeu por uma fatia de 5% do total financiado no estado do Ceará, um pouco superior ao ano de 2008. Enquanto o número de contratos, notamos que se manteve em um percentual de 7% do número total de contratos, isso no ano de 2009.

Ao analisarmos a finalidade dos investimentos, em 2008, podemos notar que, no Território Centro Sul Vale do Salgado, a distribuição foi a seguinte: 7 milhões de reais para o custeio; 15 milhões em investimento; e, nada em comercialização. Dos 7 milhões utilizados em custeio, 4 milhões de reais foram na agricultura e 3 milhões na pecuária. Para a finalidade investimento, cerca de 5 milhões foram concedidos para a agricultura e 10 milhões para a pecuária.

Tabela 62: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008.

Municípios	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas							
	2008							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
	Total							
Ceará	137.243	542.354.509	20.881	110.950.971	116.231	278.000.097	131	153.403.442
Território	8.794	22.228.443	1.751	7.445.184	7.043	14.783.259	-	-
Acopiara	1.039	2.486.216	352	1.194.920	687	1.291.296	-	-
Baixio	546	1.069.894	6	47.931	540	1.021.963	-	-
Cariús	536	772.757	78	239.863	458	532.894	-	-
Catarina	243	625.661	119	298.494	124	327.167	-	-
Cedro	639	1.728.450	147	486.397	492	1.242.053	-	-
Icó	994	3.305.127	184	1.282.924	810	2.022.203	-	-
Iguatu	507	2.476.759	43	919.471	464	1.557.289	-	-
Ipaumirim	566	1.151.495	12	98.909	554	1.052.586	-	-
Jucás	275	497.360	18	21.987	257	475.373	-	-
Lavras da Mangabeira	961	1.903.511	38	293.875	923	1.609.636	-	-
Orós	1.174	3.591.866	710	2.377.161	464	1.214.706	-	-
Quixelô	642	1.198.352	32	127.708	610	1.070.644	-	-
Saboeiro	246	675.979	3	9.088	243	666.892	-	-
Umari	426	745.015	9	46.455	417	698.560	-	-
	Agricultura							
Ceará	49.466	288.262.071	16.780	74.304.380	32.577	77.661.614	109	136.296.077
Território	2.325	8.807.492	1.198	4.118.090	1.127	4.689.402	-	-
Acopiara	449	1.057.792	309	675.369	140	382.424	-	-
Baixio	52	270.704	2	4.577	50	266.127	-	-
Cariús	95	265.343	67	165.132	28	100.211	-	-
Catarina	153	469.261	114	285.876	39	183.385	-	-
Cedro	201	657.706	130	242.539	71	415.167	-	-
Icó	234	1.283.264	177	1.128.418	57	154.846	-	-
Iguatu	90	902.345	27	149.485	63	752.860	-	-
Ipaumirim	141	539.546	2	15.129	139	524.417	-	-
Jucás	50	180.067	18	21.987	32	158.080	-	-
Lavras da Mangabeira	277	657.968	11	58.288	266	599.680	-	-
Orós	353	1.640.639	310	1.316.024	43	324.615	-	-
Quixelô	156	474.621	29	47.928	127	426.692	-	-
Saboeiro	20	162.897	2	7.338	18	155.559	-	-
Umari	54	245.337	-	-	54	245.337	-	-
	Pecuária							
Ceará	87.777	254.092.438	4.101	36.646.591	83.654	200.338.482	22	17.107.365
Território	6.469	13.420.951	553	3.327.094	5.916	10.093.857	-	-
Acopiara	590	1.428.423	43	519.551	547	908.872	-	-
Baixio	494	799.189	4	43.354	490	755.836	-	-
Cariús	441	507.414	11	74.731	430	432.683	-	-
Catarina	90	156.400	5	12.618	85	143.782	-	-
Cedro	438	1.070.744	17	243.858	421	826.886	-	-
Icó	760	2.021.863	7	154.507	753	1.867.356	-	-
Iguatu	417	1.574.414	16	769.986	401	804.429	-	-
Ipaumirim	425	611.949	10	83.780	415	528.168	-	-
Jucás	225	317.293	-	-	225	317.293	-	-
Lavras da Mangabeira	684	1.245.543	27	235.587	657	1.009.956	-	-
Orós	821	1.951.227	400	1.061.137	421	890.090	-	-
Quixelô	486	723.731	3	79.780	483	643.951	-	-
Saboeiro	226	513.082	1	1.750	225	511.332	-	-
Umari	372	499.678	9	46.455	363	453.222	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 63: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2009.

Municípios	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas							
	2009							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
Total								
Ceará	113.618	551.363.361	14.298	117.129.449	99.179	284.011.763	141	150.222.149
Território	7.937	27.755.693	1.565	8.248.893	6.372	19.506.800	-	-
Acopiara	746	2.529.206	325	1.349.400	421	1.179.806	-	-
Baixio	346	868.337	4	48.412	342	819.925	-	-
Cariús	370	1.302.543	34	295.082	336	1.007.460	-	-
Catarina	513	1.045.345	143	425.801	370	619.544	-	-
Cedro	564	1.729.721	79	462.120	485	1.267.601	-	-
Icó	820	4.294.195	172	1.302.442	648	2.991.753	-	-
Iguatu	497	4.155.246	41	1.035.107	456	3.120.139	-	-
Ipauimir	488	1.044.148	13	97.415	475	946.733	-	-
Jucás	144	781.768	11	117.343	133	664.425	-	-
Lavras da Mangabeira	951	2.118.209	52	243.357	899	1.874.852	-	-
Orós	1.163	3.981.053	663	2.576.638	500	1.404.415	-	-
Quixelô	563	1.943.321	19	243.250	544	1.700.071	-	-
Saboeiro	271	615.265	4	31.270	267	583.995	-	-
Umarí	501	1.347.337	5	21.257	496	1.326.080	-	-
Agricultura								
Ceará	40.342	310.181.889	11.096	71.715.634	29.117	110.522.402	129	127.943.852
Território	2.439	10.100.967	1.044	4.141.805	1.395	5.959.163	-	-
Acopiara	423	1.261.148	296	662.816	127	598.333	-	-
Baixio	92	432.794	-	-	92	432.794	-	-
Cariús	80	417.097	26	85.522	54	331.575	-	-
Catarina	236	634.351	141	417.821	95	216.530	-	-
Cedro	136	299.765	60	126.098	76	173.667	-	-
Icó	272	1.429.407	149	1.049.956	123	379.451	-	-
Iguatu	142	1.581.312	24	319.467	118	1.261.845	-	-
Ipauimir	119	490.619	-	-	119	490.619	-	-
Jucás	26	251.303	7	9.522	19	241.781	-	-
Lavras da Mangabeira	256	700.599	40	85.406	216	615.193	-	-
Orós	388	1.590.065	281	1.333.387	107	256.678	-	-
Quixelô	142	441.458	17	35.290	125	406.168	-	-
Saboeiro	32	78.118	3	16.520	29	61.599	-	-
Umarí	95	492.930	-	-	95	492.930	-	-
Pecuária								
Ceará	73.276	241.181.472	3.202	45.413.815	70.062	173.489.361	12	22.278.297
Território	5.498	17.654.726	521	4.107.088	4.977	13.547.638	-	-
Acopiara	323	1.268.058	29	686.584	294	581.474	-	-
Baixio	254	435.543	4	48.412	250	387.131	-	-
Cariús	290	885.445	8	209.560	282	675.885	-	-
Catarina	277	410.994	2	7.980	275	403.013	-	-
Cedro	428	1.429.956	19	336.023	409	1.093.933	-	-
Icó	548	2.864.788	23	252.486	525	2.612.303	-	-
Iguatu	355	2.573.934	17	715.640	338	1.858.294	-	-
Ipauimir	369	553.528	13	97.415	356	456.114	-	-
Jucás	118	530.465	4	107.821	114	422.644	-	-
Lavras da Mangabeira	695	1.417.610	12	157.951	683	1.259.659	-	-
Orós	775	2.390.987	382	1.243.251	393	1.147.737	-	-
Quixelô	421	1.501.864	2	207.960	419	1.293.904	-	-
Saboeiro	239	537.146	1	14.750	238	522.396	-	-
Umarí	406	854.407	5	21.257	401	833.150	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

No ano de 2009, verificamos que, no Território Centro Sul Vale do Salgado, a distribuição foi a seguinte: 8 milhões de reais para o custeio; 20 milhões em investimento; nada em comercialização. Dos 8 milhões utilizados em custeio, 4 milhões de reais foram na agricultura e 4 milhões na pecuária.

Para a finalidade investimento, cerca de 6 milhões foram concedidos para a agricultura e 14 milhões para a pecuária.

Dentre os municípios, Orós, seguido de Icó e Acopiara foram os que acessaram mais créditos para financiamento, com 3,5; 3 e 2,5 milhões de reais, respectivamente, isso no ano de 2008. Para o ano de 2009, a situação se inverteu e o município de Icó, seguido dos municípios de Iguatu e Orós foram os que mais acessaram crédito, com 4,3; 4,1 e 3,9 milhões de reais, respectivamente.

Vale ressaltar que tanto no ano de 2008 como no ano de 2009, nenhum dos municípios acessaram crédito para a finalidade comercialização.

18 SERVIÇOS, TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

18.1 Serviços

18.1.1 Serviços do Meio Rural

Os serviços no meio rural se destacam a partir das principais cadeias produtivas do território como: bovinocultura de leite, apicultura, ovinocultura, caprinocultura, banana, goiaba e piscicultura. Na cadeia da bovinocultura do leite, tem-se produção no ano inteiro, dessa forma o trabalhador rural tem serviço nessa atividade durante todo ano. Da mesma forma acontece com a atividade da ovinocaprinocultura.

Atividades como o cultivo da banana, goiaba e fruticultura em geral, quando irrigadas, resulta em produção escalonada e com frequência em todo o ano.

A cadeia produtiva da apicultura ocorre no período da colheita do mel, de maio a julho, com uma safra de 361 toneladas de mel e 1,4 milhões de reais. A pesca acontece durante o ano inteiro, nos principais açudes e pólos aquícolas do território.

18.1.2 Serviços do Meio Urbano.

O setor de serviços se configura como um setor bastante expressivo, com algumas atividades que o coloca em um patamar que representa mais de 70% do PIB territorial.

Em 2008, são 313 empresas prestadoras de serviços, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de alojamento e alimentação, com 141 empresas, correspondendo a 45% do total; e o de administração pública, defesa e seguridade social, com 62 empresas e correspondendo a 20% do total. O município de Iguatu aponta como o que apresenta maior número de empresas de serviços em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Baixio e Umari são os municípios que possuem o menor número

de empresas prestadoras de serviços, com apenas 5 empresas cada um, sendo que destas, três são na área de administração pública, defesa e seguridade social.

As outras atividades colaboram com os seguintes percentuais: transporte e armazenamento, 7,7%; comunicação, 3,8%; intermediação financeira, 0,3%; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, 11%; educação, 1,3%; serviços sociais, 3,5%; e, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, 5,7%.

Tabela 64: Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008.

Municípios	Empresas de serviços									
	2008									
	Total	Transporte e armazenamento	Comunicação	Alojamento e alimentação	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
Ceará	9.219	890	316	5.570	33	834	899	65	132	480
Território	313	24	18	141	1	34	62	4	11	18
Acopiara	36	1	3	19	-	5	4	-	2	2
Baixio	5	-	-	2	-	-	3	-	-	-
Cariús	7	-	1	3	-	-	3	-	-	-
Catarina	12	-	-	8	-	1	3	-	-	-
Cedro	19	1	4	3	-	5	5	-	1	-
Icó	42	2	1	21	-	7	4	-	3	4
Iguatu	122	15	6	64	1	7	13	2	3	11
Ipaumirim	9	-	-	1	-	3	4	1	-	-
Jucás	8	2	-	-	-	-	6	-	-	-
Lavras da Mangabeira	17	-	1	6	-	5	3	1	1	-
Orós	17	2	2	6	-	1	5	-	1	-
Quixelô	7	1	-	3	-	-	3	-	-	-
Saboeiro	7	-	-	4	-	-	3	-	-	-
Umari	5	-	-	1	-	-	3	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Em 2009, são 310 empresas prestadoras de serviços, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de alojamento e alimentação, com 142 empresas, correspondendo a 46% do total; e o de administração pública, defesa e seguridade social, com 62 empresas e correspondendo a 20% do total. O município de Iguatu aponta como o que apresenta maior número de empresas de serviços em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Umari é o município que possui o menor número de empresas prestadoras de serviços, com apenas 4 empresas, sendo três na área de

administração pública, defesa e seguridade social, e uma de alojamento e alimentação.

As outras atividades colaboram com os seguintes percentuais: transporte e armazenamento, 7,4%; comunicação, 6,7%; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, 9,7%; educação, 1,3%; serviços sociais, 4,8%; e, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, 3,9%.

Tabela 65: Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2009.

Municípios	Empresas de serviços									
	2009									
Total	Transporte e armazenamento	Comunicação	Alojamento e alimentação	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	
Ceará	9.199	895	334	5.582	32	907	895	65	154	335
Território	310	23	21	142	1	30	62	4	15	12
Acopiara	35	1	5	19	-	2	4	-	3	1
Baixio	5	-	-	2	-	-	3	-	-	-
Cariús	7	-	1	3	-	-	3	-	-	-
Catarina	12	-	-	8	-	-	3	-	-	1
Cedro	19	1	4	3	-	2	5	-	1	3
Icó	44	2	1	21	-	11	4	-	4	1
Iguatu	119	15	8	64	1	6	13	2	5	5
Ipaumirim	9	-	-	1	-	3	4	1	-	-
Jucás	8	1	-	1	-	-	6	-	-	-
Lavras da Mangabeira	17	-	1	6	-	4	3	1	1	1
Orós	17	2	1	6	-	2	5	-	1	-
Quixelô	7	1	-	3	-	-	3	-	-	-
Saboeiro	7	-	-	4	-	-	3	-	-	-
Umari	4	-	-	1	-	-	3	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na Tabela 66, podemos verificar as cooperativas ativas por classes do estado do Ceará, do Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, em 2008 e 2009.

O território possuía 8 cooperativas em 2008 e no ano de 2009 esse número caiu para 6. Em 2008, as cooperativas estavam distribuídas nos seguintes setores: 5 na agropecuária; 1 na educação, 1 de transporte e 1 de saúde. Com a queda no número de cooperativas, isto é, em 2009 ficaram assim distribuídas: 3 na agropecuária, 1 na educação, 1 de transporte e 1 de saúde.

Tabela 66: Cooperativas ativas, por classes, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Municípios(1)	Cooperativas ativas																							
	Total		Classes																					
			Agropecuária		Produção		Intra-estrutura		Educatonal		Crédito		Habitacional		Consumo		Mineração		Trabalho		Transporte		Saúde	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	201	154	30	23	4	2	7	7	3	2	12	10	-	-	1	1	-	-	57	22	47	55	40	32
Território	8	6	5	3	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
Acoplara	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cedro	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Icó	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iguatu	4	4	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
Orós	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

18.2 Turismo

Este é o território do turismo ecológico e rural. Situados no centro do Estado, os municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado apresentam belas paisagens aos turistas. A extraordinária beleza do local, deve-se à vegetação de caatinga, um convite à exploração botânica, com seus cactos e bromélias e ao relevo.

Na Tabela 67, podemos verificar a oferta nos meios de hospedagem do Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, em 2008 e 2009.

O número de estabelecimentos para hospedagem no território, em 2008, foi de 15 e no ano de 2009 subiu para 18. Dentre os municípios que possuem uma maior oferta, encontra-se Icó com 7 estabelecimentos. Apesar disso, o número de leitos do município de Iguatu, é maior do que o do município de Icó.

Tabela 67: Oferta nos meios de hospedagem, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Região/municípios turísticos(2)	Oferta nos meios de hospedagem (1)					
	Estabelecimentos		Unidades habitacionais (3)		Leitos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Território	15	18	307	350	638	738
Cedro	2	3	20	24	45	55
Icó	7	7	121	121	289	289
Iguatu	4	6	152	191	279	369
Lavras da Mangabeira	1	1	8	8	12	12
Orós	1	1	6	6	13	13

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 68: Atrativos turísticos, segundo o Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios.

Municípios	Atrativos turísticos
Icó	Açude Lima Campos, perímetro irrigado propício para prática de esportes náuticos e banhos.
Orós	Small Canyon; Gruta com fonte de água natural; Açude Orós garante uma boa produção de pescado, permite vários tipos de recreação e prática de esporte náutico e um belíssimo visual na época de sangria (março a maio); Ilhas.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

18.3 Comércio

Sabemos que o comércio é um dos setores mais fortes da economia, movimentando e fazendo circular grandes volumes monetários dentro de um município, logo, também dentro de um território. No Território Centro Sul Vale do Salgado não é diferente.

Tabela 69: Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Total		Automóveis, camionetas, utilitários, motocicletas e motonetas		Peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas		Bicicletas e triciclos e suas peças e acessórios		Pneumáticos e câmaras de ar		Combustíveis, lubrificantes e gas liquefeito de petróleo (GLP)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	82.808	82.806	929	929	3.975	3.975	976	976	333	333	1.930	1.930
Território	4.025	4.024	31	31	184	184	48	48	11	11	108	108
Acopiara	395	395	1	1	23	23	5	5	-	-	11	11
Baixio	51	51	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Cariús	173	173	-	-	2	2	1	1	-	-	7	7
Catarina	135	134	-	-	6	6	3	3	1	1	3	3
Cedro	247	247	-	-	12	12	2	2	-	-	5	5
Idó	515	515	5	5	24	24	8	8	2	2	18	18
Iguatu	1.363	1.363	24	24	80	80	24	24	8	8	28	28
Ipaumirim	130	130	-	-	6	6	-	-	-	-	6	6
Jucás	251	251	-	-	3	3	2	2	-	-	7	7
Lavras da Mangabeira	245	245	1	1	9	9	2	2	-	-	7	7
Orós	248	248	-	-	9	9	1	1	-	-	6	6
Quixeló	96	96	-	-	5	5	-	-	-	-	4	4
Saboeiro	135	135	-	-	2	2	-	-	-	-	5	5
Umari	41	41	-	-	2	2	-	-	-	-	1	1

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 70: Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Mercadorias em geral (1)		Lojas de departamentos, magazines e lojas de variedades		Produtos de gêneros alimentícios		Bebidas		Tecidos, vestuário e artigos de armário		Calçados, artigos de couro e de viagem	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	28.100	28.095	392	392	3.239	3.238	1.313	1.313	14.875	14.871	1.358	1.356
Território	1.557	1.556	15	15	141	141	79	79	689	689	65	65
Acopiara	162	162	-	-	6	6	12	12	84	84	5	5
Baixio	26	26	-	-	1	1	-	-	11	11	2	2
Cariús	92	92	-	-	4	4	3	3	16	16	3	3
Catarina	72	71	-	-	3	3	-	-	23	23	3	3
Cedro	108	108	1	1	8	8	1	1	44	44	1	1
Idó	194	194	-	-	14	14	10	10	85	85	7	7
Iguatu	388	388	4	4	71	71	25	25	249	249	24	24
Ipaumirim	52	52	3	3	5	5	3	3	28	28	2	2
Jucás	106	106	-	-	7	7	12	12	43	43	1	1
Lavras da Mangabeira	102	102	1	1	5	5	6	6	45	45	4	4
Orós	112	112	4	4	13	13	6	6	22	22	10	10
Quixeló	39	39	-	-	3	3	1	1	16	16	1	1
Saboeiro	79	79	1	1	1	1	-	-	20	20	1	1
Umari	25	25	1	1	-	-	-	-	3	3	1	1

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 71: Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Ótica, relojoaria e joalheria		Artigos de "souvenirs", bijuterias e artesanato		Perfumaria e produtos farmacêuticos		Medicamentos veterinários, artigos para animais, ração e animais		Máquinas, aparelhos e equipamentos elétrico-eletrônicos de uso doméstico e pessoal		Máquinas, equipamentos e materiais de informática e comunicação	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	1.377	1.377	974	974	3.313	3.313	1.127	1.128	1.191	1.191	1.991	1.991
Território	53	53	33	33	177	177	51	51	36	36	52	52
Acopiara	6	6	-	-	14	14	2	2	3	3	4	4
Baixio	-	-	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Cariús	2	2	1	1	8	8	3	3	2	2	1	1
Catarina	1	1	-	-	2	2	2	2	-	-	1	1
Cedro	4	4	2	2	9	9	4	4	4	4	4	4
Icó	12	12	2	2	25	25	12	12	4	4	5	5
Iguatu	13	13	22	22	64	64	15	15	16	16	29	29
Ipaumirim	1	1	2	2	6	6	1	1	1	1	-	-
Jucás	5	5	-	-	8	8	5	5	1	1	2	2
Lavras da Mangabeira	2	2	-	-	13	13	3	3	1	1	3	3
Orós	4	4	2	2	14	14	2	2	3	3	3	3
Quixelô	2	2	-	-	4	4	-	-	-	-	-	-
Saboeiro	1	1	-	-	5	5	2	2	-	-	-	-
Umari	-	-	-	-	3	3	-	-	1	1	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 72: Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas													
	Artigos fotográficos e cinematográficos, instrumentos musicais e acessórios, discos e fitas		Artigos de decoração e utilidades domésticas		Madeira e seus artefatos		Material para construção		Livros, artigos de papelaria, jornais e revistas		Artigos esportivos, brinquedos e artigos recreativos		Outros	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	462	462	3.157	3.157	457	457	6.498	6.499	1.548	1.548	385	385	2.908	2.916
Território	32	32	159	159	28	28	250	250	57	57	24	24	145	145
Acopiara	2	2	16	16	-	-	20	20	4	4	1	1	14	14
Baixio	-	-	2	2	-	-	2	2	-	-	-	-	2	2
Cariús	2	2	5	5	1	1	9	9	2	2	5	5	4	4
Catarina	-	-	8	8	1	1	6	6	-	-	-	-	-	-
Cedro	5	5	12	12	1	1	12	12	1	1	-	-	7	7
Icó	4	4	23	23	3	3	29	29	11	11	1	1	17	17
Iguatu	16	16	50	50	7	7	96	96	27	27	13	13	70	70
Ipaumirim	-	-	2	2	-	-	8	8	-	-	-	-	4	4
Jucás	2	2	11	11	5	5	19	19	5	5	2	2	5	5
Lavras da Mangabeira	1	1	10	10	3	3	17	17	2	2	1	1	7	7
Orós	-	-	11	11	3	3	15	15	2	2	-	-	6	6
Quixelô	-	-	4	4	1	1	8	8	1	1	1	1	6	6
Saboeiro	-	-	3	3	2	2	8	8	2	2	-	-	3	3
Umari	-	-	2	2	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Nas Tabelas numeradas de 69 a 72, podemos verificar os estabelecimentos comerciais varejistas do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, em 2008 e 2009.

Vale ressaltar que o número de estabelecimentos comerciais praticamente se manteve constante no período observado, onde, em 2008, foi de 4.025 estabelecimentos comerciais varejistas, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de mercadorias em geral, com 1.557 estabelecimentos, correspondendo a 39% do total; os de tecidos e vestuário, com 689 estabelecimentos e correspondendo a 17% do total; o de material para construção, com uma fatia de 6,2%.

Os municípios de Iguatu e Icó despontam como os que apresentam maior número de estabelecimentos em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Umari é o município que possui o menor número de estabelecimentos comerciais, com apenas 41 estabelecimentos.

As outras atividades que merecem destaque são: produtos de gênero alimentícios, com 3,5%; peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas, 4,6%; perfumaria e produtos farmacêuticos, 4,4%; e, artigos de decoração e utilidades domésticas, com 3,9%.

18.4 Indústria

A indústria costuma ser um dos setores mais fortes da economia, movimentando e fazendo circular grandes volumes monetários dentro de um município, no entanto, o mesmo não ocorre para municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado.

A política de interiorização da indústria, do Governo do Estado em parceria com as prefeituras municipais por meio de incentivos fiscais tem sido um atrativo para levar grupos empresariais a se instalarem nos municípios do interior cearense.

Na Tabela 73, podemos verificar as empresas industriais do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, em 2008 e 2009.

O território possuía 460 indústrias no ano de 2008 e foi para um número de 462 em 2009. As indústrias do território correspondem por uma fatia de apenas 3% do total estadual. As indústrias do setor de transformação do

território somam 367, tanto para 2008 como para 2009, respondendo por cerca de 79% do número total do território. Da mesma forma, no Ceará, as indústria de transformação correspondem a 82%, logo, o território acompanha essa mesma tendência.

Tabela 73: Empresas industriais ativas, por tipo, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Empresas industriais									
	Total		Extrativa mineral		Construção civil		Utilidade pública		Transformação	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	15.431	15.431	218	222	2.381	2.439	111	111	12.660	12.659
Território	460	462	6	6	79	84	5	5	367	367
Acopiara	44	46	2	2	4	6	1	1	37	37
Baixio	2	2	-	-	-	-	-	-	2	2
Cariús	8	8	-	-	-	-	-	-	8	8
Catarina	4	4	-	-	1	1	-	-	3	3
Cedro	22	22	-	-	3	3	-	-	19	19
Icó	60	62	1	1	19	21	2	2	38	38
Iguatu	248	248	1	1	45	45	1	1	201	201
Ipaumirim	12	12	-	-	1	1	-	-	11	11
Jucás	14	14	1	1	1	1	-	-	12	12
Lavras da Mangabeira	17	18	-	-	4	5	1	1	12	12
Orós	14	11	1	1	-	-	-	-	10	10
Quixeló	11	11	-	-	1	1	-	-	10	10
Saboeiro	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1
Umari	3	3	-	-	-	-	-	-	3	3

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

19 INFRAESTRUTURA: ELÉTRICA, HÍDRICA E DE ESTRADAS

19.1 Energia Elétrica

O Território Centro Sul Vale do Salgado está bem assistido no que se refere a infraestrutura de energia elétrica. Nas Tabelas 79 e 80, podemos verificar o consumo e o número de consumidores de energia elétrica por classes de consumo do estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, em 2008 e 2009.

O consumo de energia elétrica, praticamente, se manteve constante nos anos de 2008 e 2009. Em 2009, o total consumido foi de 212 mil Mwh, sendo que os principais consumidores do território são os usos industrial, residencial e rural, com 87 mil Mwh e 51 mil Mwh, respectivamente.

Tabela 74: Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008.

Municípios	Consumo de energia elétrica (mwh)									
	2008									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	7.526.045	2.456.488	1.958.270	1.424.163	687.137	385.245	367.578	236.177	10.987	-
Território	202.101	81.490	12.132	23.814	49.071	11.078	16.007	7.907	600	-
Acopiara	19.726	8.275	1.738	2.093	4.801	704	1.522	540	53	-
Baixio	2.674	1.164	7	157	771	136	349	90	-	-
Cariús	6.612	2.930	42	520	2.148	496	437	39	-	-
Catarina	4.317	1.868	4	426	351	216	736	717	-	-
Cedro	11.025	5.019	148	1.051	2.594	863	844	475	32	-
Idó	29.831	12.043	318	3.314	8.403	1.634	2.703	1.271	144	-
Iguatu	72.221	26.805	6.196	12.200	15.265	4.009	4.981	2.454	312	-
Ipaumirim	5.005	2.266	231	503	1.131	340	396	138	-	-
Jucás	11.150	3.837	2.769	574	2.179	477	860	454	-	-
Lavras da Mangabeira	13.026	5.634	46	1.123	4.296	528	721	660	17	-
Orós	10.728	5.274	549	1.021	1.700	717	792	633	42	-
Quixeló	8.249	2.516	62	326	4.000	328	856	159	-	-
Saboeiro	4.469	2.504	10	328	585	436	472	133	-	-
Umari	3.068	1.355	12	177	846	194	339	145	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 75: Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2009.

Municípios	Consumo de energia elétrica (MWh)									
	2009									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	7.823.070	2.607.762	1.985.871	1.510.511	694.377	399.644	380.339	233.101	11.466	-
Território	212.150	87.379	12.640	25.481	50.651	12.015	15.257	8.223	504	-
Acopiara	21.260	9.099	1.520	2.249	5.123	787	1.898	541	43	-
Baixio	2.877	1.247	7	179	825	164	349	106	0	-
Cariús	7.107	3.143	47	527	2.341	524	516	10	0	-
Catarina	4.588	2.012	5	471	409	243	757	692	0	-
Cedro	11.756	5.365	141	1.118	2.774	909	878	541	31	-
Icó	31.753	13.066	360	3.577	8.750	1.731	2.924	1.259	87	-
Iguatu	73.982	28.413	7.124	12.968	15.032	4.455	3.087	2.611	291	-
Ipaumirim	5.297	2.458	169	516	1.229	364	424	139	0	-
Jucás	12.088	4.228	2.805	727	2.332	499	1.014	481	0	-
Lavras da Mangabeira	14.112	5.963	57	1.185	4.766	564	829	722	26	-
Orós	10.961	5.549	331	1.061	1.685	720	895	693	27	-
Quixelô	8.320	2.680	50	372	3.877	362	835	144	0	-
Saboeiro	4.815	2.730	12	337	623	490	477	146	0	-
Umari	3.234	1.427	10	196	883	204	374	139	0	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Quando analisamos o número de consumidores do território em 2008, verificamos que o número total é de, aproximadamente, 131 mil consumidores, dentre eles, a classe residencial responde por 94 mil consumidores uma fatia de 72% do total. Uma outra classe com grande número de consumidores de energia elétrica no território é a classe rural, com 28 mil consumidores, respondendo por cerca de 21% do número total no território.

Dentre os município com maior número de consumidores, temos Iguatu, Icó e Acopiara, com 32, 21 e 15 mil consumidores, respectivamente.

Verificamos nas Tabelas 76 e 77 que, do ano de 2008 para o ano de 2009 houve um crescimento significativo no número de consumidores do território, saindo de 131 mil para 137 mil consumidores, dentre eles, a classe residencial responde por 97 mil consumidores, uma fatia de 71% do total. Uma outra classe com grande número de consumidores de energia elétrica no território é a classe rural, com 29 mil consumidores, respondendo por cerca de 21% do número total no território, em 2009.

Tabela 76: Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2008.

Municípios	Consumidores de energia elétrica									
	2008									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	2.629.661	2.132.492	5.943	151.276	303.994	28.400	5.697	1.634	225	-
Território	130.938	93.814	230	6.973	27.757	1.784	262	104	14	-
Acopiara	15.512	11.158	27	749	3.313	232	22	10	1	-
Baixio	2.024	1.431	5	88	435	41	22	2	-	-
Cariús	6.022	4.042	13	255	1.569	132	10	1	-	-
Catarina	3.270	2.631	3	229	350	46	5	6	-	-
Cedro	8.947	6.334	11	458	1.949	175	16	3	1	-
Icó	20.735	13.686	23	1.087	5.645	236	34	22	2	-
Iguatu	32.591	24.708	85	2.071	5.313	304	79	25	6	-
Ipaumirim	3.965	2.805	6	244	830	61	14	5	-	-
Jucás	6.906	4.926	9	279	1.611	63	11	6	1	-
Lavras da Mangabeira	9.976	6.876	11	536	2.439	91	15	7	1	-
Orós	7.876	6.287	24	485	929	129	13	7	2	-
Quixelô	5.850	3.423	6	142	2.181	90	3	5	-	-
Saboeiro	4.681	3.705	4	238	617	107	8	2	-	-
Umari	2.583	1.802	3	112	576	77	10	3	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Tabela 77: Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, 2009.

Municípios	Consumidores de energia elétrica									
	2009									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	2.739.086	2.219.849	5.874	154.746	320.736	29.308	6.615	1.727	231	-
Território	136.566	97.335	231	7.152	29.591	1.830	303	110	14	-
Acopiara	16.768	12.141	25	790	3.534	220	45	12	1	-
Baixio	2.082	1.467	5	97	445	44	22	2	-	-
Cariús	6.363	4.167	12	263	1.765	145	10	1	-	-
Catarina	3.529	2.815	3	228	420	52	5	6	-	-
Cedro	9.103	6.420	9	462	2.009	183	16	3	1	-
Icó	21.899	14.377	25	1.117	6.065	253	35	24	3	-
Iguatu	33.495	25.380	94	2.086	5.514	305	84	26	6	-
Ipaumirim	4.070	2.838	7	247	898	61	14	5	-	-
Jucás	7.416	5.192	9	296	1.839	60	13	7	-	-
Lavras da Mangabeira	10.227	6.980	10	533	2.576	103	17	7	1	-
Orós	8.046	6.413	21	512	944	133	14	7	2	-
Quixelô	6.069	3.516	5	141	2.310	86	6	5	-	-
Saboeiro	4.859	3.798	4	263	674	107	11	2	-	-
Umari	2.640	1.831	2	117	598	78	11	3	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

19.2 Estrutura Hídrica

Essencial à vida, a água é um elemento fundamental ao desenvolvimento de diversas atividades humanas, inclusive, é indispensável para o desenvolvimento rural sustentável. Além de constituir componente básico da biomassa, da paisagem e do ambiente. Numerosos são os exemplos de sucesso nos países relativamente mais desenvolvidos, cujos programas de abastecimento hídrico, tornaram-se prioridade e fizeram parte de políticas públicas, gerando desenvolvimento econômico.

O Território Centro Sul Vale do Salgado está bem assistido no que se refere a infra estrutura hídrica. Nas tabelas a seguir, podemos verificar as principais fontes de abastecimento hídrico do Território Centro Sul Vale do Salgado e seus municípios, isso, tanto para abastecimento humano, como para suas mais diversas finalidade (dessedentação animal, irrigação, balneabilidade, etc.).

Tabela 78: Capacidade, cota e volume dos principais açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais, segundo as bacias hidrográficas/açude do Território Centro Sul Vale do Salgado, agosto de 2010.

Bacias hidrográficas/ Açudes	Municípios	Capacidade (mil m ³)	Cota (m)				Volume (mil m ³)		
			Sangria	Estação chuvosa passada	Início do ano	Atual	Final da estação chuvosa passada	Início do ano	Atual
-	Território	2.487.820	-	-	-	-	2.442.975	2.128.581	1.945.576
Faé	Quixelô	24.409	241	241,81	239,4	237	28.319	15.316	6.322
Muquém	Cariús	47.643	267	266,6	265,4	264	45.719	40.134	35.959
Orós	Orós	1.940.000	200	199,46	198,25	198	1.931.571	1.694.648	1.569.766
Quincoé	Acopiara	7.130	95	94,84	93,82	93	6.944	5.786	4.508
Rivaldo de Carvalho	Catarina	19.520	998	997,17	995,32	994	18.399	12.880	8.632
Trussu	Iguatu	301.000	254	253,44	252,42	251	286.780	260.880	231.932
Lima Campos	Ioó	66.380	176	174,03	173,34	173	45.223	37.553	37.774
Rosário	Lavras da Mangabeira	47.219	288	287,98	285,82	285	47.092	33.615	29.118
Tatajuba	Ioó	2.720	221	220,43	219,1	219	2.653	1.862	1.680
Ubalzinho	Cedro	31.800	295	294,64	293,61	292	30.274	25.906	19.886

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010

Podemos visualizar na Tabela 78 as bacias e açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais. Notamos que em praticamente todos os municípios do território encontram-se reservatórios de

água com relativa capacidade de acumulação hídrica, dentre eles: Quixelô, Cariús, Orós, Acopiara, Catarina, Iguatu, Icó, Lavras da Mangabeira e Cedro. A capacidade volumétrica desses reservatórios é de, aproximadamente, 2,5 bilhões de m³. Número bastante considerável, principalmente, pelo fato de o território poder contar com um reservatório como o Orós, um dos maiores do estado.

Visualizamos na Tabela 79 as barragens construídas e projetadas para o território nos anos de 1996 a 2009. Dentre elas, temos seis construídas (Tatajuba, Trussu, Ubaldinho, Muguém, Rosário e Faé) e uma projetada (Jenipapeiro). Somando a capacidade volumétrica dessas barragens, que é de 474 milhões de m³, novamente, temos um número expressivo se somarmos ao Açude Orós.

Tabela 79: Barragens construídas e projetadas no Território Centro Sul Vale do Salgado, 1996-2009.

Barragens	Capacidade (milhões de m ³)	Município	Rio barrado	Ano de conclusão/ Situação
-	474	Território	-	-
Construídas				
Tatajuba	3	Icó	Tatajuba	1996
Trussu	301	Iguatu	Riacho Trussu	1996
Ubaldinho	32	Cedro	Riacho São Miguel	1999
Muguém	48	Cariús	Riacho Muguém	2000
Rosário	47	Lavras da Mangabeira	Riacho Rosário	2001
Faé	23,4	Quixelô	Riacho Faé	2004
Projetadas				
Jenipapeiro	43	Baixio	Jenipapeiro	projetado

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na Tabela 80, verificamos que existe um eixo de integração construído, ligando os municípios de Orós a Jaguaribe, sendo a fonte hídrica, isto é, a fonte de abastecimento o Açude Orós.

Vale ressaltar que com a transposição do Rio São Francisco, todos os eixos do Ceará serão interligados e o abastecimento de água para o Ceará, conseqüentemente, para o Território será de maior segurança. Além disso, sabemos que está planejado para todo Ceará, o Projeto Cinturão das Águas, juntamente com a transposição do São Francisco e açudes de grande porte do

Ceará, como é o caso do Orós, e terá como objetivo, garantir o abastecimento hídrico humano e para outras finalidades, durante um período de 20 anos.

Tabela 80: Eixos de integração construídos, em construção e projetados no Território Centro Sul Vale do Salgado, 2001-2010.

Eixos de integração	Municípios	Fonte hídrica	Extensão (km)	Vazão (m³/s)	Ano de conclusão/ Situação
Construídos					
Orós a Jaguaribe	Jaguaribe a Orós	Açude Orós	18,27	1,7	2008

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

No território, temos importantes adutoras construídas, dentre elas: as Adutoras do Baixio Ererê, Tamboril, Catolé dos Timóteos e Iguatu, em Iguatu, que tem como fonte hídrica o Açude Trussu; a Adutora Cedro, no município de Cedro que tem como fonte hídrica o Riacho São Miguel; Adutora Cariús/Jucás, localizado em Cariús e tem como fonte hídrica o Rio Cariús; Adutoras cascuda/Lajedo/Várzea, em Icó, e tem como fonte hídrica o importante, Açude Icó Lima Campos, e finalmente, a Adutora de Lavras da Mangabeira, no município de mesmo nome, abastecida pelo Açude Rosário.

Tabela 81: Adutoras construídas, em construção e projetadas no Território Centro Sul Vale do Salgado, 1996-2008.

Adutora	Município	Fonte Hídrica	Extensão (km)	Vazão (l/s)	População beneficiada	Conclusão/ Situação
Construídas						
Baixio Ererê (Agrovila)	Iguatu	Açude Trussu	0,5	1	500	1997
Tamboril (Agrovila)	Iguatu	Açude Trussu	0,5	1	100	1997
Católé dos Timóteos	Iguatu	Açude Trussu	2,0	1	700	1998
Cedro	Cedro	Riacho São Miguel	5,9	31	13.763	1999
Cariús/Jucás	Cariús	Rio Cariús	4,4	24	23.104	2001
Cascudo/Lajedo/Várzea	Icó	Açude Lima Campos	15,0	7	1.742	2001
Jucás	Jucás	Açude Muquém	4,1	48	17.223	2001
Icó	Icó	Açude Lima Campos	11,7	51	19.122	2002
Iguatu	Iguatu	Açude Trussu	19,5	180	53.506	2002
Catarina	Catarina	Aç. Riv. Carvalho	19,6	26	12.918	2007
Lavras da Mangabeira	Lavras da Mangabeira	Açude Rosário	26,0	41	20.634	2007

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

De acordo com a Sohidra, foram construídos 10 poços no território em 2009. Dois em Icó, nas localidades Baixa Verde e Jabotá, dois em Umari, nas localidades Sítio Alegre e Currais Novos, cinco em Saboeiro, nas localidades Açudinho, Saco dos Antones, São José, Manga e Minador, e um em Iguatu, na localidade de Lagoa do Cipó I.

Tabela 82: Poços construídos pela SOHIDRA no Território Centro Sul Vale do Salgado, 2009

Municípios	Localidades	Coordenadas (1)		Profundidade (m)	Vazão (l/h)
		Norte (N)	Leste (E)		
Icó	Baixa Verde	9305840	531444	78,00	3.000
Icó	Jatobá	9308492	533833	84,00	9.000
Umari	Sítio Alegre	9272656	532159	42,00	10.000
Saboeiro	Açudinho	9272286	417061	36,00	9.200
Saboeiro	Saco dos Antones	9263290	409338	80,00	SECO
Saboeiro	São José	9294594	393797	80,00	SECO
Saboeiro	Manga	9294172	402582	80,00	SECO
Saboeiro	Minador	9291932	389948	75,00	2.200
Iguatú	Lagoa do Cipó I	9305062	490421	90,00	...
Umari	Currais Novos	9263922	535085	90,00	SECO

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Vale lembrar que o Açude Orós é um açude que possui uma extrema importância social não só para o território como também para o estado do Ceará. Esse é utilizado para diversas finalidades, como: abastecimento humano; irrigação de cultivos agrícolas; dentre outras.

19.3 Estradas

O Território Centro Sul Vale do Salgado está bem assistido no que se refere a infraestrutura de estradas. Suas principais rodovias são a BR-116, CE-060 e CE-375. A BR-116 é uma rodovia federal que corta vários estados do Brasil, sendo uma importante via de escoamento a nível nacional.

As principais vias de acesso aos municípios do Território Centro Sul Vale do Salgado estão descritas na Tabela 5 deste documento.

20 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SÓCIOECONÔMICA

O diagnóstico da Dimensão Socioeconômica possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 35, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: os aspectos socioeconômicos, os aspectos do setor produtivo, serviços, turismo, comércio e indústria, ação fundiária, financiamento e comercialização, infraestrutura elétrica, hídrica e estradas que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

AMBIENTE INTERNO	
Fraquezas	Forças
1.O processo de explorado e de comercialização dos produtos agro-pecuários. 2.Assessoria técnica, social e ambiental insuficientes para a demanda.Pesquisa e inovação tecnológica insipientes. 3.Associativismo e Cooperativismo fragilizados. 4.Dificuldade de Gestão financeira e de negócio, dos Agricultura Familiares. 5.Processos de Beneficiamento e Agregação de Valor pouco expressivos, principalmente na agricultura familiar. 6.Poucas iniciativas agroecológicas existentes. 7.Falta de visão sistêmica das cadeias produtiva.	1. A produção agropecuária do território. 2. Potencial do comércio varejista. 3. O grande contingente populacional da zona rural. 4. Mão de obra disponível de jovens e adultos 5. A produção de produtos de origem animal 6. Piscicultura (em tanques rede e artesanal) 7. Sistema existente de armazenamento e distribuição de água. 8. O sistema implantado de energia elétrica.
AMBIENTE EXTERNO	
Ameaças	Oportunidades
1. Concentração de Renda e de terras. 2. Pouco incentivo, Territorial e Estadual, ao desenvolvimento produtivo rural/urbano sustentável. 3. Falta de Segurança no campo.	1. Projeto São José. 2. A política de Desenvolvimento Territorial. 3. Políticas de Crédito . 4. Políticas Públicas de Apoio a comercialização da Agricultura Familiar (ex.: PNAE e PAA). 5. SECAFES – Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Quadro 35: Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Socioeconômica

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático Organização Sustentável da Produção, Ações Fundiárias, Infraestrutura do Território Centro Sul Vale do Salgado, 2010.

Parte II d
DIMENSÃO POLITICO
INSTITUCIONAL
Territorialização e Gestão Pública
Infraestrutura Institucional
Governabilidade e Gestão Social

21 TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Cabe ao Estado brasileiro, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal) executar uma política pública que garanta a estrutura e recursos orçamentários capazes de viabilizar a idéia-conceito de desenvolvimento rural que, segundo a 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS 2008), pode ser compreendido como “um processo que articula e busca conciliar os diversos interesses de atores e grupos sociais, setores econômicos, práticas culturais, bem como diversas realidades (rururbanas) e disponibilidade de recursos ambientais em nome de uma melhor qualidade de vida para esta e para as futuras gerações que vivem em regiões rurais”.

Nessa direção, a dimensão Político Institucional do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo político-institucional do território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública, ampliada e democrática. De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico esta dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo político-institucional, que vai ser concretizado nas estratégias, eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão político-institucional deve dialogar com as demais dimensões do PTDRS à medida que ela é um dos alicerces que dá sustentação ao próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção de uma ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, bem como na concretização das intenções inscritas no referido Plano.

21.1 Estrutura do Poder Local e Territorial

A construção democrática dos espaços públicos no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial, no Brasil de hoje e, mais especificamente, no Nordeste brasileiro, requer ampliar o olhar para entender a complexidade e multiplicidade de fatores inerentes a tal construção.

Este olhar deve permitir caminhar pela natureza das relações entre Estado e sociedade civil, pela questão da representatividade, pelas matrizes culturais e pelos formatos institucionais que os encontros vão assumindo e, a depender das intenções e propósitos entre Estado e sociedade civil, as relações serão movidas ora por projetos políticos compartilhados, ora por projetos políticos orientados pelo ajuste neoliberal que exige, cada vez mais, o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado.

Refletir sobre a estrutura do poder local e a governabilidade territorial é uma exigência apontada pelo território à medida que se reconhece que o “sujeito” do desenvolvimento territorial são as forças sociais, econômicas e político-institucionais, operando na forma de autogestão e atuando em redes sociais, econômicas e institucionais (arranjos), o que significa dizer legitimada de expressão conferida pela participação cidadã co-responsável.

21.1.1 Poder Executivo

Os Quadros 36 a 40 dimensionam a representação político-partidária do poder executivo municipal, considerando os processos eleitorais dos últimos quatro mandatos. Ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder executivo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação com o aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período antes referido.

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 1996	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 1997/2000		
		PARTIDOS	HOMEM	MULHER
MICRO TERRITÓRIO I				
Baixio	1.932	PSDB	x	-
Cedro	7.539	PP	x	-
Icó	14.324	PMDB	x	-
Ipaumirim	3.142	PSDB	x	-
Lavras da Mangabeira	9.193	PP	x	-
Orós	7.052	PP	x	-
MICRO TERRITÓRIO II				
Cariús	4.985	PMDB	x	-
Jucás	6.286	PFL	x	-
Saboeiro	4.890	PSD	x	-
MICRO TERRITÓRIO III				
Acopiara	13.616	PDT	x	-
Catarina	2.764	PSDB	x	-
Iguatu	19.189	PSDB	x	-
Quixelô	5.403	PSDB	x	-

Quadro 36: Composição da Representação do Executivo Municipal – Mandato 1997 a 2000

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais ([site tse.gov.br](http://site.tse.gov.br)).

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2000	REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA 2001/2004		
		PARTIDOS	HOMEM	MULHER
MICRO TERRITÓRIO I				
Baixio	1753	PSD	x	-
Cedro	7429	PP	x	-
Icó	15660	PSD	x	-
Ipaumirim	3545	PSD	x	-
Lavras da Mangabeira	5903	PSD	x	-
Orós	6536	PSDB	x	-
MICRO TERRITÓRIO II				
Cariús	5186	PTB	x	-
Jucás	7145	PFL	x	-
Saboeiro	5242	PSD	x	-
MICRO TERRITÓRIO III				
Acopiara	14226	PSDB	-	x
Catarina	2807	PSDB	x	-
Iguatu	22205	PSDB	x	-
Quixelô	5299	PSDB	x	-

Quadro 37: Composição da Representação do Executivo Municipal – Mandato 2001 a 2004

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais ([site tse.gov.br](http://site.tse.gov.br))

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2004	REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA 2005/2008		
		PARTIDOS	HOMEM	MULHER
MICRO TERRITÓRIO I				
Baixio	2.402	PTB	x	-
Cedro	7.958	PP	x	-
Icó	18.981	PSDB	x	-
Ipaumirim	3.318	PSDB	x	-
Lavras da Mangabeira	9.777	PMDB	-	X
Orós	7.431	PP	-	X
MICRO TERRITÓRIO II				
Cariús	6.450	PPS	X	-
Jucás	7.127	PFL	X	-
Saboeiro	4.926	PTB	X	-
MICRO TERRITÓRIO III				
Acopiara	11.694	PPS	X	-
Catarina	4.323	PSDB	X	-
Iguatu	25.526	PSDB	X	-
Quixelô	5.457	PSDB	-	X

Quadro 38: Composição da Representação do Executivo Municipal – Mandato 2005 a 2008

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-RE Eleições Municipais (*site tse.gov.br*).

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2008	REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA 2009/2012		
		PARTIDOS	HOMEM	MULHER
MICRO TERRITÓRIO I				
Baixio	1.686	PMDB	-	X
Cedro	8.296	PP	X	-
Icó	17.896	PMDB	X	-
Ipaumirim	3.825	PMDB	X	-
L. da Mangabeira	9.392	PMDB	-	X
Orós	6.911	PSB	-	X
MICRO TERRITÓRIO II				
Cariús	6.654	PR	x	-
Jucás	6.994	PC do B	x	-
Saboeiro	5.152	PSDB	x	-
MICRO TERRITÓRIO III				
Acopiara	14.829	PTB	x	-
Catarina	3.520	PMDB	x	-
Iguatu	30.573	PMDB	x	-
Quixelô	5.054	PSB	x	-

Quadro 39: Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2009 a 2012

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais (*site tse.gov.br*)

PARTIDOS	Nº DE GESTORES	%	Nº DE GESTORES	
			HOMEM	MULHER
PSDB	16	30,77	14	02
PMDB	09	17,31	07	02
PP	07	13,46	06	01
PSD	06	11,54	06	-
PTB	04	7,69	04	-
PFL	03	5,77	03	-
PPS	02	3,85	02	-
PSB	02	3,85	01	01
PDT	01	1,92	01	-
PR	01	1,92	01	-
PC do B	01	1,92	01	-
TOTAL TERRITÓRIO	52	100,00	46	06

Quadro 40: Predominância de Gestores por Partido e Sexo - 1997 a 2012

Fonte: Análise da Consultoria com base na Consolidação das Informações de Diagnóstico, 2011.

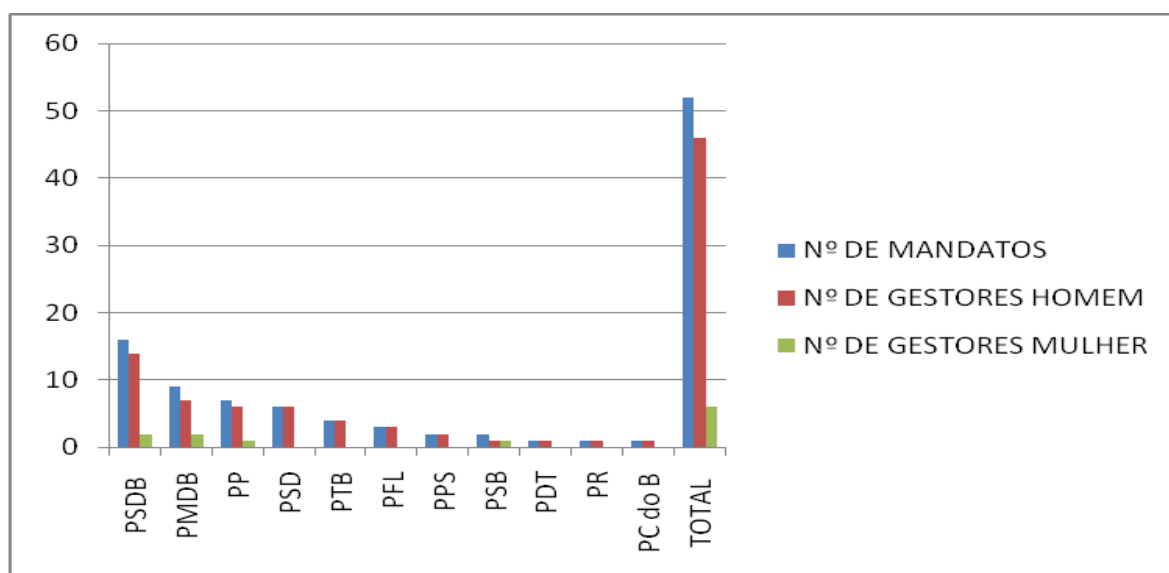


Figura 24: Gráfico do Comparativo entre Partido e Sexo dos Gestores Municipais - 1997 a 2012

Fonte: Análise da Consultoria com base na Consolidação das Informações de Diagnóstico, 2011.

A análise da representação político-partidária do executivo municipal mostra o PSDB como o partido com maior número de mandatos, representando 30,77%; em seguida vem o PMDB com 17,31%, seguidos do PP com 13,46%, do PSD com 11,54%, do PDB com 7,69%, do PFL com 5,77%, dos PPS e PSB com 3,85% cada e, finalmente, em igual valor os PDT, PR e PC do B com 1,92%.

De acordo com a referida análise dois aspectos chamam a atenção, ou seja, a hegemonia do PSDB durante os quatro mandatos com 30,77% e a pouca participação das mulheres na gestão pública, sendo que apenas quatro municípios do território conseguiram eleger mulheres, ou seja, o PSDB (2), PMDB (2), PP (1) e o PSB com 1 mulher. Os municípios que tiveram mulheres como gestoras foram Acopiara, Baixio e Quixelô com um mandato cada e Lavras da Mangabeira e Orós com dois mandatos.

Percebe-se que a presença, ausência ou o apoio dos gestores municipais na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial independe da cor partidária. A análise não permitiu visualizar nos referidos gestores a capacidade e qualidade do diálogo para o estabelecimento de parceria e cooperação em torno da referida estratégia. Na verdade, o que prevalece são as oportunidades criadas em função das conjunturas nacional ou estadual, daí porque a troca constante de partidos, conforme mostra os quadros 36 a 40, dos quatro mandatos, que revelam a composição de onze partidos diferentes.

Assim posto, a participação dos gestores municipais precisa ser ampliada e qualificada no sentido de consolidar uma ambiência de governança favorável a articulação e cooperação entre as esferas de governo com vistas à defesa e negociação de políticas públicas (programas e projetos) mais amplas e eficazes na perspectiva da superação dos grandes desafios apontados pelo diagnóstico territorial e, conseqüentemente, na concretização das proposições inscritas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento do território.

21.1.2 Poder Legislativo

Os Quadros 41 a 44 demonstram os mandatos dos/as vereadores/as, considerando os processos eleitorais dos últimos três períodos. Ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder legislativo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição), sobretudo com o governo municipal, no período antes referido.

Municípios	Representação Partidária do Legislativo Municipal													
	Número de Habitantes	Número de Vereadores	Mandato 2001/2004											PC do B
			PP	PMDB	PFL	PTB	PSD	PSDB	PT	PPS	PL	PAN	PDT	
Baixio	25.559	09	0	0	0	0	02	07	0	0	0	0	0	0
Cedro	24.204	13	06	0	0	01	02	02	0	02	0	0	0	0
Icó	62.743	21	0	0	02	0	07	06	0	01	04	0	01	0
Ipaumirim	11.551	11	0	0	0	01	04	05	0	0	0	01	0	0
Lavras da Mangabeira	31.145	17	02	05	0	0	04	04	0	0	0	0	02	0
Orós	21.935	15	06	0	0	0	02	04	0	0	03	0	0	0
Umari	7.394	09	0	0	0	0	02	01	01	05	0	0	0	0
Cariús	18.557	15	0	01	03	05	0	04	0	02	0	0	0	0
Jucás	22.799	15	0	0	10	0	0	05	0	0	0	0	0	0
Saboeiro	16.297	15	02	0	0	0	09	04	0	0	0	0	0	0
Acopiara	46.838	21	0	01	02	03	01	10	01	03	0	0	0	0
Catarina	15.991	09	0	0	0	02	01	05	0	0	0	0	01	0
Iguatu	86.976	21	0	05	0	02	05	05	0	01	0	0	03	0
Quixelô	15.584	11	0	01	0	0	03	04	0	02	0	0	0	01
TOTALTERRITÓRIO	407.573	202	16	13	17	14	42	66	02	16	07	01	07	01

Quadro 41: Composição da Representação do Legislativo Municipal – Mandato 2001/2004

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2002/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2000.

Municípios	Representação Partidária do Legislativo Municipal														
	Nº Hab.	Total de Vereadores	Mandato 2005/2008												
			PP	PMD B	PL	PTB	PMN	PFL	PSDB	PT	PPS	PHS	PDT	PRP	PSDC
Baixio	5.919	09	0	0	01	02	0	0	04	0	0	0	02	0	0
Cedro	24.771	09	04	0	0	0	0	0	03	0	01	0	0	0	01
Icó	63.808	10	01	0	0	04	0	0	04	0	0	0	01	0	0
Ipaumirim	11.699	09	0	03	0	0	0	0	05	0	0	0	0	0	01
Lavras da Mangabeira	31.486	09	0	04	0	0	01	0	02	0	02	0	0	0	0
Orós	22.029	09	02	0	0	02	0	0	05	0	0	0	0	0	0
Umari	7.146	09	02	01	0	01	0	0	01	01	0	0	0	03	0
Cariús	18.991	09	01	0	0	0	0	01	04	0	03	0	0	0	0
Jucás	23.592	09	0	0	0	0	0	06	03	0	0	0	0	0	0
Saboeiro	16.705	09	01	0	0	05	0	0	02	0	01	0	0	0	0
Acopiara	45.808	09	0	0	0	0	0	0	04	0	03	0	0	02	0
Catarina	17.811	09	0	01	0	0	0	0	06	02	0	0	0	0	0
Iguatu	91.859	10	0	02	02	01	0	0	02	0	01	01	01	0	0
Quixelô	15.544	09	0	01	0	02	0	0	03	02	01	0	0	0	0
TOTAL TERRITÓRIO	397.168	128	11	12	03	17	01	07	48	05	12	01	04	05	02

Quadro 42: Composição da Representação do Legislativo Municipal – Mandato 2005/2008

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2005/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2004

Municípios	Representação Partidária do Legislativo Municipal																					
	Nº de Hab.	Total de Vereadores	Mandato 2009/2012																			
			PP	PMDB	PR	PTB	PV	PSC	PSDB	PSB	PSL	PRB	PSDC	PDT	PSDC	DEM	PMN	PRP	PT	PC do B	PHS	PPS
Baixio	5.971	09	0	03	01	01	01	0	0	0	0	0	0	03	0	0	0	0	0	0	0	0
Cedro	25.469	09	04	0	0	01	0	0	02	0	0	01	0	0	01	0	0	0	0	0	0	0
Icó	65.377	11	01	02	01	01	0	0	01	0	01	01	01	0	01	01	0	0	0	0	0	0
Ipaumirim	11.966	09	0	04	0	01	0	0	03	0	0	0	0	0	01	0	0	0	0	0	0	0
Lavras da Mangabeira	30.612	09	0	04	0	0	0	01	02	0	0	0	0	0	0	0	02	0	0	0	0	0
Orós	21.824	10	03	01	01	02	0	0	01	01	0	0	0	0	0	0	0	01	0	0	0	0
Umari	7.855	08	0	02	01	0	0	0	01	01	0	0	0	0	0	0	0	0	03	0	0	0
Cariús	19.270	09	0	0	0	0	0	0	0	03	0	03	0	0	0	0	0	0	0	01	02	0
Jucás	23.654	09	0	0	0	0	0	0	04	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	05	0	0
Saboeiro	16.806	09	0	04	0	02	0	0	03	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Acopiara	50.485	10	0	03	01	0	0	0	02	0	0	0	0	0	0	0	0	0	01	01	0	02
Catarina	17.794	09	0	01	0	0	01	0	04	0	0	02	0	0	0	0	0	0	01	0	0	0
Iguatu	96.201	10	02	0	0	02	0	0	03	01	0	01	0	0	0	0	0	0	01	0	0	0
Quixelô	16.222	09	0	01	0	03	0	0	01	01	0	0	0	0	0	0	0	0	02	01	0	0
TOTAL DO TERRITÓRIO	409.506	130	10	25	05	13	02	01	27	07	01	8	01	03	03	01	02	01	08	08	02	02

Quadro 43: Composição da Representação do Legislativo Municipal – Mandato 2009/2012

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2009/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2008

Representação Partidária do Legislativo Municipal					
Partido	Nº de Vereadores/as				%
	Mandato 2001/2004	Mandato 2005/2008	Mandato 2009/2012	Total	
PP	16	11	10	37	8,04
PMDB	13	12	25	50	10,87
PR	-	03	05	08	1,74
PTB	14	17	13	44	9,57
PV	-	-	02	02	0,43
PSC	-	-	01	01	0,22
PSDB	66	48	27	141	30,65
PSB	-	-	07	07	1,52
PSL	-	-	01	01	0,22
PRB	-	-	08	08	1,74
PSDC	-	02	04	06	1,30
PDT	07	04	03	14	3,04
PFL/DEM	17	07	01	25	5,43
PMN	-	01	02	03	0,65
PRP	-	05	01	06	1,30
PT	02	05	08	15	3,26
PCdoB	01	-	08	09	1,96
PHS	-	01	02	03	0,65
PPS	16	12	02	30	6,53
PSD	42	-	-	42	9,14
PL	07	-	-	07	1,52
PAN	01	-	-	01	0,22
TOTAL DO TERRITÓRIO	202	128	130	460	100,00

Quadro 44: Predominância dos Vereadores/as Municipais por Partido - 2001/2012

Fonte: Análise da Consultoria com base na Consolidação das Informações de Diagnóstico, 2011.

No Quadro 44 os números indicam uma tendência dos mandatos do Poder Executivo, ou seja, no período (2001-2012), o PSDB aparece com 30,65% da média total de vereadores/as, enquanto o PMDB aparece com 10,87%; seguidos dos partidos PTB com 9,57%, do PSD com 9,14%, do PP com 8,04%, do PPS com 6,53 e do PFL/DEM com 5,43%. Os demais partidos aparecem com média que varia entre 3,26 a 0,22%. No período de doze anos, embora sem a constatação numérica, observa-se que participação feminina na política partidária ainda é muito insuficiente.

Assim como nos cargos do executivo, os números demonstram o fenômeno da não fidelidade partidária, haja vista que, durante os três mandatos, verificou-se a existência de 22 partidos com vereadores eleitos.

Durante a realização dos eventos territoriais constatou-se que a participação dos vereadores é muito reduzida. Quanto ao funcionamento das

Câmaras de Vereadores, algumas utilizam audiências públicas, porém esta prática ainda é muito tímida, referidas audiências acontecem quando os municípios sofrem problemas graves, a exemplo das secas.

Assim, tanto a participação do legislativo, quanto do judiciário precisa ser estimulada e qualificada no sentido de consolidar uma ambiência de governança favorável a articulação e cooperação entre as esferas de governo com vistas à implantação de políticas públicas mais amplas e eficazes na perspectiva da superação dos grandes desafios apontados pelo diagnóstico territorial e, conseqüentemente, na concretização das proposições inscritas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento do território.

21.2 Estrutura Administrativa e Atuação das Instituições Públicas

Antes de apresentar elementos de diagnóstico mais específico deste tema é necessário refletir sobre elementos de diagnóstico apontados no estudo do tema “Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial Rural”, na Série Documentos do CONDRAF Nº 01 (2005) que, entre outras coisas, aborda na forma de convergências/divergências e considerações/sugestões a referida temática com base no conjunto de estudos já realizados.

A primeira variável de diagnóstico refere-se ao panorama da institucionalidade, compreendido pelos componentes: (1) Articulação dos Atores sociais; (2) Composição do CMDR; (3) Caráter dos Conselhos; (4) Legitimidade da representação; (5) Papel do CMDR enquanto formulação e gestão de políticas públicas e (6) Capacitação e qualidade da participação dos atores sociais.

A segunda variável de diagnóstico aborda as bases territoriais e institucionais das diferentes esferas de gestão social, compreendida pelos componentes: (1) Abrangência e interação das ações; (2) Amplitude e enfoque dos debates; (3) Continuidade e descontinuidade das ações e (4) Mecanismos de apoio ao funcionamento das institucionalidades.

Outra variável trata dos principais avanços e obstáculos nos âmbitos: (1) do Desenvolvimento rural municipal; (2) da Articulação e cooperação entre os diferentes atores sociais; (3) da Organização, da participação e da capacitação dos atores locais, em especial dos agricultores familiares e das comunidades e (4) do Ambiente institucional e da consolidação de novas institucionalidades.

Considerando esta última variável o Quadro 45 apresentado a seguir a atuação de diversas instituições públicas que ofertam uma variedade de serviços e/ou ações com potencial de integração, no sentido de verificar a estrutura administrativa e a capacidade de atuação das instituições públicas nas diferentes esferas de governo, no contexto do desenvolvimento territorial e da teia de relações sociais do território.

21.2.1 Governo Federal e Estadual

O Território conta com atuação de diversas instituições públicas ofertando uma variedade de serviços. Como o Plano tem uma abrangência territorial, este passa a exigir destas instituições um maior nível de integração de suas ações, razão pela qual se destacam os principais serviços prestados ao território com potencial de integração entre as instituições.

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
1. Acesso ao Crédito	Banco do Brasil – Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS. <u>Atividades do DRS priorizadas no território</u> Apicultura: Acopiara, Icó, Iguatu, Jucás e Lavras da Mangabeira; Biodiesel: Acopiara, Carius, Catarina, Cedro, Iguatu, Jucás, Lavras de Mangabeira e Saboeiro. Bovino de leite: Orós, (porque só Orós?) Ovinocaprino: Catarina, Cedro e Icó Piscicultura: Orós (porque só Orós?) Fruticultura: Iguatu, Jucás, Quixelô?

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
	<p>Banco do Nordeste do Brasil</p> <p><u>Atividades priorizadas no território</u></p> <p>Piscicultura e Bovino de Leite – Agência Lavras da Mangabeira;</p> <p>Bovinocultura de leite e Fruticultura – Agência Iguatu.</p>
2. Assessoria/ Assistência Técnica e Capacitação	<p>SEBRAE.</p> <p><u>Atividades priorizadas no território</u></p> <p>Artesanato, Comércio varejista, Piscicultura, Fruticultura, Bovinocultura de leite e Apicultura.</p>
	<p>EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS</p> <p>Assistência/Assessoria Técnica Ambiental e Social para o fortalecimento da agricultura familiar e assentados da reforma agrária.</p>
3. Infraestrutura	<p>Caixa Econômica Federal</p> <p>Elaboração, acompanhamento e controle social aos projetos sociais, econômicos e ambientais implantados pelos municípios e estado em parceria com o Governo Federal.</p>
	<p>FUNASA</p> <p>Elaboração, acompanhamento e controle social aos projetos de saneamento básico no território.</p>
4. Meio Ambiente	<p>ICM/IBAMA</p> <p>Recuperação e preservação ambiental de áreas degradadas e em potencial de degradação.</p>
	<p>SEMACE</p> <p>Licença ambiental para os projetos implantados nos territórios demandantes desta ação</p>
5. Abastecimento e Comercialização	<p>CONAB Iguatu/Icó</p> <p>Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA.</p>
	<p>SDA/MDS</p> <p>Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA e PAA</p>

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
	LEITE.
6. Certificação de Produtos de Origem Animal	Superintendência do Ministério da Agricultura SFA Serviços de Inspeção Federal – SIF
	ADAGRI Serviços de Inspeção Estadual – SIE
	Prefeituras Municipais Serviços de Inspeção Municipal – SIM
7. Acompanha as Políticas de Desenvolvimento Agrário	Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário – DFDA – CEARÁ
8. Acesso ao Conhecimento	Centro Vocacional Tecnológico - Formação e capacitação profissional (Icó/Iguatu) Instituto Federal de Educação: Ensino Superior Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR Formação Profissional e Promoção Social Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC Educação Profissional Serviço Social do COMÉRCIO - SESC Mantido pelos empresários do comércio, atua nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura e assistência. Universidade Regional do Cariri - URCA-CAMPUS IGUATU Faculdade de Educação, Ciência e Letras de Iguatu – FECLI Ensino Superior
9. Acesso ao Emprego	SINE/IDT- Informação sobre oportunidade de trabalho e renda

Quadro 47: Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração

Fonte: Pesquisa da Consultoria junto às Instituições com Atuação no Território, 2010-2011

Tomando como referência os serviços de acesso ao crédito, constata-se que o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco do Brasil e o SEBRAE priorizam, no seu planejamento institucional, atividades onde é fundamental a integração de ações entre estas instituições. Além destas três instituições,

outras apresentam grande potencialidade para integrar ações, entre elas a CONAB, ADAGRI e SFA na certificação dos produtos processados e a EMATERCE e INSTITUTO AGROPOLOS na prestação de serviços de assistência técnica.

No entanto, a integração de ações ainda se constitui um grande desafio, haja vista que a cultura e a vivência institucional são de desenvolver as ações de forma isolada, trazendo como consequência a desarticulação da oferta de políticas públicas e, por conseguinte, a desarticulação da demanda.

O Comitê de Articulação Estadual (CAE), do Programa Territórios da Cidadania (PTC), vem desenvolvendo esforços no sentido de melhorar a oferta de políticas públicas e de qualificar as demandas apresentadas pela sociedade de forma geral. Desta forma, a constituição dos Comitês Temáticos como instância propositiva e de qualificação da demanda e os grupos temáticos do CAE vêm se configurando como uma experiência que poderá produzir bons frutos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade. Vale destacar que apesar do CAE ter sido constituído para articular ações do Programa Territórios da Cidadania, este Comitê também vem articulando ações para os territórios rurais que ainda não fazem parte do referido Programa.

21.2.2 Governo Municipal

A organização da estrutura administrativa municipal se concretiza nas diversas Secretarias Municipais e outras instâncias (legislativo e judiciário), ofertando uma variedade de serviços em parceria com o governo estadual e federal e instituições privadas. Dada a natureza territorial do Plano, este passa a exigir destas estruturas um maior nível de diálogo e integração em torno do planejamento e priorização da agenda institucional local, razão pela qual se destacam os principais serviços prestados ao território com potencial de integração entre as referidas Secretarias Municipais, sem desconsiderar o legislativo municipal e o judiciário. O Quadro 46 revela esta organização e os serviços prestados pelas principais instituições públicas de base municipal.

Tipos de Serviços	Instituições	Localização
Infraestrutura	Secretaria de Obras	Todos os municípios
Meio Ambiente	Secretaria ou Departamento de Meio Ambiente	Todos os municípios
Educação	Secretaria de Educação	Todos os municípios
Assistência Técnica e Desenvolvimento Rural sustentável, Recursos Hídricos	Secretaria de Agricultura ou Secretaria de Desenvolvimento Sustentável	Todos os municípios
Comunicação	Secretaria ou assessoria de Comunicação	Todos os municípios
Saúde	Secretaria de Saúde	Todos os municípios
Assistência Social Emprego e Renda	Secretaria de Assistência Social ou Trabalho e Desenvolvimento Social	Todos os municípios
Gestão e Controle Finanças	Secretaria de Administração e Finanças ou Secretaria de Gestão (Iguatu)	Todos os municípios
Emprego e Renda	Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo Secretaria do Desenvolvimento Econômico	Iguatu
Cultura, Esporte e Lazer	Secretaria do Esporte e Juventude ou Cultura e Desporto	Todos os municípios
Turismo e Cultura	Secretaria de Turismo	Icó/Iguatu/Orós
Aqüicultura e Pesca	Secretaria de Aqüicultura e Pesca	Orós
Indústria e Comércio	Secretaria de Indústria e Comércio	Nenhum município
Agronegócios	Secretaria de Agronegócios	Nenhum município

Quadro 46: Serviços Prestados pelos Municípios ao Território

Fonte: Pesquisa da Consultoria junto às Secretarias Municipais, 2010-2011.

A análise deste Quadro não é muito diferente da análise anterior, ou seja, apesar das Secretarias Municipais estarem muito próximas entre si e da própria população, a experiência tem mostrado que elas, muitas vezes, desenvolvem atividades de forma desarticulada, sem relacionar e potencializar as ações e os objetivos que tem em comum.

Essa atuação isolada pode ocasionar superposição de papéis e recursos de toda ordem, apontando, necessariamente, para um planejamento melhor dos entes municipais no que se refere ao aperfeiçoamento na utilização dos recursos e uma melhor oferta dos serviços públicos. Portanto, articular ações de âmbito municipal também se constitui um grande desafio a ser enfrentado pelos gestores municipais e sociedade civil.

21.3 Estrutura Socioorganizativa e Política da Sociedade Civil

Assim como as instituições públicas, também são várias as entidades da sociedade civil que prestam serviços ou desenvolvem ações importantes na busca do desenvolvimento do território. Assim, destacam-se aquelas com maior potencial de integração de ações, em consonância com o Plano, cuja área de abrangência também é de base territorial.

Tipos De Ações/Serviços	Entidades
Política Sindical	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR
	Conselhos Setoriais de Direitos
	Sindicato dos Servidores Públicos Federal Sindicato dos Servidores Públicos Estadual FETRAECE
Reforma Agrária	Movimento dos Sem Terra - MST
	Fórum dos Assentados/as
	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Convivência com o Semi Árido	Fórum Cearense pela Vida no Semi Árido - FCVSA
Meio Ambiente	Organizações Não Governamentais – ONGs que trabalham a temática ambiental/CONDEMA
Recursos Hídricos	Comitês de Bacias Hidrográficas
Articulação/organização dos/as Apicultores/as	Cooperativa de Pequenos Produtores
Formação, Capacitação e Assessoria Técnica	Instituto Elo Amigo
Acompanhamento e Controle Social de Ações e Políticas Públicas (voltadas para projetos produtivos e desenvolvimento sustentável dos municípios)	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – CMDS Federação das Associações Conselhos Comunitários das Associações
Acompanhamento e Controle Social de Ações e Políticas Públicas de Saúde	Conselhos Municipais de Saúde
Acompanhamento e Controle Social de Ações e Políticas Públicas de Assistência Social	Conselho Regional/municipal de Assistência Social
Acompanhamento e Controle Social de Ações e Políticas Públicas de Educação.	Conselhos Municipais de Educação

Tipos De Ações/Serviços	Entidades
Acompanhamento e Controle Social de Ações e Políticas Públicas (voltadas para a criança e adolescente)	Conselho Tutelar Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente
Religião	Pastorais Sociais e Regiões Episcopais
Outras	Conselho da Mulher, Idoso, Deficiente, Segurança Alimentar, Habitação, Conselho Comunitário de Defesa Social, Conselho de Desenvolvimento Regional Centro Sul/Vale do Salgado

Quadro 47: Ações e Serviços Prestados pelas Entidades com Potencial de Integração

Fonte: Pesquisa da consultoria junto às Entidades da Sociedade Civil, 2010-2011.

O processo de articulação de ações entre entidades da sociedade civil, por natureza das ações, exige um esforço maior, haja vista que as bandeiras de luta de cada uma muitas vezes se dão em campos opostos, o que é importante, entretanto, a questão aqui colocada não trata de juntar todas para atuarem conjuntamente, até porque é fundamental preservar a identidade e o espírito de luta de cada entidade. Todavia, tem movimentos que exigem de outros um apoio maior para assegurar a sua sobrevivência em espaços bastante competitivos, principalmente entre grandes e pequenos, citando a exemplo as organizações de caráter produtivo. Assim, o desafio está na capacidade de mobilização e identificação de temas de interesse que exigem ações articuladas, sem prejuízo para a identidade e autonomia das referidas entidades, o que torna fator preponderante para o fortalecimento das entidades representativas da sociedade civil com vistas à conquista dos direitos fundamentais, assegurados na constituição de 1988.

22. INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL TERRITORIAL

22.1 Municipalização das Políticas Públicas

A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia-conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (Município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Não deve, portanto, ser confundida com desconcentração, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos sem transferência da autoridade e autonomia decisória.

Na prática, entretanto, a descentralização acarretou em quase todos os municípios sérias conseqüências, entre elas destacam-se: (1) As responsabilidades foram transferidas, mas os recursos ou não o foram ou foram transferidos em quantidades insuficientes; (2) As prefeituras não foram preparadas para receber os encargos transferidos; (3) As ações foram programadas de forma desintegrada e desarticulada; (4) Os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de programar as políticas regionais e (5) a adoção de critérios regressivos na distribuição de recursos, descentralizando proporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

Avançar na perspectiva da descentralização significa garantir em todo o país as políticas de enfrentamento à fragmentação do tecido social e a garantia dos direitos sociais, efetivadas na integração dos governos federal, estadual e municipal, numa concepção regional ou territorial, fortalecendo o poder dos seus executores/atores. Devem assumir, portanto, o caráter universal e estruturante, sem, contudo, deixar de considerar a multiculturalidade e a diversidade dos excluídos socialmente.

Considerando que cada vez mais os governos municipais passam a ter sob a sua responsabilidade o enfrentamento de questões relativas à saúde, saneamento, educação, habitação, meio ambiente e, diante da dependência da receita pública originária da arrecadação realizada pelo governo estadual e federal e que são transferidos aos municípios, torna-se necessária a adoção de medidas por parte dos municípios no sentido de diminuir os riscos de vulnerabilidade, bem como encontrar meios próprios para avançar na realização dos seus programas prioritários.

Assim, um elemento de diagnóstico considerado neste item refere-se ao orçamento público municipal que tem origem em duas matrizes, ou seja, (1) Transferências governamentais de caráter federal e estadual e (2) Receitas oriundas da arrecadação de impostos do próprio município.

22.1.1 Transferências Governamentais

As transferências mencionadas são originárias do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), Convênios, Transferências de Capital, dentre outros, que constituem o montante orçamentário.

Os Quadros 48 a 50 detalham as transferências em nível federal no período de 2006 a 2009 considerando, em separado, cada transferência, ou seja, Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB).

FPM				
Municípios	2006	2007	2008	2009
Baixio	2.805.841,60	3.217.272,40	3.956.568,51	3.692.004,95
Cedro	6.546.962,95	7.506.968,29	9.231.992,57	8.614.677,57
Icó	10.851.742,71	12.326.656,83	15.826.272,59	14.768.018,33
Ipaumirim	3.736.282,28	4.176.824,22	5.275.424,43	4.922.673,06
Lavras da Mangabeira	7.482.243,11	8.579.392,16	9.231.992,57	9.845.345,67
Orós	5.515.147,40	6.214.282,37	7.913.136,51	7.384.009,36
Umari	2.805.841,60	3.217.272,40	3.956.568,51	3.692.004,95
MICRO TERRITORIO I				

FPM				
Municípios	2006	2007	2008	2009
Total	39.744.061,65	45.238.668,67	55.391.955,69	52.918.733,89
Cariús	5.611.682,54	6.434.544,28	7.913.136,51	7.384.009,36
Jucás	5.515.147,40	6.996.278,06	7.913.136,51	7.384.009,36
Saboeiro	4.625.714,82	5.195.553,27	6.594.280,45	6.153.341,23
MICRO TERRITÓRIO II				
Total	15.752.544,76	18.626.375,61	22.420.553,47	20.921.359,95
Acopiara	9.072.877,61	10.289.198,73	13.188.560,59	12.306.682,07
Catarina	5.609.033,86	6.434.544,28	7.913.136,51	7.384.009,36
Iguatu	14.026.095,10	16.086.359,83	19.782.840,65	18.460.022,90
Quixelô	4.625.714,82	5.195.553,27	6.594.280,45	6.153.341,23
MICRO TERRITÓRIO III				
Total	33.333.721,39	38.005.656,11	47.478.818,20	44.304.055,56
TOTAL TERRITÓRIO	88.830.328	101.870.700	125.291.327	118.144.149

Quadro 48: Transferências Governamentais do Fundo de Participação dos Municípios
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2006, 2007, 2008 e 2009.

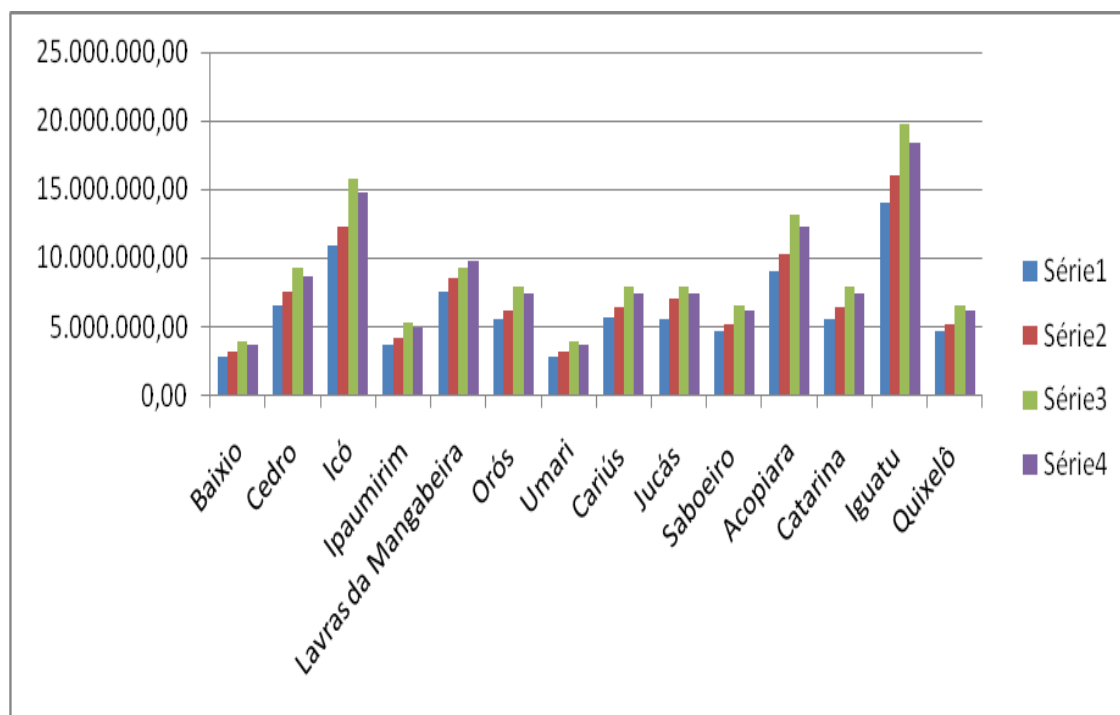


Figura 25: Transferências Governamentais do Fundo de Participação dos Municípios
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará - Anos 2006, 2007, 2008 e 2009.

FUNDEF (até 2006) - FUNDEB (2007 até 2010)				
Municípios	2006	2007	2008	2009
Baixio	899.807,52	1.192.290,43	1.660.704,87	1.944.120,23
Cedro	3.255.611,85	4.718.656,68	6.589.591,22	7.551.547,43
Icó	10.355.923,77	13.118.521,03	17.491.350,34	18.586.772,71
Ipaumirim	1.361.295,83	1.848.514,87	2.477.477,40	2.750.638,46
Lavras da Mangabeira	4.407.663,72	5.725.766,45	7.235.692,90	8.226.997,55
Orós	2.906.395,95	3.982.075,96	5.442.995,12	6.039.645,74
Umari	1.195.436,11	1.595.254,18	1.893.451,07	2.163.801,03
MICRO TERRITORIO I				
Total	24.382.134,75	32.181.079,60	42.791.262,92	47.263.523,15
Cariús	2.547.743,29	3.602.798,83	4.615.198,58	5.183.592,16
Jucás	3.614.724,10	4.601.323,42	5.983.326,06	6.593.394,32
Saboeiro	2.837.671,00	3.744.711,77	4.647.064,67	4.995.680,88
MICRO TERRITORIO II				
Total	9.000.138,39	11.948.834,02	15.245.589,31	16.772.667,36
Acopiara	7.569.107,82	9.668.532,48	13.016.528,61	14.597.416,59
Catarina	1.659.625,77	2.149.552,13	2.816.361,12	3.262.680,47
Iguatu	8.794.777,50	11.385.007,54	15.834.795,29	17.851.985,91
Quixelô	2.679.894,43	3.350.298,40	4.398.719,80	4.837.004,74
MICRO TERRITORIO III				
Total	20.703.405,52	26.553.390,55	36.066.404,82	40.549.087,71
TOTAL TERRITÓRIO	54.085.679	70.683.304	94.103.257	104.585.278

Quadro 49: Transferências Governamentais FUNDEF e FUNDEB

Fonte: Ministério da Fazenda (www.tesouro.fazenda.gov.br)

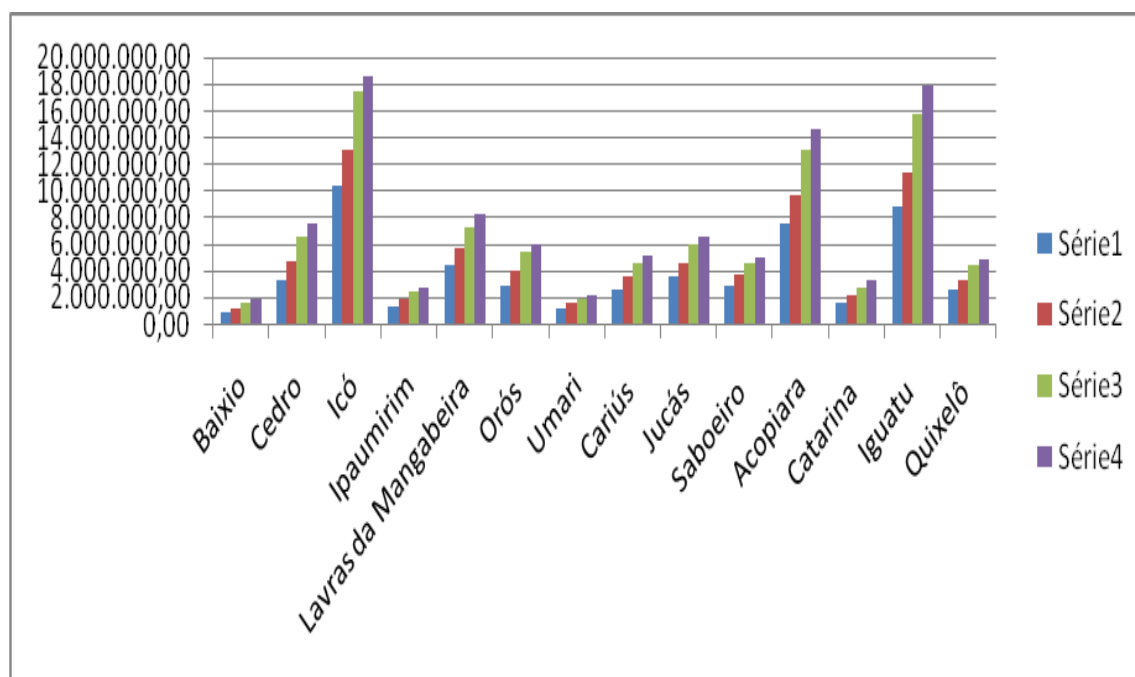


Figura 26: Transferências Governamentais FUNDEF e FUNDEB

Fonte: Ministério da Fazenda (www.tesouro.fazenda.gov.br)

ICMS COTA-PARTE (R\$ 1.000)				
Municípios	2006	2007	2008	2009
MICRO TERRITORIO I				
Baixio	835.534	795.502	1.115.373	1.117.883
Cedro	1.291.999	1.230.043	1.594.989	1.369.957
Icó	1.639.740	1.492.825	2.090.110	1.957.257
Ipaumirim		1.120.805	1.507.528	1.011.648
Lavras da Mangabeira	1.182.989	1.178.788	1.469.028	1.181.317
Orós	1.316.176	1.218.665	1.456.219	1.698.310
Umari	871.268	1.051.522	1.194.548	1.142.409
Total	7.137.705	8.088.150	10.427.794	9.478.781
MICRO TERRITORIO II				
Cariús	929.597	1.048.843	1.257.384	1.519.485
Jucás	1.318.779	1.281.607	1.479.370	1.917.578
Saboeiro	890.316	968.649	1.257.756	887.823
Total	3.138.692,09	3.299.098,91	3.994.509,56	4.324.885,74
MICRO TERRITORIO III				
Acopiara	1.712.038	1.494.692	1.937.149	1.943.451
Catarina	1.002.881	980.619	1.212.890	1.517.599
Iguatu	5.413.178	4.930.129	6.146.123	6.692.100
Quixelô	1.027.876	1.005.603	1.257.060	1.300.586
Total Micro III	9.155.972	8.411.043	10.553.221	11.453.737
TOTAL TERRITÓRIO	19.432.370	19.798.292	24.975.526	25.257.405

Quadro 50: Transferências Governamentais ICMS COTA- PARTE

Fonte: Ministério da Fazenda (www.tesouro.fazenda.gov.br)

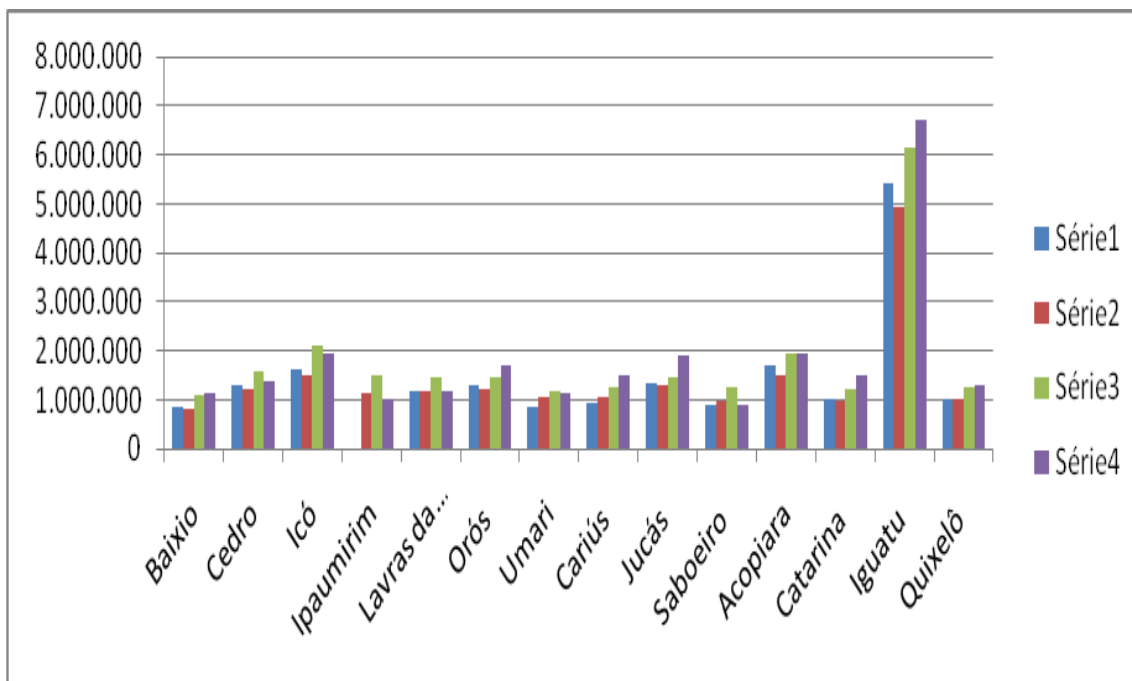


Figura 27: Transferências governamentais ICMS COTA PARTE
Fonte: Ministério da Fazenda (www.tesouro.fazenda.gov.br)

TOTAL FPM + ICMS + FUNDEB POR MICROTERRITÓRIO				
Micro Territórios	2006	2007	2008	2009
Micro I	71.263.902,13	85.507.898,33	108.611.013,40	109.661.038,52
Micro II	27.891.375,24	33.874.308,54	41.660.652,34	42.018.913,05
Micro III	63.193.099,34	72.970.089,70	94.098.444,81	96.306.880,79
TOTAL TERRITÓRIO	162.348.376,71	192.352.296,57	244.370.110,55	247.986.832,36

Quadro 51: Resumo Total das Transferências Governamentais - Anos 2006 a 2009
Fonte: Análise da Consultoria com base na Consolidação das Informações de Diagnóstico, 2011.

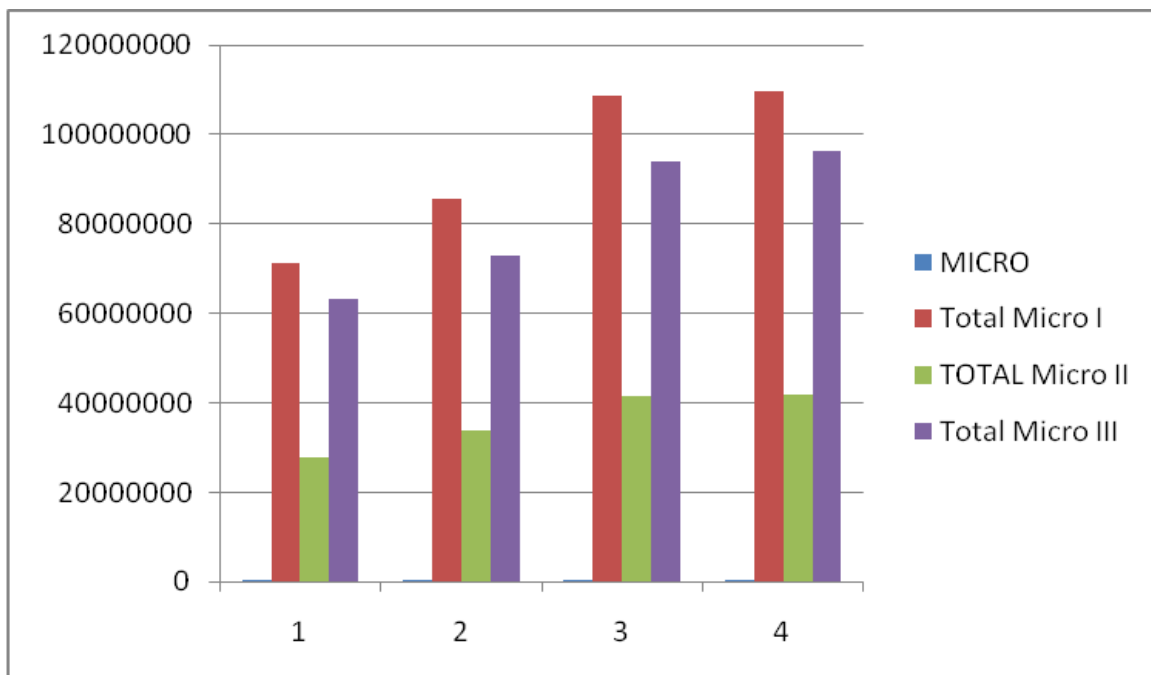


Figura 28: Comparativo do Total das Transferências Governamentais entre os Micro territórios Anos 2006 a 2009

Fonte: Análise da Consultoria com base na Consolidação das Informações de Diagnóstico, 2011.

De acordo com os números antes referidos, constata-se que a distribuição total entre 2006 a 2009 dos recursos com as transferências governamentais (ICMS, FPM, FUNDEF/FUNDEP), entre os micro territórios, o que recebeu o maior volume de recursos foi o Micro território I, com repasses da ordem de 44,28%, em seguida vem o Micro território III com 38,55% e, por último, o Micro território II com 17,17%. Entre os municípios destacam-se Iguatu e Icó.

22.1.2 Arrecadação dos Municípios

As receitas tributárias dos municípios são compostas dos impostos por ele arrecadados, entre eles o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto Sobre Serviços (ISS), Taxas diversas e Contribuição de melhorias.

Estes impostos complementam a receita total do município, já que a maior parte destas vem dos repasses já referidos. Os Quadros 54 e 55 revelam como estes se comportam na série de quatro anos.

ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA (R\$ 1.000)				
Municípios	2006	2007	2008	2009
MICRO TERRITÓRIO I				
Baixio	51.885	70.208	30.812	30.811,58
Cedro	702.011	674.136	797.506	891.074,91
Icó	1.999.028	1.642.930	1.858.151	2.209.761,44
Ipauimirim	-	252.956	247.700	303.909,80
Lavras da Mangabeira	677.646	610.510	559.881	631.307,03
Orós	682.710	729.810	867.483	883.201,43
Umari	229.085	283.023	252.160	301.258,14
Total	4.342.363,99	4.263.574,39	4.613.692,17	5.251.324,33
MICRO TERRITÓRIO II				
Cariús	467.015	547.363	669.364	750.426,85
Jucás	490.538	665.860	700.369	715.668,43
Saboeiro	476.648	494.208	630.478	467.012,45
Total	1.434.201,24	1.707.431,02	2.000.210,75	1.933.107,73
MICRO TERRITÓRIO III				
Acopiara	916.545	923.061	1.049.211	1.386.409,95
Catarina	593.746	559.563	669.904	728.600,76
Iguatu	4.058.188	4.146.709	4.850.482	6.536.732,37
Quixelô	434.593	424.699	336.770	389.385,68
Total	6.003.072,21	6.054.032,22	6.906.366,24	9.041.128,76
TOTAL TERRITÓRIO	11.779.637	12.025.038	13.520.269	16.225.561

Quadro 52: Arrecadação Orçamentária dos Municípios

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2006 a 2009.

ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA				
Micro Territórios	2006	2007	2008	2009
Total Micro I	4.342.363,99	4.263.574,39	4.613.692,17	5.251.324,33
Total Micro II	1.434.201,24	1.707.431,02	2.000.210,75	1.933.107,73
Total Micro III	6.003.072,21	6.054.032,22	6.906.366,24	9.041.128,76
TOTAL TERRITÓRIO	11.779.637,44	12.025.037,63	13.520.269,16	16.225.560,82

Quadro 53: Comparativo da Arrecadação Tributária entre os Micro territórios

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2006 a 2009.

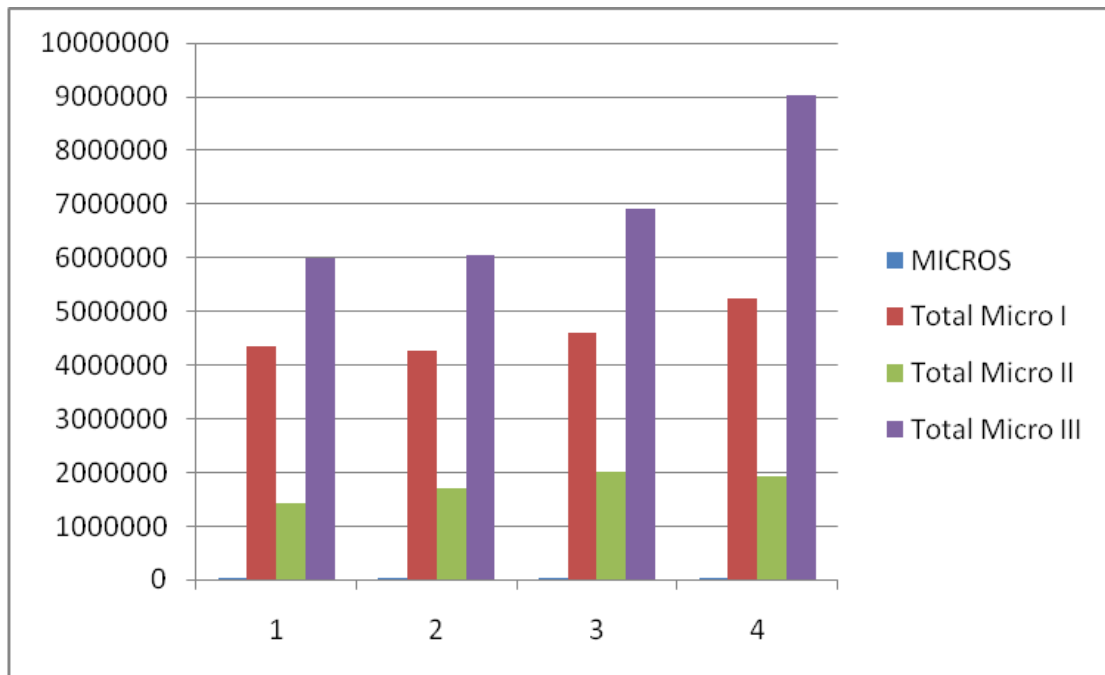


Figura 29: Arrecadação Orçamentária dos Municípios
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2006 a 2009.

De acordo com os números acima, constata-se que o micro território I arrecada 34,49% do volume total de recursos, a Micro II 13,21% e a Micro III aparece com maior arrecadação com 52,30%. Entre os municípios destacam-se Iguatu e Icó.

22.2 Territorialização das Políticas Públicas (Município/Estado/União)

Os elementos de diagnóstico acima e as reflexões que eles sugerem, indica que o Estado brasileiro ainda não conseguiu pensar as políticas públicas como condição de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs e, nesse contexto, as políticas/programas assumem um caráter compensatório e reparador que, por sinal, não respondem aos direitos, na forma de lei, assegurados na Constituição democrática de 1988.

Por outro lado e, mais recentemente, tem-se observado a vontade político-administrativa das esferas de governo municipal, estadual e federal em estabelecer canais de articulação e cooperação para a execução de políticas públicas (ou ações sociais públicas). Um exemplo dessa vontade é o Pacto pela Territorialização do Estado do Ceará, onde a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em 2009, conjuntamente com o

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o compromisso de cooperar para a implantação integrada de políticas públicas, adotando a abordagem territorial em todo o estado do Ceará.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no território é muito particular e sutil para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o território Centro Sul Vale do Salgado.

O governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo uma iniciativa importante quanto ao Plano Plurianual que trata de promover debates junto à população com vistas à priorização de ações, bem como para prestação de contas das ações implantadas pelo PPA. Para tanto, vem promovendo este debate de forma participativa, envolvendo representantes das oito macrorregiões de planejamento, onde estão inseridos os territórios de identidade. A seguir as ações ofertadas por macrorregiões e por territórios de identidade para o exercício 2010.

22.2.1 Ações Públicas Ofertadas pelo Governo Estadual

SECRETARIA/PROGRAMA	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA MACRORREGIÃO	589.669.480,00	100
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA-SEINFRA	43.201.737,00	7,3
Rodoviário do Estado do Ceará- CEARÁ III	20.711.095,00	
Otimização de Segurança de Trânsito	62.500,00	
Programa de Telecomunicações do Estado	410.000,00	
Aeroportuário	50.000,00	
Rodoviário do Estado do Ceará	13.792.327,00	
Suprimento e Universalização do Atendimento com Energia Elétrica	3.673.637,00	
Transporte Metro – Ferroviário	1.505.178,00	
Modernização da Gestão Pública	2.990.000,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	7.000,00	
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL-SSPDS	17.991.016,00	3,05

Ronda	898.000,00	
Defesa Civil Permanente	9.000,00	
Proteção às Crianças, Adolescentes, Mulheres e Minorias	625.000,00	
Segurança Moderna e com Inteligência	15.655.152,00	
Coordenação e Manutenção Geral	10.000,00	
Valorização do Servidor	60.000,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	733.864,00	
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	90.000,00	0,01
Valorização do Servidor	90.000,00	
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA- SEJUS	8.515.000,00	1,4
Infraestrutura do Sistema Penitenciário do Ceará- INFRAPEN	4.780.000,00	
Gestão do Sistema Penitenciário do Ceará- GESPEN	3.165.000,00	
Promoção da Qualificação e Ressocialização do Preso e Egresso- PROATIVOS	485.000,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	85.000,00	
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO -SDA	32.393.332,00	5,5
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária	22.900,00	
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural	11.073.244,00	
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	9.387.549,00	
Projeto do Desenvolvimento Rural Sustentável- SÃO JOSÉ III	2.943.432,00	
Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER	4.736.870,00	
Programa de Combate a Pobreza Rural no Ceará- PROJETO SÃO JOSÉ II	2.613.241,00	
Ação Fundiária	1.616.096,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC	93.313.460,00	15,8
Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	25.353.640,00	
Qualidade da Educação Básica nas Zonas Rural e Urbana	2.263.168,00	
Organização e Gestão Democrática da Educação Básica	652.063,00	
Cooperação entre Estado e Município	29.571.923,00	
Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência	261.139,00	
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	100.031,00	
Coordenação e Manutenção Geral	1.474.564,00	
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude	31.014.655,00	
Valorização do Servidor	559.784,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	2.062.493,00	
SECRETARIA DE SAÚDE- SESA	100.121.888,00	17
Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	5.479.423,00	
Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada- Empréstimo BID	18.355.981,00	
Fortalecimento da Atenção a Saúde nos Níveis Secundários e Terciários	74.364.321,00	
Fortalecimento da Atenção Primária a Saúde	2.000,00	
Gestão, controle Social e Institucional do SUS	5.500,00	
Vigilância em Saúde	1.893.663,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	21.000,00	
SECRETARIA DA CULTURA-SECULT	2.121.628,00	0,35

Biblioteca Cidadã	467.668,00	
Programa de Incentivo às Artes e Cultura do Ceará	1.514.000,00	
Memória Cultural	139.960,00	
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS- SRH	30.551.439,00	5,2
Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos- PROGERIRH Adicional	28.601.439,00	
Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos	900.000,00	
Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais	1.050.000,00	
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR-SECITECE	66.724.961,00	11,3
Transferência de tecnologias para o Desenvolvimento Regional Integrado	135.500,00	
Ceará Digital	445.857,00	
Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento	20.209.697,00	
Gestão do Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior	10.197.807,00	
Pesquisa e Desenvolvimento Científico	8.000,00	
Programa de Climatologia e Meio Ambiente- PROCLIMA	100.000,00	
Coordenação e Manutenção Geral	35.486.100,00	
Valorização do Servidor	4.000,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	138.000,00	
SECRETARIA DE TURISMO-SETUR	2.000.000,00	0,33
Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos	2.000.000,00	
SECRETARIA DO ESPORTE-SESPORTE	3.303.470,00	0,6
Esporte Educacional	1.814.114,00	
Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas	1.489.356,00	
SECRETARIA DAS CIDADES	40.247.217,00	6,8
Estruturação e Requalificação Urbana	3.499.795,00	
Habitacional	2.613.644,00	
Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará- Cidades do Ceará (Cariri Central)	17.472.360,00	
Desenvolvimento e Integração Regional	1.558.288,00	
Saneamento Ambiental do Ceará	15.103.130,00	
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL- STDS	17.462.182,00	3
Programa de Apoio as Reformas Sociais do Ceará PROARES	7.240.000,00	
Segurança Alimentar e Nutricional	42.030,00	
Proteção Social Básica	1.274.263,00	
Trabalho Competitivo, Alcançando a Empregabilidade	3.561.408,00	
Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato	1.502.383,00	
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	50.000,00	
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	125.000,00	
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude	1.656.700,00	
Proteção Social Especial	2.010.398,00	
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- CEDE	1.000.000,00	0,2
Gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará	1.000.000,00	

ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	130.632.150,00	22,1
Encargos Gerais do Estado	130.632.150,00	

Quadro 54: Eixos e Programas prioritários do PPA 2008-2011 por Secretaria de Estado

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG), 2010.

No debate do PPA tomou-se como referência a macrorregião do Cariri e Centro Sul, portanto, os recursos antes citados não são exclusivos do território do Centro Sul Vale do Salgado, existem recursos também do território do Cariri.

O processo de planejamento do PPA é avaliado pelos colegiados territoriais como de fundamental importância, uma vez que abre espaço para a participação da sociedade. No entanto, os territórios clamam por oportunidades mais reais de deliberação sobre os recursos ofertados pelo governo estadual.

SECRETARIA/PROGRAMA	VALOR (R\$)	%
Secretaria da Infraestrutura-SEINFRA	43.201.737,00	7,3%
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social- SSPDS	17.991.016,00	3,05%
Conselho Estadual de Educação	90.000,00	0,01%
Secretaria da Justiça e Cidadania- SEJUS	8.515.000,00	1,4%
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – DAS	32.393.332,00	5,5%
Secretaria de Educação – SEDUC	93.313.460,00	15,8%
Secretaria de Saúde – SESA	100.121.888,00	17%
Secretaria da Cultura – SECULT	2.121.628,00	0,35%
Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH	30.551.439,00	5,2%
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	66.724.961,00	11,3%
Secretaria de Turismo – SETUR	2.000.000,00	0,33%
Secretaria do Esporte – SESPORTE	3.303.470,00	0,6%
Secretaria das Cidades	40.247.217,00	6,8%
Secretaria do Trabalho E Desenvolvimento Social – STDS	17.462.182,00	3%
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE	1.000.000,00	0,2%
Encargos Gerais do Estado	130.632.150,00	22,1%
TOTAL	589.669.480,00	100%

Quadro 55: Comparativo de Recursos entre as Secretarias/Programas

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG), 2010.

O Quadro 56 a seguir detalha as instituições com atuação regionalizada com destaque para a macrorregião do Cariri e Centro Sul, explicitando esta atuação dentro e fora dos municípios do território Centro Sul e Vale do Salgado.

Instituições com sede no território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros territórios atendidos pelas instituições com sede ou atuação no território
16ª CREDE – Iguatu		Iguatu, Acopiara, Cariús, Catarina, Jucás, Orós, Quixelô	
17ª CREDE – Icó		Baixio, Cedro, Icó, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Umari	Várzea Alegre
	18ª CREDE – Crato	Saboeiro	Crato, Assaré, Araripe, Nova Olinda, Santana do Cariri, Campos Sales, Antonina do Norte, Altaneira, Tarrafas e Salitre
17ª CRES – Icó		Icó, Cedro, Orós, Umari, Baixio, Ipaumirim e Lavras da Mangabeira.	
18ª CRES – Iguatu		Acopiara, Catarina, Quixelô, Iguatu, Jucás, Cariús e Saboeiro	Mombaça, Piquet Carneiro e Deputado Irapuan Pinheiro
BNB – Iguatu		Iguatu, Acopiara, Cariús, Catarina, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro, Cedro, Icó.	
BNB – Lavras da Mangabeira		Baixio, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira e Umari	Aurora, Granjeiro e Várzea Alegre
SEBRAE – Iguatu		Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari	Antonina do norte, Deputado Irapuan Pinheiro, Piquet carneiro e Tarrafas
EMATERCE – Regional Iguatu		Iguatu, Acopiara, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás e Lavras da Mangabeira	
INSS APS - ACOPIARA		Acopiara e Catarina	Deputado Irapuan Pinheiro
INSS APS ICÓ		Baixio, Icó, Ipaumirim, Orós e Umari	
INSS APS IGUATU		Cariús, Cedro, Iguatu, Jucás, Lavras da Mangabeira, Saboeiro e Quixelô	Várzea Alegre e Tarrafas
	SEPLAG Plano Pluri Anual – PPA	Acopiara, Catarina, Baixio, Icó, Ipaumirim, Orós, Umari, Cariús, Cedro, Iguatu, Jucás, Lavras da	Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo,

Instituições com sede no território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros territórios atendidos pelas instituições com sede ou atuação no território
	Macrorregião de Planejamento	Mangabeira, Saboeiro e Quixelô	Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jati, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre
Regional da FETRAECE - Iguatu		Acopiara, Catarina, Baixio, Icó, Ipaumirim, Orós, Umari, Cariús, Cedro, Iguatu, Jucás, Lavras da Mangabeira, Saboeiro e Quixelô	Pedra Branca, Senador Pompeu, Milhã, Solonópole, Mombaça, Piquet Carneio e Deputado Irapuan Pinheiro
Comitê da Bacia do Alto Jaguaribe – Sede Iguatu.		Acopiara, Cariús, Catarina, Icó, Iguatu, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro	Aiuaba, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Arneiroz, Assaré, Campos Sales, Farias Brito, Nova Olinda, Parambu, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Tauá
	Comitê da Bacia do Alto Jaguaribe – Sede Crato.	Baixio, Cedro, Icó, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira e Umari	Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririaçu, Crato, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte, Porteiras e Várzea Alegre

Quadro 56: Instituições com Atuação Regionalizada

Fonte: Pesquisa junto às Instituições e Documentos Oficiais, 2010-2011

Consolidando o Quadro 56 a atuação das instituições pode ser analisada segundo o nível de relação destas com o território, conforme demonstra o Quadro 57 a seguir.

NÍVEL DE ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES	Nº	%
1. Instituições com sede no território e que atendem apenas municípios do território	05	31,25
2. Instituições com sede no território e que atendem municípios do território e fora do território	08	50,00
3. Instituições com sede em outros territórios e que atendem municípios do território e fora do território	03	18,75
TOTAL	16	100,00

Quadro 57: Nível de Relação das Instituições com o Território

Fonte: Pesquisa junto às Instituições e Documentos Oficiais, 2010-2011

Nominando as instituições encontra-se:

- Instituições com sede no território e que atendem apenas municípios do território: 16ª CREDE – Iguatu, 17ª CRES – Icó, BNB – Iguatu, EMATERCE – Regional Iguatu e INSS APS Icó;
- Instituições com sede no território e que atendem municípios do território e fora do território: 17ª CREDE – Icó, 18ª CRES – Iguatu, BNB – Lavras da Mangabeira, SEBRAE – Iguatu, INSS APS – Acopiara, INSS APS - Iguatu, Regional da FETRAECE - Iguatu e Comitê da Bacia do Alto Jaguaribe – Sede Iguatu.
- Instituições com sede em outros territórios e que atendem municípios do e fora do território: 18ª CREDE – Crato, SEPLAG Plano Plurianual (PPA) – Macrorregião de Planejamento e Comitê da Bacia do Alto Jaguaribe – Sede Crato

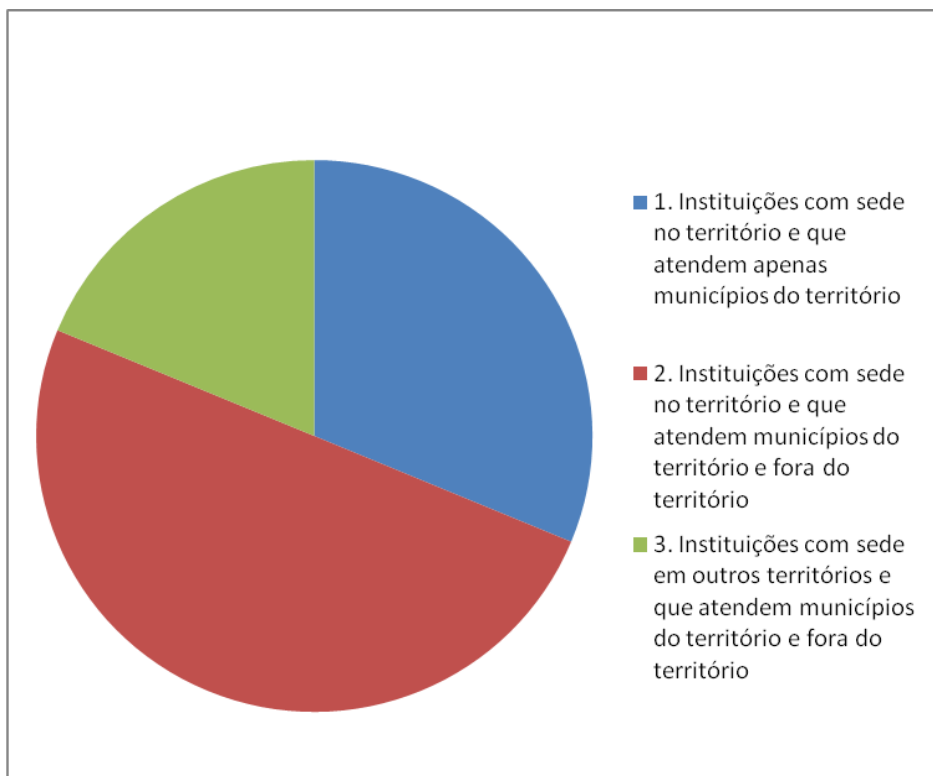


Figura 30: Gráfico do Nível de Relação das Instituições com o Território
 Fonte: Pesquisa junto às Instituições e Documentos Oficiais, 2010-2011.

De acordo com os números referidos constata-se o que se segue:

- **Instituições do nível 1:** é provável que estas instituições tenham uma identidade mais forte com o território, ou seja, o fato de terem sede no próprio território e atenderem apenas os municípios do território permite as mesma adquirir identidade e construir relações mais próximas com as dinâmicas territoriais.
- **Instituições do nível 2:** a situação assemelha-se com a anterior, uma vez que estas instituições também tem sede no território, no entanto, é possível que o fato de atuarem em municípios de outros territórios, a identidade adquirida no território não seja a mesma das instituições do nível 1. Do ponto de vistas das relações institucionais, é provável que estas instituições encontrem maior facilidade, visto que as possibilidades de ampliar os níveis de parcerias e intercâmbio entre outros territórios criam maiores facilidades e oportunidades do que as instituições do nível 1.
- **Instituições do nível 3:** uma diferença básica das instituições nesta situação é que nenhuma tem sede no território, portanto, a identidade é conquistada, porém o fato de atuarem em mais de um território e, em alguns casos no

estado todo, as possibilidades de articulação institucional em prol do desenvolvimento do território são muito maiores do que as instituições do nível 1 e 2.

23 GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Entende-se por gestão social o processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas, programas e projetos. O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos (esfera pública), de descentralização político-administrativa, reafirmando, portanto, formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de coresponsabilidade.

A gestão social constitui-se para o território Centro Sul Vale do Salgado um duplo desafio: de um lado, o de dar significado às novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local, descentralização administrativa, aperfeiçoamento na utilização de recursos, participação ampla na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal, identificação e/ou recuperação do potencial produtivo, sociocultural e ambiental e fortalecimento e valorização da identidade territorial. De outro lado, avançar na concretização das estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já

existentes, o que exigirá uma postura atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido plano.

Como instrumento concreto de gestão social no território dois macro processos vêm sendo construídos de forma articulada e simultânea (1) a constituição e funcionamento do colegiado de desenvolvimento territorial e (2) o processo de planejamento territorial tendo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável como ferramenta de gestão importante para o próprio Colegiado.

23.1 Constituição e Atuação do Colegiado Territorial

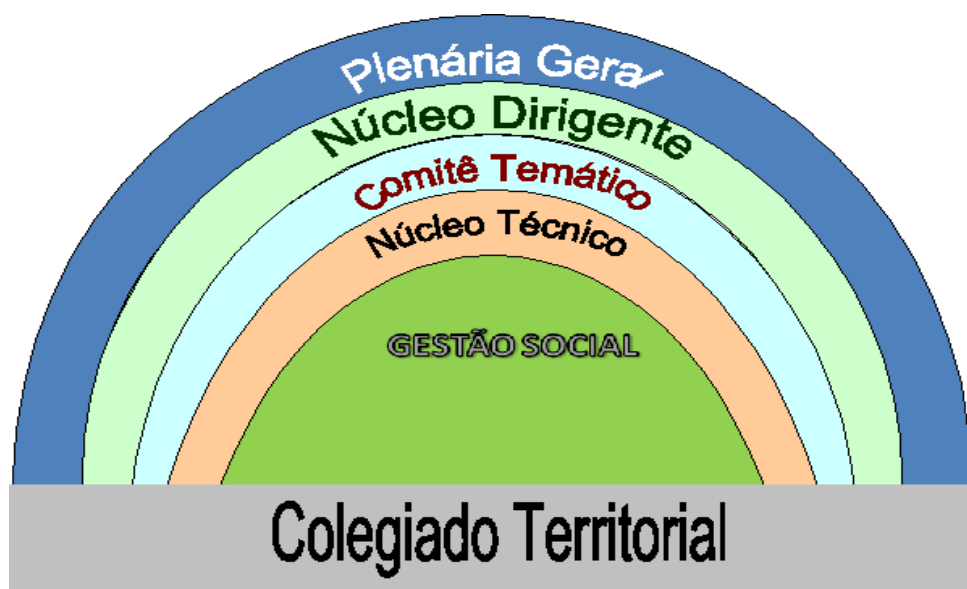


Figura 31: Composição do Colegiado Territorial

Fonte: Equipe Técnica Estadual/Consultores/Assessores e Colegiados, 2009.

23.1.1 Plenária Geral:

Instância de decisão e deliberação sobre os rumos estratégicos do desenvolvimento do Território. No Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDRS) tem papel fundamental de acompanhar a implementação

do Plano, com atenção especial para o alcance e cumprimento da Visão de Futuro, Diretrizes e Objetivos Estratégicos.

23.1.2 Núcleo Dirigente:

Instância de coordenação política do colegiado, coordena o processo de implementação das deliberações da Plenária Geral. No PTDRS exerce função fundamental na negociação de recursos e no acompanhamento do processo de implementação das ações e dos projetos inscritos no referido Plano.

23.1.3 Comitês Temáticos:

Instância de planejamento de proposições de ações e projetos por tema específico para posterior apresentação e aprovação da Plenária Geral do Colegiado Territorial. No PTDRS atua no acompanhamento ao processo de implementação das ações previstas nos projetos territoriais.

23.2 Segmentos Sociais e Públicos que Constituem o Colegiado Territorial

O Colegiado Territorial vem se consolidando como uma institucionalidade fundamental para a gestão social do território. Constituído de forma participativa e de um amplo debate com os mais diversos segmentos sociais e públicos, a sua composição obedeceu ao critério da paridade de representantes da sociedade civil e do poder público com abrangência municipal, micro territorial e territorial, ficando a instância Plenária Geral com o seguinte desenho organizacional.

SEGMENTOS SOCIAIS E PÚBLICOS DO COLEGIADO TERRITORIAL		
SEGMENTO	ENTIDADE	Nº VAGAS
SOCIEDADE CIVIL	FETRAECE	01
	FETRAF	01
	MST	01
	CPT	01
	FÓRUM DE CULTURA E TURISMO	01
	FORUM PELA VIDA NO SEMI ARIDO	01
	APICULTORES	01
	ARTESÃOS	01
	OVINOCAPRINOCULTORES	01
	FRUTICULTORES	01
	PRODUTORES DE LEITE	01
	AQUICULTORES	01
	COMITE DE BACIAS	02
	SINTRAF	03
	COLONIA DE PESCADORES	03
	COMITÊ DE BACIA	02
	MPA	02
	CMDS	14
	ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS	14
	STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	14
AGENTES DE SAÚDE	14	
ENTIDADES RELIGIOSAS	14	
SUBTOTAL		94
PODER PÚBLICO	PREFEITURAS MUNICIPAIS	14
	CÂMARAS MUNICIPAIS	14
	COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE	02
	COMITÊ DA BACIA	02
	EMATERCE	01
	DNOCS	01
	BNB	01
	BB	01

SEGMENTOS SOCIAIS E PÚBLICOS DO COLEGIADO TERRITORIAL		
SEGMENTO	ENTIDADE	Nº VAGAS
	CEF	01
	INCRA	01
	CVT	01
	CONAB	01
	SEBRAE	01
	SEMACE	01
	IDACE	01
	ADAGRI	01
	COGERH	01
	IBAMA	01
	IBGE	01
	SINE-IDT	01
SUBTOTAL		48
TOTAL TERRITÓRIO		142

Quadro 58: Composição da Plenária Geral do Colegiado Territorial

Fonte: Arquivo do Território, 2010.

24 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

O diagnóstico da Dimensão Político Institucional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 59, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: territorialização e gestão pública, infraestrutura institucional, governabilidade e gestão social que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE TERRITORIAL DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	
AMBIENTE INTERNO	
Fraquezas	Forças
<ol style="list-style-type: none"> 1. O conjunto das instituições e organizações do território ainda não está devidamente articulado e comprometido com o processo de construção do desenvolvimento sustentável e solidário do território; 2. As organizações sociais, sindicais e populares apresentam poder de mobilização e intervenção insuficientes para garantir a condução política do processo de desenvolvimento territorial; 3. Insuficiente integração local e entre os municípios do território. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A presença do Colegiado Territorial 2. A história e cultura local
AMBIENTE EXTERNO	
Ameaças	Oportunidades
<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de forças sociais antagônicas em torno do “projeto de futuro” do território; 2. A falta de clareza da missão das instituições e a ambiência político-institucional ainda são desfavoráveis, revelando concretamente o encolhimento do Estado e os cortes dos recursos públicos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conjunto de políticas públicas includentes; 2. Ambiência favorável de articulação, negociação e pactuação de parcerias entre as esferas de governo federal e estadual; 3. A política de desenvolvimento rural com abordagem territorial.
ESTRATÉGIAS/PROPOSIÇÕES INDICADAS PELO DIAGNÓSTICO	
- Ampliação e qualificação da capacidade de articulação e cooperação entre	

ANÁLISE TERRITORIAL DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

as instituições de base municipal, estadual e federal;

- Participação mais efetiva dos gestores municipais, das câmaras municipais e da representação do poder judiciário na construção da estratégia de desenvolvimento territorial;

- Fortalecimento dos mecanismos e instrumentos de contratualidade que oriente a decisão político-institucional quanto aos beneficiários da estratégia de desenvolvimento rural-urbano com abordagem territorial da SDA/CE - vinculadas e parceiros, suas estratégias e proposições, tendo como referência o Plano Plurianual (PPA), dialogando permanentemente com a realidade do território Centro Sul e Vale do Salgado;

- Valorização e ampliação de políticas públicas de capacitação, inclusive as que apóiam financeiramente a organização dos segmentos produtivo, comunitário e sindical;

- Estruturação do colegiado territorial com a alocação de recursos (financeiro, material, logístico e humano) no sentido de ampliar e qualificar a sua atuação no território;

- Estimulo e fortalecimento dos mecanismos e instrumentos de participação da sociedade civil nos processos de formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (ou ações sociais públicas) e do próprio PTDRS (movimento sindical, movimentos sociais, fóruns temáticos ou de representação, redes sociais de cooperação, ONGs, conselhos municipais);

- Ampliação e diversificação do leque de atores sociais com vistas a ampliar os espaços de representação, legitimidade e participação efetiva dos beneficiários do desenvolvimento rural-urbano, com abordagem territorial;

- Ampliação e adequação dos recursos disponibilizados para apoiar a formação continuada com vistas a qualificar os espaços plurais de participação e gestão de políticas públicas pelo conjunto dos beneficiários do território;

- Reconhecimento e valorização da cultura com vistas a potencializar as relações entre cultura e desenvolvimento como o primeiro passo para a formulação de estratégias de desenvolvimento viáveis, efetivas e legítimas;

- Criação de mecanismos de comunicação e divulgação das dinâmicas territoriais - seus resultados, limites e desafios - com vistas a sensibilizar e valorizar a participação e comprometimento dos financiadores, parceiros, técnicos/as, beneficiários/as, entre outros.

Quadro 59: Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Político Institucional.

Fonte: Relatório da Oficina de Validação do PTDRS, Comitê de Gestão Social do Território Centro Sul Vale do Salgado, 2010.

Parte III

O PLANEJAMENTO

Visão de Futuro

Objetivos Estratégicos

Diretrizes Principais

Eixos Temáticos

Programas

Projetos

O PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades relativas à qualificação dos PTDRS teve como embasamento o Guia de Planejamento Territorial que apresenta as Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS, bem como a matriz de variáveis do Diagnóstico Territorial e o apoio da Coordenação Nacional de Brasília.

Para estabelecer a direção das ações foi firmada a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Agropolos do Ceará, reunidos como Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento no Estado do Ceará, GTT.

Os encontros do GTT mobilizaram esforços no sentido de articular os territórios e estabelecer um elo de comunicação do Assessor Técnico Territorial com os atores municipais e territoriais, constituídos enquanto Colegiados e demais instancias. Outros profissionais contratados para organizar as informações e dados coletados deram suporte à materialização do plano.

O plano se origina a partir do diagnóstico e da matriz de análise do ambiente interno e externo, delineando os elementos próprios para implementação do planejamento, quais sejam: visão de futuro, Objetivos Estratégicos, Diretrizes Principais, Eixos Temáticos, Programas e Projetos e se efetiva através da criação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação denominado Sistema de Gestão do Plano.

25 VISÃO DE FUTURO

O Território Centro Sul Vale do Salgado, busca contribuir significativamente com o Desenvolvimento Sustentável da Região, fundamentado na participação democrática, na valorização da dignidade humana, no desenvolvimento ambiental, na identidade cultural, nas diversas cadeias produtivas através da organização e capacitação, assessoria técnica, mercadológica e apoio financeiro, contribuindo para a dinamização econômica, ao exercício da democracia participativa e garantindo o acesso aos direitos humanos fundamentais, possibilitando a participação social efetiva de diversos atores sociais do Território.

26 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram traçados levando em consideração as dimensões do desenvolvimento, refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem alcançados, transformando os sonhos em realidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO	
Sociocultural e Educacional	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhorar os serviços e atendimentos da Saúde; ➤ Recuperar e equipar Hospitais Regionais e Municipais; ➤ Fortalecer a Saúde preventiva; ➤ Qualificar o transporte escolar; ➤ Ampliar e modernizar a estrutura educacional; ➤ Valorizar os profissionais da educação; ➤ Melhorar a infraestrutura de lazer e esporte do Território; ➤ Valorizar a cultural local; ➤ Disseminar os centros/pontos de cultura; ➤ Fortalecer a sistemática de Inclusão digital rural; ➤ Valorizar/divulgar os eventos culturais do território; ➤ Apoiar e valorizar os artistas e artesãos locais.
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Incentivar a educação ambiental; ➤ Universalizar o saneamento básico a acesso a água; ➤ Estimular a recuperação de áreas degradadas; ➤ Incentivar o combate a desertificação; ➤ Possibilitar a recuperação de mata ciliar; ➤ Garantir infraestrutura de tratamento e recolhimento de lixo; ➤ Estimular uma política pública de valorização do desenvolvimento rural sustentável e solidário.
Socioeconômica e Produtiva	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Mapear e recuperar pontos turísticos do território; ➤ Divulgar e incentivar o turismo territorial; ➤ Buscar a recuperação e ampliação de rodovias intermunicipais; ➤ Possibilitar a recuperação de estradas vicinais; ➤ Promover a produção, armazenamento e agregação de valor aos produtos agropecuários; ➤ Fortalecer a Agroecologia; ➤ Fortalecer o escoamento da produção; ➤ Apoiar a organização da produção; ➤ Apoiar a construção e disseminação de tecnologia de convivência com o semi-árido; ➤ Universalização da assessoria técnica sistemática.
Político Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fortalecer as estruturas organizacionais dos assentamentos, associações, cooperativas e grupos produtivos; ➤ Fortalecer a institucionalidade colegiada do território;

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO	
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fortalecer e estimular à constituição de Fóruns e Conselhos Territoriais; ➤ Articular e integrar as políticas públicas, em nível federal, estadual e municipal, com a iniciativa privada que atua na região.

Quadro 60: Objetivos Estratégicos, dimensões do Desenvolvimento

Fonte: Material elaborado na Oficina de Validação do PTDRS, 2010.

27 AS DIRETRIZES PRINCIPAIS

As Diretrizes Principais são as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável, neste sentido o fortalecimento da identidade territorial é imprescindível para o enfrentamento de grandes desafios no Território, dentre esses é importante destacar: as desigualdades sociais e regionais, mediante a inserção nas novas dinâmicas socioeconômicas e culturais com sustentabilidade. Lutar por um Brasil sem Miséria e com gente Feliz, lema mencionado em muitas oficinas e na concretização dessas diretrizes, traçaram-se nove grandes linhas:

1. Estimular o Desenvolvimento Sustentável;
2. Facilitar o diálogo entre o poder público e sociedade civil organizada;
3. Convivência harmônica, supra partidária tendo como foco o real desenvolvimento do território;
4. Valorização e fortalecimento do associativismo e cooperativismo em suas diversas linguagens e manifestações;
5. Acreditar nas potencialidades da região Centro Sul e Vale do Salgado;
6. Valorização do gênero/raça;
7. Fortalecimento das atividades produtoras de bens finais para o mercado regional, reduzindo as “fugas” de renda;
8. Promoção a qualidade do processo ensino-aprendizagem;
9. Melhoria dos serviços e infraestrutura da segurança pública.

28 EIXOS DO DESENVOLVIMENTO

Os Eixos de Desenvolvimento são as atividades norteadoras do desenvolvimento sustentável do Território, de acordo com os objetivos ou importância dentro de cada dimensão. Os eixos do desenvolvimento foram eleitos pela plenária geral, a partir de temas que refletiam as necessidades de cada dimensão, que possibilitaram a organização de Programas e Projetos em torno dos objetivos traçados pelas instâncias de planejamento do Colegiado, os Comitês Temáticos e Setoriais.

No tocante a Dimensão sociocultural educacional foram eleitos cinco eixos: Universalização da educação, Educação e Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento, Saúde Direito de Todos, Desenvolvimento Comunitário apresentados nos Quadros 61, 62, 63, 64 e 65 a seguir.

28.1 Eixo Universalização a Educação

Neste eixo levou-se em conta quanto aos objetivos estratégicos traçados a organização do Programa Melhoria da Infraestrutura e Serviços de Educação do Território. Este Programa gerou sete projetos relacionados no Quadro 61 a seguir:

Eixo: Universalização da Educação	
Programa	Projetos
1. Melhoria da Infraestrutura e Serviços de Educação do Território	Projeto 1: Reforma e ampliação de escolas municipais e estaduais conforme demanda do território.
	Projeto 2: Implantação e ampliação de bibliotecas, laboratórios de ciências, de informática e quadras poliesportivas.
	Projeto 3: Implantação da Universidade Federal do Centro Sul e Vale do Salgado.
	Projeto 4: Implantação e ampliação de laboratórios de informática para a inclusão digital e a oferta de cursos a distância.

Eixo: Universalização da Educação	
Programa	Projetos
	Projeto 5: Ampliação do sistema escolar em tempo integral no fundamental I e II.
	Projeto 6: Criação de um centro de ensino profissionalizante.
	Projeto 7: Implantação de cursos de especialização e mestrado.

Quadro 61: Eixo Universalização da Educação

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.2 Eixo Educação e Meio Ambiente

Neste eixo levou-se em conta quanto aos objetivos estratégicos traçados a organização do Programa Educação Ambiental, este gerou cinco projetos relacionados no Quadro 62 a seguir:

Eixo: Educação e Meio Ambiente	
Programas	Projetos
1. Educação Ambiental	Projeto 1: Educação Ambiental nas Escolas
	Projeto 2: Educação Ambiental nas Comunidades Rurais
	Projeto 3: Criação e/ou fortalecimento dos órgãos municipais de meio ambiente, para gestão ambiental
	Projeto 4: Coleta e Reciclagem do Lixo e Esgotamento e (re)utilização de Águas Rural
	Projeto 5: Formação e contratação de agentes ambientais

Quadro 62: Eixo Educação e Meio Ambiente

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010.

28.3 Eixo Cultura e Desenvolvimento

Neste eixo levou-se em conta quanto aos objetivos estratégicos traçados a organização do Programa: Fortalecimento e Dinamização da Cultura. Este Programa gerou seis projetos relacionados no Quadro 63 a seguir:

Eixo: Cultura e Desenvolvimento	
Programas	Projetos
1. Fortalecimento e Dinamização da Cultura.	Projeto 1: Divulgação, Marketing, e apoio técnico e financeiro aos eventos regionais do Território.
	Projeto 2: Criação de casas/bibliotecas rurais digitais com internet – arcas das letras.
	Projeto 3: Financiamento e implantação de um <i>citytour</i> no território.
	Projeto 4: Mapeamento de expressões culturais e promoção de feiras e eventos artístico-culturais, envolvendo os artistas do território.
	Projeto 5: Criação e ampliação das bandas de música e aquisição de instrumentos musicais
	Projeto 6: Apoio técnico e financeiro para edital de arte e cultura do território nos eventos regionais

Quadro 63: Eixo Cultura e Desenvolvimento

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010.

28.4 Eixo Saúde Direito de Todos

Neste eixo levou-se em conta quanto ao objetivo estratégico traçado a organização do Programa Promoção, Atenção e Qualificação da Saúde, desse foram elencados 21 projetos. Os mesmos encontram-se relacionados no Quadro 64 a seguir:

Eixo: Saúde Direito de Todos	
Programa	Projetos
1. Promoção, Atenção e Qualificação da Saúde	Projeto 1: Implantação de unidades de saúde de pequena ,média e alta complexidade (EX: Policlínica, Hospitais Pólo com UTI' s no Território de Iguatu e Icó, etc.) e aquisição de equipamentos e Recursos Humanos especializados.
	Projeto 2: Implantação de serviço de Radioterapia e Quimioterapia no Território.
	Projeto 3: Planos Territoriais (Saneamento Básico e manejo de resíduos sólidos).
	Projeto 4: Educação e saúde continuada (estudos e pesquisas).
	Projeto 5: Construção de abatedouros em conformidade legal e sanitária.
	Projeto 6: Saúde na Escola (PSE)
	Projeto 7: Prevenção de acidentes (em geral, motos, carros urbanos e rurais) – Cultura de Paz.
	Projeto 8: Fortalecer as comissões de Maus Tratos.
	Projeto 9: Implantação de CEREST para o Território.
	Projeto 10: Encaminhar para instâncias competentes (CIB e CIT) as irregularidades das farmácias particulares credenciadas na farmácia popular.
	Projeto 11: Rever as ações educação em saúde no combate a dengue de forma intersetorializada.
	Projeto 12: Estabelecer a meta de casos de TB e Hanseníase/ano por ESF.
	Projeto 13: Agilizar junto aos Municípios e LACEN os resultados de exame de HIV.

Eixo: Saúde Direito de Todos	
Programa	Projetos
1. Promoção, Atenção e Qualificação da Saúde	Projeto 14: Solicitação testes rápidos de HIV para todas as maternidades.
	Projeto 15: Capacitação e formação em humanização no atendimento para os profissionais de saúde.
	Projeto 16: Implantar os NASF' s, PSE e CAPS nos Municípios que ainda não tem (consórcio entre municípios pequenos) e ampliar as equipes nos municípios que já tem.
	Projeto 17: Implantar Grupos de Gestantes Tabagistas/ Etilistas/ Desnutridas com equipes multidisciplinares (CAPS/ PSF/CRAS/ CREAS) .
	Projeto 18: Implantação de UPAS nos municípios de > 50 mil/ hab. e Salas de Estabilização nos municípios < 50 mil/ hab.
	Projeto 19: Regionalização do CEO Iguatu e Icó.
	Projeto 20: Implantar leitos psiquiátricos nos Hospitais Gerais.
	Projeto 21: Incluir na equipe do NASF o Acunpunturista não médico.

Quadro 64: Eixo Saúde Direito de Todos

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.4 Eixo de Desenvolvimento Comunitário

Os objetivos estratégicos relativo a este eixo levou em consideração a organização de dois Programas, um de Desenvolvimento Institucional e Comunitário como base política para o Desenvolvimento Produtivo e o outro de Direito, Cidadania e Segurança. O primeiro gerou oito projetos e o segundo outros nove, relacionados no Quadro 65 a seguir:

Eixo: Desenvolvimento Comunitário	
Programa	Projetos
1. Desenvolvimento Institucional e Comunitário como Base Política para o Desenvolvimento Produtivo	Projeto 1: Implantação e manutenção de cozinhas comunitárias nos municípios com recursos da união.
	Projeto 2: Implantação do CREAS regionalizado com a finalidade de atender a demanda dos municípios do território.
	Projeto 3: Revitalização dos Colegiados Municipais
	Projeto 4: Criação de um Fundo de Desenvolvimento Territorial
	Projeto 5: Criação do Sistema de Informações Gerenciais do Território
	Projeto 6: Intercâmbio entre os diversos conselhos no Território
	Projeto 7: Capacitação das Associações (desenvolvimento territorial, administrativa, técnica, financeira e social)
	Projeto 8: Assessoria Técnica, Administrativa, Contábil e Social para Associações
2. Direito, Cidadania e Segurança	Projeto 1: Centro de reabilitação regionalizado para tratamento de pessoas com dependência química.
	Projeto 2: Atividades para pessoas com deficiências
	Projeto 3: Acessibilidade para pessoas com deficiências
	Projeto 4: Atividades sócio - educativas junto aos Idosos (direito, saúde, violência)
	Projeto 5: Multiplicadores sobre direitos e deveres (estatutos e etc.)
	Projeto 6: Projetos Sociais na área rural (Expandir)
	Projeto 7: Combate a Exploração do

Eixo: Desenvolvimento Comunitário	
Programa	Projetos
	Trabalho Infantil
	Projeto 8: Combate a violência (principalmente doméstica)
	Projeto 9: Segurança no Campo e Cidade

Quadro 65: Eixo do Desenvolvimento Comunitário

Fonte: Material elaborado na Oficina de Validação do PTDRS, 2010

28.5 Eixo Meio Ambiente e Sustentabilidade

Os objetivos estratégicos traçados para a Dimensão Ambiental geraram dois eixos: Meio Ambiente e Sustentabilidade que por sua vez gerou o Programa: Combate ao Desmatamento, Desertificação e Queimadas com treze projetos apresentados no Quadro 66, a seguir

Eixo: Meio Ambiente e Sustentabilidade	
Programa	Projetos
1. Combate ao Desmatamento, Desertificação e Queimadas	Projeto 1: Recuperação/Revitalização das áreas de preservação permanente - APP nos principais mananciais hídricos do território;
	Projeto 2: Capacitação e Implementação de práticas ligadas a educação ambiental nas comunidades rurais;
	Projeto 3: Recuperação de Áreas Degradadas e propensas a desertificação;
	Projeto 4: Controle e Redução das Queimadas
	Projeto 5: Controle e Redução do Desmatamento
	Projeto 6: Manejo e conservação de solo

Eixo: Meio Ambiente e Sustentabilidade	
Programa	Projetos
	Projeto 7: Plano de Manejo Florestal
	Projeto 8: Viveiros de mudas (nativas, adaptadas, frutíferas, etc.) e casas de sementes;
	Projeto 9: Coleta Municipal de embalagens de agrotóxicos (e tóxicos);
	Projeto 10: Implantação de unidades demonstrativas (práticas ambientais sustentáveis)
	Projeto 11: Criação de APA's
	Projeto 12: Demarcação das áreas de APP.
	Projeto 13: Tratamento de lixo hospitalar e tóxicos.

Quadro 66: Eixo Meio Ambiente e Sustentabilidade

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.6 Eixo Semiárido e Desenvolvimento Produtivo

Na Dimensão Ambiental o segundo eixo Semiárido e Desenvolvimento Produtivo, a partir dos objetivos estratégicos organizou o Programa Convivência com o Semiárido do qual foram pensados 10 projetos apresentados a seguir no Quadro 67.

Eixo: Semiárido e Desenvolvimento Produtivo	
Programa	Projetos
1. Convivência com o Semiárido	Projeto 1: Implantação de duas usinas de reciclagem de resíduos sólidos no território.
	Projeto 2: Construção de uma adutora ligando os açudes Orós, Estreito, Igaroi e Lima Campos, para abastecimento humano e produção.

Eixo: Semiárido e Desenvolvimento Produtivo	
Programa	Projetos
	Projeto 3: Construção da adutora de Jucás para abastecimento humano.
	Projeto 4: Recuperação ambiental do sistema lacustre do Iguatu.
	Projeto 5: Implantar tecnologia de convivência com o semiárido no território (Barragem Sucessivas, Quintais produtivos).
	Projeto 6: Mapeamento e monitoramento dos açudes (piscicultura, pesca esportiva, irrigação e lazer)
	Projeto 7: Construção de Mandalas
	Projeto 8: Captação “in situ” e Plantio Direto
	Projeto 9: Aproveitamento produtivo de pequenos açudes
	Projeto 10: Construção de Cisternas

Quadro 67: Eixo Semiárido e Desenvolvimento Produtivo

Fonte: Material elaborado na Oficina de Validação do PTDRS, 2010

28.7 Eixo Desenvolvimento de Negócios Agrícolas e Pecuários

Os objetivos estratégicos traçados para a Dimensão Socioeconômica geraram seis eixos. O Primeiro eixo intitulou-se Desenvolvimento de Negócios Agrícolas e Pecuários; o segundo Gênero e Geração como elementos de Desenvolvimento; o terceiro de Regularização Fundiária e Reforma Agrária; o quarto de Bases de Serviço; o quinto de Turismo e Artesanato; e o sexto de Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável.

O primeiro eixo de Desenvolvimento de Negócios Agrícolas e Pecuários gerou três programas: 1. Apoio à Produção e a Transição Agroecológica – Produção Agrícola; 2. Apoio à Produção e a Transição Agroecológica – Criação

Animal; 3.Unidades de Beneficiamento e Processamento de Produtos de Origem Animal e Vegetal. Cada Programa deu origem a sete projetos como mostra o Quadro 68 a seguir:

Eixo: Desenvolvimento de Negócios Agrícolas e Pecuários	
Programas	Projetos
1. Apoio à Produção e a Transição Agroecológica – Produção Agrícola	Projeto 1: Fortalecimento das cadeias produtivas (Bovinocultura de Leite, Ovinocaprino cultura, Apicultura, Aqüicultura e Pesca, avicultura, agricultura irrigada de sequeiro e fruticultura).
	Projeto 2: Construção das centrais de comercialização do território (Centros de comercialização, certificação, marcas).
	Projeto 3: Implantação de um centro de pesquisa e garantia de consolidação do sistema ATER/ATES de qualidade e quantidade suficiente para a agricultura familiar (EMBRAPA);
	Projeto 4: Desenvolvimento da Agricultura de Sequeiro com tecnologia adequadas.
	Projeto 5: Desenvolvimento da Agricultura Irrigada com foco na conservação dos recursos naturais numa perspectiva para transição agroecológica.
	Projeto 6: Incentivo a Horticultura com foco na agroecologia.
	Projeto 7: Modernização do Extrativismo sem degradar o meio ambiente. (Manejo agro florestal)
2. Apoio à Produção e a Transição Agroecológica – Criação Animal	Projeto 1: Desenvolvimento/ Fortalecimento da Apicultura
	Projeto 2: Desenvolvimento da Bovinocultura (melhoramento genético)
	Projeto 3: Desenvolvimento/ Fortalecimento da Ovinocaprino cultura com raças adequadas à região e aptidão do local.
	Projeto 4: Desenvolvimento/ Fortalecimento da Piscicultura em

Eixo: Desenvolvimento de Negócios Agrícolas e Pecuários	
Programas	Projetos
	<p>tanques rede</p> <p>Projeto 5: Implantação de Núcleos de Avicultura Caipira e incentivos financeiros para os criatórios tradicionais.</p> <p>Projeto 6: Desenvolvimento Pesca Artesanal através da aquisição de equipamento de pesca e apoio às Colônias de Pescadores</p> <p>Projeto 7: Criação do Centro de Abastecimento e Comercialização da Agricultura Familiar</p>
3. Unidades de Beneficiamento e Processamento de Produtos de Origem Animal e Vegetal	<p>Projeto 1: Estruturação da Agroindústria do Leite (Adequar o processo de produção da agricultura familiar às legislações vigentes – pasteurização do leite)</p> <p>Projeto 2: Estruturação da Agroindústria do Mel (conforme legislação do MAPA)</p> <p>Projeto 3: Estruturação de Unidade de Beneficiamento de Grãos</p> <p>Projeto 4: Estruturação da unidade de beneficiamento de doce</p> <p>Projeto 5: Implantação / Ampliação de unidade de beneficiamento de pescado</p> <p>Projeto 6: Revitalização / implantação de agroindústrias descentralizadas, associativas e familiares, com ênfase para os produtos provenientes da agricultura familiar</p> <p>Projeto 7: Implantação de Unidades de Produção de Ração.</p>

Quadro 68: Eixo Desenvolvimento de Negócios Agrícolas e Pecuários

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

28.8 Eixo Gênero e Geração como Elemento de Desenvolvimento

O atual eixo apresenta dois programas: Desenvolvimento Sociopolítico e Produtivo para Mulheres Trabalhadoras Rurais e Juventude Rural, o primeiro apresenta dois projetos e o segundo três, conforme apresenta o Quadro 69 a seguir.

Eixo: Gênero e Geração como Elemento de Desenvolvimento	
Programas	Projetos
1. Desenvolvimento Sociopolítico e Produtivo para Mulheres Trabalhadoras Rurais	Projeto 1: Formação Política para Mulheres Trabalhadoras Rurais
	Projeto 2: Desenvolvimento de atividades produtivas para mulheres trabalhadoras rurais.
2. Juventude Rural	Projeto 1: Formação de jovens rurais em desenvolvimento de sistemas produtivos agroecológicos
	Projeto 2: Fortalecimento do Projeto Jovem Multiplicador
	Projeto 3: Ampliação do Projovem Rural

Quadro 69: Eixo Gênero e Geração como elemento de Desenvolvimento

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010.

28.9 Eixo Regularização Fundiária e Reforma Agrária

Este eixo apresenta dois Programas, o primeiro programa Obtenção de Terras e Assentamento de Famílias e o segundo Programa Ordenamento e Regularização Fundiária, cada um desses programas gerou dois projetos. O Quadro 70 a seguir aponta os mesmos.

Eixo: Regularização Fundiária e Reforma Agrária	
Programa	Projetos
1. Obtenção de Terras e Assentamento de Famílias	Projeto 1: Obtenção de Imóveis e Implantação de Assentamentos
	Projeto 2: Recuperação dos Assentamentos
2. Ordenamento e Regularização Fundiária	Projeto 1: Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Eixo: Regularização Fundiária e Reforma Agrária	
Programa	Projetos
	Projeto 2: Georeferenciamento e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Quadro 70: Eixo Regularização Fundiária e Reforma Agrária

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010.

28.10 Eixo Bases de Serviço

O atual eixo apresenta apenas um programa: Apoio Técnico e Comercial à Agricultura Familiar, o mesmo apresenta quatro projetos conforme apresenta o Quadro 71 a seguir.

Eixo: Bases de Serviço	
Programas	Projetos
1. Apoio Técnico e Comercial à Agricultura Familiar	Projeto 1: Universalização da Ater/Ates
	Projeto 2: Base de Serviço de Comercialização da Agricultura Familiar (apoio à comercialização, inclusive feiras municipais)
	Projeto 3: Estudos e Pesquisa (principalmente sobre a piscicultura)
	Projeto 4: Planos de Cadeia Produtiva e Planos de Negócio

Quadro 71: Eixo Bases de Serviço

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010.

28.11 Eixo Turismo e Artesanato

O atual eixo apresenta dois programas: Apoio ao Desenvolvimento de Artesanato, e Desenvolvimento do turismo, os dois apresentam três projetos cada, conforme apresenta o Quadro 72 a seguir.

Eixo: Turismo e Artesanato	
Programa	Projetos
1. Apoio ao Desenvolvimento de Artesanato	Projeto 1: Fortalecimento das Organizações dos Artesãos/aos
	Projeto 2: Aprimoramento da Produção Artesanal

Eixo: Turismo e Artesanato	
Programa	Projetos
	Projeto 3: Dinamização da comercialização e estímulo a linha de crédito nos municípios
2. Desenvolvimento do Turismo	Projeto 1: Projeto Turismo Rural na Agricultura Familiar.
	Projeto 2: Domínio do incentivo à atividade turística nos açudes e sítios históricos da região.
	Projeto 3: Incentivo ao ecoturismo e ao turismo cultural;

Quadro 72: Eixo do Turismo e Artesanato

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010.

28.12 Eixo Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável

Esse eixo apresenta cinco programas: Ação Viária (e Aérea) do Território com foco no Desenvolvimento produtivo e Comercial, Desenvolvimento da Infraestrutura Hídrica focada no Desenvolvimento Produtivo e Comercial, Infraestrutura elétrica focada no Desenvolvimento Produtivo e Infraestrutura de Saúde, o primeiro e o segundo programas apresentam quatro projetos cada, o terceiro apresenta dois e o quarto oito. O Quadro 73 a seguir apresenta tais projetos

Eixo: Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável	
Programas	Projetos
1. Ação Viária (e Aérea) do Território com foco no Desenvolvimento produtivo e Comercial	Projeto 1: Recuperação de estradas de integração territorial
	Projeto 2: Construção de estradas intermunicipais e de integração territorial
	Projeto 3: Recuperação/construção de estradas municipais
	Projeto 4: Construção e/ou ampliação de aeroportos no território Centro Sul e Vale do Salgado (para vôos comerciais);
2. Desenvolvimento da Infraestrutura Hídrica focada no Desenvolvimento Produtivo e	Projeto 1: Construção de Açudes Intermunicipais
	Projeto 2: Ampliação de Açudes Intermunicipais

Eixo: Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável	
Programas	Projetos
Comercial	Projeto 3: Locação e Perfuração de Poços Profundos
	Projeto 4: Construção de Adutoras
1. Infraestrutura elétrica focada no Desenvolvimento Produtivo	Projeto 1: Universalização das residências rurais
	Projeto 2: Rede de energia elétrica para fins produtivos (Trifásica Rural)
2. Infraestrutura de Saúde	Projeto 1: Ampliação e dinamização dos Hospitais Regionais de Saúde
	Projeto 2: Kits Sanitários Rurais
	Projeto 3: Universalização do abastecimento e tratamento de água e esgoto
	Projeto 4: Construção e melhoramento de habitações rurais
	Projeto 5: Construção e melhoramento de unidades básicas de saúde
	Projeto 6: Consórcio para criação de uma usina de reciclagem de lixo regional
	Projeto 7: Consórcio para criação de aterros sanitários
	Projeto 8: Construção / recuperação de Abatedouros

Quadro 73: Eixo da Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Material elaborado na Oficina de Validação do PTDRS, 2010

28.14 Eixo da Gestão territorial e Sustentabilidade

Esse eixo apresenta dois programas: Fortalecimento Institucional e Organizacional do Território, Desenvolvimento da Infraestrutura Hídrica focada no Desenvolvimento Produtivo e Comercial, Melhoria na Qualidade dos Serviços Públicos, o primeiro programa apresenta seis projetos, o segundo apresenta cinco. O Quadro 74 a seguir apresenta tais projetos.

Eixo: Gestão Territorial e Sustentabilidade	
Programa	Projetos
1. Fortalecimento Institucional e Organizacional do Território.	Projeto 1: Fortalecimento das estruturas organizacionais dos assentamentos, associações, cooperativas e grupos produtivos.
	Projeto 2: Estruturação do Escritório-sede do colegiado territorial
	Projeto 3: Aperfeiçoamento do colegiado territorial para a gestão social do território.
	Projeto 4: Reestruturação da Associação de Prefeitos da Região.
	Projeto 5: Reestruturação dos CMDS atrelando-os a uma Secretaria de Estado.
	Projeto 6: Reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Regional Centro Sul/ Vale do Salgado.
2. Melhoria na Qualidade dos Serviços Públicos	Projeto 1: de Instalação de uma unidade da EMBRAPA para a Região.
	Projeto 2: Qualificação da assessoria técnica para elaboração e monitoramento dos projetos estratégicos do território.
	Projeto 3: Para garantir a mudança na lei de cotas (30%) para efetivação de 30% das mulheres no parlamento.
	Projeto 4: Instalação de uma Unidade da SEMACE para atender a região.
	Projeto 5: Fortalecer a assistência técnica e extensão rural, promover concurso público para dar sustentabilidade as ações rurais.

Quadro 74: Eixo Gestão Territorial e Sustentabilidade

Fonte: Material elaborado na Oficina de Validação do PTDRS, 2010

O Colegiado Territorial em sua plenária de validação resolveu priorizar alguns projetos estratégicos para a implementação do plano conforme a seguir no Quadro 75.

EIXOS/ÁREAS	PROJETOS
Educação	Projeto 1: Implantação da Universidade Federal do Centro Sul e Vale do Salgado.
Cultura e Turismo	Projeto 2: Divulgação, marketing e apoio técnico e financeiro aos eventos regionais
Saúde	Projeto 3: Implantação de unidades de saúde de média e alta complexidade (EX: Policlínica, Hospitais Pólo com UTI' s nos Micro territórios de Iguatu e Icó, etc.) e aquisição de equipamentos e Recursos Humanos especializados.
Ações Sociais	Projeto 4: Centro de reabilitação regionalizado para tratamento de pessoas com dependência química.
Meio Ambiente	Projeto 5: Recuperação/Revitalização das áreas de preservação permanente - APP nos principais mananciais hídricos do território;
Organização Sustentável da Produção e Comercialização	Projeto 6: Fortalecimento das cadeias produtivas de forma sustentável (Bovinocultura de Leite, Ovinocaprino cultura, Apicultura, Aqüicultura e Pesca, avicultura, agricultura irrigada e de sequeiro e fruticultura)
Político Institucional	Projeto 7: Fortalecimento das estruturas organizacionais dos assentamentos, associações, cooperativas e grupos produtivos;

Quadro 75: Projetos Priorizados pelo Território

Fonte: Material elaborado na Oficina de Validação do PTDRS, 2010

Parte IV

SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

Proposição

SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

O Sistema de gestão do plano é caracterizado por dois processos simultâneos e interrelacionados, um intrínseco e outro extrínseco. Conforme as Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, o processo intrínseco consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social que o colegiado se atribui ao assumir a gestão no sentido da materialização dos objetivos, metas e resultados e também no contínuo processo de qualificação do próprio sistema. Enquanto que o processo extrínseco consiste na competência social do colegiado buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores das diversas esferas de concertação possíveis da União.

Os dois processos prescindem da ação efetiva dos colegiados assumirem a gestão social dos planos. Todavia os territórios carecem ainda de um amadurecimento de suas instancias colegiadas, por conta da transitoriedade de representação dessas instancias, tanto aqueles que elaboraram o plano quanto os que estão na fase de qualificação.

O plano de gestão a ser construído durante o processo de formulação da visão do futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes, dos eixos de desenvolvimento, dos programas e dos projetos estratégicos territoriais não contemplam os demais elementos de gestão territorial, quais sejam: os instrumentos para a implementação, o gerenciamento social, sua operacionalização (metas e resultados) e a governança sobre os acordos externos e seus instrumentos de controle social (indicadores).

A implementação dos PTDRS tem como ponto de partida a reestruturação das instancias colegiadas de forma que possibilite garantir sua representatividade e retome a formulação dos demais elementos necessários a gestão social do plano territorial.

A gestão social é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de

espaços da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

Nessa direção, a gestão aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável à construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais).

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. Neste Plano toda a etapa de qualificação foi cumprida, com a mais ampla participação da sociedade civil, através de representações de segmentos presentes na Plenária do Território, assim como daquelas instituições públicas presentes na Plenária e Comitês Temáticos. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada que, pelo que ficou demonstrado no processo de elaboração do Plano, já se organiza para sua efetivação. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação.

Os ciclos de gestão se iniciam por meio do monitoramento e avaliação (M&A), ou seja, antigos e novos atores são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O papel fundamental das práticas de M&A é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDRS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

A gestão social é o responsável também pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

- De avaliação de processo: verifica se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando. Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.
- De avaliação de resultado: verifica-se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e alcançados. A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.
- De avaliação de impacto: verifica a contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro. Tais impactos referem-se às mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais difícil de medir. Muitas vezes requer um “marco zero” de informações sobre as condições de vida dos diversos segmentos, em particular da agricultura familiar para permitir a comparação posterior.

Nessa direção, o Colegiado Territorial irá construir o formato teórico-metodológico do controle para a gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação na perspectiva de elevar o patamar de participação cidadã dos atores que conformam o colegiado territorial e dos demais agentes sociais no controle social do PTDRS e nas ações sociais públicas. Em outras palavras, é preciso construir os arranjos institucionais para a gestão do PTDRS capazes de responder pelo processo de monitoramento e avaliação tanto do PTDRS, quanto dos projetos, desafios estes a serem coordenados por uma estrutura colegiada responsável pela gestão social do território.

Essa estrutura colegiada precisa dialogar com as demais estruturas existentes no território, a exemplo dos CMDS, conselhos setoriais, fóruns, e redes, no sentido de fomentar avanços significativos nos componentes que qualificam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja: um desenho institucional que atenda às exigências do projeto de desenvolvimento territorial, o estímulo à presença de uma sociedade civil mobilizada e o compromisso dos gestores públicos com o projeto de participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano foi materializado com ampla participação do Colegiado Territorial de acordo com o papel atribuído a cada uma de suas instâncias. Portanto, do ponto de vista da apropriação do documento como ferramenta de gestão para a construção do desenvolvimento sustentável, o colegiado respeitando as definições da plenária geral, para implementação do mesmo assumiu: Melhorar os serviços e atendimentos da Saúde, Recuperar e equipar Hospitais Regionais e Municipais, Fortalecer a Saúde preventiva, Qualificar o transporte escolar, Ampliar e modernizar a estrutura educacional, Valorizar os profissionais da educação, Melhorar a infraestrutura de lazer e esporte do Território, Valorizar a cultural local, Disseminar os centros/pontos de cultura, Fortalecer a sistemática de Inclusão digital rural, Valorizar/divulgar os eventos culturais do território, Apoiar e valorizar os artistas e artesãos locais, Incentivar a educação ambiental, Universalizar o saneamento básico a acesso à água, Estimular a recuperação de áreas degradadas, Incentivar o combate a desertificação, Possibilitar a recuperação de mata ciliar, Garantir infraestrutura de tratamento e recolhimento de lixo, Estimular uma política pública de valorização do desenvolvimento rural sustentável e solidário, Mapear e recuperar pontos turísticos do território, Divulgar e incentivar o turismo territorial, Buscar a recuperação e ampliação de rodovias intermunicipais, Possibilitar a recuperação de estradas vicinais, Promover a produção, armazenamento e agregação de valor aos produtos agropecuários, Fortalecer a Agroecologia, Fortalecer o escoamento da produção, Apoiar a organização da produção, Apoiar a construção e disseminação de tecnologia de convivência com o semi-árido, Universalização da assessoria técnica sistemática, Fortalecer as estruturas organizacionais dos assentamentos, associações, cooperativas e grupos produtivos, Fortalecer a institucionalidade colegiada do território, Fortalecer e estimular à constituição de Fóruns e Conselhos Territoriais, Articular e integrar as políticas públicas, em nível federal, estadual e municipal, com a iniciativa privada que atua na região.

Por fim, destaca-se a importância do papel que o colegiado territorial irá desempenhar em conjunto com a rede estadual de colegiados territoriais na

divulgação e na negociação de recursos visando à implementação das ações e dos projetos territoriais.

Caberá as instancias colegiadas dentro de seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. São Paulo: BRIGUET, 1930.

AKERMAN, Marco. Saúde e Desenvolvimento Local – princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica - São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª Ed, 2005.

ARAÚJO, F.S. SAMPAIO, E.V.B.S; FIGUEIREDO, M.A; RODAL, M.J.N; FERNANDES, A.G. Composição florística da vegetação de carrasco, Novo Oriente, CE. In: Rev. bras. Bot. vol. 21 n. 2 São Paulo Aug. 1998.

ARENDRT, HANNAH. O que é Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ARROIO, JOÃO CLÁUDIO TUPINAMBÁ. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).

BARROSO, Gustavo. À Margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

BEZERRA, et al. 1997. Circulação Atmosférica. Disponível em: <siscom.ibama.gov.br>. Disponível em: Maio de 2011

BIODIVERSIDADE. Disponível em < [http://www.biodiversidade.rs.gov.br/arquivos/Biodiversidade Brasileira - MMA.pdf](http://www.biodiversidade.rs.gov.br/arquivos/Biodiversidade%20Brasileira%20-%20MMA.pdf)> . Acesso em: Maio de 2011

BORZACCHIELLO, JOSÉ CAVALCANTE, TÉRCIA E DANTAS, EUSTÓGIO (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

Brasil. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

_____. Documento-base para as Conferências Estaduais. Desenvolvimento Rural Sustentável: por um Brasil rural com gente. Brasília, 2008.

_____. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 3. Brasília: 2006.

_____. Institucionalidade para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 1. Brasília: 2005.

Brasil. MDA/SDT/NEAD. Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e

cooperação do IICA. Brasília: CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL. MDA/SDT. Documento do Guia de Orientações para elaboração e qualificação do PTDRS. Brasília, DF: MDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação, 2009. Disponível em: < www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <www.minc.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2010.

CÂMARA, Gilberto. Análise espacial de dados geográficos. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CÂMARA, Gilberto; MEDEIROS, José Simeão de; MONTEIRO Antônio Miguel Vieira. Geoprocessamento para projetos ambientais. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CARVALHO, G.M.B.S; SOUZA, M.J.N; SANTOS, S.M. ALMEIDA, M.A.G; FILHO, M.R.F. Adaptado de Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará, 2000. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3707-3803

CEARÁ, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Fortaleza, 2008/2011

CEARA. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Síntese dos Indicadores Sociais do Governo do Estado do Ceará, 2008. Fortaleza, 2009.

CEARÁ. Secretaria de Cultura do Estado, 2010. Disponível em: <www.secult.ce.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2010.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado, 2010. Disponível em: <www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2010.

CEARA. SEDUC / UNICEF. Censo Comunitário Educacional. Fortaleza, 1996.
COGERH. Bacias Hidrográficas. Disponível em: <http://portal.cogerh.com.br/categoria2/ger-lguatu.pdf>. Acesso em: Maio 2011

DUARTE, E. C. ET AL. Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

Equipe Técnica da SDT e CONSULTORES Externos. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para o Controle Social – Documento

de Apoio Nº 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília – 2006

Equipe Técnica Estadual do Programa Territórios da Cidadania - CE. (Orgs.) Documento para Discussão e Aprimoramento pelos Colegiados Territoriais Orientações para Pensar os Espaços e Estratégias Organizacionais com vistas à Estruturação, (Re) estruturação ou Fortalecimento dos Colegiados no Contexto do Desenvolvimento Territorial com Sustentabilidade. Fortaleza: Maio 2009 (Texto impresso)

FAUNA DA CAATINGA. Disponível em: <<http://faunadacaatinga.blogspot.com/2008>>. Acesso em: Maio de 2011

GOMES, ANGELA DE CASTRO (Coord.). Direitos e Cidadania Memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

IDACE. Disponível em: <<http://www.idace.ce.gov.br/assessoriaimprensa>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

IPLANCE. Anuário Estatístico do Ceará 1998 / 99. Fortaleza, 2000.

MEDEIROS, José Simeão de. Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais: tecnologias de apoio à gestão do território. (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 4ª Ed., 1998. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. <http://portal.saude.gov.br>

Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – Relatório de Situação Ceará. Brasília: ministério da Saúde, 2009.

MIRANDA, CARLOS e COSTA, CRISTINA. Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005.

MONTAÑO, CARLOS. Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. Para Onde Vai o Mundo? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

OFICINAS DE QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO. Em novembro de 2010. PREFEITURAS dos municípios que formam o Território, informações sobre cultura e educação, 2010.

Publicação Especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Territórios da Cidadania: Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília: Gráfica Santa Bárbara Ltda., 2009.

PACTO DAS ÁGUAS. Disponível em:< www.cogerh.com.br> Acesso em: Novembro de 2010.

PREVINA. Disponível em:< www.funceme.br> Acesso em: Dezembro de 2010.
RABELO, Catarina Maria. Documento Técnico: Um sensível olhar sobre a atuação-relação entre o colegiado territorial e a equipe técnica no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial. Mimeo. Fortaleza, 2008/2009.

RECURSOS HÍDRICOS. Parceria para o Desenvolvimento Regional Centro Sul, Vale do Salgado, Ceará- Brasil. Informe final – Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional – SCLR (Abril de 2005)

OPAS. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações. ce.html>. Acesso em: 23 out. 2009.

Rodrigues, Maria Ivoneide Vital: A Propensão à Desertificação no estado do Ceará: análise dos aspectos agropecuários, econômicos, sociais e naturais. Tese do PRODEMA/UFC

SEPÚLVEDA, SERGIO. Desenvolvimento Microrregional Sustentável. Métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2005.

SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.

SUDENE. SEMIÁRIDO. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/site/extra.php?idioma=8cod=130>>. Acesso em: Maio de 2011

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em: < www.semace.ce.gov.br> Acesso em: Novembro de 2010.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em < servicos.ibama.gov.br/cogeq> Acesso em: Novembro de 2010.

VIANA, M.S.; NEUMANN, V.H.L. 1999. O Membro Crato da Formação Santana, CE. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D. A.; QUEIROZ, E.T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio005/sitio005.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2010.